

A Potência do DRAGÃO

*A estratégia
diplomática
da China*



EDITORA

UnB

Sergio Caldas Mercador Abi-sad

Sergio Caldas Mercador Abi-sad é diplomata de carreira e já andou pelos quatro cantos do mundo. Desempenhou diversas funções no Itamaraty e em embaixadas brasileiras no exterior. Ao servir em Pequim, como conselheiro, no período de 1990 a 1993, deixou-se envolver — ou foi inelutavelmente envolvido — pela complexidade e riqueza do mundo e da cultura da China. De volta a Brasília, decidiu prestar um depoimento pessoal como forma de estimular o interesse dos estudiosos brasileiros de política externa pela importância internacional da China de hoje. O resultado dessa decisão pode ser apreciado nas páginas que se seguem.

A POTÊNCIA DO DRAGÃO



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

João Cláudio Todorov

Vice-Reitor

Erico Paulo Siegmar Weidle

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Ficher

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

Sergio Caldas Mercador Abi-sad

A POTÊNCIA DO DRAGÃO

A ESTRATÉGIA DIPLOMÁTICA DA CHINA

EDITORA

UnB

Direitos exclusivos para esta edição:
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
SCS Q. 02 - Bloco C - Nº 78 - Ed. OK - 2º andar
70300-500 - Brasília - DF
Fax: (061) 225-5611

Copyright © 1996 by Sergio Caldas Mercador Abi-sad

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da editora.

Impresso no Brasil

EDITOR

MARCELO CARVALHO DE OLIVEIRA

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS E REVISÃO

WILMA G. ROSAS SALTARELLI

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

CARLOS HENRIQUE BODÉ

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

JOELITA DE FREITAS ARAÚJO

CAPA

FRANCIVALDO VIRGOLINO DA SILVA

SUPERVISÃO GRÁFICA

ELMANO RODRIGUES PINHEIRO

ISBN: 85-230-0401-7

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

A 148 Abi-sad, Sergio Caldas Mercador
 A potência do dragão: a estratégia diplomática da China /
 Sergio Caldas Mercador Abi-sad. — Brasília: Editora
 Universidade de Brasília, 1996.

214 p.

1. China — relações internacionais.
2. China — diplomacia. I. Título.

CDU - 327 (510)

*Nos confins do Oriente existe um
dragão; vive na China e confunde-se com
ela. Não se conhece bem sua potência,
mas sabe-se que pode ser terrível.*

(Do relato de viajantes
que cruzavam a Rota da
Seda, transportando o
precioso produto da costa
chinesa até os palácios da
Roma Imperial. Citado em
O livro das maravilhas de
Marco Polo)

SUMÁRIO

Introdução	9
Apresentação	13

PARTE I

As grandes metas

A diplomacia chinesa na fase de implantação da República Popular: em busca de segurança	29
Mudança de rumo da diplomacia chinesa nos anos 1960: em busca de independência	59
A diplomacia chinesa inicia seus contatos com os grandes interlocutores mundiais: em busca de maior espaço internacional	77
A diplomacia chinesa na era das reformas de Deng Xiaoping: em busca de desenvolvimento	85
A RPC diante do novo equilíbrio geoestratégico mundial: em busca de novas definições	103

PARTE II

Os grandes desafios

Abrindo mão de princípios	119
A RPC diante da implosão do mundo soviético	123
O peso estratégico da China na atual configuração mundial de poder	131
O presente e o futuro	139
As novas relações com o velho vizinho	145
A presença americana de ontem e de sempre	153

As novas condicionantes da <i>entente</i> sino-japonesa	167
Os grandes esquemas de equilíbrio do futuro	175
O Brasil e a China	183
Conclusão	193
Cronologia de eventos	205
Bibliografia	211

Abreviaturas empregadas:

- APEC – Conferência Econômica para a Região da Ásia-Pacífico
- ASEAN – Associação de Nações da Ásia do Sudeste
- CEI – Comunidade de Estados Independentes
- EUA – Estados Unidos da América
- G-7 – Grupo dos Sete Países mais Industrializados
- MTRC – Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis
- PCC – Partido Comunista Chinês
- PCUS – Partido Comunista da União Soviética
- RPC – República Popular da China
- TNP – Tratado de Não-Proliferação Nuclear
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

Poucos países terão noção tão intensa de defesa de seu interesse nacional quanto a República Popular da China. O traço mais saliente de toda a atuação exterior chinesa refere-se à busca persistente pela recomposição de uma imagem de marca de particular realce na cena internacional. A China do passado teve grandeza incomparável e força de mando sem rival. Conheceu ainda graves momentos de debilidade e fraqueza diante de novos protagonistas da política mundial de poder, na época mais aguerridos e com mais clara percepção de realidades concretas, que emergiam de correlações originais de conveniências e ambições nacionais variadas. Mas sempre persistiu na mentalidade chinesa o princípio segundo o qual, quase que por uma imposição ancestral e por determinismo político, era preciso restaurar a aura de glória inerente à sua potência e resguardar o lugar que lhe seria devido no mundo, ou seja, uma posição de destaque entre os grandes detentores dos comandos decisórios da vida internacional.

Herdeira de uma das maiores e mais ricas tradições políticas e culturais da história da humanidade, a China de hoje vem-se empenhando em afirmar-se no papel de um dos principais interlocutores em matéria de relações externas globais. Qualquer chinês, até os de origem mais humilde, aceita com naturalidade a aspiração nacional à grandeza. Afinal, ontem ou hoje, no passado ou no presente, a China sempre foi, e para muitos continuará a ser, o Império do Meio, o centro do mundo, o âmago, a medula e o núcleo central, indispensável à própria idéia de definição de poder.

Por ter-se desenvolvido em conturbado clima de tensões internacionais, a moderna diplomacia chinesa apresentou fases e períodos bem distintos no decorrer das últimas décadas. Ainda que andando em zigue-zague ou de atalaia, guardando fôlego para investidas mais ambiciosas, permaneceu subjacente na atuação externa do país o desejo de posicionar-se de forma a vir a ser alçado a uma posição exponencial e destacada. Por isso mesmo, seu interesse nacional sempre primou sobre quaisquer outras considerações, doutrinárias e até ideológicas. Como que sintetizando essa postura, o hábil homem político e fino diplomata que foi Chu En-Lai declarou em certa ocasião que todos os esquemas de composição de interesses têm caráter circunstancial: tudo passará, os valores poderão ser revertidos ou alterados, as justificativas de princípio mudarão, as

regras táticas vão evoluir, de eterno só permanecerá a China e seus objetivos específicos.

O presente trabalho representa uma simples reflexão sobre a política externa da China de hoje. Destina-se essencialmente a um público brasileiro atento a relações exteriores, procurando ressaltar alguns aspectos precisos que marcaram a atuação internacional de um país que vem influyendo de forma ativa e fazendo-se bem presente em certos períodos cruciais onde estiveram em jogo interesses nacionais concretos e variados, inclusive os do Brasil. Não se quer de forma alguma apresentar um modelo e muito menos sugerir imitação. Apenas comparação, análise e estimativa serena.

Embora muito distantes em termos geográficos, seguindo parâmetros institucionais diversos e contando com sistemas de referência bem distintos, o Brasil e a China não se encontram em posição antagônica. Ao contrário, existe uma vasta esfera de convergência de aspirações e objetivos concretos. Além disso, no mundo de hoje marcado pela interdependência e por relações políticas e econômicas cada vez mais globalizadas, tornar-se-ia inviável que um país como o Brasil não levasse em consideração o peso específico da China na cena mundial, sua importância política, seu *status* de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sua capacidade nuclear e seu potencial militar, sem falar de eventuais parcerias proveitosas em termos econômicos e comerciais. Reconhecer a China tal qual é, e como desejará ainda mais projetar-se, constitui um objetivo sério e louvável para estudiosos brasileiros, vem ao encontro de certas necessidades de análise política e, sobretudo e principalmente, atende a nosso interesse nacional específico.

As opiniões expressas no presente texto refletem pontos de vista estritamente pessoais do autor deste trabalho, que por eles responde em caráter individual e com responsabilidade exclusiva.

Este trabalho é dedicado a Caroline e Alex, que até agora só tiveram da China uma imagem lúdica de prazer e fantasia, bem como a Edouard Vuagniaux, cujas experiências chinesas já ganharam maior substância, embora permaneçam mescladas de boa dose de encantamento e excitação. Carlos Alberto Conde e Edouard Villas-Boas foram queridos companheiros de vivência na China e sempre estimularam o autor em pesquisas sobre o misterioso e fascinante universo chinês. Miriam e George Prata, além de amigos de todas as horas, serão lembrados pela naturalidade e refinamento fidalgo com que souberam se distinguir em contexto por vezes demasiadamente original.

Palavras de carinho e reconhecimento também devem ser ditas com relação aos integrantes do Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais de Genebra, a Alain Prévost, a Jacques Dubois e a todo o pessoal das Presses Universitaires de France, às renomadas equipes de *Le Monde Diplomatique*, *Foreign Affairs*, *Foreign Policy* e *Politique Internationale*, assim como das cadeias internacionais de televisão CNN e BBC, e, muito especialmente, aos pesquisadores que trabalham como o professor Jonathan D. Spence. A todos os chineses que tão gentilmente se prontificaram a colaborar nas pesquisas para a realização deste texto um sincero e reconhecido muito obrigado.

APRESENTAÇÃO

Para melhor conhecer o perfil diplomático da China de hoje seria útil procurar fazer uma síntese histórica sobre a evolução das posturas relativas à política externa, que paulatinamente orientaram a atuação internacional do país. Com essa abordagem, mesmo que sumária, poder-se-á compreender como vêm sendo apreendidos pelas autoridades chinesas os eventos que mais marcaram a atualidade da política mundial nas últimas décadas.

Durante séculos, a China Imperial constituiu um mundo à parte, impondo suas próprias leis a uma vizinhança de todo consciente de seu poderio político, militar e cultural. O conceito de “universo chinês” refletia em si algo muito mais forte do que uma mera expressão de síntese geopolítica, simbolizando, na realidade, uma idéia específica de civilização calcada em regras sociais básicas (princípios confucianos globais de organização institucional) e na potência de fato reconhecida de exigir tributo de reverência dos vassalos (“bárbaros”) existentes na periferia do Império do Meio. Por tal motivo, tornou-se comum caracterizar a China como constituindo muito mais do que um simples país, representando, efetivamente, uma verdadeira civilização com aspectos únicos e distintos, singularizando-se de forma especial no contexto amplo da vida internacional.¹

A China dinástica tradicionalmente representou, assim, um “império

¹ A maioria da população chinesa é constituída pela etnia *han*. A expressão *han-jen* indica os descendentes étnicos dos “homens de Han”, referindo-se historicamente à dinastia Han (206 BC -220 AD). Os europeus derivaram os nomes China e chinês do indicativo da dinastia Ch'in (Qin), que antecedeu os Han e procedeu à primeira unificação nacional, dando início à construção da Grande Muralha. A China ficou sendo conhecida pelos *han-jen* como *Chung-kuo*, ou seja, “Reino Central”, expressão também traduzida como Império ou Reino do Meio. Até hoje, o nome usado pelos chineses para designar seu país em idioma mandarim continua a ser *Zhongguo* ou *Chungkuo*. Na terminologia oficial todos os habitantes do espaço territorial chinês, inclusive os povos não *hans*, eram chamados *Chungghuo-jen*, ou “povos do Reino Central”; assim, os manchus, os tibetanos, os mongóis e as demais etnias que integraram a população nacional da China eram *Chungghuo-jen* mas não *han-jen*. A respeito, veja-se a obra *Histoire générale de la Chine*, de Jian Bozan, Shao Xunzheng e Hu Hua, Pequim, Éditions en Langues Étrangères, 1985. Outras excelentes informações sobre o passado dinástico da China encontram-se no conhecido livro de Denys Lombard *La Chine Impériale*, Paris, Presses

sem vizinhos”, bastando-se em um espaço geopolítico e geoestratégico onde sua preponderância foi incontestável.² Nesse sentido, não seria de estranhar que conceitos particulares aplicados pelo Ocidente com relação a direito internacional público, relações internacionais, atividade diplomática e equilíbrio de forças nacionais adquirissem conotações inteiramente singulares, e muitas vezes contraditórias, no caso específico do mundo chinês, levando em conta como o poder imperial da China estruturava seus vínculos e seu intercâmbio com os demais povos com os quais entrava em contato e dos quais conseguia se fazer reconhecer como potência dominante e autoridade exclusiva em matéria política.³

Não havia embaixadores acreditados junto ao imperador chinês, sendo apenas recebidos certos emissários de outras regiões ou reinos encarregados de prestar tributo periódico de vassalagem, consubstanciado na prostração individual em presença do Filho do Céu (o *kowtow* reverencial). Os viajantes estrangeiros, na maior parte árabes e europeus, que primeiro estabeleceram relações com a China dinástica fora de esquemas de confronto bélico por afirmação de poder limitaram-se a contatos fugidios e de objetivos circunscritos e precisos para tratar de assuntos específicos (comércio na maioria dos casos, como com os portugueses aceitos pelos chineses em Macau, ou viagens esporádicas, como a que celebrou Marco Polo no século XIII; assinala-se igualmente a presença de alguns religiosos na corte imperial chinesa, sobretudo jesuítas respeitados, em particular, por seus conhecimentos científicos de astronomia, muito acatados pela elite dirigente de então).

Esse sentimento de preponderância absoluta e de comando indiscuti-

Universitaires de France. 1987.

No que diz respeito à própria idéia de uma civilização chinesa com características especiais e distintas, o tema foi recentemente abordado de forma brilhante e polêmica pelo famoso professor Samuel P. Huntington no estudo “The clash of civilizations?”, publicado pela revista *Foreign Affairs*, edição do verão de 1993, pp. 22-49.

² O renomado sinólogo Vadime Elisseeff cunhou a expressão “império sem vizinhos”, que passou a ser acatada como uma das melhores definições da potência sem rival da China monárquica, sobretudo até o período da dinastia Ming. Sobre o tema, cite-se o famoso livro *La civilisation de la Chine classique*, de Vadime e Danielle Elisseeff, Paris, Arthaud, 1987.

³ Nesse sentido, citem-se os eruditos trabalhos *The Gate of Heavenly Peace: the Chinese and their revolution, 1895-1980*, de Jonathan Spence, Londres, Penguin Books, 1982, e *Le monde chinois*, de Jacques Gernet, Paris, Armand Colin, 1990.

vel em assuntos, envolvendo interesses externos diante de outros povos e consolidando a imagem do tradicional Império do Meio, tornou-se um dado de cultura política da maior importância para a compreensão do substrato da mentalidade chinesa. Passou mesmo a integrar um dado de indisputada relevância que vem transpassando a sensibilidade de todo um povo por várias e várias gerações. Ainda hoje, fazem-se sentir de forma perceptível ecos dessa tradição sobre a vocação de grandeza singular e única do universo chinês.

Até o final do século XVIII, a China conseguiu manter-se bastante infensa ou incólume às influências estrangeiras, apesar de, desde o período das grandes navegações iniciado nos séculos XIV e XV, já ter-se feito sentir a presença do mundo europeu na Ásia Oriental, ou seja, precisamente no que poderia ser caracterizado como a área de influência precípua do Império chinês.⁴

Em meados do século XIX, a expansão comercial e colonial das grandes potências do Ocidente envolveu o continente asiático em sua esfera de atuação global, atingindo a China em cheio e trazendo conseqüências substanciais para a ordem institucional vigente no Império do Meio. A China passou a defrontar-se com novas realidades internacionais, cujos princípios elementares até então recusara-se a admitir ou nem tivera condições de apreender, e, sobretudo, viu-se diante de outras formas inusitadas de poderio econômico, militar e estratégico, que a reduziam a uma posição de indiscutível inferioridade. Terminara a fase de isolamento tradicional e exclusivista do velho Império e tinha início um longo e doloroso período de aprendizado de convivência com outros grandes interlocutores da cena mundial em difícil, conflituoso e delicado relacionamento, objetivando a criação de um equilíbrio de poder em termos radicalmente originais e inauditos para a mentalidade e a sensibilidade dos chineses.

Não caberia no escopo preciso do presente trabalho entrar em considerações alongadas a respeito do fascinante capítulo relativo à abertura da China às potências ocidentais interessadas pelas possibilidades de lu-

⁴ Sobre os contatos iniciais de enviados ingleses em busca de abertura do mercado chinês no final do século XVIII para incrementar transações comerciais com base nos princípios de livre intercâmbio, que se firmavam naquela primeira etapa da revolução industrial, citem-se duas recentes obras de Alain Peyrefitte, que vêm despertando grande interesse e merecendo inúmeros elogios da parte de sinólogos renomados: *L'Empire immobile* ou *Le choc des mondes*, Paris, Fayard, 1989, e *Un choc de cultures. La vision des chinois*, Paris, Fayard, 1991.

ros extraordinários oferecidas pelos recursos naturais abundantes do Império e por sua situação de inferioridade tecnológica, que o impediam de resguardar seu predomínio geoestratégico tradicional. Nas linhas a seguir buscar-se-á traçar uma sùmula abrangente de como foi marcado o comportamento externo da China desde o início efetivo de sua maior interação com os países do Ocidente a partir do século XIX.

Relembre-se que, em defesa de princípios de livre intercâmbio e com o objetivo de equilibrar sua balança comercial fortemente gravada por vultosas importações de seda, chá e porcelana procedentes da China, os ingleses impuseram às autoridades imperiais de Pequim acordos bilaterais, que permitiam a venda de entorpecente, que acusou uma progressiva demanda dos consumidores chineses. O ópio produzido nas possessões coloniais inglesas na Índia era trazido inicialmente para entrepostos comerciais em Cantão, de onde era distribuído para outras partes da China. Devido ao valor do negócio e da procura acentuada pelo narcótico, os representantes da Coroa britânica viram uma oportunidade única para forçar a abertura do mercado chinês e para firmar sua presença em território imperial de forma mais assertiva e dominante.⁵

A China entrou em contato com o mundo moderno e com as regras mais complexas de relacionamento internacional por meio de forte e destabilizadora experiência com a empreitada colonial do Ocidente. Em nome do livre comércio e da liberdade de negociar a venda de droga às populações chinesas, foi travada a primeira “guerra do ópio” em 1840, que assegurou à Grã-Bretanha, pelo Tratado de Nanquim, de 29 de agosto de 1842, a cessão perpétua da ilha de Hong Kong, o pagamento de grande indenização por carregamentos de narcótico anteriormente destruídos pelas autoridades imperiais e a abertura ao comércio exterior dos portos de Cantão, Xiamen (Amoy), Fuzhou, Ningpo e Xangai. A partir de então, iniciou-se a fase conhecida, de forma irreverente, mas muito fria e objetiva, como “a partilha do melão chinês”, ou, em linguagem menos incisiva, como “a abertura da China ao exterior”.

Em 1844, os americanos conseguiram obter que os chineses assinassem o Tratado de Wanghia, concluído em vilarejo com esse nome

⁵ Embora o negócio com drogas, em particular com o ópio, fosse proibido pela legislação chinesa, a liberdade de comércio preconizada pela Grã-Bretanha representou, na prática, a abertura do mercado chinês a um vasto tráfico de entorpecente, que chegava facilmente aos portos da China a bordo de navios ingleses, sendo, em seguida, distribuído a quase todo o resto do país.

situado próximo a Macau, pelo qual se asseguraram vantagens similares às obtidas pelos ingleses e estabeleceram regras para que crimes cometidos por cidadãos americanos na China fossem julgados por autoridades consulares americanas com base na legislação dos EUA (a famosa extraterritorialidade de jurisdição, que iria vigorar até meados da década de 1940). A França, igualmente, firmou seu próprio acordo do gênero com os chineses ainda em 1844. Em 1858, o Tratado de Tianjin, feito depois da “segunda guerra do ópio”, concedeu vantagens ainda maiores aos ingleses, inclusive no que se refere à percepção direta de taxas em benefício próprio da Grã-Bretanha, à ampla liberdade de circulação em território chinês para os cidadãos ingleses e ao estabelecimento de um embaixador residente em Pequim. Esse acordo foi seguido pela Convenção de Pequim, que cedeu por 99 anos territórios da península de Kowloon a Hong Kong.

A Alemanha, após a unificação de 1871, obteve concessões importantes na província de Shandung. O Japão, que, por sua vez, tinha sido pressionado pelos americanos a abrir seus portos desde 1854, iniciando uma fase de acelerada modernização com base em padrões ocidentais, começou a demonstrar grande interesse em corroer a presença chinesa em territórios adjacentes — ilhas Ryukyu e na Coréia — e também em efetivar uma “zona de influência” no próprio território chinês.

Os japoneses foram apoiados pelos americanos e ingleses, interessados em contar com a participação de Tóquio para pressionar as autoridades de Pequim em busca de maiores vantagens. Assim, em 1867 e em 1871, os americanos enviaram tropas à Coréia, enfraquecendo a presença chinesa ali, e em 1871 encorajaram os japoneses a ocupar as ilhas Liu Chiu, hoje Okinawa; concomitantemente, os EUA apoiaram o ataque nipônico contra Formosa, onde já tinham desembarcado em 1850 e 1867. Os ingleses acalentavam ainda outro interesse específico em manter entendimentos com o Japão, procurando um aliado potencial contra a Rússia czarista.

Na fronteira setentrional chinesa, a Rússia Imperial obteve em 1858 pelos Tratados de Aigoun e de Tientsin cerca de 600.000 km² de territórios pertencentes à China na região manchú; pelo Tratado de Pequim de 1860, Moscou conseguiu ainda 400.000 km² suplementares nas regiões situadas entre o oceano Pacífico e os rio Amour e Ussuri. A Rússia pôde ainda impor os Tratados de Livadia e de São Petersburgo, respectivamente, de 1879 e 1881, assegurando-se de cerca de 500.000 km² na

região que vai do vale inferior do rio Ili, dos montes Tienshan até o lago Balkhach.⁶

A esse quadro desolador de decadência e de desagregação no território da China Imperial juntaram-se outros acontecimentos relativos à perda de poder de influência de Pequim em regiões vizinhas, onde fora tradicional a presença chinesa. Em 1880, a França procurou expandir seu império colonial, ocupando Hanói e Haifong, no atual Vietname, que representava uma área onde a China já se encontrava presente. Pequim tentou reagir, mas teve de capitular em 1884, depois de fragorosa derrota militar diante da frota francesa em Fuzhou; tal fato assegurou o domínio da França sobre a Indochina. Da mesma forma, os ingleses, em 1885, declararam a Birmânia um protetorado seu, desfazendo o poder local de influência da China.

Em 1894, como que em último esforço para procurar recompor sua posição de prestígio externo, a China Imperial entrou em guerra com o Japão, amargando uma derrota cheia de sentimentos de humilhação e de desconsolo diante de um país que outrora fora considerado uma simples área sujeita ao poder incontestável do mando chinês. O Tratado de Shimonoseki, de 1895, representou como que um golpe de misericórdia no moribundo sistema monárquico da China. O Japão impôs ao governo de Pequim o reconhecimento da independência da Coréia, logo transformada em protetorado e, posteriormente, em 1905, em verdadeira colônia nipônica. Tóquio recebeu ainda, “a título perpétuo”, as ilhas dos Pescadores, Formosa e a região de Liaodong, no sul da Manchúria (esse último ganho teve de ser cancelado em vistas das pressões de protesto da Grã-Bretanha, França e Alemanha).⁷

Em 1902, foi firmada a aliança anglo-japonesa, visando manter “a

⁶ Como referência básica a esse respeito, cite-se o importante livro de François Joyaux *Géopolitique de l'Extrême Orient*, Bruxelas, Éditions Complexe, 1991.

⁷ Veja-se a respeito o livro de Hu Sheng *Imperialism and Chinese politics*, Pequim, Foreign Languages Press, 1985, com uma análise doutrinária marxista tradicional, mas com interessantes observações que demonstram como a mentalidade chinesa chocou-se de fato com o caráter e a natureza da investida ocidental registrada desde meados do século XIX. Outro documento de destaque sobre as reações chinesas ao impacto da presença ocidental no final do século passado refere-se ao trabalho *Diary of a Chinese diplomat*, de Zhang Deyi, Pequim, Panda Books, 1989, com saborosos comentários de um antigo embaixador da dinastia Qing em Londres a respeito dos usos e costumes da época vistos sob uma ótica essencialmente chinesa.

paz no Extremo Oriente” e “garantir a integridade territorial da China”, mas objetivando, de fato, diminuir a presença russa no Império chinês e nas fronteiras de noroeste próximas da Índia, onde Londres e Moscou se encontravam em luta mais ou menos velada por controle de poder em época que ficou conhecida na história sob o nome de “o grande jogo”.

No início deste século, Tóquio constituiu uma base natural para os radicais chineses, que combatiam a ordem monárquica, porque os japoneses tinham adotado muitos hábitos do Ocidente e também porque desprezavam o regime manchu. Muitos autores dizem que o Japão passou, então, a representar uma grande força para estimular o renascimento da China e, ao mesmo tempo, transformou-se em seu maior inimigo.⁸

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o Japão efetivamente aderiu ao esforço de guerra dos países inimigos dos Impérios Centrais, invocando principalmente sua aliança com os ingleses desde 1902. Mas a grande batalha nipônica teve lugar não em teatro de combates na Europa, e sim contra os alemães que se encontravam em Shantung, na costa chinesa. O fato de tropas nipônicas terem, então, sido enviadas à China talvez tenha aguçado o apetite de conquista vinte anos mais tarde. Alguns autores chegam mesmo a considerar hoje em dia que a única razão pela qual o Japão envolveu-se na Primeira Grande Guerra referiu-se à possibilidade de dar início a uma presença efetiva em território chinês, mormente porque desde 1911 havia sido instituído o regime republicano na China, em clima de certa confusão e tumulto, propício a investidas mais audaciosas da parte de estrangeiros.⁹

Em 1915, em pleno período de guerra, o Japão fez saber ao governo de Yuan Shih-k'ai que exercia uma ditadura militar em Pequim e que

⁸ Assinale-se a diferença de atitude entre a China e o Japão com relação à presença ocidental mais poderosa desde meados do século XIX. Os japoneses esforçaram-se em copiar com diligência a tecnologia e os usos do Ocidente para não ser por ele colonizados: os chineses procuraram copiar alguma coisa dos países mais avançados, entretanto não tinham condições de adotar inteiramente o novo modelo de desenvolvimento e de organização social proposto pelo Ocidente, a fim de resguardar sua identidade nacional e cultural própria. O fato seria explicado por ser a China uma civilização bem mais antiga e original, cujos fundamentos básicos resistiriam a investidas mais audaciosas em nome da modernidade. O assunto foi bem abordado por Alain Peyrefitte no livro *La tragédie chinoise*, Paris, Fayard, 1991, p. 277, bem como por Nancy Bernkopf Tucker no estudo “China and America: 1941-1991”, *Foreign Affairs*, vol. 70, nº 5, inverno de 1991/92, pp. 75-92.

⁹ Vejam-se a respeito as observações de Israel Epstein no livro *From Opium War to liberation*, Pequim, New World Press, 1956.

procurava restaurar a monarquia sob sua égide pessoal, as “vinte e uma exigências”, que representavam um aviltamento total da China diante da potência nipônica. Sumariamente, as exigências japonesas referiam-se à obtenção de todas as possessões alemãs em Shandung; titularidade sobre as posições russas em Dairen e Port Arthur e sobre a ferrovia no sul da Manchúria; direitos de mineração na Mongólia interior; transformação da Hanyehping Iron and Steels Works (maior empresa industrial chinesa), no rio Yangtzé, em empreendimento conjunto com o Japão; nenhuma nova mina seria aberta sem o consentimento japonês e nenhuma cidade portuária livre seria criada, a não ser em benefício de interesses nipônicos; os departamentos da polícia chinesa seriam administrados conjuntamente com funcionários japoneses; metade das munições compradas pela China deveria provir do Japão.

Yuan Shih-k'ai concordou com as exigências japonesas, o que desencadeou um grande movimento popular de protesto em praticamente toda a China. A morte de Yuan em 1916 levou uma parte da liderança de Pequim, sobretudo o grupo mais ligado ao general Zhang Xun, a considerar que uma eventual participação chinesa no conflito mundial poderia vir a servir de contrapeso às pressões japonesas. Assim, a China deparou-se com uma situação delicada. Não faria grande sentido envolver-se na luta desencadeada entre as potências européias, que disputavam a partilha do próprio território chinês para ali estabelecer suas respectivas áreas de influência e de poder. No entanto, Pequim devia precaver-se, porque a colaboração nipônica com os aliados poderia vir a representar uma forma de beneplácito para a obtenção por Tóquio de vantagens ainda maiores em território nacional. Dessa forma, a partir de 1917, os chineses passaram a integrar o esforço de guerra dos países aliados, enviando contingentes de trabalhadores para substituir a mão-de-obra européia arrolada em combates.¹⁰

Na Conferência de Versailles, ao término da guerra, as pretensões chinesas por reaver as possessões alemãs em Shandung foram liminarmente desconsideradas, da mesma forma que as gestões pelo fim da pre-

¹⁰ Deng Xiaoping alistou-se para participar desse programa de envio de trabalhadores chineses para a Europa, fato que foi ironicamente caracterizado pelos ingleses como comparável a uma “máquina de salsichas” de produção em série de operários de pouca qualificação. Deng só partiu para a França depois da guerra, no âmbito de um programa similar destinado a preparar “estudantes-operários” em centros mais avançados. O assunto foi abordado pelo autor deste estudo em um trabalho biográfico sobre Deng Xiaoping intitulado *A muralha e o mito*.

sença de forças estrangeiras no país, pelo término do regime de extraterritorialidade, pela reintegração à soberania chinesa de territórios “alugados” por longo período e pela anulação das exigências japonesas. A China fora tratada como pária, desesperando-se ao ver concedidos ao Japão os antigos direitos outorgados aos alemães no que se referia a ferrovias, portos, propriedades de imóveis e de minas. Em Pequim, muitos círculos pressentiram que a perfídia do Japão fora estimulada de longa data pela Grã-Bretanha e pela França, e acintosamente consagrada em Versailles. A China absteve-se de assinar o Tratado de Paz. Em todo o país registraram-se manifestações de protesto e de indignação, culminando com o chamado “movimento de 4 de maio de 1919”, quando grande massa popular concentrou-se em Pequim para demonstrar seu desagrado com as decisões de Versailles.¹¹

O período republicano na China após a Primeira Guerra Mundial foi marcado pela intensificação das lutas políticas internas, despontando o movimento comunista como uma das componentes da cena institucional, onde o Kuomintang (Partido Nacional do Povo) conseguiu empolgar o poder, de início sob a liderança de Sun Yat-sen e, a seguir, sob o comando de Chiang Kai-shek. A efervescência da vida pública chinesa gerou momentos de grande tensão, arrolando, inclusive, alguns interesses estrangeiros nas disputas que se travavam pela definição institucional do país.

Todas as grandes potências presentes na China estiveram, de uma forma ou de outra, envolvidas no torvelinho de lutas políticas então registradas. O fato novo e mais expressivo referiu-se à presença da União Soviética na cena chinesa, tanto como aliada do governo de Sun Yat-sen (fase marcada pela atuação de Borodine como comissário político encarregado de prestar assistência aos republicanos chineses) quanto como força de importância inegável junto ao Partido Comunista Chinês. A partir de 1927, iniciou-se a primeira guerra civil entre os comunistas e os nacionalistas, marcada por eventos como o massacre de Xangai naquele ano (narrado por André Malraux em *A condição humana*), o estabelecimento de zonas guerrilheiras no sul da China (*soviets* de Jianxi), a Longa Marcha e a criação de uma base comunista na província de Shaanxi.

A tumultuada vida da China republicana seria ainda mais agravada

¹¹ O trabalho de Hu Sheng intitulado *From the opium war to the May Fourth movement*, Pequim, Foreign Languages Press, 1991, retraça esse período sob uma perspectiva chinesa bastante emocional, mas com observações de valor como referência histórica.

em 1931 com o chamado “incidente de Mukden”, usado pelos japoneses como pretexto para capturar aquela cidade e iniciar uma efetiva ocupação da parte norte-oriental da China na região conhecida então como Manchúria, onde chegou a ser constituído o Estado-fantoches do Manchukuo, em 1932. Alguns historiadores consideram a agressão nipônica contra a China no início da década de 1930 como o verdadeiro marco da deflagração da Segunda Guerra Mundial. A invasão japonesa provocou importantes repercussões políticas internas na China, representando um significativo elemento propulsor para a criação de uma “frente única” entre os revolucionários comunistas e os nacionalistas do Kuomintang, a partir de 1936.¹²

A resistência chinesa contra o Japão ganhou escopo mais abrangente e maior complexidade estrutural com a generalização dos combates da Segunda Guerra. Os esforços ingleses para defender Burma sob o comando de *lord* Mountbatthen, procurando, assim, resguardar o território da Índia, foram sendo planejados, levando também em conta os combates de unidades chinesas contra tropas nipônicas. Desde 1941, com o ataque japonês a Pearl Harbor e o início da chamada “Batalha do Pacífico”, igualmente os EUA passaram a ver nos combatentes chineses uma força de apoio suplementar na luta contra o Japão. Dessa forma, a China encontrou-se envolvida no âmbito de um vasto esquema de planejamento bélico e de composições estratégicas de amplo alcance.

Apesar de valorosa e significativa, a luta dos chineses contra o exér-

¹² Chiang Kai-shek opôs-se, de início, a um enfrentamento direto com os japoneses, preferindo adotar a tática de primeiro procurar liquidar os rebeldes comunistas, para só posteriormente ocupar-se do problema nipônico. Seu pensamento pode ser analisado em sua obra *China's destiny*, Nova York, Roy Publishers, 1947. Hoje em dia, muitos analistas julgam que Chiang estimava inútil combater os japoneses apenas com tropas chinesas, porque acreditava que, cedo ou tarde, os americanos entrariam em conflito com o Império do Sol Nascente, preferindo, assim, poupar suas forças militares para uma aliança futura com os EUA. Além disso, há atualmente muita documentação, indicando que Chiang temia uma influência desestabilizadora americana sobre seu regime, caso entrasse logo em luta contra o Japão e os EUA viessem a prestar-lhe assistência por intermédio de conselheiros militares, que poderiam facilmente cientificar-se do precário estado em que se encontrava o regime do Kuomintang. O raciocínio do líder nacionalista não seria desprovido de fundamento, haja vista o que ocorreu após a criação da “frente única” em 1936, quando a fragilidade e a corrupção estruturais do Kuomintang não resistiram aos embates e às provas de fogo que seriam criadas com a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

cito japonês por si só não representou um elemento decisivo para forçar a capitulação de Tóquio, constituindo muito mais um fator de apoio tático primordial, ou forma diversionista eficaz para desassossegar parte dos efetivos nipônicos, o que propiciou maior margem de manobra para embates decisivos travados pelos anglo-saxões em outros teatros asiáticos de operações. No entanto, ressalte-se que o território chinês foi palco de afrontamentos sangrentos e importantes, que causaram grandes perdas à população civil. Nesse sentido, basta citar a destruição de Nanquim pela força aérea japonesa, durante uma arrasadora *Blitzkrieg* com grande analogia à efetuada pela aviação nazista contra a cidade de Guernica, em episódio considerado dos mais cruéis e bárbaros de toda a Segunda Guerra.¹³

A capitulação incondicional do Japão em 1945 não trouxe vantagens imediatas à China, onde se reiniciava a luta fratricida entre comunistas e nacionalistas, que fez mergulhar o país em estado de grande confusão e caos. Ao término da guerra civil, nasceu a República Popular, proclamada em 1º de outubro de 1949.¹⁴

Para o leitor brasileiro o que provavelmente mais chamará a atenção no resumo acima apresentado diz respeito à grande diferença entre a situação geopolítica e geoestratégica do Brasil e da China. O fato de ter a China constituído o cenário onde tiveram lugar grandes afrontamentos entre interesses nacionais divergentes e contraditórios, pulverizando valores e tradições mais arraigadas na mentalidade local, por si só já poderia ser apontado como o grande traço distintivo entre os dois países.

Enquanto desde o período de sua descoberta e posterior etapa de domínio colonial o Brasil permaneceu imerso em clima relativamente estável, não sendo palco de embates diretos entre as grandes potências da época, com exceção dos episódios relativos à invasão holandesa e incursões eventuais francesas nos séculos XVI e XVII, os contatos dos chine-

¹³ Vejam-se sobre o assunto o artigo “La mémoire retrouvée des crimes de Nankin”, de Antoine Halff, *Le Monde Diplomatique*, agosto de 1991, p. 27, bem como os livros *When tigers fight: the story of the Sino-Japanese war, 1937-1945*, Nova York, Viking Press, 1982, em especial o capítulo 4: “The rape of Nanjing”, e “The China quagmire: Japan’s expansion on the Asian continent, 1933-1941”, de James Morley (editor), Nova York, Columbia University Press, 1983.

¹⁴ Duas reputadas obras sobre a história da República Popular são: *La Chine, 1949-1985*, de Jean-Luc Domenach e Philippe Richer, Paris, Imprimerie Nationale, 1987, e *La Chine Populaire*, de Jacques Guillermez, Paris, Presses Universitaires de France, 1988.

ses com o mundo europeu e com as grandes alterações tecnológicas e econômicas resultantes da revolução industrial caracterizaram-se por um nítido sentido dramático e de grande impacto sociopolítico. De uma certa forma, o Brasil nasceu envolvido em acontecimentos internacionais, dos quais sua descoberta constituiu um fato marcante na fase de grandes viagens de circunavegação e de expansão da influência européia pelo globo. A China, ao contrário, existiu por milênios em espaço próprio e auto-suficiente, defrontando-se com as realidades da vida internacional mais ampla de forma brusca e com grande sentido de trauma.

Se o Brasil nasceu mais aberto ao mundo, que ia ganhando contornos novos e originais com os empreendimentos dos navegadores do século XVI, a China foi forçada a aceitar a presença de novos parceiros internacionais, que impuseram suas regras e seu predomínio sobre uma civilização que durante séculos a fio tinha sido considerada um parâmetro e um paradigma em vasta área de influência a seu redor. Decorre daí que o sentido da expressão modernidade tornou-se diverso aos ouvidos de brasileiros e chineses.

No Brasil é fácil, e algumas vezes até imperativo, acatar as novidades vindas do estrangeiro, que fazem parte do cotidiano usual e passam por um inevitável processo de aculturação, adaptando-se sem maior problema à realidade nacional, na qual se integram de forma quase que espontânea. Para a mentalidade chinesa a questão coloca-se, e vem-se colocando há mais de 150 anos, de forma bem distinta. As relações internacionais abriram perspectivas inusitadas para a vida política chinesa, mas não deixaram de trazer em si uma forma de ameaça à integridade original da personalidade do país. Procurar ajustar-se ao mundo e buscar dele vir a constituir um dos principais protagonistas tem representado um fenômeno político muito distinto para os responsáveis do Brasil e da China. De um lado, a facilidade brasileira de aceitação de novos contornos externos e de novas perspectivas abrangentes; de outro lado, o natural hermetismo chinês que percebe na influência externa um risco à sua própria definição como entidade nacional e até mesmo como povo coeso, não raro interpretando os influxos externos como forma de efetiva agressão.

Essa perspectiva diversa sobre a vida internacional, sobre as relações exteriores e mesmo sobre a condução de atividades diplomáticas globais precisa ser levada em consideração para que se possa entender por que para a China, de ontem e de hoje, se torna tão importante, e algumas vezes crucial, estar intensamente envolvida em questões relacionadas com interesses de outros países, alguns ocupando mesmo o primeiro lugar na

cena mundial. Da mesma forma, seria sempre útil assinalar a carga histórica e a forte conotação de reserva diante do estrangeiro que não raro incidem sobre o perfil da política externa chinesa, diferenciando-a, em substância, da prática brasileira. Com base nesse dado, poder-se-á entender com mais facilidade por que o sentido de interesse nacional, que sempre permeia o posicionamento externo de qualquer país, se torna tão premente, e até obsessivo, no caso específico da China, situada em contexto histórico e geopolítico muito mais instável e ebuliente do que o do Brasil.

No âmbito preciso deste trabalho, procurar-se-á analisar nas páginas a seguir como vem evoluindo a atuação internacional da República Popular da China desde sua criação até o momento, buscando-se correlacionar essa evolução com as grandes linhas de equilíbrio geopolítico e geoestratégico, tendo em conta a região da Ásia Oriental.

De uma maneira geral, poder-se-ia dizer que a política externa da China Popular registrou quatro fases de evolução bem distintas : a primeira foi marcada por busca de segurança (período que vai da criação da RPC, em 1949, até 1960); a segunda fase esteve caracterizada por grande preocupação com a independência da atuação externa (época que coincidiu com a ruptura com a URSS, em 1960, e vai até a retomada de contatos com os EUA, em 1971); a terceira assinalou o ingresso da China nas Nações Unidas e o estabelecimento de vínculos com a maioria dos membros da comunidade internacional (de 1971 a 1978); a quarta, iniciada em 1978, foi sendo muito distinguida por desejo de expandir programas de cooperação com o exterior em busca de assistência para projetos de desenvolvimento; e, finalmente, a fase atual, que está sendo marcada pelas incertezas gerais sobre a estruturação de um novo equilíbrio mundial de poder na etapa posterior à guerra fria e à implosão do bloco comunista e da URSS.

PARTE I

AS GRANDES METAS

A DIPLOMACIA CHINESA NA FASE DE IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR: EM BUSCA DE SEGURANÇA

Após a criação da RPC em 1º de outubro de 1949, o novo regime comunista chinês defrontou-se com ambiente externo em plena efervescência, caracterizado por um processo de substancial aceleração de acontecimentos históricos e de deslocação de esferas de poder tradicionais. A configuração do equilíbrio de forças no mundo mudara muito depois da Segunda Grande Guerra, e a própria República Popular passara a figurar como um dos dados originais e importantes surgidos no rastro das profundas alterações geopolíticas e geoestratégicas registradas em toda a ordem internacional naquele período.¹

A RPC emergiu, assim, em meio a um cenário internacional em fase de redefinição estrutural, no momento em que começava a ser delineado um novo perfil de equilíbrio de poder em toda a Ásia e no resto do mundo. Nascida quando se aguçavam e cristalizavam as tensões Leste-Oeste, e apontada como uma das grandes causas em si que motivaram a adoção pelo Ocidente de uma política global de contenção do comunismo, a RPC defrontou-se desde sua fundação com um clima de crispação externa, que iria marcar sua atuação diplomática por várias décadas. Naturalmente, o novo governo chinês foi objeto de considerações bem marcadas por cálculos políticos impregnados de forte carga de suspeição e reserva da parte das grandes potências do Ocidente.²

¹ Mao Tsé-Tung reconheceu expressamente a importância dos acontecimentos globais desencadeados pela Segunda Guerra para a implantação do regime comunista na China. Salientou que a luta contra o Japão e a eclosão da Guerra Mundial tiveram um papel preponderante para acelerar uma dinâmica de eventos que culminaria com a criação de oportunidades concretas para que as forças comunistas conseguissem tomar o poder e instalar a República Popular. Vejam-se a respeito as entrevistas feitas por Edgar Snow com Mao e constantes das partes adicionais acrescentadas ao famoso livro *Red star over China*, sobretudo nas edições posteriores a 1955.

² Uma das melhores e mais lúcidas análises sobre a política chinesa nesse período encontra-se na obra *The Cambridge History of China*, Cambridge University Press, vol. 14 *The People's Republic*, parte I: "The emergence of revolutionary China, 1949-1965", de Roderick MacFarquhar e John K. Fairbank, 1987. Vejam-se ainda os famosos estudos *The rise of modern China*, de Immanuel C.Y. Hsü, Oxford University Press, 1990, e *La grande révolution chinoise: 1800-1989*, de John K. Fairbank, Paris, Flammarion, 1989.

A margem de manobra externa inicial da República Popular apresentava-se, por certo, como sujeita a sensíveis condicionantes conjunturais de natureza abrangente. Além disso, há observadores que consideram as concretas limitações de atuação exterior da RPC em sua fase de consolidação de poder também como um corolário político do grande trauma provocado, desde meados do século XIX, pelas incursões estrangeiras em território chinês. Tal fato teria estimulado um sentimento particular de antipatia para com as grandes potências, com fortes conotações xenófobas e com acentuada suspicácia quanto aos propósitos tidos como hostis ou mesmo agressivos com relação ao Estado chinês. A percepção de estar sujeita a um “cerco inimigo” ou de viver em ambiente conturbado por ameaças à sua própria estrutura nacional de poder decorreria, segundo essa interpretação, da visão defensiva que os chineses nunca teriam deixado de nutrir e que se manifestaria, por intermitência, na futura atuação externa da RPC.³

Nessas condições, a defesa da integridade da China e a garantia de sua segurança contra investidas externas de potenciais adversários desejosos de desestabilizar o novo regime, que conseguira se impor depois de décadas de desagregação do poder institucional no país, teriam representado as percepções mais objetivas que os dirigentes comunistas chineses tiveram de seus interesses nacionais mais imediatos. Por isso mesmo, os responsáveis de Pequim apressaram-se em definir a política externa da República Popular como consistindo em “proteger sua independência, liberdade, integridade territorial e soberania, opondo-se a práticas imperialistas de agressão e de guerra”.⁴

Ressalte-se que, se Mao Tsé-Tung seguidamente procurou teorizar sobre política internacional e sobre a posição da China no mundo, a figura reconhecida, de forma praticamente unânime, como o verdadeiro “pai” da diplomacia chinesa ficou sendo representada por Chu En-Lai. Homem de grande brilho intelectual, de inegável habilidade política e com um sentimento muito atilado sobre o interesse nacional chinês, Chu En-Lai

³ Citem-se a esse respeito as judiciosas observações de François Joyaux em *La politique extérieure de la Chine Populaire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1983, e de Jonathan D. Spence em *The search for modern China*, Nova York, W.W.Norton and Company, Inc., 1990.

⁴ Texto do Programa Comum adotado em 1949 pela Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, entidade que congrega oito pequenos partidos que apóiam o PCC, e constante do livro *Diplomacy of contemporary China*, de Han Nianlong (editor), Hong Kong, New Horizon Press, 1990, p. 7.

fixou as diretrizes básicas e as linhas mestras que iriam influir sobre a política externa de seu país por várias décadas, conferindo-lhe, sobretudo, uma visão realista e lúcida quanto às complexidades da vida internacional moderna. Guardando o cargo de primeiro-ministro da RPC de 1949 até sua morte em 1976, Chu En-Lai esteve à frente da Pasta do Exterior até 1958, embora, desde então, nunca tivesse deixado de dispensar atenção particular às grandes articulações externas da China.

Além do clima de forte reserva da parte dos principais países do Ocidente, a RPC defrontou-se também com problemas relativos à existência de territórios chineses sob controle estrangeiro: Hong Kong, ocupada pelas tropas nipônicas desde 1942, fora restituída aos ingleses após a capitulação de Tóquio em 1945; Macau estava sob controle português; Port Dairen (Dalian), Port Arthur (Lushun) e a estrada de ferro da Manchúria continuavam sob administração soviética; e Formosa abrigava as forças nacionalistas de Chiang Kai-shek. Além disso, desde o fim da dinastia manchu, em 1911, uma considerável porção da Mongólia declarara-se independente, constituindo um Estado, que desde a década de 1920 passara a integrar uma esfera de influência soviética (outra parte do território mongol permaneceu integrada à China, constituindo desde 1947 a Região Autônoma da Mongólia Interior, que fora ocupada pelos japoneses durante a Segunda Guerra Mundial). Finalmente, o Tibet desfrutava de grande autonomia, procurando ver-se reconhecido como Estado independente da China.

Dois importantes fatores de planejamento político global condicionaram, portanto, o início da atuação diplomática da RPC: a intenção manifesta de garantir a independência soberana do novo governo e o propósito de recompor a unidade territorial do país. Esses fatores teriam constituído uma vertente fundamental da orientação da política exterior da República Popular por representarem, concomitantemente, o repúdio expresso às lembranças de um passado recente ainda muito marcado pela fragilidade institucional do país diante de potências mais aguerridas, e também por significarem uma forma de afirmação da presença chinesa em contexto geoestratégico, que acabara de sofrer profundas alterações em decorrência da derrota japonesa diante dos aliados e do flagrante enfraquecimento das antigas influências coloniais em todo o espaço geopolítico asiático.⁵

⁵ Cite-se a respeito o excelente livro de Charles Zorgbibe *Le monde depuis 1945*, Paris, Presses Universitaires de France, 1989.

O relativo isolamento diplomático inicial da República Popular pode ser explicado como uma decorrência de orientação de princípio adotada na época pelos próprios dirigentes comunistas chineses. A Segunda Sessão Plenária do 7º Comitê Central do Partido Comunista Chinês, realizada em março de 1949, bem como a 1ª Sessão da Conferência Política Consultiva do Povo Chinês, ocorrida em setembro daquele ano de 1949 e congregando os oito pequenos partidos políticos que apoiavam a ação do PCC, tinham consagrado três diretrizes básicas referentes à atuação externa do novo regime que emergia do período de luta e de guerra civil. Essas diretrizes consistiam em preconizar os seguintes princípios básicos de ação: “começar da estaca zero”, “pôr a casa em ordem antes de receber convidados” e “inclinarse para um só lado”.⁶

Ao desejar partir do nada para traçar suas novas linhas de orientação diplomática, os líderes da República Popular indicavam não reconhecer as relações anteriormente estabelecidas pelo regime do Kuomintang com as diversas potências estrangeiras. Pequim pretendia fazer tábula rasa dos vínculos que uniam a China do passado a práticas consideradas nocivas e atentatórias à sua soberania e integridade territorial. Segundo as palavras do próprio Mao Tsé-Tung, “não havia pressa em que os governos imperialistas reconhecessem a Nova China”.⁷

⁶ Citem-se como referência os bem documentados trabalhos de A. Doak Barnett *Communist China: the early years, 1949-1955*, Nova York, Praeger, 1968. e *The making of foreign policy in China*. Boulder, Colorado, Westview Press, 1985.

⁷ Citação constante do artigo “On the People’s Democratic Dictatorship”, publicado em 30 de junho de 1949 pela imprensa oficial do Partido Comunista, às vésperas da tomada efetiva do poder por Mao Tsé-Tung. Assinale-se que nesse ponto a RPC adotou uma prática bastante similar à seguida pelos bolchevistas logo após a revolução de outubro na Rússia. Assim como Trotsky no novo Ministério do Exterior soviético renegara em 1917 os tratados e compromissos assumidos pelo governo czarista e pelos mencheviques de Kerensky, denunciando, e até mesmo fazendo públicos, alguns dos tratados secretos firmados com outros governos, a liderança comunista de Pequim, em 1949, rejeitou a idéia de “sucessão” na ordem institucional chinesa. O novo regime que se instalava na China pretendia suceder ao Estado chinês como tal, mas não assumia os encargos políticos subscritos por governos anteriores, invocando a complexa justificativa de que se tratava de uma revolução no sistema de poder e na estrutura do comando político e social do país. Essa delicada questão de como “suceder” Estados e governos na cena mundial constitui um ponto de análise circunspecta e extremamente controversa em matéria de Direito Internacional Público. O tema ganhou atualidade e vem despertando grande interesse em vista das profundas alterações em curso na ex-URSS e também nos países da Europa do Leste, onde minorias nacionais e étnicas emergem com

Decorria daí que, antes da chegada dos novos “visitantes” representando outros governos, a China pretendia ordenar seus assuntos de forma diametralmente oposta à prática até então adotada pelos nacionalistas do Kuomintang. O não-reconhecimento dos chamados “tratados desiguais” e a abolição de regras consideradas espúrias, porque tendentes a consagrar uma posição aviltante da China diante de estrangeiros, passaram a constituir uma linha de ação muito incisiva no posicionamento externo da República Popular. Só aqueles países que manifestassem assentimento com relação à nova postura estabelecida como orientação global da diplomacia chinesa seriam recebidos como interlocutores válidos pelos responsáveis pela política exterior de Pequim.

A questão ganhou um destaque ainda maior, levando-se em conta o objetivo declarado das autoridades comunistas com relação à nacionalização de certas atividades econômicas e produtivas controladas por estrangeiros, bem como com relação à presença de tropas militares externas em bases ou locais com facilidades portuárias na China. Devido ao fato de já estar na época muito bem delineada a rivalidade bipolar entre americanos e soviéticos e, sobretudo, necessitando os governantes comunistas chineses de um substancial apoio externo para fazer face às contingências daquele período de crispação, o conceito de “inclinarse para um só lado”, ou seja, para o lado dos países socialistas, surgia como uma consequência lógica dos dois postulados precedentes, indicando, assim, um propósito explícito de alinhamento com as posições do bloco soviético, no momento em que já se encontrava configurado o perfil básico da bipolaridade característica do período da guerra fria.

Os países que logo reconheceram a RPC foram a então União Soviética (em 2 de outubro, um dia depois de proclamada a República Popular), Bulgária, Romênia, Polônia, Hungria, Checoslováquia, Iugoslávia, Burma e Índia. Nos primeiros dias de janeiro de 1950, seguiram-se as declarações de reconhecimento do Paquistão, Grã-Bretanha (sobre o assunto serão feitos comentários mais detalhados em outro

grande ímpeto e com anseios de independência nacional muito acentuados. Sobre a questão da sucessão de Estados e de governos, vejam-se os eruditos trabalhos *La politique juridique extérieure: enjeux internationaux*, de Guy de Lacharrière, Paris, IFRI-Economica, 1983; *Droit International Public*, de Hubert Thierry, Jean Combacau, Serge Sur e Charles Vallée, Paris, Montchrestine, 1981; *Theory of International Politics*, de Kenneth Waltz, Reading (Massachusetts), Addison Wesley Publishing Company, 1979; *La politique internationale*, de Philippe Moreau Defarges, Paris, Hachette, 1990.

parágrafo), Ceilão, Noruega, Dinamarca, Israel,⁸ Países Baixos, Suécia, Finlândia, Afeganistão e Suíça. Assinale-se, no entanto, que com exceção dos países socialistas, com os quais foram logo estabelecidas relações diplomáticas, a China Popular exigiu dos demais governos estrangeiros “negociações preliminares” a respeito de vínculos com as autoridades nacionalistas de Formosa e de repúdio à hipótese de serem reconhecidas “duas Chinas”. Apenas depois desses acertos prévios, as relações diplomáticas em si foram estabelecidas com outros países, com troca de embaixadores e o funcionamento regular de embaixadas. Algumas dessas negociações resultaram em complicados trabalhos de arranjo diplomático, que, em certos casos, só seriam finalizados alguns anos depois.⁹

Partiu de Mao Tsé-Tung a insistência em defender o primado de questões de princípio antes do estabelecimento de relações diplomáticas. Em tom altamente ideológico e doutrinário, o pensamento maoísta repisou a tecla da necessidade de assegurar a recomposição do poder nacional chinês como condição prévia para qualquer tratativa com qualquer governo, inclusive, e sobretudo, os que, no passado, se tinham aproveitado da fraqueza do país para impor uma sujeição humilhante a seus dirigentes. Por certo, subjacente a essa postura encontrava-se a intenção sempre facilmente detectada dos governantes chineses de restabelecer o prestígio e o papel de grandeza do país na Ásia Oriental, onde durante séculos mantivera uma presença incontestável de poder e mando.

⁸ Tel Aviv foi a primeira capital do Oriente Médio a formalizar o reconhecimento diplomático da RPC, em janeiro de 1950. Após a guerra na Coréia, autoridades chinesas e israelenses encontraram-se em Rangoon, anunciando decisão de estabelecer em breve relações diplomáticas. Chu En-Lai chegou a confirmar o próximo início de relações bilaterais oficiais em relatório político à Assembléia Nacional do Povo, em 1954. No entanto, durante a Conferência de Bandung, em 1955, a RPC, com o objetivo de angariar simpatias no mundo árabe, aprovou moção, condenando violentamente Israel. Embora desde então sem vínculos políticos formais com o Estado hebreu, a China não deixou de manter intensos contatos com autoridades israelenses nas décadas de 1950 a 1970, sobretudo para contrabalançar a influência de Moscou no Oriente Médio durante a fase de crispação nas relações sino-soviéticas. Os vínculos entre Pequim e Tel Aviv só seriam plenamente estabelecidos em 1991. Veja-se a respeito a já citada obra *La politique extérieure de la China Populaire*, de François Joyaux, p. 38.

⁹ A respeito, cumpre mencionar o alentado estudo *Law and policy in China's foreign relations: a study of attitudes and practice*, de James Chich Hsiung, Nova York, Columbia University Press, 1972.

Seguindo essa linha de raciocínio, a questão de Formosa revestia-se de uma importância crucial aos olhos de Pequim. O fato de os nacionalistas estarem acudados na ilha, mas podendo receber apoio externo para se ver reconhecidos como um governo autônomo, significava para a sensibilidade dos dirigentes comunistas não só uma hipótese de prolongação da desunião nacional, mas também um claro indício de que a China não tinha condições de aspirar ao papel de grande potência na cena internacional, ideal inegavelmente acalentado pelos responsáveis políticos de Pequim. Essa orientação só seria alterada em 1972, quando da visita não-oficial de Nixon à RPC, precisamente por ter a missão do dirigente de Washington aberto, na época, a possibilidade de um mais intenso e relevante papel a ser desempenhado pela China na política mundial, apesar de ainda não ter sido solucionada a questão de Formosa.

A respeito do problema criado pela continuação do reconhecimento do governo formosino do Kuomintang por grande parte da comunidade internacional no início da década de 1950 cabem considerações especiais. Conforme mencionado na parte de apresentação deste trabalho, a China teve efetiva participação na luta contra os japoneses durante a Segunda Guerra Mundial. Esse combate contra tropas nipônicas, embora circunscrito ao próprio território chinês, constituiu um elemento de apoio inestimável à estratégia global adotada pelos EUA, pela Grã-Bretanha e por seus aliados durante a fase da Batalha do Pacífico e da defesa do subcontinente indiano. Em decorrência, a China foi incluída nos amplos esquemas de planejamento político e estratégico elaborados por Roosevelt, Churchill e Stalin sobre a condução da guerra na Ásia e sobre projetos continentais para a fase posterior ao conflito. Relembre-se que naquela época (1936-1945) a China vivia a chamada etapa de “frente única” entre os nacionalistas do Kuomintang e os revolucionários do PCC, coligados no combate contra a ocupação japonesa. O governo de Chiang Kai-shek representava toda a China, em nome da união nacional sob o lema do combate às tropas de Tóquio. Em 1º de dezembro de 1943, a reunião no Cairo entre Roosevelt, Churchill e Chiang Kai-shek proclamou que todos os territórios da China ocupados pelos japoneses (inclusive a Manchúria, Formosa e as ilhas dos Pescadores) deveriam ser reintegrados à soberania chinesa. A reunião de Potsdam, de 26 de julho de 1945, reiterou esse princípio.

Em 1943, os EUA firmaram com o governo de Chiang Kai-shek um Tratado bilateral de amizade. Os soviéticos, por sua vez, também assina-

ram um tratado do gênero em 1945, já depois da capitulação japonesa.¹⁰ Roosevelt e Stalin insistiram pela participação da China como membro permanente do Conselho de Segurança da recém-criada Organização das Nações Unidas, embora Churchill considerasse a presença chinesa naquele colegiado uma pilhéria de mau gosto e uma “farsa total”.¹¹

Em 30 de setembro de 1949, às vésperas da proclamação da República Popular, a já mencionada Conferência Consultiva Política do Povo Chinês adotou resolução, desqualificando a delegação do governo do Kuomintang nas Nações Unidas como representante da China. Logo após a criação da RPC, o Ministério do Exterior enviou telegramas às Nações Unidas e a seus organismos especializados, revocando as credenciais dos enviados chineses que tinham sido indicados pelo governo anterior. Em 15 de novembro daquele ano de 1949, Chu En-Lai assinou, como primeiro-ministro e ministro do Exterior, telegrama dirigido ao secretário-geral das Nações Unidas, reafirmando que só o governo da RPC constituía o representante legal de toda a China, insistindo, assim, pelo não-reconhecimento dos diplomatas acreditados pelo regime do Kuomintang. Em 19 de janeiro de 1950, Zhang Wentian foi nomeado chefe da Delegação Permanente da RPC nas Nações Unidas; suas credenciais, contudo, não foram aceitas pelo organismo. Em todas as demais organizações internacionais registrou-se igualmente recusa em aceitar a indicação de delegados da RPC.¹²

¹⁰ Esses acordos com americanos e soviéticos previam o estacionamento de tropas em casernas disseminadas em alguns pontos da China, inclusive em Pequim. Depois da proclamação da República Popular, o assunto tornou-se um ponto importante no contencioso que iria opor os chineses aos americanos. Os soviéticos renunciaram ao direito de utilizar essas instalações militares nos termos do Acordo de Aliança firmado em 1950 com a RPC.

¹¹ A esse respeito, podem ser citados os trabalhos *The search for modern China*, Jonathan D. Spence, p. 482, e o bem documentado estudo “China and America: 1941-1991”, de Nancy Bernkopf Tucker, *Foreign Affairs*, vol. 70, nº 5, inverno de 1991/92, pp. 75-92.

¹² A União Internacional de Telecomunicações, a FAO, a Unesco, a Organização Mundial da Saúde, a Organização Meteorológica Mundial, a Organização Internacional da Aviação Civil, a Organização Internacional do Trabalho, o FMI, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), a Cruz Vermelha Internacional e a União Postal Universal recusaram as credenciais de representantes da RPC. A União Postal chegou por um curto período a admitir representantes da República Popular, voltando, contudo, depois a só reconhecer o governo de Taipé como representante da China.

Por tal motivo, a sensibilidade dos responsáveis de Pequim sempre esteve muito aguçada com relação ao problema criado pelo reconhecimento do governo de Formosa como representante legítimo de toda a China. Fora das Nações Unidas, a RPC deparou-se com um grande vazio internacional e sem um foro de maior amplitude para fazer valer sua presença.¹³

Os EUA mantiveram, num primeiro tempo, atitude de extrema cautela e prudência com relação à RPC. Washington, naturalmente, não via com bons olhos a implantação de um regime comunista na China, e temia que, em decorrência, viessem a ocorrer novos focos de sublevação na Ásia. O enfraquecimento das potências coloniais européias de-

¹³ Formosa teve todo interesse em manter a ficção de representar toda a China, considerando que o restante do território, ou seja, praticamente todo o país, encontrava-se em estado de rebelião provocado por elementos sediciosos (os comunistas). O fato explica-se por dois motivos principais: em primeiro lugar, repugna à mentalidade chinesa em geral a idéia de que o país — a grande China, o Império do Meio — possa vir a ser dividido em permanência; a reunificação nacional constitui para a sensibilidade dos chineses um tema muito mais importante e significativo do que um simples moto político, representando, na realidade, um dos fundamentos da legitimidade que qualquer governo chinês, nacionalista ou comunista, possa aspirar a encarnar. O apego à recomposição da unidade nacional chinesa é tão grande que os governantes de Formosa não escondem sua oposição a tentativas separatistas de outras regiões da China, como o Tibet e o Xinjinag, preconizando mesmo a reinserção da atual República da Mongólia na esfera soberana do poder chinês. Por tal razão, tanto o governo de Pequim quanto o de Taipé sempre declararam-se dispostos a obrar pela reunificação do país, embora, por certo, os métodos empregados divergissem diametralmente. O segundo motivo relevante que sustentou o princípio de uma só China disse respeito ao caráter específico do governo de Chiang Kai-shek. Chiang sabia muito bem que o regime do Kuomintang, do qual ele próprio encarnava a quintessência, apresentava vícios estruturais básicos e flagrantes, principalmente no que se refere ao caráter autoritário e nepotista. Uma eventual independência de Formosa a partir da década de 1950 teria significado também o fim do poder de mando de Chiang Kai-shek e de seus aliados mais próximos. Um governo independente em Taipé poderia perfeitamente ter optado, desde cedo, por um modelo democrático mais aberto e transparente, em cujo âmbito a velha elite dirigente talvez não encontrasse seu lugar. Por isso mesmo, enquanto viveu, Chiang Kai-shek, sempre combatendo tendências independentistas com o mesmo ardor com que combatia os comunistas, nunca optou por reformas ou por abertura democrática, mantendo seu aparelho de poder calcado no tradicional modelo de autoritarismo oriental. Só depois da morte do velho dirigente é que os novos responsáveis formosinos iniciaram um efetivo processo de abertura política e de democratização.

pois da guerra com o Japão criara um vazio de poder perigoso que os americanos aprestaram-se a preencher, procurando evitar a emergência de núcleos irredentistas locais estimulados pela pregação nacionalista, que, por sua vez, fora muito incrementada pela retórica nipônica durante a guerra, preconizando o lema “a Ásia para os asiáticos”. Para a estratégia regional americana impunha-se a necessidade de conter a progressão de sentimentos antiocidentais, alentados pela eferescência anticolonista da época, descartando, assim, uma possibilidade efetiva de alastramento de sentimentos comunistas e revolucionários impulsionados pelo nacionalismo emergente na Ásia. O risco de “contágio comunista” influenciou decisivamente para a promoção pelos EUA da chamada “teoria dos dominós”, procurando evitar que se espraiasse o efeito revolucionário provocado pela instalação de uma série de regimes marxistas na região da Ásia Oriental.¹⁴

Logo após a derrota militar do Japão em 1945, os EUA procuram estimular missões de bons ofícios e de mediação entre nacionalistas e comunistas chineses, tentando evitar a eclosão de uma pressentida e temida guerra civil. Em agosto daquele ano, o próprio embaixador americano na China, Hurley, acompanhou Mao Tsé-Tung, da capital comunista de Yanan à capital nacionalista de Chongqing, para um encontro com Chiang Kai-shek. Os entendimentos entre os dois líderes chineses não chegaram a bom termo, e em novembro recomeçou a luta fratricida. O embaixador Hurley renunciou ao cargo no mesmo mês de agosto. Em dezembro, o presidente Truman indicou o general George Marshall, conceituado ex-chefe do Estado-Maior, para prosseguir com as negociações

¹⁴ A teoria dos dominós é considerada uma conceituação estratégica típica da guerra fria, consistindo em afirmar que o comunismo poderia propagar-se de um país a outro como uma epidemia. Assim, se um país, em geral subdesenvolvido, sucumbisse a uma revolução comunista, seus vizinhos seguiriam o mesmo destino em escala progressiva. Aplicada à região do Sudeste Asiático, a teoria, muito em voga nos anos 1950 e 1960, dizia que os países da antiga Indochina transformar-se-iam em regimes comunistas, caso o Vietnã do Norte impusesse seu controle ao Sul. A expressão “dominós” foi usada pela primeira vez com sentido político-estratégico pelo presidente Dwight D. Eisenhower, em 1954. Como obras de referência sobre essa teoria, citem-se os trabalhos: *War and peace in the nuclear age*, de John Newhouse, Nova York, Alfred A. Knopf, 1989, pp. 100-103; *Why we were in Vietnam*, de Norman Podhoretz, Nova York, Simon and Schuster, 1985, pp. 30-33; e *Guide to modern defense and strategy*, de David Robertson, Detroit, Gale Research Company, 1986, pp. 106-107.

entre as duas facções chinesas. O general conseguiu estabelecer um cessar-fogo em 10 de janeiro de 1946; no entanto, o conflito alastrou-se de forma irreversível, embora ocasionalmente o representante americano ainda obtivesse certo alento, estabelecendo suspensões temporárias das hostilidades. Mas no início de janeiro de 1947, Marshall reconheceu o insucesso de sua missão; no final do mês, o Departamento de Estado anunciou, em curto comunicado de dez linhas, a dissolução dos grupos americanos encarregados de mediação na guerra civil chinesa. Circularam em Washington sombrios rumores sobre o despreparo e a ineficácia das tropas nacionalistas, bem como sobre a flagrante corrupção existente no âmbito do Kuomintang.

Ao mesmo tempo, os EUA procuravam salientar, de forma bastante explícita, seu desagrado pela possibilidade de implantação de um regime totalmente comunista na China. A inquietação de Washington a esse respeito e a possibilidade de uma intervenção armada americana representaram elementos significativos para cálculos elaborados por dirigentes soviéticos na época. No final de 1948, Stalin enviou Anastas Ivanovitch Mikoyan em missão especial junto ao Bureau Político do PCC, no momento estacionado em Xibaipo, tentando dissuadir as forças comunistas de cruzar o rio Yangtsé e falando de maneira clara de uma eventual ação armada americana contra os revolucionários de Mao Tsé-Tung. A iniciativa foi repelida pelos chineses.¹⁵

Em 1949, os EUA retiraram seus diplomatas da China. O embaixador Leighton Stuart permaneceu em Nanquim em abril de 1949, por ocasião da entrada das tropas do Exército de Libertação do Povo na cidade e da fuga do governo nacionalista do Kuomintang para Xangai, Cantão e finalmente Taipé. O diplomata americano teria, segundo relato feito por historiadores fidedignos, procurado estabelecer contato com expoentes do movimento revolucionário, prometendo substancial auxílio material de Washington, caso os insurgentes não viessem a formar uma equipe dirigente eminentemente comunista.¹⁶

¹⁵ O acontecimento foi comentado de forma bastante explícita e detalhada em recente trabalho de um oficial chinês que serviu por muitos anos como integrante da guarda pessoal de Mao Tsé-Tung; veja-se a respeito o livro *Mao Zedong: man, not god*, de Quan Yanchi, p. 109.

¹⁶ O fato também é reconhecido pelos historiadores da RPC; vejam-se a respeito os comentários constantes da página 19 do livro já citado *Diplomacy of contemporary China*.

Um governo de coalizão, mesmo com considerável presença de comunistas, teria sido aceito pelos americanos como uma contingência necessária e como um fator político de efeito desestabilizador muito menor do que uma administração de caráter comunista exclusivo. Em vista do insucesso de suas gestões junto aos insurgentes, o embaixador Leighton Stuart recebeu instruções para deixar a China, em agosto de 1949, no momento em que já ficara clara a vitória dos revolucionários.

Em outubro, depois de proclamada a República Popular, o governo americano declarou continuar a reconhecer o governo do Kuomintang, não manifestando intenção de estabelecer vínculos com a nova administração de Pequim. Assinale-se que naquele ano de 1949 o Partido Comunista americano foi acusado de advogar a derrubada violenta do governo, o que indicava o início de um clima interno mais contraído na sociedade americana, que iria desaguar de forma contundente com o fenômeno do macarthismo no decorrer da década de 1950. O grande debate da época nos círculos de poder em Washington referia-se à questão de saber quem havia “perdido a China” e sobre que ombros lançar o fardo da reprovação geral.

No entanto, muitos autores conceituados julgam que, em 1949, apesar dos pesares, a administração americana estaria propensa a vir a aceitar o governo da China comunista, procurando com isso evitar que Moscou capitalizasse dividendos políticos mais expressivos com a chegada ao poder em Pequim da nova liderança revolucionária. A hipótese de adesão da China ao grupo de países, que já então se reclamavam da ideologia marxista sob a tutela da URSS, parecia por demais arriscada aos responsáveis pela diplomacia americana, que tendiam a uma certa forma de compromisso com os dirigentes comunistas de Pequim, o que era encarado como um mal menor, sobretudo para permitir que Washington estivesse em melhores condições de, no futuro, vir a exercer eventualmente algum tipo de influência favorável aos interesses ocidentais junto aos dirigentes da República Popular.

Segundo esse raciocínio, não teria escapado à perspicácia dos analistas americanos o fato de o comunismo chinês haver, desde cedo, demonstrado características originais e um marcado sentimento de independência em face da orientação ortodoxa soviética. Com base nesses cálculos, os americanos procurariam impedir a concretização de uma aliança político-estratégica sino-soviética, bem como tentariam estar em condições de evitar que a China se transformasse em foco incontrolável de irradiação de subversão em toda a área do nordeste asiático. Restava o proble-

ma relativo aos nacionalistas de Chiang Kai-shek ainda entrincheirados em Formosa.¹⁷

A liderança do Kuomintang contara com considerável apoio econômico e militar americano durante o período de luta contra o Japão e, segundo certas fontes, também na fase posterior da guerra civil contra os comunistas. O famoso “lobby da China” possuía ramificações em praticamente todos os setores da administração americana, advogando com estridência a causa dos nacionalistas. Entretanto, no final de 1949 e início de 1950, estimava-se que a situação das tropas de Chiang Kai-shek era desesperadora, faltando apenas um golpe de misericórdia para que o Exército de Libertação do Povo ocupasse efetivamente a ilha, aniquilando a resistência nacionalista.

Em dezembro de 1949, o presidente Truman instruiu o secretário de Estado Dean Acheson a preparar um relatório com o balanço da situação dos nacionalistas chineses. O documento chegou a conclusões acabrunhantes; finalizava, dizendo que

as forças nacionalistas não foram derrotadas, simplesmente desintegraram-se; mais uma vez, a história acaba de provar que um regime sem fé em si mesmo e que um exército sem moral não têm condições de sobreviver ao teste de uma batalha.¹⁸

Uma cópia do texto foi entregue ao embaixador do regime do Kuomintang em Washington, Hi Shi, que a devolveu, citando versículo da Bíblia com menção a Pilatos lavando as mãos.

A tendência a uma política de desengajamento americano na China iria conhecer um momento importante no dia 5 de janeiro de 1950, quando o presidente Truman declarou que os EUA reconheciam a “autoridade” (provavelmente, com sentido de soberania) chinesa sobre Formosa, não tendo qualquer propósito “predatório” contra a ilha nem contra qualquer outra porção do território da China. Enfatizou ainda que o governo americano não iria seguir um caminho capaz de levá-lo a envolvimento no conflito civil chinês. O fato foi interpretado como um claro indício de que Washing-

¹⁷ Veja-se a respeito o bem documentado estudo *China in and out of the changing world order*, de Samuel D. Kim, Center of International Studies, Princeton University, 1991.

¹⁸ Boa documentação a esse respeito encontra-se na obra *United States relations with China, with special reference to the period 1944-1949*, compilação de textos do Departamento de Estado, Washington DC, Stanford University Press, 1967.

ton estaria efetivamente buscando algum tipo de acomodação com a nova República Popular, dando até mesmo um sinal verde para que os comunistas lançassem seu ataque final contra Chiang Kai-shek, eliminando, assim, o tão temido risco de uma intervenção americana.

Dias depois, o secretário de Estado Acheson e o general Douglas MacArthur, comandante-em-chefe das Forças de Ocupação do Japão, revelavam que o novo “perímetro defensivo” americano no Pacífico incluía as ilhas Aleutas e Ryukyu, o Japão, Okinawa e as Filipinas. Não passou despercebido a ninguém que essa definição dos interesses estratégicos americanos na Ásia Oriental excluía expressamente Formosa.

Os responsáveis de Pequim tomaram o fato ao pé da letra e intensificaram seus esforços para ocupar o lugar da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Explica-se, assim, por que em 19 de janeiro de 1950 os responsáveis da República Popular formalizaram a indicação de Zhang Wentian como representante permanente da RPC naquele organismo internacional, certos de que a questão de Formosa já estava equacionada. Segundo comentários hoje aceitos pela maior parte dos historiadores e analistas categorizados, o Exército de Libertação do Povo só não lançou então seu ataque final contra o Kuomintang devido a um surto epidêmico (provavelmente de cólera), que imobilizou grande parte dos efetivos no período de janeiro a junho de 1950.

No entanto, se em 5 de janeiro o presidente Truman podia manifestar uma certa medida de flexibilidade para com a RPC, os responsáveis pela estratégia global americana não deixaram de revelar grande inquietação e incerteza quando, em 14 de fevereiro daquele ano de 1950, Mao Tsé-Tung firmou com Stalin em Moscou o Tratado Sino-Soviético de Amizade, Aliança e Mútua Assistência. As piores previsões sobre o estabelecimento de um eixo subversivo, unindo a RPC e a URSS contra os interesses dos EUA na Ásia, transformaram-se em preocupação geoestratégica concreta por constituir um dado novo que alterava em substância todo o equilíbrio de poder regional e mesmo mundial. As reservas iniciais de Washington quanto à República Popular amadureceram, passando à condição de hostilidade latente à espera de uma oportunidade de eclosão.¹⁹

No que diz respeito à postura de outras potências ocidentais, res-

¹⁹ A sensibilidade ocidental sobre aquele momento político na Ásia, e em particular na China, bem como a estratégia global que seria posteriormente desenvolvida com relação à RPC foram muito bem estudadas por Martin Wight no livro *Power politics*. Londres, Royal Institute of Foreign Affairs, Penguin Books, 1979.

salte-se que a Grã-Bretanha, preocupando-se, sobretudo, com o futuro de Hong Kong, e também com seus variados interesses econômicos na própria China, procurou contemporizar com o regime comunista da RPC. A declaração de reconhecimento da Grã-Bretanha de 6 de janeiro de 1950 foi, em princípio, aceita por Pequim, que insistiu, contudo, em negociações preliminares antes do estabelecimento de relações diplomáticas formais. Um encarregado de negócios, Hutchison, foi acreditado na capital chinesa com o propósito expressamente declarado de encaminhar as negociações sobre a normalização dos vínculos bilaterais.

A RPC protestou contra a abstenção inglesa no Conselho de Segurança na questão de voto sobre a presença de representantes de Pequim naquele colegiado em lugar de enviados de Taipé. Também alegou problemas surgidos com bens de propriedade chinesa existentes em território inglês e em Hong Kong. Londres argumentou que sua política de abster-se no Conselho de Segurança e em outros organismos internacionais derivava de interpretação segundo a qual a presença da RPC como representante legítima e única da China nas Nações Unidas devia decorrer “de um voto aceito pela maioria dos membros”. Quanto à questão da propriedade de bens existentes em território inglês, caberia às Cortes de Justiça pronunciar-se a respeito.

Os dirigentes de Pequim não aceitaram a argumentação, iniciando-se, assim, um longo e tortuoso processo de retorsões e contragolpes de uma parte e de outra. Cada vez que os ingleses decidiam judicialmente contra interesses chineses (discutiu-se muito, por exemplo, sobre a restituição à China de um bom número de aviões estacionados em Hong Kong), os responsáveis de Pequim aproveitavam para retaliar, nacionalizando firmas e interesses ingleses. Só a partir de 1954, as duas partes concordaram em acreditar encarregados de negócios nas respectivas capitais para discutir sobre elaborados esquemas de composição para o estabelecimento de relações diplomáticas e também sobre questões de comércio. Apenas em 1972, foram plenamente normalizados os vínculos sino-britânicos.

Os demais países europeus guardaram atitude de reserva, em particular a França e os Países Baixos, que contavam com possessões coloniais na Ásia, restauradas a duras penas depois da derrota japonesa, e temiam a influência desestabilizadora do comunismo chinês sobre o movimento nacionalista em plena fase de ebulição. Paris receava um apoio efetivo de Pequim à insurreição que já grassava na Indochina sob a inspiração *vietmihn*. Os holandeses viam com grande desconfiança e suspicácia as declarações chinesas de estímulo aos nacionalistas

indonésios de Sukarno, o que não impediu as autoridades da Haia de reconhecerem a República Popular. Também com as autoridades dos Países Baixos os chineses mantiveram o complexo sistema de representação por intermédio de encarregados de negócios até o estabelecimento de relações diplomáticas plenas em 1972.

Finalmente, no que diz respeito ao Japão, o governo de Tóquio no pós-guerra não tinha, por certo, maiores condições de se manifestar objetivamente sobre a emergência do regime comunista da China, já que suas relações externas encontravam-se sob a tutela das forças de ocupação aliadas e do Alto Comando chefiado pelo general MacArthur. Só a partir de 1955, representantes da RPC mantiveram em Bandung contatos iniciais com autoridades nipônicas, abrindo caminho para um lento e difícil processo de normalização de relações.²⁰

Por outro lado, os países em desenvolvimento da Ásia que acabavam de obter independência, como no caso muito particular da Índia, e os que se encontravam em acelerado processo de descolonização mantiveram uma atitude de simpatia e mesmo de cordialidade para com o novo regime chinês. Foi a época da aproximação de Pequim do chamado “grupo de Colombo”, integrado pela Índia, Burma, Indonésia, Paquistão e Ceilão. Chu En-Lai enunciou, na época, os cinco princípios de coexistência pacífica que deveriam reger as relações entre Estados: autodeterminação, não-intervenção em assuntos internos, mútuo respeito, benefício recíproco e igualdade de tratamento. No entanto, esses países não constituíam de forma alguma um respaldo sólido com que a China pudesse contar para afirmar sua presença externa e, principalmente, para garantir sua segurança. Ressalte-se, contudo, que para Pequim revestia-se de grande importância política conduzir uma ação diplomática atuante e eficaz em sua vizinhança imediata, área que apresentava grande atrativo para seus interesses geopolíticos mais diretos. Conforme já assinalado, a República Popular não descuidava do esforço de preservar uma imagem de marca da presença chinesa na Ásia em nome de um relacionamento datado de muitos séculos, ainda fortemente marcado por lembranças do período de

²⁰ Assinale-se, contudo, que inúmeros analistas e historiadores de categoria comentam hoje sobre a existência, no final dos anos 1940, de um poderoso grupo de pressão nipônico, representando interesses econômicos consideráveis, favorável ao reconhecimento da República Popular. Veja-se a respeito o artigo “Pékin et Tokyo, alliés ou concurrents”, de Claude Leblanc, *Le Monde Diplomatique*, outubro de 1992, p. 24.

apogeu do poderio regional do Império do Meio.

Diante desse ambiente externo pouco favorável, a busca por segurança e pela assistência proporcionada por um grande interlocutor na cena mundial tornou-se essencial para os interesses chineses do momento, procurando diluir as tensões iniciais da guerra fria, e “inclinando-se decisivamente” em direção à União Soviética. Registre-se que em 1946 Mao Tsé-Tung concedera uma entrevista, que recebeu grande publicidade, à jornalista americana Anna Louise Strong, expondo sua primeira concepção teórica sobre relações internacionais. Mao falou da existência entre os dois pólos de poder, americano e soviético, de uma vasta “zona intermediária”, grupando praticamente todos os demais países sem a qualificação de superpotências.²¹

A China estaria incluída nessa zona intermediária juntamente com os demais Estados que se encontravam em vias de obter independência, bem como os países da Europa, que acabavam de conhecer os efeitos desestabilizadores da guerra. Essa terceira via internacional poderia representar um espaço de manobra importante para a atuação diplomática da China do pós-guerra. No entanto, já em 1949, diante das duras realidades do mundo bipolar, essa teorização maoísta cedeu lugar à concepção decididamente engajada em favor da URSS e de seus aliados, mostrando que os comunistas chineses sabiam muito bem, desde o início, reconhecer seus interesses nacionais mais diretos, descartando, quando necessário, concepções doutrinárias elaboradas, mas sem utilidade prática imediata. O fenômeno iria repetir-se depois quando da formulação de conceitos sobre “o cerco das cidades pelo campo” em 1965 e sobre a existência dos “três mundos” em 1974.²²

Embora até hoje muito se discuta sobre a verdadeira natureza da aliança sino-soviética de 1950, quase todos os analistas categorizados interpretam o fato como consequência direta da imperiosa necessidade pressentida pela China de um apoio externo concreto em termos de recebimento de assistência material e, sobretudo, de equipamento militar.

²¹ Mao citou expressamente a Ásia, a África e a Europa. A omissão de referência à América Latina é tida por certos autores, como François Joyaux, como um simples lapso sem conotação pejorativa.

²² Veja-se a respeito o lúcido comentário de François Joyaux em *Géopolitique de l'Extrême Orient*, 1º volume, pp. 116-120, bem como as observações constantes do livro *Histoire des relations internationales: 1815-1987*, de Séverine Pacteau e François-Charles Mougel, Paris, Presses Universitaires de France, 1988.

Segundo interpretação aceita correntemente, foi o próprio Mao Tsé-Tung quem insistiu junto a Stalin pela celebração dos Tratados de Aliança e de Cooperação Econômica de 14 de fevereiro de 1950, fato também confirmado por Mao, em 1965, durante entrevista com Edgard Snow, historiador quase que oficial da revolução chinesa.

A atitude soviética e estalinista em face da China revolucionária não deixou de refletir certas ambigüidades e talvez propósitos dúbios. Sob a liderança de Mao Tsé-Tung, o comunismo chinês sempre mostrou-se mais rebelde e independente da tutela de Moscou. A própria concepção tendente a privilegiar a luta guerrilheira no campo contrariava a orientação tradicional dos dirigentes de Moscou em prol de movimentos e insurreições político-sociais eminentemente urbanas e proletárias. Por diversas vezes, a direção maoísta contrapôs-se a diretrizes estalinistas, provocando não raras situações de fricção entre as duas partes. Stalin não escondeu, em algumas ocasiões, suas preferências por um regime chefiado pelo Kuomintang e sobretudo por Chiang Kai-shek como representante da China, regime que seria mais fácil de manipular e manobrar, inclusive tendo em conta a importância do elemento de corrupção característico do governo nacionalista. A extensa linha de fronteira entre a URSS e a China deve ter representado um fator importante para os cálculos de Stalin. Para a fria e objetiva percepção estratégica daquele dirigente, seria muito mais lucrativo para a direção de Moscou contar com um grande vizinho, em termos populacionais e territoriais, com menores condições de afirmação regional de presença do que com um governo chinês seguro de si e talvez desejoso de compartilhar responsabilidades geopolíticas maiores. De um ponto de vista de estrito interesse nacional soviético, valia a pena ter na China um regime enfraquecido e minado como o do Kuomintang, de forma a resguardar sua supremacia na área.

Assinale-se que em 1945 a URSS assinara um Tratado de Amizade e Aliança com Chiang Kai-shek, fato que até hoje a RPC só aceita admitir como uma simples consequência de Yalta, mas que não deixou de revelar uma certa propensão estalinista a compor com o líder nacionalista chinês. Aliás, o embaixador soviético na China foi um dos poucos diplomatas a acompanhar o governo do Kuomintang até seu último ponto de refúgio no continente, em Cantão, antes da partida para Formosa. Também são hoje conhecidas as gestões feitas por Mykoyan a mando de Stalin, e que já foram anteriormente citadas, tentando dissuadir os comunistas chineses a renunciar a importante ofensiva em plena fase da guerra civil, sob a alegação de haver risco de intervenção americana.

Além disso, deve-se registrar que, depois da Segunda Guerra, a URSS talvez já tivesse alcançado seu ponto de expansão geopolítica a um nível bem próximo do que poderia razoavelmente esperar estar, na época, em efetivas condições de controlar. Relembre-se que na Europa Ocidental o movimento comunista na Itália e na França passara a ser encarado por Moscou sob uma ótica diversa da empregada para a conquista e o domínio do Leste do continente. A linha demarcatória de limites de influência estabelecida em Yalta representava um fator inibitório real para os objetivos expansionistas da URSS de então. Nessas condições, no final da década de 1940 e no início dos anos 1950, a área de influência efetiva que a URSS poderia aspirar a manter sob seu efetivo comando político parecia estar temporariamente esgotada. A inclusão da China no campo de países socialistas pode muito bem ter representado um fator de preocupação extra para os cálculos geoestratégicos da liderança soviética.²³

No entanto, quaisquer que tenham sido as reais motivações de Moscou com relação à China, o fato é que em 1949 a criação da República Popular impunha uma colaboração estreita da URSS com o novo regime de Pequim, mormente tendo em conta os propósitos internacionalistas alardeados e preconizados com estardalhaço pelo movimento comunista em geral. A URSS foi o primeiro país estrangeiro a reconhecer a RPC. Dias depois, iniciavam-se negociações sobre um programa bilateral de assistência e aliança, indispensável para assegurar a viabilidade do regime comunista chinês. Em fevereiro de 1950, Mao Tsé-Tung realizou uma

²³ O assunto é controvertido, prestando-se a interpretações variadas. Provavelmente só com a abertura dos arquivos do Kremlin poderá ser lançada luz sobre os verdadeiros propósitos soviéticos e estalinistas quanto à expansão de poder no pós-guerra. Como referência para estudo do período, citem-se os trabalhos *Requiem pour les révolutions*; de Paul-Marie de la Gorce Paris, Flammarion, 1990, *Mythes révolutionnaires du Tiers Monde*, de Gérard Chaliand, Paris, Seuil, 1979, e *Histoire de la Guerre froide*, de André Fontaine, Paris, Fayard, 1983. Zbigniew Brzezinski abordou em recente estudo o tema da considerável expansão das áreas de influência da URSS após a Segunda Guerra Mundial, citando, inclusive, iniciativas de Stalin para conter arroubos mais impetuosos do comunismo chinês logo depois da proclamação da República Popular; o analista americano defendeu o ponto de vista de que efetivamente a liderança de Moscou tinha plena ciência de ter atingido ao final dos anos 1940 um ponto de avanço geoestratégico muito próximo de seu limite de controle efetivo naquela época, razão pela qual a inclusão da China no mundo comunista sob o comando soviético trazia preocupações extras para a direção da URSS; veja-se a respeito o trabalho "The cold war and its aftermath", publicado na revista *Foreign Affairs*, vol. 71, nº 4, outono de 1992, pp. 31-49.

de suas únicas viagens ao exterior, dirigindo-se a Moscou para finalizar os entendimentos com Stalin.

Mao permaneceu por vários dias em Moscou à espera de uma audiência com Stalin, que, por sua vez, estava contrariado com reportagens feitas por um jornalista americano de tendência socialista, louvando a originalidade da revolução chinesa sob a orientação maoísta. Esse trabalho jornalístico foi simplesmente proibido de circular na URSS. Stalin rejeitou formalmente proposta de Mao sobre a reincorporação da República da Mongólia à RPC, desfazendo, assim, uma das aspirações maiores da nova liderança chinesa em ver reconstituído o domínio territorial existente na época da dinastia Qing.

Os textos assinados em 14 de fevereiro de 1950 versavam sobre um Tratado de Amizade, Aliança e Mútua Assistência, um acordo sobre a restituição aos chineses da ferrovia de Changchun e das bases militares existentes em Port Arthur (Lushun) e em Port Dairen (Dalian), bem como acordos para a concessão de créditos oficiais à RPC e prestação de assistência técnica pela URSS. Foram igualmente firmados documentos, declarando nulo o Acordo de Amizade e Aliança celebrado com o governo do Kuomintang em 14 de agosto de 1945, reconhecendo a independência da República da Mongólia e transferindo para controle chinês as propriedades econômicas obtidas pelos soviéticos no Nordeste da China após a capitulação japonesa, assim como as antigas instalações militares da URSS em Pequim.

Os convênios para prestação de ajuda econômica e técnica consagraram a adoção pela China do modelo estalinista de desenvolvimento, privilegiando o setor da indústria pesada. O documento mais importante e de maior impacto referia-se à aliança político-militar. Esse tratado dispunha essencialmente sobre os riscos de um novo surto militarista e expansionista do Japão, que era citado nominalmente como um inimigo potencial. Falava ainda em assistência recíproca em caso de ataque. Foi precisamente esse ponto que despertou grande inquietação nas chancelarias do Ocidente, que viram no fraseado impreciso do texto uma possibilidade concreta de estabelecimento de um eixo estratégico e militar capaz de alterar em substância o equilíbrio de poder na Ásia Oriental e também na própria Europa, na eventualidade de contingentes chineses serem empregados como integrantes de grandes ofensivas soviéticas naquela área. Confirmava-se, assim, pelo menos em aparência, o tenebroso espectro de uma enorme coligação comunista cuja contenção devia ser estruturada por meio de alianças igualmente poderosas para contrabalançar a amea-

ça potencial que acabava de se materializar.

Esse quadro inicial de tentativas de composição pela República Popular de um esquema diplomático global muito condicionado pelos acentuados sentimentos ocidentais de reserva com relação ao novo regime de Pequim, e que reforçavam a percepção chinesa da conveniência de buscar imperiosamente garantias de segurança, iria ser bruscamente abalado em 25 de junho de 1950 com a eclosão do conflito na Coréia.

As causas verdadeiras da guerra na Coréia ainda permanecem envoltas em densa controvérsia. Há analistas que asseguram ter o conflito sido originado de iniciativa pessoal e direta de Kim Il Sung, que ficara entusiasmado com a vitória dos comunistas chineses, decidindo lançar uma ofensiva própria para tentar obter o controle de toda a península por um golpe de força. Relembre-se que, após a capitulação nipônica, tropas soviéticas permaneceram estacionadas na parte norte do país, ao passo que contingentes armados americanos controlaram a parte sul. Posteriormente, os soldados de Moscou retiraram-se do norte coreano, passando os comandados comunistas de Kim Il Sung a efetivar sua presença na área. Os americanos permaneceram no sul, apoiando a administração ali instalada sob o comando de Sigman Rhee. Segundo a interpretação acima indicada, Kim Il Sung decidira lançar sua “grande estratégia”, certo de contar com o apoio de Moscou e de Pequim para neutralizar reações americanas e poder, assim, concretizar o domínio comunista em toda a península.

Há, contudo, outra versão, mencionando uma maquiavélica manobra de Stalin, que teria secretamente incentivado os propósitos irredentistas de Kim Il Sung, sabendo de antemão que as autoridades de Washington não aceitariam “perder a Coréia” e partiriam para confronto direto com os comunistas coreanos e tropas estrangeiras a eles aliadas. A China, cedo ou tarde, viria a estar envolvida no conflito, ou seja, em luta frontal com os americanos e sem condições de sucesso efetivo, perdendo, assim, a aura de invencibilidade adquirida desde os tempos da guerra civil. O episódio coreano serviria, portanto, para “dobrar a espinha” dos orgulhosos chineses, que, depois da lição a ser recebida dos americanos, tenderiam a assumir diante de Moscou uma atitude mais dócil e humilde, como conviria a um país necessitado de um “grande irmão” para proteger seus interesses estratégicos mais importantes.

Seja qual for a causa real do início do conflito, assinale-se que o pretexto invocado pelos comunistas coreanos prendeu-se a uma suposta incursão de bandos armados sob o controle dos sulistas nas imediações

do Paralelo 38, que demarcava os limites não-oficiais entre as duas regiões do país. Para repelir tais ataques, as forças comunistas iniciaram marcha avassaladora pelo resto do país, acontecimento que foi logo qualificado em círculos ocidentais como uma verdadeira agressão.

A fulminante investida dos norte-coreanos em toda a península provocou pronta reação dos americanos, temerosos do perigo de “contágio” comunista em escala progressiva na Ásia. Em 27 de julho, o presidente Truman declarou que não só tropas americanas iriam ser usadas para apoiar e defender a Coreia do Sul, como também que a eventual ocupação de Formosa pelos comunistas constituiria uma ameaça para a segurança de todo o Extremo Oriente. Truman ordenou, então, que a VII Frota americana se interpusse entre a ilha e o continente. A alardeada intervenção americana na questão chinesa parecia estar, assim, de todo configurada, pelo menos aos olhos dos dirigentes de Pequim. O fato de Washington interpor suas forças no estreito de Formosa, impossibilitando a invasão da ilha e a derrota final do Kuomintang, passou a ser ressentido como uma “agressão” direta aos interesses da República Popular e constituiu o grande pomo de discórdia que iria envenenar as relações sino-americanas de então.

O posterior avanço de represália das forças americanas em território da Coreia do Norte, cujos efetivos acusavam sensíveis perdas e batiam em retirada rumo à região vizinha da fronteira setentrional com a China, representou para os responsáveis da RPC uma ameaça concreta. Se a ofensiva americana não fosse sustada, as tropas do general MacArthur estariam em condições de chegar até o rio Yalu, nos limites com a Manchúria, cujo território ficaria, dessa forma, inteiramente exposto a uma invasão inimiga. Os americanos estariam, assim, conseguindo efetuar o tão temido “cerco” da China, bloqueando o estreito de Formosa no litoral sul e controlando um acesso privilegiado à região Nordeste na Manchúria.²⁴

Na madrugada de 3 de outubro, Chu En-Lai convocou o embaixador

²⁴ A decisão chinesa de intervir na Coreia foi muito bem analisada em dois recentes estudos, que procuraram interpretar o fato sob uma perspectiva histórica abrangente, levando em conta o perfil adotado pela RPC em política exterior em toda a década de 1950; esses trabalhos são “China’s decision to enter the Korean war: history revisited”, de Zhai Zhihai e Hao Yufan, *China Quarterly*, março de 1990, e “Making known the unknown war: policy analysis of the Korean conflicts in the last decade”, de Rosemary Foot, *Diplomatic History*, verão de 1991.

da Índia, K.M. Panikkar, que servia como intermediário para a transmissão de mensagens chinesas dirigidas às autoridades americanas, informando que a RPC não ficaria inativa, caso as tropas de MacArthur ultrapassassem a linha demarcatória representada pelo Paralelo 38. Uma ação armada chinesa seria, então, inevitável. Em nome da salvaguarda de sua segurança, possivelmente muito mais do que por solidariedade para com os comunistas norte-coreanos, Pequim decidiu, em 15 de outubro de 1950, intervir no conflito. Tal fato provocou inquietação natural nas chancelarias ocidentais, passando a justificar toda a política de “contenção” (*containment*) com relação à RPC. Em 1º de fevereiro de 1951, a Assembleia-Geral das Nações Unidas adotou resolução, qualificando a intervenção chinesa na Coreia como uma “agressão”, razão pela qual foi igualmente aprovada moção sobre um embargo de material militar destinado à RPC e à Coreia do Norte.²⁵

A ofensiva chinesa na Coreia revestiu-se de um caráter espetacular. As “vagas humanas” em ataques sucessivos até a tomada de posições predeterminadas causaram espanto e verdadeiro sentimento de horror e pânico em círculos ocidentais encarregados de estratégia. Um novo tipo de conflito estava se delineando nos mapas de Estado-Maior. A “guerra das massas”, com hordas incalculáveis de combatentes perfeitamente ordenados, parecia abalar os conceitos até então aceitos sobre a condução de combates convencionais. O avanço inicial dos chineses provocou a

²⁵ Até hoje, ainda permanecem envoltas em densa controvérsia as verdadeiras razões objetivas que levaram os chineses a decidir pela intervenção na Coreia e, sobretudo, muito se discute a respeito do período exato escolhido para deflagrar a entrada de tropas da República Popular em território coreano. Algumas revelações espetaculares feitas algum tempo depois indicaram que o primeiro-ministro australiano, Harold Holt, seria um espião a serviço dos comunistas chineses e que teria passado informações secretas sobre os verdadeiros objetivos da intervenção ocidental na península, visando a uma invasão da China. Holt desapareceu em 1967, quando nadava em área onde fora assinalada a presença de tubarões. A acusação contra sua pessoa foi feita no livro *The Prime-Minister was a spy*, assinado por Anthony Grey, que passara dois anos como prisioneiro na China. Posteriormente, circulou outra versão, denunciando o embaixador canadense em Tóquio, Herbert Norman, como o verdadeiro agente que transmitira informes aos comunistas sobre os propósitos ocidentais na Coreia. De qualquer forma, considera-se que a RPC só se decidiu pela intervenção na guerra coreana porque tinha sido, suficiente e fartamente, alertada por agentes de serviços de informação, assegurando-se de que uma invasão estrangeira contra seu território estaria iminente. Sobre o assunto, veja-se o livro *The Chinese secret service*, de Richard Deacon, Londres, Grafton Books, 1989.

maior debandada registrada na história militar dos EUA, o que causou um choque traumático na opinião pública americana, contribuindo decisivamente para o apoio popular quase incondicional naquele país ao esforço de guerra destinado a conter o perigo comunista.²⁶

A internacionalização dos combates com a presença de diversos contingentes nacionais sob a bandeira das Nações Unidas foi aos poucos revertendo a situação, que acabou por se estabilizar, chegando a um ponto de verdadeira paridade ou empate, embora continuassem a ocorrer combates de inaudita violência.

Após fases de delongas e de tergiversações variadas, seguidas de grandes campanhas de propaganda dos dois lados em luta, um armistício foi obtido em 1953; armistício, e não capitulação ou rendição incondicional, o que permitiu que todas as partes envolvidas reivindicassem sucesso. Os EUA conseguiram conter a iniciativa da Coreia do Norte, a Coreia do Sul resguardou sua autonomia, o regime de Pyongyang manteve-se no poder, controlando a região Norte do país, e a RPC afastou o risco de presença estrangeira, armada e hostil, em sua fronteira nordeste. Todos tiveram motivos para clamar vitória. Mas o fato de as tropas chinesas terem conseguido fazer face ao imponente e aguerrido contingente militar montado pelos países ocidentais passou a representar um dado importante e crucial para cálculos estratégicos na Ásia. A China voltara a ter uma presença efetiva em termos de potência bélica. Considerou-se, desde então, que o conflito na Coreia marcara o fim da debilidade militar chinesa diante de estrangeiros, tão flagrante desde as guerras do ópio a partir de 1840. A RPC fazia ressoar alguns acordes bem próximos aos hinos vitoriosos de batalhas do antigo Império do Meio.²⁷

Hoje em dia, a decisão tomada pela China de intervir na Coreia em

²⁶ A situação em 1951 foi inteiramente diversa da registrada quando da intervenção americana mais tarde na guerra no Vietname, que provocou um sensível movimento de oposição popular, minando as bases internas da política de Washington no Sudeste Asiático.

²⁷ Com a internacionalização do conflito coreano, o Japão passou a constituir uma importante base de apoio logístico para o fornecimento de bens e serviços necessários para a manutenção do dispositivo militar ocidental engajado na península. A economia nipônica pôde ir, dessa forma, recuperando-se das seqüelas da guerra, registrando um crescimento sustentado e exponencial em suas atividades produtivas, e criando o que passaria a ser conhecido como o “milagre japonês”. Por tal motivo, diz-se hoje em dia que o grande vencedor da guerra na Coreia acabou sendo o Japão, que não tivera participação direta nos combates.

1950, e também a de ocupar o Tibet em 1951, é sobretudo explicada como decorrência da verdadeira fobia de Pequim com os problemas de sua segurança territorial. Os chineses temiam que na Manchúria um avanço americano e aliado poderia provocar a derrocada comunista na região, o que abriria as portas para um efetivo retorno dos nacionalistas ao continente, de onde teriam condições muito mais vantajosas para tentar reconquistar todo o país.²⁸

No Tibet, o exército chinês procurava resguardar uma sensibíllissima região geoestratégica, que fora disputada por russos e ingleses desde o século XIX. Após a queda da monarquia chinesa em 1911, os ingleses conseguiram aumentar sua influência no território tibetano, em busca de expansão do Império das Índias (época da Conferência de Simla e da demarcação da linha McMahon entre a Índia e o Tibet). A anexação do Tibet à República Popular representou um trunfo considerável para a afirmação da presença chinesa naquela área, afastando a possibilidade de criação de um “Estado tampão” (*buffer*) sob eventual influência do Ocidente na delicada e complexa região do Himalaia.

Não caberia no escopo preciso deste estudo entrar em detalhes sobre a política chinesa com relação a algumas de suas regiões com características culturais, étnicas e religiosas bem distintas, como no caso preciso do Tibet, do Xinjiang e da Mongólia Interior. O assunto tem implicações importantes no plano internacional, que serão abordadas oportunamente no decorrer desta dissertação. Sobre esse tema interessante, o autor deste trabalho realizou uma pesquisa sobre as minorias nacionais chinesas, procurando examinar alguns aspectos dos problemas criados com a perda de territórios chineses no século passado, em particular sobre a questão especial do Xinjiang, do Tibet e da Mongólia; esse estudo intitula-se “Os anjos rebeldes da paz celestial — manifestações autonomistas entre as minorias nacionais da China”.

As conseqüências diplomáticas do conflito na Coréia também tiveram grande significado. Para a RPC, a reunificação de Formosa ao continente tornou-se mais do que problemática, passando a constituir um

²⁸ Chiang Kai-shek chegou a procurar o general MacArthur, mas o encontro limitou-se a conversas protocolares. Segundo comentários, os americanos tinham bem presente a fragilidade das forças armadas nacionalistas e procuraram afastá-las do teatro de operações de guerra. Como referência mais recente e muito bem documentada, cite-se o livro *Korea: the unknown war*, de Jon Halliday e Bruce Cumings, Nova York, Pantheon Books, 1988.

delicado problema político e militar, que até hoje ainda carece de uma solução previsível a curto prazo. Por isso mesmo, a questão formosina adquiriu um realce e uma importância únicas nas relações sino-americanas. Durante toda a década de 1950 e em boa parte dos anos 1960, os dirigentes chineses reconheceram nos EUA seu principal adversário internacional e a grande força que se opusera a uma dos ideais mais ancorados no substrato do regime comunista: a recomposição da unidade territorial do país.

Mas, por outro lado, como que a compensar a perda da oportunidade de incorporar a ilha à esfera soberana da RPC, a diplomacia de Pequim conseguiu marcar pontos significativos. Em 10 de setembro de 1950, as autoridades chinesas instaram o Conselho de Segurança das Nações Unidas a apreciar sua “queixa relativa à agressão armada contra Formosa”. O fato decorria da decisão de Washington de interpor a VII Frota no estreito, bloqueando o acesso à ilha. Apesar de não estar reconhecida pela organização, a RPC conseguiu que seu enviado, Wu Xiuquan, credenciado como embaixador especial, fosse ouvido por duas vezes, nos dias 28 e 30 de novembro. Embora a intervenção do representante chinês tivesse um valor de propaganda bem maior do que efetivos resultados concretos, a ocasião representou um trunfo particular para os dirigentes da RPC, que procuraram aproveitar a ocasião para enfatizar a esdrúxula postura em que se encontrava o país mais populoso do mundo, impedido de participar do maior foro diplomático internacional.

Em 1954, realizaram-se em Genebra duas importantes conferências onde a RPC se fez representar em grande estilo. A primeira conferência versou sobre questões pendentes do conflito coreano e a segunda, realizada em seguida, era destinada a decidir sobre o final da primeira guerra da Indochina, que marcou o fim do domínio francês naquela região. Os diplomatas chineses não perderam a oportunidade para fazer valer sua presença na mesa de negociações. O próprio Chu En-Lai chefiou a delegação chinesa, que primou por um pronunciado sentido de flexibilidade e acomodação, recuando por diversas vezes, quando sentia não ter condições de fazer aprovar suas propostas, e aceitando várias fórmulas circunstanciais de composição de natureza até moderada.

O objetivo chinês certamente residia em fazer patente que, doravante, as questões relativas a equilíbrio de poder na Ásia Oriental não poderiam prescindir da presença de Pequim, cujo imponente dispositivo de defesa dera provas de eficácia no conflito coreano e cuja aspiração política maior residia precisamente em se ver reconhecida como uma potência regio-

nal categorizada. Essa pretensão não deixava de estar permeada de uma certa aura de vingança satisfeita, já que, mesmo excluída das Nações Unidas, a presença chinesa era então reclamada como necessária para a composição de grandes temas de política externa na Ásia, sobretudo quando envolviam interesses de países que séculos antes estiveram sob a influência de poder do Império da China.²⁹

No entanto, havia ainda o reverso da medalha. A guerra na Coreia servira como elemento catalisador para estimular a elaboração de um novo sistema regional de segurança na Ásia, com os EUA constituindo o fator básico de apoio e sustentação de diversos governos da área. Em 8 de setembro de 1951, os EUA e o Japão assinaram um Acordo de Paz e de Segurança, documento que mais tarde viria a ser considerado como fundamento da “mais importante relação bilateral do após-guerra” e que propiciou as condições necessárias para que a economia nipônica registrasse uma notável recuperação e expansão, protegida pelas salvaguardas da proteção militar americana. Em decorrência, em 28 de abril de 1952, o Japão firmou um Tratado de Paz com Formosa, marcando uma etapa importante no distanciamento político com a RPC. Em 8 de setembro de 1954, foi criada a Organização do Tratado da Ásia de Sudeste (OTASE), destinada a conter agressão externa contra os signatários: Austrália, EUA, Filipinas, França, Grã-Bretanha, Nova Zelândia, Paquistão e Tailândia. Em 2 de dezembro de 1954, os EUA e Formosa

²⁹ Um dos melhores documentos sobre a atuação diplomática chinesa nessa época é o livro de François Joyaux *La Chine et le règlement du premier conflit d'Indochine: Genève 1954*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1979.

Registre-se que na Suíça os chineses mantiveram diversos contatos de alto nível com dirigentes ocidentais. Chu En-Lai encontrou-se com Pierre Mendès France para discutir sobre o fim da guerra na Indochina, conflito do qual a China estivera ausente em termos de envio de tropas, embora tivesse prestado considerável auxílio bélico e logístico aos insurgentes *vietminh*. Um fato muito comentado na época referiu-se a um encontro não-programado numa das salas de reuniões entre Chu e o secretário de Estado Dean Rusk, que recusou estender a mão ao primeiro-ministro chinês: este limitou-se a dar de ombros com altaneira indiferença, mas fazendo questão de registrar o acontecido junto à mídia e aos demais representantes diplomáticos presentes em Genebra. Apesar dessas escaramuças protocolares, após as conferências de 1954, os EUA e a RPC concordaram em manter conversações bilaterais, a princípio em nível consular em Genebra e posteriormente elevadas para nível de embaixador. Mesmo em vista de dificuldades ocasionais e de interrupções intermitentes, essas conversações foram mantidas até a década de 1970 e constituíram um importante canal de comunicação entre os dois governos.

celebraram um Tratado de Defesa Mútua, que representou o fim das pretensões da RPC de reconquista rápida da ilha.

Estava, assim, constituído, o quadro básico de contenção da China Popular no âmbito de um esquema típico do clima de guerra fria. O território da RPC encontrou-se englobado por uma “vizinhança hostil”, sob a proteção e o comando dos EUA.

Nessas condições, de 1949 a 1959, na opinião de sinólogos categorizados, a busca por segurança levou a RPC a privilegiar a aliança defensiva e os laços políticos, econômicos e militares com a União Soviética e com o bloco socialista. Afastada das Nações Unidas, onde, inclusive, fora apontada como agressora em consequência do conflito na Coreia, e, por conseguinte, sem vínculos regulares com os grandes países ocidentais, a RPC, por ser pobre e relativamente vulnerável em termos militares (ainda não possuía armas atômicas) e sem capacidade efetiva de liderança mundial, procurou estimular a ascensão de movimentos de independência em países em via de descolonização, apoiar rebeliões contra o poder ocidental (assistência material ao *vietmihm* na Indochina) e manter um perfil distinto como “país comunista em desenvolvimento”. O lançamento do ambicioso programa de crescimento econômico do Grande Salto para a Frente, em 1958, serviu aos propósitos da diplomacia chinesa de apresentar-se como um modelo particular para países mais pobres. Sua segurança estava resguardada pela aliança com os soviéticos e pela motivação criada com a teoria da invencibilidade da chamada “guerra das massas”, onde o peso da população representava a arma mais contundente para dissuadir propósitos agressivos externos.

O isolamento da China diante dos países desenvolvidos levou a diplomacia de Chu En-Lai a cortejar os regimes recém-emancipados, apresentando a China como grande defensora da causa do mundo em desenvolvimento contra uma política de poder ocidental marcada pelo colonialismo e práticas imperialistas. O terceiro-mundismo, que influenciaria a política externa chinesa por algumas décadas, desenvolveu-se como forma de afirmação diplomática da RPC de início na região asiática em sua vizinhança imediata, mas também procurou englobar países africanos que acabavam de obter suas independências.

O objetivo chinês de procurar intensa aproximação com os países descolonizados e em desenvolvimento seguia uma estratégia precisa com base em interesses concretos a resguardar. Como Formosa, muito ligada ao poder ocidental, representava legalmente toda a China nas Nações Unidas, Pequim precisava usar uma retórica incisiva em favor dos países

pobres para angariar simpatias dos governos que começavam a entrar em função e que logo pleiteavam adesão à ONU. Além de tentar, assim, neutralizar apoios adicionais ao reconhecimento internacional de Formosa da parte dos novos países descolonizados, a RPC habilmente ia buscando constituir uma teia de relações com os novos Estados na certeza de que, cedo ou tarde, sua presença nas Nações Unidas teria de se concretizar. E nada melhor do que transmitir a mensagem segundo a qual no Conselho de Segurança, foro de importância capital para os países que se defrontavam com agudos problemas decorrentes do fim do período colonial, a RPC seria o porta-voz qualificado e intérprete legítimo das verdadeiras aspirações do mundo em desenvolvimento, que igualmente eram as suas. O terceiro-mundismo representou, dessa forma, um elemento importante e objetivo da política de afirmação de presença externa da RPC, envolvendo interesses precisos e concretos que transcendiam inteiramente a mera retórica de propaganda em defesa de uma “irmandade de países pobres”.³⁰

O ponto alto dessa postura chinesa materializou-se na Conferência de Bandung, de 18 a 24 de abril de 1955. O chamado “espírito de Bandung” tendia a demonstrar que a China incentivava boas relações com seus vizinhos regionais e não estava propensa a fomentar movimentos irredentistas em outros países, por meio da manipulação das minorias étnicas chinesas como agentes subversivos, sobretudo na Ásia Oriental.³¹ Ainda em Bandung, a diplomacia chinesa buscou contatos e aproximação com governos de áreas onde ainda não contava com uma presença mais efetiva, como no caso preciso do Oriente Médio.³²

A vertente terceiro-mundista da política externa chinesa recebeu grande ênfase nos anos de 1956 e 1958 com o estabelecimento de vínculos oficiais com diversos países árabes e africanos. A diplomacia da RPC demonstrou uma grande sensibilidade e um agudo senso de oportunismo ao revelar táticas de todo flexíveis com relação às práticas por vezes pecu-

³⁰ Cite-se a esse propósito o livro *La Chine et le Tiers Monde*, de Philippe Richer, Paris, Payot, 1971.

³¹ Sobre o tema, cite-se o trabalho *Bandoung, tournant de l'histoire*, de A. Comte, Paris, Laffont, 1965, de estilo candente, mas com informações úteis sobre acontecimentos desenrolados durante a conferência.

³² A aproximação com Nasser foi iniciada em Bandung em 1955 e sacramentada pelo estabelecimento de relações diplomáticas em 1956; com o Sudão, também foram normalizadas relações naquele mesmo ano de 1956, e com o Iraque em 1958.

ares de alguns governos de países em desenvolvimento. Nesse sentido, Chu En-Lai, dando prova de seguir à letra os princípios básicos de *Realpolitik*, recomendou expressamente a seus diplomatas e negociadores “grande paciência” e “total espírito de tolerância” para com “certos aspectos particulares seguidos pelos novos amigos da China”.³³

Com relação à América Latina, a diplomacia chinesa não obteve sucessos iniciais mais expressivos. Para tentar neutralizar a falta de relações oficiais, os chineses estimularam os chamados “contatos entre pessoas”, tendo patrocinado visitas de delegações especiais a Pequim, em geral integradas por personalidades comunistas ou de tendências esquerdistas. Em 1952, foi assinado um acordo comercial não-governamental com o Chile; em 1953, uma companhia teatral chinesa excursionou pelo Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, México, Uruguai e Venezuela. Cuba foi o primeiro país latino-americano a estabelecer relações diplomáticas com a RPC em 1959.

Cabe ainda enfatizar que a equipe de que se cercou Chu En-Lai na fase crítica de estruturação de um perfil básico de política exterior para a RPC contava com personalidades de grande brilho intelectual, alguns formados nos EUA, destacando-se figuras como Huang Hua, Zhang Hangu, Wang Bringnan e Wu Xiuguan. Nas palavras deste último, de 1950 a 1958, a China procurou voltar à cena mundial, após quase um século de humilhações e derrotas diante de potências estrangeiras, como um protagonista importante, mas sem os meios efetivos de impor orientação mais substantiva, no momento em que dois pólos de poder — o americano e o soviético — concentravam o essencial da política internacional.³⁴

³³ Vejam-se as saborosas observações transcritas no livro *Diplomacy of Contemporary China*, sobretudo com relação ao estabelecimento de vínculos com países africanos, em especial com o Congo, Uganda e Etiópia.

³⁴ Livro *Eight years in the Ministry of Foreign Affairs, January 1950 to October 1958, memoirs of a diplomat*, Pequim, New World Press, 1985.

MUDANÇA DE RUMO DA DIPLOMACIA CHINESA NOS ANOS 1960: EM BUSCA DE INDEPENDÊNCIA

A partir de 1960, verificou-se uma substancial alteração na política externa da RPC. As divergências com os soviéticos tiveram início em 1957 devido às críticas de Krushev a Stalin, dando origem a uma polêmica a princípio velada, mas logo após quase sem cerimônia, entre os dois gigantes comunistas.³⁵ A RPC procurou matreiramente fazer passar a polêmica como de ordem doutrinária e circunscrita aos dois partidos. No entanto, o diferendo apresentava características bem mais profundas e substanciais, e foi exacerbado com as sérias reservas feitas por Moscou ao programa de desenvolvimento de inspiração ultracoletivista apresentado pelo Grande Salto para a Frente.

O Grande Salto preconizava um projeto de crescimento acelerado em

³⁵ Hoje em dia, considera-se que já em 1957 os chineses teriam apreendido muito bem que seu relacionamento com os soviéticos revestia-se de um caráter circunstancial e temporâneo. A grande preocupação da RPC, muito orgulhosa de seus sucessos na guerra da Coréia, consistiria em lançar a seus inimigos, declarados como os americanos ou potenciais como os soviéticos, advertências sérias sobre sua capacidade de responder com maciças forças convencionais a ataques até de natureza atômica. A famosa frase de Mao Tsé-Tung segundo a qual “o imperialismo é um tigre de papel” visaria a um duplo objetivo. Por isso mesmo, as conhecidas declarações de Mao feitas, precisamente no ano de 1957 quando se iniciaram as divergências com Moscou, sobre o poder de resistência da China a uma guerra com os americanos são presentemente interpretadas também como um sinal de alerta lançado em direção da URSS. Mao dissera na ocasião: “a América tem armas atômicas e com elas nos ameaça; mas não tememos a arma atômica porque a China possui 600 milhões de habitantes. Ainda que 200 milhões sejam mortos pelo fogo atômico, 400 milhões vão sobreviver. E mesmo que desses apenas 200 milhões efetivamente sobrevivam, a China continuará a ser uma grande nação. Além disso, esses 200 milhões nunca capitularão. É por isso que, no final das contas, a América perderá a guerra”. Sobre esse ponto preciso, citem-se as observações de Geoffrey Barraclough no renomado estudo *An introduction to contemporary history*, Londres, Penguin Books, 1977.

Em termos mais concretos, o ponto crítico de divergência entre os Partidos Comunistas da RPC e da URSS registrou-se em junho de 1960 na Conferência Comunista de Bucareste, onde os chineses se encontraram praticamente isolados, só contando com o apoio do Partido do Trabalho da Albânia. Veja-se a respeito a versão oficial chinesa relatada no livro *History of the Chinese Communist Party: a chronology of events 1919-1990*, Pequim, Foreign Languages Press, 1991, p. 285.

moldes autárquicos e muito centrado, em particular, no esforço coletivo das comunas rurais e dos coletivos industriais citadinos, que deveriam impulsionar a expansão das atividades baseadas em princípios de igualitarismo e na comunização acelerada. A assistência externa da URSS era fundamental para que a China pudesse vir a ter acesso a bens de capital, indispensáveis à realização dos vultosos programas de obras objetivados pelo Grande Salto. No entanto, a forma desordenada e pouco sistemática do programa, apoiado por intensa campanha ideológica de valorização do trabalho coletivo, foi considerada perigosa pelos soviéticos, que chegaram a pensar na possibilidade de um grande desastre econômico na China, capaz de afetar concretamente o equilíbrio asiático.

Já ao final de 1958, reuniram-se em Pequim os embaixadores dos países socialistas na missão diplomática soviética, formulando sérias restrições aos objetivos do Grande Salto. A RPC melindrou-se com o fato, porque apresentava seu programa como um parâmetro político e econômico para os países do “Terceiro Mundo” (época da famosa campanha internacional “vinde ver os resultados do comunismo chinês”), o que sustentava sua aspiração de liderança junto aos demais governos de nações em desenvolvimento e recém-descolonizados. Além disso, as reservas de Moscou soaram aos ouvidos chineses como uma intolerável interferência em seus assuntos internos; ingerência inaceitável mesmo que procedente do “grande aliado” comunista.³⁶

Ainda em 1958, surgiram duas outras dificuldades importantes no relacionamento sino-soviético. Em abril, o ministro da Defesa Rodion Malinovsky propôs a seu colega chinês, Peng Denhuai, a construção conjunta de um centro de transmissão de rádio de alta potência. Os chineses concordaram com a idéia, mas insistiram em que a propriedade das instalações fosse da RPC, arcando a URSS com encargos relativos a fornecimento de assistência técnica para a realização do projeto; os soviéticos, por sua vez, mantiveram a posição de que a propriedade e o uso das instalações deveriam ser conjuntos, o que criou uma situação de mal-estar. Além disso, os soviéticos propuseram ainda a formação de uma frota conjunta de submarinos, hipótese logo aceita pelos dirigentes da

³⁶ Veja-se a respeito o trabalho de François Godement “La tourmente du vent communiste (1955-1965)” constante do livro *La Chine au XXe siècle - de 1949 à nos jours*, p. 48. O Grande Salto finalmente redundou em um grande desastre econômico e social, provocando uma verdadeira “epidemia de fome”, da qual resultou a morte de cerca de 20 milhões de chineses.

RPC, que envidavam esforços para constituir uma força naval à altura de suas aspirações de potência regional na Ásia Oriental. O projeto também esbarrou em discussões sobre a divisão de responsabilidades e titularidade das embarcações a serem construídas com a ajuda de Moscou.

Os dois assuntos só foram resolvidos quando da visita de Krushev, em julho daquele ano, decidindo-se que a central de transmissão de rádio seria de propriedade da RPC e sua construção receberia financiamento e assistência parciais da URSS (o programa foi mais tarde concluído inteiramente pelos chineses, já depois da suspensão da cooperação econômica bilateral em 1960). Quanto à frota conjunta de submarinos, Krushev explicou que a proposta não era bem aquela, tendo tudo resultado de erro nos telegramas cifrados enviados de Moscou à embaixada soviética em Pequim.³⁷

O desejo de independência da RPC acentuou-se ainda mais com seu propósito manifesto de obter armamento atômico autônomo, considerado como fator primordial para um posicionamento externo verdadeiramente soberano e que pudesse conferir à diplomacia chinesa um valor mais efetivo no tabuleiro internacional. Em 1958, Chu En-Lai cedeu a pasta do exterior ao marechal Chen Yi, que se esforçou por convencer os soviéticos a auxiliar o programa atômico chinês. Apesar da assinatura, no final daquele ano, de um tratado bilateral sobre “tecnologia moderna de defesa nacional” (Acordo Peng Tenhuai/Malinovski), a URSS não concordou em assistir a RPC na constituição de um arsenal atômico independente.³⁸

Em setembro de 1959, às vésperas da viagem de Krushev aos EUA

³⁷ A “desculpa esfarrapada” de Krushev não deve ter deixado de criar certo constrangimento ao embaixador soviético Pavel Fyodorovich Yudin, que mantivera longas negociações e acaloradas discussões com Mao Tsé-Tung e Chu En-Lai sobre a questão da construção dos submarinos; a respeito cite-se o trabalho chinês *Diplomacy of contemporary China*.

³⁸ Desde o período da guerra civil contra o Kuomintang, os comunistas chineses manifestaram um grande interesse pela tecnologia atômica desenvolvida pelos EUA e que acabara de ser testada com finalidades bélicas contra o Japão. Os serviços de inteligência do comunismo chinês sempre estiveram muito atentos à questão atômica, sobretudo porque alguns cientistas e físicos selecionados para integrar o chamado Projeto Manhattan eram de origem chinesa. O programa de pesquisa atômica da RPC nasceu na década de 1950 e foi entregue à direção de Nie Rongzhen; o professor Chien Hsue-shen, que participara do Projeto Manhattan, é considerado o verdadeiro pai da bomba chinesa testada em 1964. Sobre o assunto vejam-se os livros *The Chinese secret service*, de Richard

para uma das primeiras reuniões de cúpula dos dirigentes das duas superpotências mundiais de então, Mao Tsé-Tung enviou uma carta ao líder soviético, dizendo que discordava de algumas das sugestões propostas para debate em Washington, segundo a agenda, tentativa que lhe havia sido transmitida, a título de informação, pela embaixada da URSS em Pequim. Krushev teria ficado furioso com a “audácia” e o “atrevimento” dos chineses, que se achavam com o direito de interferir no planejamento político e estratégico da URSS com relação aos EUA.³⁹

Mesmo assim, depois da viagem a Washington, o dirigente soviético esteve em Pequim para participar das cerimônias comemorativas do 10º aniversário da criação da RPC. Durante encontro com a cúpula dirigente chinesa, que durou mais de sete horas no dia 2 de outubro, Krushev teria, segundo a versão chinesa hoje fartamente divulgada, criticado o bombardeio das ilhas de Quemoy e Matsu, situadas bem em frente da cidade costeira de Xiamen (Amoy), na província de Fujian, e que permaneciam em poder dos nacionalistas, bem como teria até mencionado a hipótese de uma eventual e temporária independência de Formosa, para escândalo geral de seus interlocutores. Para culminar com suas observações tão chocantes para os chineses, o líder soviético mencionou os incipientes incidentes de fronteira entre a China e a Índia, posicionando-se de forma favorável aos argumentos levantados pelos dirigentes de Nova Delhi. O clima do relacionamento bilateral já se tornara muito envenenado, prenunciando a ruptura bem próxima.

Assim, não constituiu surpresa que, quando Krushev preconizou, em 1959, no XXI Congresso do PCUS a política de “coexistência pacífica” com o Ocidente, os chineses consideraram o fato uma verdadeira ameaça a seus interesses nacionais específicos e a suas aspirações ao armamento atômico. Julgavam os responsáveis da RPC que uma aproximação entre a URSS e o Ocidente poderia ser feita às expensas da segurança chinesa. Pequim temia ser manipulado como “elemento de barganha

Deacon e *La Chine au XXe siècle - de 1949 à aujourd'hui*, ambos já citados anteriormente, bem como a obra *The claws of the dragon*, de John Byron e Robert Pack, Nova York, Simon and Schuster, 1991, que constitui uma biografia de Kang Sheng, organizador do serviço secreto da República Popular e que não mediu esforços para trazer à China os melhores cérebros ligados à tecnologia atômica.

³⁹ O fato é mencionado por René Levesque no livro *Le conflit sino-soviétique*, anteriormente citado.

na” no âmbito de entendimentos amplos entre Moscou e Washington, inclusive porque os dois grandes teriam interesse em limitar a ação da RPC, impedindo-a de fortalecer-se em termos militares e estratégicos. Estava, assim, preparado o cenário para a ruptura com a URSS, que se concretizaria em 1960 com a retirada de todos os técnicos soviéticos da China e a suspensão do programa de assistência de Moscou a Pequim.⁴⁰

Muito se discutiu sobre as conseqüências da ruptura e do cisma sino-soviético e de suas implicações no comportamento externo da RPC. De um modo geral, considera-se hoje que o antagonismo oficializado entre as duas grandes capitais do mundo comunista contribuiu para acentuar o isolamento internacional da China.⁴¹

Em 1962, eclodiu o conflito com a Índia, resultante de disputa sobre fronteira na região do Himalaia, que levaria Nova Delhi a aproximar-se de Moscou, fragilizando a posição chinesa na Ásia e retirando da diplo-

⁴⁰ Pode haver uma certa confusão quanto ao uso do conceito de coexistência pacífica, valendo a pena um esclarecimento sobre as manipulações feitas por chineses e por soviéticos a esse respeito. Conforme assinalado antes, a China já se manifestara desde a década de 1950 em prol dos cinco princípios de coexistência pacífica, que deveriam reger a convivência entre todas as nações. Quando os soviéticos começaram a empregar a expressão coexistência pacífica para definir uma forma de relacionamento mais distendido entre países de sistema comunista e capitalista, a China viu no fato uma possibilidade de acomodação perigosa entre as duas superpotências de então, visando resguardar seus interesses específicos a expensas dos de outros membros da comunidade internacional, inclusive e sobretudo os da própria China. Assim, o proselitismo desenvolvido por Pequim na época assimilava essa segunda forma de coexistência pacífica a uma forma de hegemonismo e de política de poder limitada aos interesses exclusivos dos dois grandes. A propaganda chinesa passou a identificar a coexistência pacífica, em sentido soviético restrito, a uma forma de chauvinismo de grande potência, ao passo que os cinco princípios básicos de coexistência pacífica, segundo a definição chinesa, até hoje figuram como grande diretriz da política exterior da República Popular. O mesmo tipo de malabarismo semântico seria empregado pelos chineses em questões de desarmamento, falando de arsenais nucleares dos demais países e do “pequeno estoque” dessas armas mantido pela RPC apenas com propósitos defensivos, como se pudessem haver armas só agressivas e outras só defensivas.

⁴¹ Dentre os inúmeros bons trabalhos publicados sobre a ruptura sino-soviética, foram usadas como referência básica para a elaboração deste estudo as obras: *Chine-URSS, la fin d'une hégémonie: les origines du grand conflit communiste, 1950-1957*, de François Fejtó, Paris, Plon, 1964; *Le conflit sino-soviétique*, de Mario Battati, Paris, Éditions Armand Colin, 1971; *The Sino-Soviet conflict*, de Donald S. Zagoria, Princeton University Press, 1962; e *Sino-Soviet rift*, de William E. Griffith, Cambridge, M.I.T. Press, 1964.

macias chinesas o importante aliado indiano na cena regional. Outros países em desenvolvimento também foram sendo progressivamente alijados da influência chinesa, preferindo reforçar suas relações com a URSS, de quem conseguiam melhores condições para o recebimento de assistência.

A China continuou, entretanto, a manter uma presença externa bastante concreta, embora circunscrita e de escopo menos abrangente. Assim, em 1961, abriu-se a Conferência de Genebra sobre a Questão do Laos, tendo o ministro do Exterior Chen Yi participado ativamente das discussões, que culminaram consagrando o estatuto de neutralidade daquele Reino (essa situação seria temporariamente alterada em decorrência da escalada da guerra no Vietname nos anos 1970). Em 1962, o governo de Pequim deu início, com grande estardalhaço, a um programa de assistência militar ao Vietname do Norte, que começava sua estratégia contra o governo de Saigon, que era apoiado pelas “forças especiais” americanas, já iniciando seu desembarque na antiga Indochina. Ainda na Indochina, as relações da RPC com o Camboja, cuja independência fora assegurada pelos acordos de Genebra de 1954, estiveram formalizadas desde 1958. O príncipe Sihanouk manifestou firme intenção de contar com a boa vontade e a simpatia de Pequim, inclusive para poder fazer face a certos elementos mais radicais emergentes na política cambojana. No entanto, só em 1970 a amizade pessoal de Sihanouk com dirigentes chineses iria ser de todo consolidada; naquele ano o príncipe foi deposto, quando se encontrava em viagem particular ao exterior; os responsáveis da RPC resolveram, contudo, recebê-lo em visita oficial como se ainda estivesse em pleno exercício de funções, considerando-o um chefe de Estado merecedor de deferência. Sihanouk nunca iria esquecer o gesto chinês.

Assinale-se que a década de 1960 constituiu ainda um período importante no que se refere a problemas de fronteiras da China com outros países. Alguns desses problemas puderam ser compostos de forma negociada; outros engendraram delicadas situações de crise e até de confronto bélico, sobretudo com a Índia e a URSS, e que ainda se encontram pendentes à espera de uma solução política ampla. Em outubro de 1960, a RPC firmou um acordo de limites com a Birmânia (hoje Mianmá), depois de haver sido celebrado anteriormente um Tratado bilateral de Amizade. Ainda em 1960, foi concluído um primeiro tratado com o Nepal, marcando o início de negociações sobre a demarcação de uma linha lindeira de 1.100 km, separando aquele país da região do Tibet; um segundo tratado definitivo foi firmado em outubro de 1961, estabelecendo os limites

atuais entre os dois países.

No que se refere ao Paquistão, já em 1959 o presidente Ayub Khan anunciara sua intenção de entrar em negociações com a RPC a respeito da fronteira na contestada região da Caxemira. O Paquistão manifestara até aquela época uma atitude de grande reserva com relação à China, devido sobretudo à política de aproximação entre Pequim e Nova Delhi, em curso desde a proclamação da República Popular. Como já em 1959 começaram a ficar patentes divergências entre a China e a Índia quanto ao traçado da fronteira na região do Himalaia, as autoridades paquistanesas provavelmente julgaram oportuno negociar com a RPC sobre os limites naquela região contestada em busca de eventual apoio chinês contra as pretensões indianas na Caxemira. Mas a China demonstrou reticências quanto à idéia.

Só em maio de 1962, quando as divergências de Pequim com Nova Delhi começaram a ganhar maior intensidade, um comunicado sino-paquistanês informou sobre a abertura de negociações relativas à delimitação da fronteira entre o Xinjiang chinês (situado na parte norte-ocidental da RPC) e “zonas contíguas sob o controle efetivo do Paquistão”, precisando-se que um eventual acordo tenderia a ser considerado provisório até que fosse resolvida a pendência referente à soberania sobre a Caxemira. Esse acordo provisório foi firmado em março de 1963, depois da eclosão do conflito sino-indiano no ano anterior.

Com o Afeganistão, a RPC negociou um acordo sobre os 75 km de fronteira, na região conhecida como “corredor de Wakhan”, e que foi celebrado em novembro de 1963. Restava o delicado problema dos limites com as áreas sob controle soviético. As negociações com a ex-URSS sobre os 6.640 km de fronteiras, estendendo-se do Xinjiang à Manchúria, caracterizaram-se por um clima de crescente tensão, que iria culminar com o conflito de 1969 às margens do rio Amour.

No caso específico da região do Xinjiang chinês, vizinha às ex-Repúblicas soviéticas do Casaquistão, Quirguízia e Tadjiquistão, hoje Estados independentes, a linha de demarcação totalizava 2.960 km. A fronteira fora fixada pelos Tratados de Livadia, de 1879, e de São Petersburgo, de 1881, estabelecendo que a China abandonava à Rússia Tzarista todo o vale inferior do Ili, dos montes Tien Shan até o lago Balkhach, compreendendo um território de cerca de 500.000 km². Após a revolução de 1917, esses tratados foram anulados (declaração de Karakhan, de 1919) e a URSS assinou, em 1924, um acordo com a China, prevendo a delimitação de fronteiras com base em estrita igualdade. Essas negociações nun-

ca se realizaram, e a República Popular não manifestou desejo de recuperar os territórios perdidos, possivelmente accontentando-se com o fato de que, desde 1924, fora formalizado o reconhecimento do caráter “desigual” dos acordos do século XIX. Ficou faltando resolver o traçado da fronteira na região do Pamir (cerca de 20.000 km²), mantendo a China a posição de princípio de que era necessário reconhecer que a linha demarcatória resultara também de “tratados desiguais” (São Petersburgo, de 1881, e o Protocolo de Kashgar, de 1894); a parte soviética falava de fronteiras “historicamente formadas” ou “efetivamente guardadas”. Em 1969, chegou-se a um compromisso relativo à manutenção do *status quo* à espera de uma conclusão definitiva da questão.

Assinale-se que, em 1962, depois do desastre do Grande Salto para a Frente, um vasto contingente da população *uigur*, turcomana e de crença islâmica, do Xinjiang procurou abrigo e refúgio, e sobretudo meios de subsistência, na vizinha República do Casaquistão, também de origem turcomana. Os chineses acusaram então os soviéticos de estarem estimulando um maciço êxodo dos habitantes do Xinjiang, o que levou ao fechamento dos consulados da URSS existentes naquela área. A Revolução Cultural criou condições ainda mais duras para os habitantes da região, mormente pela perseguição religiosa aos muçulmanos ali majoritários, o que provocou uma nova leva de refugiados com destino às vizinhas Repúblicas da Quirguízia, Casaquistão e Tadjiquistão.

A demarcação da fronteira sino-soviética a leste compreende cerca de 3.680 km, separando a antiga região da Manchúria da Rússia Oriental. A linha de limites segue, de um modo geral, o curso dos rios Amour (Heilungkiang para os chineses) e Ossuri, tendo sido estabelecida pelos Tratados de Aigoun e Tientsin assinados em 1860, nos termos dos quais a China Imperial cedeu à Rússia Tzarista uma área de aproximadamente 600.000 km². Um outro acordo, denominado Tratado de Pequim, também firmado em 1860, consagrou a passagem para controle russo de 600.000 km² de território chinês, a leste do lago Baikal, desde a parte norte do rio Amour até o oceano Pacífico (hoje regiões de Vladivostok, Khabarovsk e Kamtchatka). Sobre essa parte da fronteira surgiram desavenças importantes entre chineses e soviéticos, sobretudo no que se refere ao traçado de áreas que seguem os cursos dos rios e às ilhas fluviais ali existentes. Os chineses não levantaram questões de princípio a respeito dos vastos territórios que passaram para o controle do governo de Moscou desde o século XIX, constituindo o diferendo muito mais um aspecto das dificuldades políticas sino-soviéticas em si com relação a problemas

de menor envergadura material, mas de grande impacto em termos de afirmação de presença soberana simbólica na área.⁴²

A partir de 1964, a RPC veio a contar com dispositivo atômico próprio (o primeiro teste nuclear ocorreria pouco depois, em 1967), conseguindo, assim, reforçar de forma exponencial a capacidade de defesa de seu território e marcar pontos importantes no tabuleiro geoestratégico asiático. O fato representou uma modificação radical em todo o equilíbrio de forças existente na Ásia, desarticulando o sistema de contenção estruturado pelo Ocidente, e pelos EUA em particular, após a guerra na Coreia.

Até 1964, a China dispusera de suas consideráveis forças convencionais para fazer face a eventuais ataques inimigos. Devido à extensão territorial do país e à capacidade de combate dos contingentes regulares chineses, uma invasão ou atos de incursão naquele terreno representaram hipóteses mais remotas e pouco viáveis, sobretudo tendo em conta o fator inibitório resultante da aliança estratégica com a URSS. O controle independente de uma *force de frappe* atômica redefiniu o cenário defensivo da China, porque, de certa forma, “santuarizou” seu território. Não que com isso a RPC passasse a estar imune a um ataque atômico ou nuclear; simplesmente sua “capacidade de resposta” adquirira uma eficácia tal que constrangia qualquer manobra mais arriscada, tendo-a como palco de operações. Consagrava-se, assim, a concepção estratégica conhecida como “intimidação do fraco ao forte”, que na Europa seria defendida por de Gaulle quanto à necessidade de um arsenal atômico próprio para dissuadir eventuais ataques soviéticos de escopo restrito. Mesmo com reduzidos estoques de bombas atômicas, a China passou a defrontar-se com uma situação qualitativamente superior à existente poucos anos antes, porque podia doravante infligir perdas consideráveis a seus inimigos em batalhas eventuais travadas com o emprego de armas de destruição maciça.⁴³

⁴² Sobre as questões de fronteira da China Popular vejam-se os alentados estudos: *Géopolitique de l'Extrême Orient*, de François Joyaux, já citado; *The Sino-Soviet territorial dispute*, de An Tai-sung, Filadélfia, The Westminster Press, 1973; *Territorial claims in the Sino-Soviet conflict*, de Denis J. Doolin, Stanford University Press, 1965; e *The Chinese view of their place in the world*, C.P.Fitzgerald, Londres, Oxford University Press, 1969.

⁴³ Um controvertido artigo assinado por Gordon Chang intitulado “JFK, China and the bomb”, publicado na edição de março de 1988 do *Journal of American History*, relatou que, em 1964, Kennedy teria manifestado tal pânico após a explosão atômi-

A percepção externa desse evento foi quase que imediata, embora suas conseqüências políticas tivessem efeito mais dilatado. A França, contudo, logo reconheceu a República Popular no início de 1964, quando ganharam corpo informações sobre a iminência de um teste atômico chinês, seguindo a orientação do general de Gaulle, que defendeu o princípio de que a China com tal potencial destrutivo em seus arsenais não poderia ser descartada de considerações globais sobre equilíbrio estratégico, o que confirmava plenamente a conceituação chinesa sobre a necessidade de contar com o “fator atômico” para realçar seu peso específico internacional.

As relações com Paris significaram uma abertura importante para a diplomacia chinesa na cena européia. A Itália e a Áustria procuraram igualmente um tipo de relacionamento menos tenso com Pequim, dando início a um intercâmbio comercial mais substantivo com a criação de escritórios comerciais nas respectivas capitais. Esses escritórios prenunciavam e antecediam o estabelecimento de relações diplomáticas plenas; no entanto, os vínculos políticos daqueles dois países com Formosa ainda foram mantidos até a década de 1970, embora o pessoal lotado nas repartições comerciais desfrutassem de *status* diplomático, sendo tratados como verdadeiros representantes oficiais de seus governos.

Também o Japão, embora continuasse a integrar o esquema de defesa preventiva montado pelos americanos, buscou novas formas de aproximação informal com a RPC. Assinale-se que os contatos comerciais privados sino-nipônicos não deixaram de existir. Em 1955, realizou-se uma exposição industrial japonesa em Pequim que foi visitada pelo próprio Mao Tsé-Tung, agraciado na ocasião com um rádio transistorizado, que muito o impressionou. Mao salientara que “na ausência de relações diplomáticas entre os dois governos, os contatos pessoais devem florescer e ser estimulados”.⁴⁴

ca chinesa que chegara a enviar mensagem a Moscou, por intermédio do embaixador Averell Harriman, propondo um ataque preemptivo conjunto soviético-americano contra a RPC. O assunto, contudo, ainda permanece envolto em polêmica.

⁴⁴ O fato foi relatado no livro *Mao Zedong: man, not god*, de Quan Yanchi, p. 201, já citado. Registre-se que o ex-vice-primeiro-ministro Shin Kanamaru, verdadeiro embaixador especial do Japão e *troubleshooter* de alto gabarito, foi apontado como um dos principais responsáveis pela manutenção de uma certa forma de diálogo entre Pequim e Tóquio naquele período. Shin Kanamaru teve um papel influente não só para estimular o intercâmbio sino-japonês, como ainda para facilitar contatos entre a RPC e autoridades de Formosa. Também esteve envolvido em conversa-

Até a década de 1970, a China e o Japão desenvolveram um curioso e complicado tipo de relações não-oficiais; assim, foram firmados quatro acordos comerciais não-governamentais, registraram-se inúmeras visitas de delegações de ambos os países em missões de congraçamento, bem como foram feitos “gestos” da parte da China para accontentar a parte nipônica.⁴⁵

ções importantes com a Coréia do Norte. Seu destino de homem público, contudo, parece ter sido bem comprometido com o escândalo ocorrido em outubro de 1992, devido à sua participação em esquemas controvertidos de financiamento político, envolvendo personagens do mundo do crime.

Outro fato curioso a assinalar sobre as relações informais sino-japonesas refere-se ao personagem Kinkazu Saionji, diplomado pela Universidade de Oxford e posteriormente consultor do Ministério do Exterior japonês durante a Segunda Guerra. Desde os anos 1930, aderira ao comunismo e fornecera informações de inteligência para os soviéticos em Xangai e em Tóquio, onde integrou a rede de espionagem montada em território nipônico pelo célebre Richard Sorge, o mesmo que alertara Stalin com antecedência e acuidade do ataque japonês a Pearl Harbor, descartando a hipótese de uma agressão nipônica concomitante contra a URSS. Quando as atividades de Sorge foram descobertas, Kinkazu Saionji esteve preso, só escapando de fuzilamento por ser neto do príncipe Saionji, personalidade de renome na aristocracia japonesa. Depois da guerra, conseguiu manter atividades de proselitismo comunista em Tóquio; em 1957, chegou a Pequim, aderindo com entusiasmo à orientação revolucionária chinesa, que defendeu com ardor no período da ruptura da China com Moscou; permaneceu na capital chinesa por 12 anos, supondo-se que tenha auxiliado o Ministério do Exterior e os serviços de informações da RPC quanto a assuntos japoneses. Regressou ao Japão em 1970, depois de ter sido homenageado com um banquete de despedida oferecido por Chu En-Lai. Em Pequim, Kinkazu Saionji gostava de intitular-se “enviado não-oficial do Japão à China”, chamando sua residência de “a pequena embaixada japonesa”, tendo ali recebido algumas delegações nipônicas de passagem pela capital chinesa. Admite-se que sua colaboração com os chineses tenha sido de grande importância para facilitar os contatos incipientes entre Pequim e Tóquio, inclusive no que se refere à melhor maneira de promover a idéia de restabelecimento de relações diplomáticas sem procurar humilhar as suscetibilidades nipônicas. Sobre sua atuação na China e no Japão, vejam-se as obras *The Chinese Secret Service*, de Richard Deacon, já mencionado, bem como *The case of Richard Sorge*, de F.W. Deakin e G.R. Storry, Londres, MacMillan, 1986.

⁴⁵ Destaque-se nesse sentido as instruções formais dadas pelo próprio Mao Tsé-Tung em prol de um tratamento *leniente* aos quase mil prisioneiros de guerra japoneses, que tinham recebido pesadas sentenças de tribunais chineses acusados de crimes de guerra. No entanto, houve um caminho bastante sinuoso seguido por representantes chineses e japoneses até a normalização das relações diplomáticas em 1972. Alguns governos nipônicos, como os dos primeiros-ministros Yoshida, Kishi e Esaku

Naturalmente, a China procurava abrir brechas no mundo desenvolvido, tentando escapar aos efeitos danosos do bloqueio econômico patrocinado pelos EUA e que ainda permanecia em vigor como um regra política importante da diplomacia americana. A RPC viu na emergência da Europa Comunitária uma possibilidade de inserir-se em contexto de parceria interesseira com as capitais do Velho Continente, que tenderiam a manifestar divergências com os americanos em matéria econômica e comercial, além de preservarem em atitude de cautela e suspeita com relação à URSS. Por isso, os contatos com a França, Itália e Áustria adquiriram grande realce para a diplomacia chinesa. Da mesma forma, fazia sentido para os responsáveis de Pequim adotar um postura mais conciliatória para com o Japão, à espera do momento em que a regularização das relações conferisse um peso mais incisivo à presença chinesa no continente asiático.

Nessa época, Mao Tsé-Tung retocou sua teoria inicial sobre “zona intermediária”, ponderando haver então, na década de 1960, duas zonas entre os dois grandes pólos de poder político-militar representados pelas duas super-potências: uma zona intermediária congregava os países em desenvolvimento, dos quais a China era parte integrante; a outra incluía países como os da Europa Ocidental, o Canadá, a Austrália e o Japão com interesses próprios e distintos dos de Washington e Moscou.⁴⁶

No entanto, apesar dos esforços concretos realizados na época e das formulações doutrinárias mais elaboradas, o isolamento diplomático da RPC ainda era considerável, limitando suas possibilidades de contar com

Sato, mantiveram uma postura de maior distanciamento da China, ao passo que os governos de Tetsu Katayama e de Hayato Ikeda mostraram-se mais propensos a um diálogo fluido com Pequim. O fato é hoje em dia atribuído às diferentes concepções de estratégia econômica entre grupos que privilegiavam, de um lado, o estreitamento de relações com Washington para facilitar o acesso de produtos japoneses ao mercado americano, e outros grupos que, por sua vez, preferiam desenvolver um comércio mais intenso com a RPC em busca de melhores preços de matérias-primas necessárias à fabricação de bens industrializados, que o Japão voltara a produzir em escala acelerada. Vejam-se a esse respeito as obras: *O Japão como primeira potência*, de Ezra F. Vogel, Editora Universidade de Brasília, 1982, e *Le Japon en quête d'une politique étrangère*, de Marlis G. Steinert, Genebra, Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais, série Estudos Asiáticos nº 3, 1981.

⁴⁶ Sobre a política externa chinesa desse período, há excelentes observações constantes do livro *Communist China and world politics*, de H.C. Hinton, Boston, Houghton Mifflin Company, 1966.

efetiva assistência externa de centros mais avançados para programas de desenvolvimento econômico. O único aliado incondicional da China, na época, era a Albânia, que, ao contrário dos demais países socialistas, resolvera seguir a orientação do PCC contra as críticas feitas a Stalin.⁴⁷

A partir de 1966, o lançamento da Revolução Cultural, com sua exacerbada pregação ideológica ultra-esquerdista, sobretudo na fase de 1966 a 1968, contribuiu para aumentar a suspeita dos países asiáticos vizinhos do perigo que a China representaria em termos de desestabilização potencial dos regimes da região. A queda de Sukarno na Indonésia, com o estabelecimento do regime conservador de Suharto em 1966, privaria a China de seu único aliado no Sudeste da Ásia.⁴⁸

A Revolução Cultural afetou praticamente todos os setores importantes da vida chinesa, desestruturando antigos equilíbrios e instaurando um clima de acentuada insegurança e instabilidade. Se o setor de pesquisa nuclear pôde escapar quase incólume dos efeitos perniciosos desse período tumultuado, a diplomacia registrou perdas e retrocessos de monta.

O Ministério do Exterior conheceu um período de grande tumulto e mesmo de anarquia, tendo os “guardas vermelhos” patrocinado diversas sessões de proselitismo, queimando arquivos e jogando para o ar classificadores com documentos importantes. A Missão que abrigava o escritório do encarregado de negócios inglês em Pequim foi mesmo incendiada durante um dos protestos gigantescos dos revolucionários exaltados. Muitos diplomatas estrangeiros tiveram sérias dificuldades para sobrevi-

⁴⁷ O esquema de cooperação montado pela RPC para auxiliar a Albânia duraria até 1975, ocasião em que Pequim passou a considerar excessivas as solicitações de auxílio albanesas; a partir de 1979, as relações bilaterais estiveram praticamente congeladas, mantendo-se apenas em nível de representação de embaixadas, embora todos os programas de intercâmbio ficassem suspensos. É interessante assinalar que a amizade sino-albanesa floresceu no momento que em Pequim necessitava de apoio e respaldo na Europa. Mesmo que o regime de Tirana não constituísse um aliado de fôlego, ainda assim foi significativa a união política da China com aquele país. Ressalte-se que as divergências sobre assistência chinesa aos albaneses ficaram patentes a partir de 1975, quando o governo de Pequim já reconquistara seu lugar nas Nações Unidas e já estabelecera relações oficiais com praticamente todos os grandes países da Europa. O esfriamento total de vínculos oficiais em 1979 praticamente não afetou o interesse chinês, que desfrutava de grande prestígio e mobilidade diplomática junto aos grandes interlocutores da cena mundial.

⁴⁸ Veja-se sobre o assunto o livro *La Chine Populaire*, tomo I: Les fondations du socialisme chinois, 1949-1966, e tomo II: Du chaos à la voie chinoise vers le socialisme, de Alain Roux. Paris, Éditions Populaires, 1984.

ver no período de sua permanência na RPC, onde até agressões físicas ocorriam contra representantes de outros Estados.⁴⁹

Nas embaixadas chinesas no exterior a hierarquia esteve muito ameaçada, com alguns funcionários arvorando-se o direito de tomar iniciativas e decisões sérias sem consultas a seus superiores. Representantes da RPC faziam protestos incisivos junto a outros governos em virtude de banais acontecimentos, como o escândalo produzido em Berlim devido a um simples acidente de trânsito com carro oficial da Missão diplomática chinesa.

Lin Piao, na época o todo-poderoso ministro da Defesa e um dos mais ardorosos tenores da Revolução Cultural, sendo, inclusive, apontado como sucessor designado de Mao Tsé-Tung, apresentou, em conhecido artigo intitulado “Viva a vitoriosa guerra do povo”, a decantada formulação teórica sobre “o cerco das cidades pelo campo”, segundo a qual a China estaria fadada a liderar os países subdesenvolvidos, representando “o campo”, na luta contra as potências imperialistas sediadas nas “cidades”. Procurou-se ainda fazer reconhecer a Pequim o título de “capital mundial da revolução”, em clara oposição a Moscou e a seus denegridos dirigentes, acusados de trair os ideais internacionalistas proletários e de defender uma política externa baseada em princípios de “chauvinismo de grande potência”.⁵⁰

Tudo isso contribuiu para isolar a RPC, que foi apontada como país não respeitador de uma ordem externa moderada, constituindo, por tal motivo, um fator de risco e de desequilíbrio para a comunidade internaci-

⁴⁹ O autor deste trabalho conheceu pessoalmente alguns diplomatas estrangeiros que serviram em Pequim durante a Revolução Cultural, ouvindo dos próprios interessados diversas narrativas sobre espancamentos e humilhações impostas pelas guardas vermelhas aos representantes oficiais estrangeiros. O serviço regular no Ministério do Exterior chinês teria ainda sido de todo afetado pela agitação revolucionária, não havendo, em determinados momentos, um só funcionário que pudesse ser considerado interlocutor sério e qualificado até para a entrega de notas diplomáticas menos importantes, sem falar das dificuldades para conduzir negociações mais elaboradas.

⁵⁰ Boas referências sobre esse período encontram-se no trabalho *The Maoist image of world order*, de Samuel S. Kim, Princeton University Press, “World order studies program, occasional paper nº 5”, 1977. Veja-se ainda o estudo “Revolution and Chinese foreign policy: Peking’s support of wars of national liberation”, de Peter Van Ness, Berkeley, University of California Press, 1971, sobre o apoio prestado pela China a alguns movimentos extremistas em países em desenvolvimento.

onal.⁵¹ Pequim continuou, entretanto, apesar dos pesares, a manter um dispositivo diplomático articulado, pronto a ser acionado e reestruturado para a formulação de esquemas mais originais.

Em 1967, a China explodiu sua primeira bomba nuclear, contribuindo, dessa forma, para intensificar os sentimentos de inquietação externa quanto a seus propósitos de afirmação nacional. Em decorrência, comenta-se, embora ainda não haja documentos precisos e públicos para constatar a afirmação, que os americanos não teriam deixado de levar o fato em conta. A “escalada” da guerra no Vietname com bombardeios em áreas do Norte controladas por Hanói estaria restrita ao território vietnamita, não havendo intenção de atacar a China em seu flanco sul; as autoridades da RPC teriam sido devidamente científicadas desse propósito. O que se sabe de forma concreta é que, após a notícia sobre o teste nuclear chinês, os EUA suspenderam, em novembro de 1968, os bombardeios que vinham efetuando contra o Vietname do Norte, iniciando, em janeiro de 1969, em Paris, um longo e complexo processo de negociações com representantes de Hanói. A guerra no Vietname entrava, assim, em sua fase crucial, conjugando luta armada com conversações diplomáticas em Paris.⁵²

O ano 1969 marcou ainda uma etapa de grande crispação nas relações sino-soviéticas. As divergências ideológicas iniciadas em 1957, aguçadas em 1960 com a suspensão dos programas de cooperação patrocinados por Moscou, conheceram uma escalada mais intensa com a emergência de problemas relativos à demarcação de fronteiras já indicados anteriormente. Em outubro de 1969, as disputas sobre a linha demarcatória na região do rio Amour levou a confronto direto entre as duas partes. Embora as perdas em vidas humanas fossem relativamente reduzidas, o fato revestiu-se de grande significado, indicando haver condições efetivas para uma verdadeira guerra entre a RPC e a URSS. A gravidade do assunto foi tal que em 11 de setembro Alexei Kossygin, então presidente do Conselho de Ministros da URSS, entrevistou-se, por algumas horas, no aeroporto de Pequim, com Chu En-Lai, decidindo-se pela abertura de negociações sobre a demarcação de fronteiras no mês de outubro.

⁵¹ Veja-se a respeito o excelente trabalho *L'URSS et la Chine devant les révolutions dans les sociétés préindustrielles*, de Hélène Carrère d'Encausse e S.R. Schram, Paris, Éditions Armand Colin, 1970.

⁵² Cite-se a respeito o trabalho *China builds the bomb*, de John Wilson Lewis e Xue Litai, Stanford University Press, 1988.

A URSS passara a constituir para a RPC não apenas o rival político e ideológico, mas sobretudo o grande inimigo e a ameaça principal à sua segurança. A proximidade geográfica entre os dois países, os rancores acumulados ao longo da história e o ressentimento recíproco em função de uma acentuada percepção de hostilidade crescente com acusações de perfídia e traição contribuíram para engendrar um quadro de conflito com concretas condições de materialização.

O “cerco hostil” da RPC encontrava-se, portanto, quase que completo; os inimigos encontravam-se em todas as fronteiras: a URSS ao norte, a aliança americana com o Japão e Formosa no litoral leste, a animosidade da Índia a oeste, e, finalmente, o risco representado pela guerra no Vietname no sudoeste. No entanto, não escapou à argúcia dos responsáveis pela estratégia global americana que a China isolada e acuada, mas dotada de potencial nuclear, era mais perigosa do que se estivesse integrada de alguma forma em esquema mais amplo, onde pudesse constituir um elemento de pressão contra o grande rival comum soviético. Estava, assim, aberta a possibilidade para uma composição entre Washington e Pequim, tendo em conta a inimizade recíproca contra Moscou.⁵³

Essencialmente em função de interesses estratégicos abrangentes, passou a haver, então, possibilidades de a antiga rixa sino-americana transformar-se em aliança tática de circunstância no âmbito de um quadro mais difuso caracterizado, contudo, pelas condicionantes básicas da bipolaridade do poder mundial. Havia uma oportunidade para que a República Popular ganhasse o impulso internacional que tanto esperara obter desde sua criação.

E foi precisamente o que aconteceu a partir de 1971, ano que marcou uma reviravolta total na política externa chinesa. As visitas de Henry Kissinger à RPC em 1971, preparatórias da viagem de Nixon a Pequim em 1972, representaram uma retomada de contatos em alto nível da China com um grande interlocutor da cena mundial. Na época, apesar da ênfase terceiro-mundista remanescente dos anos 1950 e 1960, a China passou ainda a destacar a luta contra o hegemonismo soviético, considerado a ameaça maior à sua segurança. O próprio Kissinger reconheceu nas memórias sobre seu período na Casa Branca que a URSS chegara efetivamente a sondar os EUA a respeito da reação americana quanto a um eventual ataque nuclear contra a RPC, considerada um elemento pe-

⁵³ Veja-se a respeito o excelente trabalho de Charles Zorgbibe *Les politiques étrangères des grandes puissances*, Paris, Presses Universitaires de France, 1984.

rigoso e perturbador na cena regional, muito particularmente devido à pregação ideológica exasperada da Revolução Cultural.⁵⁴

O fato de ter conseguido uma forma de diálogo com os americanos permitiu à RPC reequilibrar suas relações externas, procurando afirmar-se como um parceiro de fôlego para o equacionamento da problemática da segurança asiática.

⁵⁴ Henry Kissinger: *The White House years*, Londres, George Weidenfeld & Nicolson & Michel Joseph, 1979.

A DIPLOMACIA CHINESA INICIA SEUS CONTATOS COM OS GRANDES INTERLOCUTORES MUNDIAIS: EM BUSCA DE MAIOR ESPAÇO INTERNACIONAL

Em 25 de outubro de 1971, a RPC retomou seu lugar nas Nações Unidas como um dos membros permanentes do Conselho de Segurança, foro a partir do qual a diplomacia chinesa passou a ter a possibilidade de influir em diversos assuntos fora do restrito alcance de sua área geográfica específica. Em grandes linhas, a República Popular conseguiu, então, um dos objetivos de sua ação externa, ou seja, ver-se reconhecida como um interlocutor de respeito na cena internacional, revertendo o papel submisso e aviltado que caracterizara sua política exterior desde meados do século passado. Por isso mesmo, alguns analistas chegaram a considerar que a RPC procurava (e provavelmente ainda agora procura) ser reconhecida como “potência por antecipação”, isto é, potência não pelo poderio militar, econômico ou tecnológico de que efetivamente dispõe, mas sim pelo que pretende um dia vir a ser, e talvez venha mesmo a conseguir ser a médio prazo; “por antecipação” a RPC busca assegurar seu lugar entre os grandes do mundo.⁵⁵

A partir de 1971, registrou-se a normalização das relações da China com os principais países ocidentais, com seus vizinhos asiáticos e com países em outras latitudes, como no caso do Brasil e da América Latina em geral. Em 1974, na VI Sessão Especial Assembléia-Geral das Nações Unidas destinada a discutir sobre questões relativas a matérias-primas e desenvolvimento, Deng Xiaoping enunciou a famosa teoria dos “três mundos”, que procurava caracterizar a China como integrante (e talvez mesmo líder) do grupo dos países em desenvolvimento. Essa teoria estava ainda muito eivada de pregação acusatória contra a URSS, principal inimiga da China. Em 1978, um Tratado de Paz e Cooperação selava a reconciliação com o Japão. Essa fase, que vai de 1971 a 1978, é frequentemente apontada por analistas renomados como a de afirmação da segurança e da independência da China, cujo perfil externo estava, de certa forma, comprometido pela fragilidade de sua economia e de seu

⁵⁵ François Giroloupoux. “Chine: l’ouverture à l’étranger”, *Revue du Tiers Monde*, nº 108, outubro-dezembro de 1986, pp. 825-841.

atraso tecnológico.

A retomada do assento nas Nações Unidas e a normalização de relações da China com os demais integrantes da comunidade internacional derivaram essencialmente da mudança da posição americana com relação à RPC. Sobre o tema, convém tecer comentários mais precisos.

Desde sua entrada em função como presidente dos EUA, Richard Nixon dera a entender que desejava uma forma mais incisiva de diálogo com a RPC. Em 1967, o presidente americano escreveu um artigo publicado na conceituada revista *Foreign Affairs*, enfatizando que a China não deveria ser tratada como pária pela comunidade internacional.⁵⁶ Em 1969, Nixon fez chegar à liderança chinesa mensagens, por intermédio do presidente paquistanês Agha Mohammed Yahya Khan e do presidente romeno Nicolau Ceausescu, indicando que não apoiaria proposta soviética sobre a criação um sistema de segurança coletiva na Ásia que viesse a consagrar o isolamento da China.

Em 25 de julho de 1969, o presidente americano, durante uma entrevista coletiva à imprensa na ilha de Guam, enunciou princípios, consagrando a chamada “doutrina Nixon”. A doutrina estabelecia que os EUA respeitariam seus compromissos de segurança assumidos por meio de acordos de assistência militar firmados com países da Ásia, garantiriam sua proteção nuclear em caso de ameaça de ataque desse gênero e, finalmente, limitar-se-iam a fornecer material necessário para que os próprios países asiáticos amigos de Washington assumissem as tarefas de manutenção defensiva de forma mais independente. Com isso, os EUA davam indícios de estar redimensionando sua estratégia global na Ásia, iniciando uma nova etapa de ação em que preferiam manter-se excluídos dos confrontos diretos registrados na área. Tratava-se de uma mudança substancial na posição americana, contrastando com a prática até então vigente de favorecer envolvimento direto das forças dos EUA em conflitos asiáticos, como fora o caso na Coreia e ainda no Vietname.

A China reagiu publicamente de forma negativa à doutrina Nixon. Editoriais do *Diário do Povo*, jornal porta-voz do PCC, não pouparam críticas à iniciativa, acusando-a de pretender manter o *status quo* na Ásia e de procurar consolidar a separação de Formosa do continente. No entanto, Pequim parecia estar bem ciente de que algo novo estava despondo com relação à atitude americana para com a RPC e buscou estimu-

⁵⁶ “Asia after Vietnam”, *Foreign Affairs*, outubro de 1967.

lar os contatos, que se renunciavam alvissareiros, sobre uma reaproximação eventual com Washington.⁵⁷

Embora o conflito no Vietname registrasse fases de orientação estratégica bastante tumultuada, com a presença americana no Camboja em 1970 e com o golpe de Estado pró-americano no Laos naquele mesmo ano, provocando, por conseguinte, maiores apreensões em Pequim, estima-se hoje que nos EUA sob a administração Nixon já haveria consciência de que a guerra na Indochina não poderia ser vencida militarmente. Tornava-se mister, portanto, procurar, de alguma forma, compor um *modus vivendi* com a RPC para resguardar a posição americana quando da retirada de tropas da Indochina. Por isso, a doutrina Nixon abria brechas importantes no esquema estratégico até então prevalecente.

Em novembro de 1970, os paquistaneses transmitiram nova mensagem de Washington a Chu En-lai, mencionando a possibilidade da ida à RPC de altos funcionários americanos para discutir sobre temas de interesse bilateral. A resposta chinesa enfatizou que a questão de Formosa continuava a representar a pedra de toque para qualquer entendimento sino-americano. Em 18 de dezembro daquele ano, Edgar Snow ouviu de Mao Tsé-Tung palavras de estímulo à idéia de uma hipotética visita de Nixon à China (Mao teria dito: “que Nixon venha, como presidente, como turista ou como quiser; não vamos brigar com ele, embora naturalmente sua posição possa ser criticada”). O fato chegou, por certo, aos ouvidos do destinatário na Casa Branca, que, em fevereiro de 1971, indicou em seu relatório sobre política exterior endereçado ao Congresso que “iria examinar atentamente oportunidades para ampliar contatos entre os povos americano e chinês”.

Em 6 de abril de 1971, a China convidou um time americano de pingue-pongue, que participara de torneio no Japão, para ir jogar em Pequim. A equipe esportiva levou de volta mensagem de Chu En-lai, reiterando a instância chinesa sobre Formosa, mas dizendo que a RPC estava pronta para receber enviados especiais de alto nível (“como o senhor Kissinger, o secretário de Estado ou o próprio presidente dos EUA”, segundo consta da versão oficial chinesa). A primeira viagem secreta de Kissinger a Pequim ocorreu no dia 9 de julho de 1971, segui-

⁵⁷ Veja-se sobre o assunto os abalizados comentários de François Joyaux no livro *La nouvelle question d'Extrême Orient*, vol. II: “L'ère du conflit sino-soviétique, 1959-1978”, Paris, Payot, 1988, pp. 181-185.

da de outra em outubro do mesmo ano e da viagem de Alexander Haig Jr., então assistente do presidente para assuntos de Segurança Nacional, em janeiro de 1972.

Kissinger teria enfatizado que o objetivo maior da diplomacia americana da época residia em equacionar a questão do Vietname de forma satisfatória, permitindo um desengajamento militar sem perda de autoridade política (a chamada “paz com honra”). Washington tentaria ainda recompor sua atuação internacional, tendo em conta que o mundo da década de 1970 comportava cinco pólos principais de poder: EUA, URSS, Europa Comunitária, Japão e China.⁵⁸

Os chineses, naturalmente lisonjeados com o reconhecimento de seu *status* de grande potência, receberam também garantias de que uma eventual escalada tática da guerra no Vietname representaria apenas um tipo de pressão para agilizar as negociações de paz, não constituindo uma ameaça de invasão do território chinês. Ficava, dessa forma, resguardado o flanco sudoeste da RPC.

A preocupação maior tanto dos chineses quanto dos americanos residia em conter uma eventual expansão da influência soviética na Ásia, no rastro das alterações propostas pela nova estratégia de Washington naquela região. Derivou daí a conhecida concepção política de uma “triangulação de poder na Ásia”, incluindo os EUA, a RPC e a URSS em esquema caracterizado pela autocontenção decorrente da presença simultânea de três protagonistas importantes e com objetivos concretos a atingir. Nesse quadro, a China desempenharia um papel estratégico de grande sensibilidade por figurar como um fator extra de coação com que os EUA poderiam passar a contar para evitar que a URSS viesse a expandir suas esferas regionais de influência a expensas de interesses americanos. A “carta chinesa” representaria, portanto, um dado de especial realce para a formulação de um sistema de equilíbrio mais original e dinâmico para a Ásia Oriental, superando, em definitivo, o modelo de contenção inicial adotado nos primórdios da guerra fria.⁵⁹

⁵⁸ Um dos bons estudos sobre as relações sino-americanas tomadas em perspectiva global consta do livro *Dragon and eagle: US-China relations past and present*, de Michel Oksenberg, Nova York, Columbia University Press, 1978.

⁵⁹ Vejam-se sobre o tema: “The Asia-Pacific region: cockpit for super-power rivalry”, de Amitav Acharya, *The world today*, vol. 43, nº 8-9, setembro de 1987, pp. 155-158; *La stratégie nucléaire*, de Claude Delmas, Paris, Presses Universitaires de France, 1984; *Le nouveau désordre mondial*, de Pierre Milza, Paris, Flammarion,

Restava a questão de Formosa, sobre a qual Kissinger insistira em que se tratava de “um velho aliado” que a administração americana não tinha condições de abandonar de um momento para o outro, preferindo, contudo, aceitar um compromisso de que uma eventual reunificação ao continente só se efetivaria por via pacífica, excluindo, portanto, uma manobra militar mais ousada e incisiva da parte de Pequim. A posição da RPC permanecia ancorada no princípio de que o problema formosino representava uma questão interna chinesa, a ser resolvida apenas por chineses sem a interferência de potências estrangeiras. De acordo com esse ponto de vista, todos os meios seriam válidos para concretizar o ideal unificador, inclusive o uso da força, se necessário. Chegou-se a uma composição, mais ou menos imperfeita, mas capaz de accontentar os interesses das duas partes, indicando que a RPC mantinha sua postura de base quanto à Formosa, da qual os EUA tomavam a devida nota, precognizando, contudo, uma solução pacífica para o problema. Estava, por conseguinte, aberto o caminho para a histórica visita que Nixon efetuariaria à China no ano seguinte.

Em 21 de fevereiro de 1972, Nixon desembarcou em Pequim, onde se encontrou com Mao Tsé-Tung e manteve diversas sessões de trabalho e negociação com Chu En-Lai.⁶⁰ Em 28 de fevereiro, foi assinado em Xangai um Comunicado Conjunto, explicitando a posição chinesa sobre Formosa como “questão interna” e indicando que a parte americana “presentira em ambos os lados do estreito de Formosa desejos de unificação, auspiciando uma solução pacífica para compor o problema”.⁶¹

A normalização das relações diplomáticas sino-americanas ficaria para o segundo mandato de Nixon, a ter início em 1973. No entanto, os acontecimentos relativos ao escândalo de Watergate, que culminaram

1983: *The great power triangle*, de Gerald Segal, Londres, MacMillan, 1982, e do mesmo autor *The China factor: Peking and the superpowers*, Londres, Croom Helms, 1983.

⁶⁰ A entrevista de Nixon com Mao foi mais protocolar e circunstancial, tendo durado apenas vinte minutos, tratando de temas de ordem geral. Na ocasião, Mao, já muito acabado e doente, teria dito a famosa frase: “my business is philosophy”. O fato foi confirmado pessoalmente ao autor deste trabalho pelo embaixador Han Xu, presente ao encontro, que assinalou ter sido aquele mesmo o sentido da expressão usada por Mao.

⁶¹ Os textos integrais dos documentos oficiais sino-americanos firmados nas décadas de 1970 e 1980 constam da publicação *Major documents of the People's Republic of China*, Pequim, Foreign Languages Press, 1991.

com a renúncia de Nixon em agosto de 1974, impediram a concretização do evento, que só teria lugar em 16 de dezembro de 1978, já no período de governo do presidente Jimmy Carter.⁶² Em 1978, foi assinado um segundo Comunicado Conjunto sino-americano pelo qual Washington reconhecia a RPC como representante legítima da China, mas insistia sobre uma solução pacífica para Formosa.

A questão formosina ainda persistiria como um irritante incômodo no relacionamento entre a RPC e os EUA. Logo após o estabelecimento formal de vínculos diplomáticos, os americanos anunciaram que continuariam a vender armas defensivas ao governo de Taipé, o que desagradou profundamente a liderança de Pequim, que viu no fato uma tentativa disfarçada de manutenção da antiga aliança militar entre os EUA e Formosa. O descontentamento chinês foi ainda maior quando em março de 1979 o Congresso americano aprovou a “Resolução sobre as Relações com Formosa” (“Taiwan Relations Act”), que falava na necessidade de “garantir a segurança formosina” e de continuar a manter vínculos não-governamentais com Taipé. Em 17 de agosto de 1982, já sob a administração Reagan, foi concluído um terceiro Comunicado Conjunto, versando sobre vendas de armas a Formosa, e explicitando que essas vendas não deveriam ultrapassar o “nível quantitativo e qualitativo” existente na época da oficialização das relações diplomáticas entre Washington e Pequim.⁶³

A pílula amarga que a China teve de engolir com relação à Formosa e aos americanos pode ser explicada em vista do clima de grande inquietação internacional registrado a partir de 1979. A invasão do Camboja pelo Vietname apoiado pela URSS e a própria invasão soviética do Afeganistão causaram profundo impacto na liderança de Pequim, que se viu confrontada com uma agressiva política exterior de expansão patrocinada por Moscou. Para os chineses, a aliança tática com os americanos naquele preciso momento primava sobre qualquer outra consideração

⁶² De 1972 a 1978, as relações bilaterais sino-americanas foram conduzidas por escritórios de ligação criados respectivamente em Pequim e Washington e que funcionavam como verdadeiras embaixadas. George Bush chefiou por algum tempo a representação americana na capital chinesa.

⁶³ A respeito: “U.S. and East Asia-Pacific relations: the challenges ahead”, de Gaston Sigur Jr., *Boletim do Departamento de Estado*, novembro de 1986, pp. 39-41; *U.S.-China relations in the post-normalization era, 1979-1985*, de Hong N. Kim e Jack L. Hammersmith, *Pacific Affairs*, vol. 59, nº 1, 1986, pp. 69-91.

política importante, inclusive no que se refere a Formosa. Os cálculos geoestratégicos chineses levaram em conta precipuamente o risco de uma agressão soviética, induzindo, portanto, a RPC a composições e a acomodações especiais com aliados potenciais que lhe garantissem um apoio mais substantivo em caso de necessidade. Por conseguinte, importantes razões de *Realpolitik* ainda uma vez falaram mais alto sobre considerações de princípio muito arraigadas na sensibilidade chinesa.

A DIPLOMACIA CHINESA NA ERA DAS REFORMAS DE DENG XIAOPING: EM BUSCA DE DESENVOLVIMENTO

A morte de Mao Tsé-Tung em 1976, o afastamento, logo após, dos remanescentes da Revolução Cultural (“o bando dos quatro”), a liquidação da liderança pouco inspirada de Hua Guofeng (secretário-geral do PCC de 1976 a 1978) e, sobretudo, a ascensão irresistível de Deng Xiaoping como líder máximo da RPC tiveram um forte impacto sobre o perfil das relações exteriores chinesas. A “época denguista” marcou o início de um ambicioso programa de reformas econômicas e de abertura ao exterior, que rompeu frontalmente com a linha antes seguida pela República Popular sob a tutela maoísta.⁶⁴

As reformas inspiraram-se no princípio das quatro modernizações, enunciado ainda em 1975 por Chu En-Lai e que visava a melhor dotar a China nos setores da indústria, agricultura, defesa e ciência e tecnologia. A partir de 1978, Deng Xiaoping insistiu sobre esses pontos e conseguiu impô-los como orientação básica na Terceira Reunião Plenária do XI Comitê Central do PCC, realizada em dezembro daquele ano de 1978. Buscou no Ocidente não apenas uma parceria estratégica contra a URSS, ainda o grande inimigo e principal ameaça à sua segurança global, mas também cooperação econômica e tecnológica para estimular o desenvolvimento da China. A RPC, desde então, adotou uma política externa pragmática e realista, muito ciosa da defesa de seus interesses nacionais como Estado, sem maior apreço por considerações de cunho ideológico ou doutrinário.

O modelo autárquico de inspiração maoísta, com grande ênfase na utilização de recursos próprios e pouca dependência externa, levava a China a tentar apresentar-se perante os demais países em desenvolvimento como um paradigma original e válido, seguindo um programa de crescimento econômico em moldes mais radicais e independente da assistência ocidental. A RPC, sobretudo depois do esfriamento das relações com a URSS em 1960, ficou desprovida de auxílio externo para executar seus projetos desenvolvimentistas, cuja realização estava baseada no lema

⁶⁴ Veja-se o bom estudo de Michel Yahuda *Towards the end of isolationism: China's foreign policy after Mao*, Londres, Macmillan Press, 1983.

“contar com as próprias forças”. Querendo marcar sua posição singular, Pequim chegou mesmo a fornecer uma considerável ajuda a seus amigos mais íntimos, como no caso da Albânia, do Vietname do Norte em guerra e também, em certa medida, da Coreia do Norte. No entanto, o modelo chinês teve vida muito curta, em decorrência do fracasso do Grande Salto para a Frente e dos retrocessos registrados durante a Revolução Cultural.

O período de reformas de Deng Xiaoping significou uma reversão completa do quadro inicial, trazendo a China à condição de país em busca de assistência exterior, em particular de países capitalistas desenvolvidos, para implementar a realização de suas metas de expansão das atividades econômicas e de modernização da estrutura produtiva. Em decorrência, a partir de 1979, a China suspendeu sua ajuda à Albânia e ao Vietname, consciente de que doravante devia redimensionar em substância seus programas de assistência a outros países.⁶⁵

A abertura da China ao mundo, sob a liderança denguista, seria diversa da ocorrida no século XIX, quando a força das armas européias impôs a entrada de estrangeiros no mundo chinês. Agora, segundo teorizou o próprio Deng Xiaoping, a RPC voluntariamente aceitava a colaboração de parceiros externos, resguardando, contudo, sua soberania e tendo na dissuasão nuclear um elemento de barganha considerável.⁶⁶

Com o início da política de reformas e de abertura externa, a China adotou uma postura internacional bem calcada em princípios “moderados”, indicando seu desejo de participar de um sistema de consenso global e, inclusive, fazendo questão de salientar seu apego às chamadas

⁶⁵ Veja-se a respeito o bem documentado livro *La Chine face au monde; la stratégie chinoise: constantes et évolutions*, de Philippe de Beauregard e outros, Paris, Robert Laffont, 1983.

⁶⁶ Um dos documentos mais interessantes para conhecer o pensamento e a estratégia política do líder chinês refere-se à coletânea de pronunciamentos seus e que constam da obra publicada como sendo de sua autoria e intitulada *Fundamental issues in present-day China*, Pequim, Foreign Languages Press, 1987, sobretudo os textos: “Use the intellectual resources of other countries” (p. 22), “A new approach towards stabilizing the world situation” (p. 41), “Peace and development are the two outstanding issues in the world today” (p. 97) e “The special economic zones should shift their economy from a domestic orientation to an external orientation” (p. 118).

⁶⁷ Segundo a definição teórica clássica de política internacional, sempre que existe uma potência que considere opressiva a ordem mundial ou a forma de legitimá-la, suas relações com os demais países serão revolucionárias. A característica

cinco regras de coexistência pacífica, enunciadas desde o início dos anos 1960, e que deveriam reger as relações entre todos os Estados.⁶⁷

A política de abertura foi marcada pela visita triunfal de Deng aos EUA em 1979, logo após o estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais, e pelo incremento do intercâmbio com os demais países ricos. A Europa Ocidental igualmente ofereceu vultosos créditos a Pequim para financiar programas de desenvolvimento. Seguiu-se um período de maior distensão com diversas capitais européias, o que propiciou condições para o equacionamento de importantes questões políticas ainda à espera de solução.

Assim, em 1984, a Grã-Bretanha assinou com a RPC acordo para a reinserção de Hong Kong à soberania chinesa em 1997. Com Portugal foi firmado tratado nas mesmas linhas, prevendo a reintegração de Macau à China em 1999. A fórmula utilizada em ambos os casos baseou-se no princípio “um país, dois sistemas”, indicando que as ex-colônias guardariam seus sistemas capitalistas de gestão e suas estruturas de funcionamento por um considerável período de tempo (cinquenta anos) mesmo depois da retrocessão à soberania chinesa. O profundo sentido político desses acordos, em especial o relativo à reinserção de Hong Kong à Chi-

distintiva de uma potência revolucionária não reside no fato de esta se sentir ameaçada, já que tal sentimento seria quase que inerente à natureza das relações internacionais, mas sim em que nada pode afastar a percepção concreta de ameaça. Só a segurança absoluta, ou seja, a neutralização do oponente, é considerada como garantia suficiente; assim, o anseio por segurança absoluta da parte de uma determinada potência passa a constituir uma verdadeira insegurança absoluta para todas as demais. A diplomacia, como arte de restringir o exercício do poder, não pode funcionar em tais condições.

Ao contrário, quando existe um propósito de consenso ou “concerto” dos principais países interessados na manutenção de uma composição de poder ampla, instaura-se um sistema moderado baseado em “código de boa conduta” destinado a desempenhar o papel de regra geral nas relações internacionais. O sistema moderado fundamenta-se em respeito a um consenso mínimo, ao passo que no âmbito de um sistema revolucionário pelo menos uma potência recusa as regras do jogo e procura fazer prevalecer sua segurança absoluta. Sobre o assunto citem-se as observações doutrinárias de Pierre Milza constantes da famosa obra *Le nouveau désordre mondial*, Paris, Flammarion, 1983. Uma das mais brilhantes e eruditas exposições sobre o tema de equilíbrio de poder e de concerto de nações moderadas refere-se ao trabalho de Henry Kissinger *A world restored: Metternich, Castlereagh and the problems of peace: 1812-22*, Boston, Houghton Mifflin Company, Sentry Edition, 1976.

na, representou um marco importante para a diplomacia da República Popular. Uma das últimas seqüelas da guerra do ópio ficava, assim, diluída, dando maior alento à pretensão do governo de Pequim de fundamentar sua legitimidade internacional ao pôr fim aos resquícios de uma época marcada pelo aviltamento da China diante de estrangeiros mais poderosos. Além disso, os acordos sobre Hong Kong e Macau deveriam servir, na ótica de Pequim, como referência concreta a ser levada em consideração pelas autoridades de Formosa para eventuais composições sobre a reunificação integral de toda a China.

Outro ponto significativo da diplomacia chinesa no período de Deng Xiaoping referiu-se à grande mobilidade externa dos dirigentes da República Popular. Todos os secretários-gerais do Partido, os primeiros-ministros e altos funcionários governamentais iniciaram um intenso programa de visitas e viagens ao exterior, em especial aos grandes centros desenvolvidos da América, Ásia e Europa Ocidental. O próprio Deng demonstrou inegável satisfação com as missões que realizou ao estrangeiro, deleitando-se com as experiências vividas e, principalmente, sabendo tirar as devidas lições do que estava vendo em termos de profundas alterações em curso na condução da economia e na gestão dos negócios públicos.

O paroquialismo tão característico do início da ação externa da RPC esgotou-se com a adoção do programa de reformas e de abertura ao exterior, conferindo um caráter mais cosmopolita e dinâmico à ação externa dos dirigentes chineses. Acabaram-se os tempos de exclusivas viagens de algumas personalidades oficiais apenas a uns poucos países em desenvolvimento ou de regime socialista, seguindo um estrito cerimonial marcado por rotineira e monótona seqüência de “encontros fraternais” e de discussões consagrando “convergência de pontos de vista”, sem que a substância das conversações fosse de imediato divulgada e analisada com atenção. Os representantes externos da China passaram a ter de agir mais às claras, diante do mundo real, defrontando-se com grupos de pressão atuantes, com protestos organizados, com interesses constituídos de forma sistemática, com indiscrições habilmente filtradas para conhecimento público como arma de negociação, enfim, com toda a parafernália característica da moderna diplomacia e das relações internacionais afetadas pelo impacto da era da informação de massa e de transmissão instantânea de notícias pela mídia internacional.

Outro fator importante que vem, desde então, influenciando no comportamento externo da RPC diz respeito ao considerável número de estudantes chineses existente nos grandes centros de ensino e nas grandes universida-

des dos países ricos. A fina flor da juventude chinesa lançou-se com entusiasmo e avidez em busca de aperfeiçoamento nos maiores e melhores centros de excelência do Japão, dos EUA e da Europa Ocidental. Calcula-se que mais de cem mil estudantes chineses tenham nos últimos anos realizado ou estejam realizando cursos de pós-graduação, mestrado ou doutorado, em prestigiosas instituições internacionais. Além de representar um instrumental de valor inestimável para a atualização científica e técnica da China em termos globais, esses jovens estão tendo uma experiência única, adquirindo não só um conhecimento acumulado de todo necessário ao programa desenvolvimentista da China, como também tomando contato com novas formas de relacionamento social e de organização institucional onde a pesquisa é mais liberada e independente, e o valor do indivíduo costuma ser medido por sua efetiva capacidade intelectual e produtiva.⁶⁸ O impacto, a médio prazo, dessa experiência realizada pelos jovens formandos chineses no exterior certamente virá a se fazer sentir com intensidade no plano político interno e ainda também no que se refere à condução de relações internacionais em futuro não muito distante.

O Japão, por sua vez, passou a representar um parceiro importante para a China em termos de fornecimento de capitais e tecnologia. Sobre as relações sino-nipônicas convém tecer considerações especiais.⁶⁹

⁶⁸ Essa situação não poderia ser mais diversa nem mais distante da que ocorreu no período de aproximação com os soviéticos e da formação de um bom número de chineses em centros de ensino especializados na ex-URSS. Embora a atual elite dirigente da RPC esteja constituída por elementos que realizaram cursos especiais em escolas ou instituições soviéticas, como o secretário-geral do PCC, Jiang Zemin, ou o primeiro-ministro Li Peng, torna-se sintomático observar o empenho manifestado pela liderança chinesa nos últimos doze anos em prosseguir e mesmo ampliar seus programas de cooperação educacional e de formação de recursos humanos em centros ocidentais categorizados.

⁶⁹ Poucos países sofreram tanto quanto a China as conseqüências da política imperialista seguida pelo Japão no início deste século. Embora nunca tivesse constituído uma colônia japonesa propriamente dita, como ocorrera com Formosa e a Coréia, que passaram a integrar, respectivamente desde 1895 e 1910, possessões efetivas do Império do Sol Nascente, a China era considerada por Tóquio, nos anos 1920, como fatalmente destinada a ser uma "área de influência" sua, sobretudo para o fornecimento de mão-de-obra e de matérias-primas ao complexo industrial-militar que montava com vistas à conquista de boa parte da Ásia.

Conforme assinalado na apresentação deste trabalho, os japoneses iniciavam em 1931 a ocupação da região da Manchúria, situada na costa norte-oriental chinesa, criando em 1932 o Estado-fantoche do Manchukuo e prosseguindo paulatinamente

O relacionamento bilateral sino-japonês iria encontrar oportunidades novas de desenvolvimento e expansão na década de 1970, em particular após o ingresso da RPC nas Nações Unidas, ocupando um lugar de membro permanente do Conselho de Segurança em 1971. As negociações bilaterais entabuladas em 1972 puderam ser finalizadas em 29 de setembro daquele mesmo ano, após um processo relativamente curto de discussões. Embora breve, essa fase de negociações não deixou de ser intensa; as divergências maiores referiram-se à insistência chinesa em introduzir no texto do acordo, que formalizava o restabelecimento de relações, uma cláusula “anti-hegemônica”, visando especialmente aos soviéticos na Ásia. A questão de Formosa também provocou discussões mais sérias, chegando-se finalmente a um acordo que passou a constituir um paradigma para negociações do gênero: Tóquio reconhecia a RPC como único governo legal (representante político exclusivo) de toda a China, mas preservaria suas relações comerciais e econômicas não-oficiais com o regime de Taipé (a solução ficou conhecida como “a fórmula japonesa”).

O hábil Chu En-Lai, na época já não ocupando a pasta do Exterior, cujo efetivo titular era Ji Pengfei, mas, na qualidade de primeiro-ministro, detendo de fato o comando das grandes linhas de orientação da diplomacia chinesa, viu na ocasião de normalizar os vínculos com o Japão uma excelente oportunidade para dar impulso a seu programa de “quatro modernizações”.

A China percebia no Japão um parceiro potencialmente importante, com grande capacidade econômica e tecnológica para assegurar-lhe a execução de programas de cooperação proveitosos. Além disso, as autoridades chinesas orgulhavam-se de poder iniciar uma etapa original em

com conquistas de diversas outras regiões do país, inclusive a Mongólia Interior, Jehol, Xangai e chegando até Hong Kong em 1941. Muitos historiadores renomados consideram a investida nipônica na China como o verdadeiro marco de início da Segunda Guerra Mundial, já que o avanço japonês patenteava desde então uma política de deliberada agressão, característica da estratégia de domínio e de anexação adotada pelos países integrantes do Eixo.

A respeito: *The twentieth century world: an international history*, de W.R. Keylor, Oxford University Press, 1984; *Japan's foreign policy*, de Frank C. Langdon, Vancouver, University of British Columbia Press, 1974; *Japan's foreign policy: 1868-1941*, de J.W. Morley (editor), Columbia University Press, 1974; *The foreign policy of modern Japan*, de Robert Scalapino (editor), Berkeley, University of California Press, 1977; e “The evolution of Japanese security policy”, Londres, *Adelphi Papers*, nº 178, outubro de 1982, Instituto Internacional de Estudos Estratégicos.

suas relações com o Japão, não mais se apresentando em condição de inferioridade diante de um vizinho mais poderoso, e sim como um protagonista de realce na política internacional e respaldado por sua própria força de dissuasão nuclear. Para Tóquio, as perspectivas de lucro com operações no mercado chinês eram tão tentadoras quanto a possibilidade de contar com o apoio da RPC no contencioso existente com a URSS a respeito das ilhas Sacalinas (Curilas), ocupadas por tropas soviéticas ao final da Segunda Guerra e reclamadas pelos japoneses com acentuadas conotações patrióticas e nacionalistas.

Chu En-Lai teve o bom-senso e a perspicácia de não abordar o delicado tema de reparações devidas pelos danos causados por tropas nipônicas durante a ocupação. Com isso, angariou um capital de simpatia que até hoje representa um fator importante no relacionamento bilateral. O problema de eventuais reparações foi simplesmente elidido das discussões: a China, ao renunciar a ações oficiais posteriores nesse sentido, evitou tocar em velhas feridas mal cicatrizadas e fez um gesto para não melindrar a suscetibilidade e os brios japoneses. A medida revelou-se judiciosa e tem evitado a Pequim o tipo de dificuldade surgida com outros interlocutores regionais do Japão, como no caso da Coréia do Sul e das Filipinas, cujos governos reclamam agora por reparações vinculadas em particular à sensível questão das chamadas *comfort girls*, mulheres transformadas em prostitutas para servir o Exército Imperial durante a guerra.

A China, contudo, nunca esqueceu o tributo que o Japão deveria assumir em decorrência de seus atos no período do conflito armado. O próprio Deng Xiaoping diria mais tarde que “o Japão tem uma dívida muito mais importante para com a China do que com qualquer outro país, em vista do que nos fez sofrer no passado; por tal motivo, os japoneses devem contribuir, mais do que qualquer outro povo, para o processo de desenvolvimento chinês”.⁷⁰

A partir de 1972, as relações sino-japonesas acusaram considerável progressão, embora os primeiros anos posteriores à normalização ainda deixassem muito a desejar em termos de incremento de programas de assistência, devido sobretudo à pesada máquina administrativa e burocrática existente na China. Foi em 1978, quando Deng Xiaoping lançou a

⁷⁰ Veja-se a respeito o livro *Japan in Asia*, Hong Kong, Far Eastern Economic Review, 1991, sobretudo o capítulo 3: “China - sense of sensibility”, de Robert Delfs e Louise do Rosario, p. 41.

política de reformas e de abertura externa, implementando a idéia de Chu En-Lai em prol das quatro modernizações, que o intercâmbio entre Pequim e Tóquio começou a apresentar sinais de grande vitalidade e dinamismo. Em 1978, o próprio Deng viajou ao Japão para efetuar a troca de instrumentos de ratificação do Tratado de Paz, Amizade e de Cooperação assinado em 12 de agosto daquele mesmo ano, complementando o acordo sobre o restabelecimento de relações diplomáticas de 1972. Na capital japonesa, não poupou elogios ao funcionamento da economia nipônica, apontando-a como parâmetro para a obtenção de níveis quase ótimos de produtividade, bem como destacando a importância dos “centros de excelência” locais para a formação de uma elite empresarial e profissional em perfeita sintonia com os reclamos de uma sociedade diversificada e operando em padrões tecnocrônicos.⁷¹

Desde então, os vínculos sino-japoneses acusaram um ritmo acelerado de expansão, adquirindo crescente complexidade e sofisticados níveis de interação. Tornaram-se comuns as visitas recíprocas de altos dignitários, que abriram perspectivas novas para composições políticas mais abrangentes na cena regional. Os investimentos japoneses na RPC são estimados em US\$ 3 bilhões (dados confirmados pelo Banco da China e pelo Banco Asiático de Desenvolvimento). No entanto, o montante verdadeiro seria muito maior, devido à participação de entidades e bancos nipônicos em consórcios internacionais financiadores de investimentos na China e constituídos em praças *off shore*, em particular Hong Kong e Cingapura. Por isso mesmo, há analistas que falam de US\$ 6 a 8 bilhões aplicados pelos japoneses na República Popular, em especial a partir de 1984, quando ficou acertada a reinserção de Hong Kong à soberania chinesa em 1997. Segundo dados oficiais japoneses, Tóquio concedeu vultosos créditos oficiais a Pequim para estimular a modernização da infra-estrutura do país. Assim, em 1979, foram conferidos US\$ 2,7 bilhões, seguidos de US\$ 3 bilhões em 1984 e de US\$ 6 bilhões em 1988. Esses créditos foram alocados à China no âmbito do programa nipônico de “assistência pública ao desenvolvimento” (APD).

Assinale-se também o considerável número de estudantes chineses de pós-graduação em instituições científicas nipônicas: cerca de 20 mil jovens teriam, desde 1979, realizado cursos altamente especializados no

⁷¹ Veja-se a respeito o estudo “A few thoughts on the Sino-Japanese treaty”, de Torao Ushirohu, *Asian-Pacific Community*, nº 3, inverno de 1978, pp. 50-52.

Japão, representando um valiosíssimo instrumental para a consecução da política de reformas e ainda para a formação de um parque técnico-científico modernizado e de grande gabarito. Ressalte-se que a tecnologia japonesa constitui a mola mestra das operações de empresas criadas em regime de *joint-ventures* nas chamadas “zonas econômicas especiais” da RPC, que empregam grande quantidade de patentes e de maquinária do Japão para a produção de uma linha de artigos “de industrialização de primeira fase” (têxteis, calçados, linhas de montagem de eletrodomésticos, etc.).

Os chineses espertamente procuraram aproveitar circunstâncias políticas especiais para pressionar os japoneses em busca de maiores vantagens em seu relacionamento bilateral. Em 1982, Pequim protestou contra a revisão de textos escolares nipônicos, que apresentavam a fase militarista dos anos 1930 e 1940 sob um ângulo menos negativo. Os novos livros escolares falavam de “ofensiva” nipônica na China e não em “agressão”, o que valeu uma acerba polêmica entre as duas capitais, finalizada com a concessão de créditos extras aos chineses. Em 1984, a RPC voltou a protestar contra a participação oficial do então primeiro-ministro Nakasone em cerimônia realizada no templo de Yasukuni, onde repousam cinzas de soldados combatentes da Segunda Guerra. Os ataques chineses ao “retorno do militarismo” no Japão acabaram por valer à República Popular medidas concretas dos japoneses para reduzir o vultoso déficit comercial (US\$ 2,8 bilhões), que gravava a parte chinesa em seu intercâmbio com o parceiro nipônico.⁷²

Se as relações da RPC com os países ocidentais conheceram um período de distensão e de contínuo florescimento a partir de 1978, permaneceram fortes tensões na área de fronteira com a União Soviética. Moscou concentrou um considerável contingente de tropas militares na região litorânea nordeste da China e também na República da Mongólia, o que igualmente provocou sensível críspação nas relações de Pequim com as autoridades de Ulan Bator. Para revidar e contrabalançar essa ameaça potencial, a China igualmente enviou grande número de soldados e de equipamento de alta potência militar para a região, que passou a ser considerada um “foco de tensão” perigoso e um dos “pontos quentes” da cena estratégica internacional nos anos 1970.

⁷² Há interessantes comentários sobre a evolução das relações sino-japoneses desde 1972 no livro *Le Japon contemporain*, de Michel Vié. Paris, Presses Universitaires de France, 1987.

A percepção chinesa de uma concreta ameaça soviética contra sua segurança foi ainda mais aguçada com a assinatura, em 3 de novembro de 1978, de um Tratado de Amizade e Cooperação entre Moscou e Hanói, logo denunciado por Pequim, em 8 de novembro, como “uma ameaça à paz e à segurança na região da Ásia-Pacífico”.⁷³ Pequim suspeitou que os vietnamitas desejassem criar uma “Federação da Indochina”, englobando os demais países da região em uma “área de influência” sua, mas controlada à distância pelo grande parceiro soviético. Moscou estaria assim, segundo a ótica chinesa, conseguindo realizar um “cerco” da RPC, controlando todas as fronteiras na parte norte, nordeste e noroeste do país, e ainda mantendo sob sua guarda o sudoeste chinês, na fronteira com o Vietname, e também no Himalaia nos limites entre o Tibet e a Índia, que igualmente se encontrava ligada aos soviéticos por Tratado de Amizade e Cooperação.⁷⁴

Dessa forma, quando o Vietname decidiu intervir no Camboja em 25

⁷³ A RPC já encontrara dificuldades com as autoridades vietnamitas após o período da intervenção dos EUA na Indochina. Desde 1975, Hanói reclamara soberania sobre os arquipélagos das Spratly (Nansha para os chineses e Truong Sa para os vietnamitas) e das Paracels (Xisha para os chineses e Hoang Sa para os vietnamitas) no mar da China do Sul; essas ilhas eram, e continuam a ser, igualmente reivindicadas por Brunei, Filipinas, Formosa e Malásia. Também surgiram discussões e pendências sobre a demarcação de limites no golfo de Tonquim (Beibu para os chineses) e ao longo dos 1.300 km de fronteiras terrestres entre os dois países. Outra questão importante que igualmente envenenou as relações sino-vietnamitas referiu-se à expulsão de um considerável contingente de cidadãos de origem chinesa, vivendo no Vietname, alguns há várias gerações; as novas leis adotadas por Hanói sobre cidadania provocaram situações de crise e de grande comoção junto a essa minoria chinesa, contribuindo para agravar o mal-estar entre os dois países. Esse clima contraído aumentou com a decisão chinesa de fechar os consulados vietnamitas na RPC e de pôr fim à sua ajuda a Hanói.

⁷⁴ Os chineses até hoje mencionam que a Quarta Reunião Plenária do Comitê Central do Partido Comunista do Vietname, realizada em 1978, indicara que, depois da derrota norte-americana, as principais ameaças à segurança vietnamita estariam representadas pela RPC e pelo Camboja sob o controle dos Kmers Vermelhos. Sempre, segundo os chineses, em 8 de julho de 1978, o Departamento Político Geral do Exército Popular Vietnamita divulgara instruções sobre a necessidade de ser prevista uma “ofensiva estratégica contra a China” por meio de “ataques e contra-ataques na região de fronteira”. Sobre o assunto, veja-se o livro *Problems in international strategy*, de Chen Zhongjing, Hong Kong, Man Hai Language Publication, 1989. Também a citar a coletânea oficial *China's foreign relations: a chronology of events (1949-1988)*, Pequim, Foreign Languages Press, 1989.

de dezembro de 1978, sob a alegação de assistir a população local contra os desmandos do governo dos Kmers Vermelhos de Pol Pot, a China imediatamente manifestou seu protesto. Em 1^a de janeiro de 1979, Pequim e Washington anunciaram o estabelecimento de relações diplomáticas, seguindo-se em 28 do mesmo mês a consagrada visita de Deng Xiaoping aos EUA, onde o líder chinês teria indicado seu intuito de efetuar uma operação armada contra o Vietname. De volta dos EUA, Deng realizou uma rápida visita a Tóquio nos dias 8 e 9 de fevereiro, ocasião em que provavelmente teria advertido os dirigentes nipônicos de seus propósitos quanto ao Vietname.

Em 17 de fevereiro, um grande contingente do Exército de Libertação do Povo, partindo, respectivamente, de Longzhou e Jingxi, na região autônoma de Guangxi, e de Hekou e Jinping, na província de Yunan, cruzou a fronteira ao norte do Vietname, efetuando, nas palavras oficiais dos órgãos informativos chineses, “um contra-ataque de autodefesa”. A incursão iria durar até o dia 16 de março e, na opinião de categorizados observadores de assuntos militares, não se revestiu de brilho excepcional, acusando, ao contrário, sérias deficiências técnicas e de treinamento das tropas chinesas. A incursão, concebida para ocorrer nos moldes de uma *Blitzkrieg*, limitou-se a destruir “instalações militares vietnamitas destinadas a promover atos de agressão contra a China”.⁷⁵

De qualquer forma, tornou-se inegável que a ação militar da RPC no Vietname teve um escopo mais amplo do que uma simples operação local, apresentando-se essencialmente como uma decorrência de imperativos globais de segurança de Pequim, transcendendo, assim, o mero âmbito bilateral ou regional. A iniciativa indicou também o firme desejo da China de marcar presença na Ásia de Sudeste, objetivo bastante prejudicado pela celebração do Acordo de Amizade sovietao-vietnamita. A intervenção chinesa não provocou um escândalo internacional nem despertou suspeitas sobre intenções ainda mais belicosas com relação aos demais vizinhos. De certa forma, Washington e Tóquio, cientificados com antecedência da manobra, demonstraram comedimento em suas reações e talvez — mas ainda não há documentos concretos para comprovar a hipótese — tenham incentivado a iniciativa chinesa.

Levando em conta o interesse nacional chinês específico, o resultado

⁷⁵ Tornou-se bem fácil estabelecer a cronologia de eventos sobre a intervenção chinesa no Vietname graças à gentil colaboração do serviço de pesquisas da agência noticiosa Nova China-Xinhua.

objetivo dessa intervenção revestiu-se de um duplo aspecto: por um lado, facilitou a aproximação de Pequim com os países integrantes da Associação de Nações do Sudeste Asiático (a Association of South East Asian Nations — ASEAN — foi constituída por Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia, recebendo posteriormente a adesão de Brunei), que fora criada em 1967 justamente com o propósito de conter a ameaça comunista chinesa. O temor de um expansionismo vietnamita para áreas além da Indochina levou os membros da organização a aceitarem, a partir de então, novas formas de composição com a China, que se viu reconhecida como elemento de fôlego naquela área e como um fator essencial para a manutenção do equilíbrio regional de poder.⁷⁶

No entanto, por outro lado, o problema do Camboja permaneceu sem solução imediata. A ocupação vietnamita iria prolongar-se até o início da década de 1990, engendrando um delicado mosaico de interesses variados, que só puderam ser compostos por meio de laboriosas negociações, mas que trouxeram à baila novos aspectos importantes que passaram a influir decisivamente no perfil geopolítico asiático no final deste século.⁷⁷

Além dos problemas surgidos com o Vietname, a sensibilidade chine-

⁷⁶ Veja-se a respeito o trabalho *Southeast Asia and China: the end of containment*, de E.W. Martin, Boulder, Colorado, Westview Press, 1977. Um estudo mais recente feito por chineses também enfatizou esse ponto: "Broad prospects for China's relations with ASEAN countries", de Zjang Guocheng, publicado em *Foreign Affairs Journal*, revista editada pelo Instituto do Povo Chinês para Relações Externas, nº 20, junho de 1991, pp. 20-26.

⁷⁷ A RPC teve um papel muito ativo na questão cambojana; apoiou por muito tempo os Kmers Vermelhos, mas não descuidou de manter estreitos vínculos com o príncipe Sihanouk, que permaneceu exilado em Pequim durante o período em que o governo do Camboja esteve mais diretamente controlado pelos vietnamitas. As negociações de paz seriam concluídas em 1991 em Paris, com a constituição de um Conselho Nacional Supremo agrupando todas as quatro facções nacionais, depois da retirada das tropas vietnamitas. O Japão aproveitou a oportunidade para exibir uma grande desenvoltura diplomática, contribuindo de fato para a composição de uma fórmula política de compromisso, embora guardasse uma notável discrição e reserva, que impediram que suas iniciativas fossem de imediato tornadas de conhecimento público. A instituição de uma força especial das Nações Unidas para controlar a situação cambojana abriu caminho para permitir que tropas japonesas, pela primeira vez desde o término da Segunda Guerra, fossem enviadas ao exterior, causando, com isso, uma profunda reviravolta nos cálculos estratégicos regionais. A atuação de Tóquio para a resolução do problema cambojano serviu ainda como ponte privilegiada para que, em outubro de 1992, os japoneses reiniciassem seus programas de cooperação com o Vietname, programa interrompido em 1978 devi-

sa foi ainda mais alertada para um novo risco de efetiva ameaça soviética contra sua segurança com a presença de tropas da URSS no Afeganistão, ao final de 1979. A invasão do território afegão por unidades sob o comando de Moscou aumentou ainda mais a percepção de Pequim de estar sujeita a um verdadeiro cerco por seu principal adversário. A RPC e o Afeganistão têm um curta linha de fronteira, de cerca de 75 km, no chamado “corredor de Wakhan”, nos limites com o Xinjiang, região habitada por muçulmanos turcomanos (uigurs) na parte norte-ocidental da China. A presença de novos contingentes soviéticos naquela área, reforçando os vultosos dispositivos mantidos por Moscou em toda a fronteira norte e norte-oriental com a RPC, só contribuiu para despertar maior inquietação dos dirigentes chineses, que se apressaram a apoiar as capitais do Ocidente na condenação à URSS.⁷⁸

Com os países asiáticos, a RPC procurou implementar um processo de distensão gradual, ainda mais estimulado pelo desaparecimento da aliança militar regional da SEATO em 1977. Paulatinamente, Pequim conseguiu tecer uma série de contatos e estabelecer interesses conjuntos com seus vizinhos regionais, empregando uma sutil e habilidosa fórmula tendente a privilegiar relações não-oficiais importantes até o estabelecimento de vínculos diplomáticos formais. Por certo, uma das razões subjacentes a essa tática chinesa relacionou-se com o problema de Formosa. Na medida em que Pequim ia conseguindo ampliar seus laços com as demais capitais da área do Sudeste Asiático, a posição do governo de Taipé tornava-se mais frágil em termos políticos e diplomáticos globais.

Devido ao surto de dinamismo produtivo e de expansão das atividades econômicas na chamada “área do Pacífico” a partir de meados da década de 1970, a China teve todo interesse em ver-se associada ao fluxo de produção de riqueza que passou a caracterizar a região. Suas consideráveis reservas de recursos naturais, sua abundante mão-de-obra e a dis-

do ao envio de tropas de Hanói ao Camboja. Dessa forma, o Japão passou a ser apontado como o grande beneficiário, em termos políticos globais, da nova situação emergente na antiga Indochina após a retirada vietnamita do território cambojano.

⁷⁸ Segundo comentários, a RPC vendeu armas à CIA e doou algumas diretamente ao Paquistão para auxiliar no esforço de resistência contra a invasão soviética do Afeganistão; o assunto ainda hoje é considerado ultra-secreto, mas já começa a transpirar, como, por exemplo, no artigo “Secret CIA escalation in '85 tipped Afghan balance”, de Steve Coll, publicado no *International Herald Tribune*, de 10 junho de 1992.

posição de realizar associações lucrativas com outros parceiros contribuíram para criar um pólo de atração importante representado pelas possibilidades oferecidas pelo continente chinês aos empresários e homens de negócios com investimentos na região.⁷⁹

Formosa continuou a desempenhar um papel destacado na cena regional, mas seu peso específico viu-se redimensionado, contando muito mais em termos de oportunidades concretas de operações e não como um governo autônomo integrado a composições políticas abrangentes. Os representantes de Taipé, por sua vez, não se mantiveram alheios às possibilidades de interação lucrativa com o continente, iniciando um curioso e elaborado processo de aproximação calcado em interesses econômicos efetivos. A província costeira de Fujian situada do outro lado do estreito de Formosa passou a atrair inúmeros investimentos conjuntos, sobretudo na medida em que o parque produtivo controlado por Taipé evoluía em sentido tecnologicamente mais avançado, necessitando exportar seus setores industriais menos aparelhados e mais dependentes do uso de trabalho intensivo. Os contatos entre as duas partes, contudo, foram feitos indiretamente por um terceiro intermediário, em geral Hong Kong, até o início dos anos 1990.⁸⁰

Com os demais países em desenvolvimento, a China logrou estabelecer relações bem distendidas, escudando-se principalmente em sua condição de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, foro de particular importância para o encaminhamento de alguns assuntos substantivos de interesse direto desses Estados. Além disso, os dirigentes de Pequim estimularam formas objetivas de cooperação dentro do esquema de assistência Sul-Sul para projetos especiais de desenvolvimento em áreas determinadas. Embora os recursos da RPC para cobrir tais programas fossem naturalmente limitados, certas idéias originais e a associação habilidosa a planos controlados por grandes organismos internacionais de financiamento propiciaram a obtenção de bons resultados.

⁷⁹ O autor deste trabalho realizou um estudo especial sobre a chamada “área do Pacífico”, ressaltando a crescente importância geoeconômica da região no cenário internacional e seu impacto sobre a América Latina em geral e sobre o Brasil em particular; esse documento intitula-se “Os argonautas do século XXI”.

⁸⁰ Veja-se esse respeito o livro *La politique asiatique de la Chine*, de Philippe de Beauregard e outros, Paris, Fondation pour les Études de la Défense Nationale, 1986. Um bom estudo sobre as iniciativas econômicas formosinas na RPC encontra-se no artigo “Taïwan à l’assaut du continent”, de Philippe le Corre, *Le Monde Diplomatique*, outubro de 1990, p. 9.

Assinale-se que, apesar de defender, pelo menos em tese, um considerável número de iniciativas de interesse dos países não-industrializados, em particular nos foros especializados das Nações Unidas, a China paulatinamente deixou de insistir sobre uma tônica terceiro-mundista estridente e adotou uma postura mais flegmática e circumspecta. Desde então, tornou-se difícil identificar no discurso diplomático chinês algo mais incisivo do que um apoio genérico a posições favoráveis aos países em desenvolvimento. Claro está que os responsáveis da RPC não descuidam de se apresentar também como um integrante, e algumas vezes portavoz, do grupo de nações em busca de expansão econômica e de crescimento produtivo, procurando, assim, também angariar as vantagens que eventualmente vierem a ser concedidas em favor de projetos desenvolvimentistas globais. No entanto, foram-se os tempos em que a diplomacia chinesa empregava expressões mais candentes em prol “da unidade de povos irmãos na luta contra a exploração internacional”; o fraseado mudou substancialmente, indicando um outro enfoque básico da questão, privilegiando muito mais esforços em prol de “cooperação produtiva”, “igualdade de proveitos” e composição de interesses. Nesse tema, como em tantos outros constantes da pauta diplomática chinesa, o sentido de *Realpolitik* faz-se sentir de forma precisa e expressa, indicando como a RPC sabe reconhecer seus interesses e defendê-los de maneira concreta e pragmática.

Outra vertente de grande impacto na atuação externa da China passou a ser representada por sua capacidade de fornecer armamento de qualidade e de ação destrutiva maciça. O fato de dispor de força nuclear autônoma conferiu uma valor estratégico único à presença internacional da China. Esse valor, contudo, não esteve limitado a um aspecto exclusivo de segurança defensiva, implicando ainda que, por estar dotada da tecnologia necessária para o domínio de operações nucleares, tanto para fins militares quanto para objetivos civis, a RPC também posicionou-se como parceiro de extrema importância e de sensibilidade ainda maior no que se refere à delicada questão relativa à transferência do *know-how* nuclear.⁸¹

Pequim refutou o Tratado de Não-Proliferação (TNP) de 1968, em-

⁸¹ Sobre esse delicado assunto, um dos mais completos e detalhados estudos consta do trabalho *In search of security: the defence policies of China, France, Japan and India*, de Jacques Lauer e outros, Genebra, Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais, 1985.

bora desde 1983 se tenha tornado membro da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Os representantes chineses alegavam, na época, que o TNP fora negociado sem sua participação, consagrando ainda um “congelamento” do poder nuclear mundial em benefício exclusivo das grandes potências signatárias originais do texto (essa argumentação foi abandonada pela RPC em 1991, quando Pequim decidiu assinar o TNP, como será analisado em parágrafos a seguir). No entanto, precavendo-se com o intuito de preservar sua posição privilegiada de detentora de arsenal nuclear próprio, a China firmou documentos sobre a desnuclearização em outras áreas: em 1973, assinou o Protocolo Adicional II do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares na América Latina (Tratado de Tlatelolco) e, em 1985, o Protocolo ao Tratado de Rarotonga, que instituiu uma zona livre de armas nucleares no Pacífico Sul. Pequim manifestou ainda simpatia por projetos para instituir zonas desnuclearizadas no Sudeste Asiático (proposta de países da ASEAN para criar a chamada ZOPFAN), na Ásia Meridional (com o que neutralizaria o potencial nuclear da Índia e do Paquistão) e no Nordeste da Ásia (visando precipuamente conter ou “congelar” o eventual poderio nuclear do Japão e das Coreias).

As notícias divulgadas sobre cooperação prestada pela China no campo nuclear ao Paquistão, Coreia do Norte, Irã e Argélia criaram visíveis sentimentos de apreensão em diversas capitais ocidentais. Também muito foi comentado sobre contatos mantidos sobre assuntos nucleares entre chineses e israelenses, em época anterior ao estabelecimento de relações diplomáticas formais.

Um novo fator de realce para a atuação externa da China disse respeito à sua capacidade de produzir mísseis de médio alcance, que foram efetivamente vendidos sobretudo a capitais do Oriente Médio. Durante a guerra entre o Irã e o Iraque, os mísseis chineses “bicho-da-seda” (*silk worms*) tiveram uma efetiva e notada presença nos afrontamentos entre os beligerantes. A entrada de Pequim no restrito e altamente lucrativo clube de exportadores de armas e de tecnologia de precisão e de alto poder destrutivo representou um acontecimento de importância, alterando os cálculos estratégicos globais sobre algumas regiões de grande sensibilidade geopolítica, em particular no Oriente Médio.

Representantes chineses vêm insistindo sobre três princípios básicos que orientariam as exportações de armamentos pela República Popular, consagrando que: as “transferências de armas” devem estar condicionadas à capacidade defensiva dos países recipiendários, não de-

vem perturbar o equilíbrio de forças existente em determinada região e não devem servir como instrumento para intervenção em assuntos internos de outros Estados. Além disso, as exportações de tecnologia nuclear pela RPC estariam sujeitas, segundo os responsáveis chineses, às seguintes condicionantes: essas vendas só se destinariam a fins pacíficos, devendo ser observadas as salvaguardas impostas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); e o país que recebe assistência não pode transferir a tecnologia nuclear obtida da China sem autorização expressa desta.⁸²

⁸² Os princípios governamentais sobre vendas de armas e de tecnologia nuclear foram divulgados pelo próprio porta-voz do Ministério do Exterior da RPC durante conferências semanais de imprensa para correspondentes estrangeiros em Pequim, às quais o autor deste estudo esteve presente no período de 1990-1992.

A RPC DIANTE DO NOVO EQUILÍBRIO GEOESTRATÉGICO MUNDIAL: EM BUSCA DE NOVAS DEFINIÇÕES

O ano 1989 marcou não só uma mudança estrutural nas relações internacionais, com o fim da guerra fria e o desmantelamento do bloco comunista da Europa Oriental, mas também representou para a RPC um momento decisivo e particularmente delicado.

Após os acontecimentos de abril a junho na Praça Tiananmen, o regime chinês viu-se isolado e marginalizado precisamente quando todo o equilíbrio estratégico mundial conhecia uma reformulação de substância. Até então, o Ocidente mantivera uma postura de reserva interesseira com relação à natureza intrínseca do regime comunista chinês. A conveniência de contar com a participação da RPC no esquema triangular de poder montado para conter o poderio soviético na Ásia prevalecera sobre considerações de natureza mais humanista. A exemplo do que ocorrera com relação a certos regimes de caráter autoritário mas em composição com o Ocidente, calculou-se que bastava que a China manifestasse propósitos de cooperação moderada externa para fazer diluir os efeitos negativos de um sistema de poder marcado por grande rigidez. A tática justificou-se enquanto durou a guerra fria e a manutenção do equilíbrio bipolar entre as superpotências. Mas quando o edifício estratégico existente desde os primórdios do confronto entre os dois grupos rivais começou a ruir com a derrubada do muro de Berlim e a deslocação do antigo bloco do Leste Europeu, a RPC passou a figurar como elemento dissonante na nova configuração de poder que se instalava no mundo.⁸³

A viagem de Gorbachev a Pequim em maio de 1989 deveria ter representado uma etapa importante para a definição do equilíbrio de poder na Ásia, selando a normalização das relações de RPC com a URSS, depois de décadas de confronto mais ou menos velado. Entretanto, a visita acabou por constituir um triunfo muito menos retumbante do que o desejado pela diplomacia chinesa. Três condições haviam sido estabelecidas por

⁸³ Vale a pena mencionar a esse respeito o bem documentado artigo "The people's malaise", de Judy Polumbaum, *Foreign Affairs*, nº 81, inverno de 1990/91, pp. 163-181, bem como o estudo "The Asian-Pacific Rim: success at a price", de Bernard K. Gordon, *Foreign Affairs*, vol. 70, nº 1, 1991, pp. 142-159.

Pequim para que o diálogo oficial sino-soviético voltasse a um nível político adequado: redução dos efetivos militares na região da fronteira setentrional, retirada das tropas vietnamitas do Camboja e término da intervenção soviética no Afeganistão.

Desde 1986, Gorbachev procurara redefinir uma estratégia política e militar para a área do Pacífico. Reconhecendo o potencial de crescimento econômico da região e seu dinamismo produtivo, o líder soviético apresentou em Vladivostok, em 1986, propostas amplas em prol de maior cooperação e redução de tensões regionais. O discurso de Vladivostok foi, a princípio, tomado pelos chineses apenas como elemento de retórica, objetivando apaziguar os ânimos dos americanos e dos japoneses dentro do espírito amplo de composição amistosa instituído com a adoção da “perestroika”. Além disso, os projetos reformistas de Gorbachev soavam, em geral, aos ouvidos chineses como uma perigosa forma capaz de levar à desestabilização do próprio sistema de poder comunista. Os dirigentes de Pequim ainda hoje manifestam-se por reformas econômicas que deveriam fortalecer sua estrutura política de poder. Gorbachev, ao contrário, dava ênfase a alterações de caráter político, que, segundo os cálculos chineses não desprovidos de razão, feririam de morte o regime de partido único e o monopólio do governo comunista.⁸⁴

De qualquer forma, mesmo guardando grande desconfiança com relação a Gorbachev, os chineses não deixaram de reconhecer os gestos feitos por Moscou em prol de um clima mais distendido nas relações bilaterais. A diminuição dos efetivos na fronteira, o início do fim da presença vietnamita no Camboja a partir de 1988 e o término da intervenção no Afeganistão constituíam indícios sérios de intenções efetivas para a retomada de contatos formais de alto nível, em estrita observância com o que Pequim havia prescrito como necessário para tal fim. Faltava apenas o toque final para que fosse sacramentada uma encenação em grande estilo: o próprio Gorbachev viria à RPC, fazendo de público o gesto de deferência tão apreciado pela sensibilidade chinesa — o *kowtow* lisonjei-

⁸⁴ Sobre a reação chinesa ao pronunciamento de Gorbachev em Vladivostok, vejame-se as lúcidas observações de Amitav Acharya no estudo já mencionado “The Asia-Pacific region: cockpit for superpower rivalry”. As idéias expostas por Gorbachev em Vladivostok sobre a cooperação no Pacífico estão apresentadas com clareza em seu livro *Perestroika: novas idéias para o meu país e o mundo*, tradução de J. Alexandre, São Paulo, Editora Best Seller, 1987.

⁸⁵ Uma apreciação objetiva do ponto de vista chinês sobre a evolução das relações sino-soviéticas até o período de visita de Gorbachev a Pequim em 1989 encontra-

ro aos novos senhores do antigo Império do Meio.⁸⁵

Apesar da meticulosidade dos preparativos, a visita acabou sendo um fiasco promocional para os chineses e uma bofetada em público aplicada a Deng Xiaoping. Toda a parafernália dos meios de informação mobilizada para a cobertura do evento terminou por dedicar-se ao fenômeno extraordinário das manifestações de descontentamento de 1989 na Praça Tiananmen. A direção comunista da China perdia a face, ao vivo, diante de milhões e milhões de espectadores, que nos quatro cantos do mundo, pela televisão, assistiam atônitos e fascinados às gigantescas demonstrações populares de protesto contra o regime. A viagem de Gorbachev ficou registrada quase que como fato secundário no noticiário internacional sobre os eventos de maio-junho de 1989. O sangrento final dos acontecimentos iria custar à RPC muito caro em termos políticos e diplomáticos.

Se a viagem de Gorbachev a Pequim deixou de constituir o grande evento político de impacto como esperavam os chineses, a missão acabou trazendo resultados diplomáticos bastante concretos e objetivos. As relações bilaterais ficaram formalmente normalizadas, iniciando-se um processo de maior intercâmbio entre os dois países em clima de confiança e maturidade bem diverso do prevalente na época da grande aliança dos anos 1950, sedimentado em função de interesses nacionais precisos. A retomada de um relacionamento equilibrado com Moscou representaria um trunfo importante para a China quando da implosão do mundo soviético e da desagregação posterior da URSS. Pequim encontrou-se em boa posição para pleitear relações estáveis e regulares com todos os Estados que emergiram da antiga União Soviética, como será examinado em páginas a seguir.

A reação ocidental de repúdio à repressão ao movimento de 1989 em Tiananmen materializou-se sob a forma de aplicação de sanções econômicas e da suspensão de contatos de alto nível com os dirigentes chineses. As sanções econômicas ocidentais — e a forte reprovação internacional — constituíam um sério revés para o programa de desenvolvimento chinês. Se até 1989 a China tentara fazer aceitar ao mundo uma nova imagem como interlocutor sério, moderado e respeitador das peculiaridades nacionais de outros Estados, sua brutal reação a um movimento in-

se no estudo "A new type on Sino-Soviet relationship", de Yu Cheng, *Foreign Affairs Journal*, revista publicada pelo Instituto do Povo Chinês para Relações Externas, nº 17, setembro de 1990, pp. 47-53.

terno de insatisfação estigmatizou o regime, mostrando-o como inseguro e instável, com um perfil muito diverso do que se espera de um país com o *status* e os encargos decorrentes da condição de membro permanente do Conselho de Segurança. Moscou, naturalmente, preferiu manter-se formalmente impassível sobre os eventos de 1989 na RPC, embora, ao contrário do que acontecia com relação ao governo, algumas manifestações populares tivessem ocorrido diante da embaixada chinesa na capital soviética em solidariedade para com os estudantes de Tiananmen. Richard Nixon não perdeu a oportunidade para criticar, na época, o “ensurdecedor silêncio” de Gorbachev sobre os eventos na China.⁸⁶

O tão decantado valor estratégico da “carta chinesa” no contexto da rivalidade bipolar sofreu ainda um golpe decisivo com o final da guerra fria, exatamente naquele ano de 1989. Na medida em que na Europa do Leste tinha início uma verdadeira deslocação de poder e com o perfil geopolítico mundial mudando em substância de configuração, muitos analistas e homens políticos no Ocidente manifestavam de viva voz suas sérias dúvidas sobre a utilidade de continuar a cortejar a China como um elemento importante para a manutenção de um equilíbrio de poder, que passara a ser fundamentalmente diverso, em essência, depois da liquidação do bloco do Leste. Em questão de meses, o mundo mudara de figura e a China defrontava-se com uma situação diametralmente diversa da até então conhecida, mas deparando-se com uma posição de grande fragilidade diante dos demais interlocutores internacionais. Voltava à cena o espectro do continente chinês isolado diante de um mundo hostil, cujas regras básicas não tinha condições de entender nem de poder aplicar.⁸⁷

⁸⁶ Veja-se a respeito o artigo de Nixon intitulado “Sanções contra a China prejudicam os Estados Unidos”, publicado na edição de 25 de junho de 1989 da *Folha de São Paulo*, p. A-16.

⁸⁷ A esse respeito, cumpre citar o artigo “The case for pragmatism”, de William G. Hyland, publicado na revista *Foreign Affairs*, vol. 71, nº 1, 1992, pp. 38-52, que descarta a importância da China para a estratégia global americana com o término da guerra fria e, sobretudo, após os acontecimentos em Tiananmen em 1989. Nessa mesma linha de raciocínio, mencione-se o trabalho “Discarding the China card”, de Roger W. Sullivan, *Foreign Policy*, nº 86, primavera de 1992, pp. 3-23. Os chineses naturalmente refutam esse ponto de vista e procuram apresentar seu país como ainda de grande importância para a manutenção de um sistema de equilíbrio de poder na Ásia Oriental, falando que as novas condicionantes criadas com o fim da guerra fria tornaram o mundo, e a cena asiática em particular, ainda mais instável e perigoso, razão pela qual seria de todo conveniente contar com a presença de

No entanto, após os acontecimentos de junho de 1989, a RPC persistiu em afirmar seu empenho em favor das reformas e da abertura ao exterior, o que naturalmente implicou admitir a necessidade de contar com a cooperação estrangeira para levar a cabo seu programa de modernização. Mas sua independência de ação, antes tão resguardada, demonstrou ser de utilidade relativa num mundo cada vez mais caracterizado pela interação e pelas regras estritas impostas pelos detentores do poder econômico e tecnológico. A China começou a assumir certas posturas e a manifestar simpatias por determinados temas sobre os quais, até então, adotara atitude de reserva ou de franca hostilidade.⁸⁸

uma China estável e com ânimo de colaboração com os demais grandes parceiros regionais. A esse respeito, vejam-se os trabalhos: "1990s: a decade of transformation of the world pattern", de Wan Guang, *Foreign Affairs Journal*, revista editada pelo Instituto do Povo Chinês para Relações Externas, nº 17, setembro de 1990, pp. 15-25; "A change of situation in the world hotspots areas", de Yan Xiangjun e Bing Jinfu, também no mesmo nº 17 da revista *Foreign Affairs Journal*, pp. 77-85; e "Changes of the international situation and Sino-US relations", de Cheng Mingqun, *Foreign Affairs Journal*, nº 16, junho de 1990, pp. 1-3.

⁸⁸ Em parágrafos acima foi assinalado que a China passara a adotar, após sua entrada nas Nações Unidas e, sobretudo, com a implantação da política de reformas e de abertura externa, uma atitude "moderada" em suas relações internacionais, buscando participar de um consenso global ao lado de outras potências mundiais interessadas na manutenção de um equilíbrio de forças em suas relações e interações. Voltando a esse tema, poder-se-ia salientar que a postura moderada em relações internacionais não implica necessariamente a aceitação por todos os Estados das mesmas regras de organização política interna. Regimes autoritários e liberais têm condição de coexistir no âmbito de um sistema moderado de equilíbrio de poder, desde que se comprometam a seguir um código de boa conduta em suas relações externas.

Assim, pouco importa o que pensem os povos que esses regimes representem — ou que sejam por eles dominados —, se no plano externo os países interessados estão prontos a se comportar de forma coerente. Aí reside toda a diferença entre um sistema inteiramente "moderado", baseado no respeito a um consenso externo mínimo, e um sistema "revolucionário", no qual pelo menos uma potência recusa as regras do jogo e procura fazer prevalecer sua segurança absoluta.

A China pós-1989 poderia ser considerada uma estrutura de poder político fechada e autoritária ou totalitária, mas em nenhum momento posterior aos acontecimentos de Tiananmen as autoridades de Pequim demonstraram a intenção de se insurgir ou de querer "virar a mesa" no plano das relações internacionais. Muito pelo contrário, desde 1989, a liderança chinesa vem assumindo posturas claramente indicativas de propósitos de cooperação para a manutenção do equilíbrio e da estabilidade do sistema internacional de poder. Muito provavelmente, o fundamento lógico impli-

Se o papel da China como elemento assemelhado ao fiel da balança no contexto bipolar sofreu substancial transformação com o término da guerra fria, o peso específico da potência de Pequim em importantes temas internacionais passou a ser reavaliado, segundo critérios mais objetivos mas nem por isso menos importantes. Apesar das sanções e da condenação geral, os responsáveis de Washington enviaram à RPC dois emissários de marca — o conselheiro para assuntos de segurança nacional na Casa Branca, Brent Scowcroft, e o então subsecretário de Estado, Lawrence Eagleburger — em missão secreta, mas que logo se tornou de domínio público, destinada a garantir a posição chinesa no que dizia respeito à venda de armas de destruição maciça e de mísseis ao Oriente Médio. O fato foi indicativo de que, apesar dos pesares, a China continuava a ser a China, embora tivesse seu papel de destaque redimensionado de acordo com as tendências do tempo. Mas também, devido às críticas

cito nessa atitude da China não escapou aos responsáveis pela elaboração das grandes linhas políticas e estratégicas dos principais países com efetiva capacidade decisória na cena mundial, contribuindo para que, transcorrido um lapso de tempo razoável e pressionados pelas exigências mais imediatas de *Realpolitik*, os centros nevrálgicos de comando da vida internacional voltassem a acolher a diplomacia da República Popular como um interlocutor válido e ponderável para o encaminhamento de negociações mais complexas.

Registre-se, contudo, que, com o final da bipolaridade e da guerra fria, vem-se intensificando um ânimo geral em prol de ideais democráticos, que deveriam permear a estrutura internacional, refletindo uma tendência global em favor de regimes mais abertos e representativos da vontade de seus respectivos povos. O assunto naturalmente presta-se a interpretações variadas, cuja amplitude impediria uma análise mais aprofundada no âmbito específico do presente trabalho. A título de informação, mencionem-se os seguintes estudos bem recentes, com opiniões favoráveis ou mais céticas, sobre os imperativos de uma ordem internacional fundada em consenso entre países cada vez mais democráticos: "Promoting democracy", de Larry Diamond, *Foreign Policy*, nº 87, verão de 1992, pp. 25-46; "New instabilities, new priorities", de James Schlesinger, *Foreign Policy*, nº 85, inverno de 1991/92, pp. 3-24; "The US and Asia: future prospects", de Robert Scalapino, *Foreign Affairs*, vol. 70, nº 5, inverno de 1991/92, pp. 18-40; "Order and disorder in the new world", de Lawrence Freedman, *Foreign Affairs*, vol. 71, nº 1, 1992, pp. 20-37; "A new concert of powers", de Richard Rosecrance, *Foreign Affairs*, vol. 71, nº 2, primavera de 1992, pp. 64-82; "For a new foreign policy that forgets the Cold War", de Roger Morris, *International Herald Tribune*, edição de 6.2.1992; "States can break up, democracies can grow up", de Francis Fukuyama, *International Herald Tribune*, edição de 10.2.1992; "Cautions for Clinton on foreign policy", de Jeanne Kirkpatrick, *International Herald Tribune*, edição de 7.11.1992.

feitas à administração americana em decorrência do fato, registrou-se o final do consenso até então prevalecente no mundo político de Washington sobre como tratar os responsáveis de Pequim e como forçá-los a uma maior cooperação segundo os interesses mais prementes dos EUA.⁸⁹

A grave crise política de 1989 na China trouxe, naturalmente, conseqüências negativas também para o relacionamento sino-japonês. Tóquio não pôde se furtar a aderir às sanções econômicas impostas a Pequim pelos grandes países desenvolvidos em seguida aos acontecimentos em Tiananmen. Os homens de negócio nipônicos mostraram-se extremamente assustados com a amplitude das manifestações e, sobretudo, com os possíveis desdobramentos dos acontecimentos no país; muitas declarações nesse sentido foram transcritas pela mídia internacional na ocasião. No entanto, ao contrário do ocorrido no Ocidente, a percepção japonesa sobre o evento foi mais matizada, concentrando-se em examinar as possibilidades de vir a ser criado um clima duradouro de instabilidade institucional na China capaz de gerar fenômenos paralelos graves e de conseqüências diretas e sérias para o Japão, sobretudo no que se refere a eventuais levas de refugiados, pedindo socorro ou asilo em território nipônico.

Os operadores econômicos e os políticos japoneses temiam que os investimentos realizados no país não pudessem ser reavidos, ou que sua amortização fosse dilatada, em função de circunstâncias excepcionais derivadas de um clima de efervescência institucional. A eventualidade de tumulto prolongado na China poderia conduzir a um clima de instabilidade regional, de todo nocivo à ação japonesa na Ásia Oriental. Contando com vultosos capitais aplicados na área, em especial nos “novos países industrializados”, que funcionam segundo o modelo japonês de gestão econômica, tornou-se compreensível que os responsáveis de Tóquio vissem com extrema cautela e receio a evolução dos acontecimentos na República Popular em 1989, interpretando-os como um fator potencial de desequilíbrio, suscetível de extravasar as fronteiras chinesas e gerar gravíssimos problemas em toda a região adjacente. Portanto, muito mais do que sensibilizados por argumentações sobre respeito por direitos hu-

⁸⁹ A esse respeito, são bem ilustrativos os seguintes textos: “Bush’s foreign policy: mastery and inaction”, de Terry L. Deibel, *Foreign Policy*, nº 84, outono de 1991; pp. 3-23; “The China problem”, de Michel Oksenberg, *Foreign Affairs*, vol. 70, nº 3, verão de 1991, pp. 1-16; e “Ce que je crois”, entrevista com Bill Clinton, *Politique Internationale*, nº 57, outono de 1992, pp. 13-23.

manos e por liberdades democráticas na China, os japoneses teriam considerado o risco de insegurança o elemento mais importante dentre as lições a tomar da crise.

As observações anteriores não constituem interpretação original ou particular. Em diversas publicações japonesas especializadas, a problemática da segurança regional e da necessidade de contar com uma China estável nas proximidades do dinâmico parque industrial e tecnológico nipônico aparece de forma clara e explícita. O Japão estaria plenamente ciente de que a China constitui o fermento do equilíbrio político no Extremo Oriente. Não apenas algumas personalidades de destaque no Japão manifestaram-se abertamente sobre os riscos de desordem maior na China, como também dirigentes asiáticos mais em sintonia com a linha doutrinária e pragmática de Tóquio ainda hoje insistem em minimizar o alcance do que ocorreu na RPC em 1989, sublinhando o papel que consideram tendencioso da imprensa, que teria maliciosamente distorcido os fatos, e insistindo em que a grande preocupação regional deve concentrar-se em manter a estabilidade institucional na área.⁹⁰

Com seu característico pragmatismo, Deng Xiaoping deve ter apreendido muito bem os fundamentos dessas preocupações. Daí explicar-se sua famosa recomendação aos dirigentes chineses, logo após os acontecimentos de Tiananmen, no sentido de que mantivessem a unidade política a todo custo e insistissem sobre a tecla da estabilidade chinesa como essencial à preservação do equilíbrio regional e do clima de euforia desenvolvimentista existente em toda a área do Pacífico. Comenta-se, mas o fato ainda não pôde ser devidamente confirmado, que no início de 1990 o próprio Deng, ao receber uma importante delegação governamental e empresarial japonesa, sublinhara os benefícios que a China apresentava a potenciais investidores, graças à adoção de uma política de rigor na condução da economia, com inflação reduzida, déficits diminuídos e produtividade ampliada, política que foi aplicada com esmero desde 1989. Deng ressaltara as vantagens da estabilidade existente no país, tema que se tornou, desde então, uma constante nos pronunciamentos das autoridades chinesas. Destacara a imperiosa necessidade de levar adiante a política de reformas e de abertura externa para consolidar a

⁹⁰ Nesse sentido, citem-se declarações recentes do primeiro-ministro de Cingapura, Coh Chok Tong, na entrevista concedida à revista *Politique Internationale*, nº 56, verão de 1992, pp. 291-304, e publicada sob o título "Singapour, les recettes du succès".

China como país interessado em cooperação e em integração com seus vizinhos. E pedira o apoio de Tóquio para tentar romper o isolamento político e financeiro a que ficara o país sujeito desde junho de 1989. Em troca, prometera condições especiais para a implantação de novos investimentos nipônicos e, sobretudo, a participação de grandes interesses japoneses em futuras operações relativas a Hong Kong, mormente no que se refere à construção de um novo aeroporto, cujo orçamento prevê o dispêndio de centenas de milhões de dólares. Se o fato não pôde ser de todo confirmado, tornou-se significativo que recentemente a imprensa chinesa e internacional anunciasse a presença de grandes firmas japonesas na atribuição de contratos sobre o novo aeroporto. Também já foi confirmada, de fonte oficial, a assinatura de diversos instrumentos importantes no setor de exploração petrolífera na China com a participação de capitais de empresas nipônicas.

O fato é que, concretamente, em julho de 1990, durante a reunião em Houston do G-7, o Japão anunciou de maneira solene que retomaria seus programas de cooperação com a RPC. O governo japonês mostrava, assim, uma atitude de certa independência com relação aos demais países ocidentais, adotando uma política realista com o objetivo de impedir o isolamento internacional da China Popular, hipótese que considerava de todo prejudicial para a manutenção do equilíbrio institucional no continente asiático. Em setembro daquele ano, Tóquio fez saber que iria reativar uma linha de crédito plurianual no valor de US\$ 3 bilhões em favor da China, congelada desde 1989. Estava, portanto, aberto o caminho para a progressiva reinserção da RPC no *grand monde* da alta finança internacional, beneficiando-se da cooperação oficial do parceiro japonês. Por tal motivo, há autores que falam hoje, com certa ironia, que o Japão tornou-se, de certa forma, o “protetor” de um dos últimos bastiões do comunismo no mundo para defender seus interesses específicos.⁹¹

Paralelamente, a crise desencadeada no Golfo a partir de agosto de 1990, que culminaria com a conflagração do início de 1991, acabou por confirmar a volta da RPC em grande estilo ao centro dos acontecimentos políticos mundiais. Jogando com habilidade o trunfo de ser membro permanente do Conselho de Segurança, Pequim colaborou efetivamente com os interesses ocidentais em jogo no Golfo, não vetando a resolução que

⁹¹ Cite-se a respeito o artigo de Claude Leblanc já mencionado “Pékin et Tokyo: alliés ou concurrents?”. Veja-se ainda a matéria publicada pela revista *The Economist*, na edição de 14 de julho de 1990, p. 57, intitulada “Japan throws China a lifeline”.

sancionou o uso da força internacional para punir a agressão iraquiana contra o Kuwait. Em contrapartida, o governo chinês pôde retomar paulatinamente seu diálogo de alto nível com os dirigentes europeus e americanos.⁹²

Na oportunidade surgida com a crise no Golfo, a diplomacia chinesa deu provas de agilidade e realismo, não deixando de explorar habilmente a ocasião para procurar retomar o diálogo com os países mais ricos e influentes, posicionando-se como elemento interessado na obtenção de consenso e como fator importante para fazer valer uma opinião internacional coesa. A China fez concessões durante a crise, quando foi votada no Conselho de Segurança a resolução que abriu caminho para o uso da força contra o Iraque; absteve-se, não vetando a moção. O assunto era delicado, porque a RPC tinha como princípio não endossar iniciativas do gênero, em vista das lembranças da guerra na Coreia, quando os soldados sob o mandato das Nações Unidas enfrentaram combatentes chineses. Pequim com isso deu prova de sangue frio e de poder aceitar mudança drástica em seus postulados básicos, quando seu interesse nacional assim o exige.⁹³

Assim, com o apoio de Tóquio e respaldada pelos imperativos de realismo político, a República Popular praticamente libertou-se das sanções econômicas, que tinham perdido sua razão de ser; restou apenas a suspensão da assistência militar prestada pelo Ocidente a Pequim.

Quando surgiram discussões sobre uma nova ordem internacional, de contorno imprecisos e vagos, a China preconizou, como posição de base, o respeito a princípios de não-intervenção e autodeterminação, para melhor resguardar, por certo, sua estrutura interna de poder, mas deixou de enfatizar a defesa de teses terceiro-mundistas, tão características de

⁹² Uma apreciação bastante lúcida e realista da atitude chinesa encontra-se no estudo "Chinese foreign policy: the diplomacy of damage control", de John W. Garver, *Current History*, vol. 90, nº 557, setembro de 1991, pp. 241-246.

⁹³ Há, contudo, interpretações menos lisonjeiras da atitude chinesa durante a crise no Golfo em 1990/91. Veja-se a respeito o artigo de Claude Julien "L'Europe et les autres", *Le Monde Diplomatique* de setembro de 1992, 1ª página, dizendo que a China foi "comprada" com promessas de créditos e contratos tentadores, bem como as observações de Eric Rouleau sob o título "Illusions du triomphe et persistantes contradictions", na mesma edição do jornal, pp. 22 e 23, assinalando que a China saiu fragilizada da crise no Golfo porque demonstrou estar tão tributária do comércio internacional que não consegue manter uma posição externa de maior independência.

sua atuação anterior. Mesmo em suas relações com outros países em desenvolvimento, sobretudo os do continente asiático, a RPC vem procurando posicionar-se muito mais como parceiro pragmático e não como porta-voz do grupo de nações menos evoluídas. Ainda economicamente pobre e precisando de assistência dos centros desenvolvidos, a China parece estar buscando inserir-se no novo contexto mundial em formação como um elemento singular, caracterizado por sua posição especial em termos de massa populacional e de potencial de crescimento, mas não como líder da corrente de países ainda não industrializados. Da mesma forma como abriu mão de seus princípios sobre o uso da força internacional pelas Nações Unidas na crise no Golfo, a China pode estar agora reconsiderando sua atitude com relação à coordenação de ações junto a países em desenvolvimento. E isso apesar de ter sido a própria RPC a enunciar, em 1974, nas Nações Unidas a teoria dos “três mundos”, hoje praticamente ignorada nos discursos oficiais dos dirigentes chineses.⁹⁴

A RPC aderiu ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear em 13 de março de 1992, quando o chanceler Qian Qichen fez comunicação oficial nesse sentido ao primeiro-ministro britânico, John Major, e está igualmente seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTRC). Antes, a China opusera-se formalmente às duas iniciativas. Com a notícia da disposição da França de aderir ao TNP em 1991, a posição da RPC tornou-se delicada, por ser o único membro permanente do Conselho de Segurança a não o ter endossado. A aceitação do regime de controle de mísseis, embora de maneira informal, foi implementada em fevereiro de 1992, em troca da suspensão de três sanções impostas pelos EUA quanto à venda à China de tecnologia sofisticada para satélites.

Em suas relações com os EUA, a RPC vem dando seguidas mostras de moderação e prudência, preocupando-se, sobremaneira, com a preservação de seu comércio com aquele país e com a formação de um grande número de técnicos e cientistas chineses nos “centros de excelência” dos EUA. A China reduziu subsídios a exportações, tem procedido a desvalorizações graduais da moeda, e vem buscando diversificar sua pauta de

⁹⁴ Sobre o assunto, citem-se os estudos: “Chine: le miroir à deux faces”, de Jean-Luc Domenach, *Politique Internationale*, nº 57, outono de 1992, pp. 99-112; “Changer l’ONU”, de Ignacio Ramonet, *Le Monde Diplomatique*, outubro de 1992, 1ª página; “Take care in reworking Asia policy”, de Gerald Segal, *International Herald Tribune*, edição de 6.11.1992.

importações, com vistas a conservar a posição de nação mais favorecida em seu comércio com os EUA. As críticas feitas em círculos americanos no que se refere a direitos humanos, tratamento de prisioneiros, questão do Tibet e também quanto à proteção da propriedade intelectual são respondidas por Pequim com fleuma e bastante sangue frio, em clara evidência da percepção dos dirigentes chineses de que teriam hoje muito mais a perder do que a lucrar em confronto mais sério com Washington. E os EUA parecem muito cientes dessa condicionante do comportamento chinês, procurando progressivamente aumentar suas pressões sobre Pequim, na medida em que, com isso, encontram condições de satisfazer seus interesses nacionais específicos.

Os acontecimentos do final de 1991, que culminaram com o desaparecimento da URSS e a implosão do mundo soviético, produziram, e vêm ainda produzindo, efeitos consideráveis na política externa chinesa. O fim do bloco da Europa de Leste desde 1989 e a deslocação soviética a partir de 1991 deixaram a RPC na condição de maior remanescente da ordem e do sistema comunista na cena mundial. Sozinha, ao lado de Cuba, Vietname e Coréia do Norte, na incômoda postura de herdeira da controversa experiência comunista, que agitou a vida mundial desde o início deste século, a China passou a defrontar-se com um outro tipo de ambiente externo, onde sua posição se tornou mais matizada, complexa e muito menos incisiva. Diversos analistas categorizados e observadores de gabarito não se cansam de formular perguntas substantivas sobre o destino do país. Qual o futuro da República Popular? Quais as possibilidades de sobrevivência do atual regime depois da inevitável mudança na direção pessoal do poder interno? A estabilidade interna tão decantada terá condições de resistir à usura do tempo e, sobretudo, às novas realidades do mundo tecnocrônico e globalizado que prenuncia o século XXI? Que tipo de China poderá ainda surgir para fazer face aos desafios de uma nova era condicionada pela revolução tecnológica e pela superação de muitos conceitos ideológicos tradicionais?

Em vista desses fatos, torna-se válido especular sobre a emergência, a curto prazo, de um novo posicionamento da RPC em política externa. Depois de ter conseguido, em meados da década de 1970 e na de 1980, expressivos sucessos externos, afirmando sua presença internacional e conseguindo, inclusive, reverter fracassos do passado — como testemunham os acordos concluídos para a reinserção de Hong Kong e Macau à sua soberania —, a China viu-se confrontada com um novo ambiente internacional, onde seu perfil ainda não está de todo definido e onde não

lhe está assegurada tampouco a proeminência tão auspiciada por todos os dirigentes da República Popular desde sua criação. A busca inicial por segurança, depois por independência e agora por desenvolvimento pode dar vez ao desejo de fazer da diplomacia chinesa uma associada integral aos grandes da cena mundial, ainda que, pelo menos num primeiro tempo, Pequim tenha de contentar-se com o papel de coadjuvante de realce, mas não de protagonista principal. Nessa hipótese, uma vertente possível do comportamento externo da RPC em futuro próximo talvez seja um crescente entrosamento com os grandes do mundo, valendo-se sobretudo de sua condição de membro permanente do Conselho de Segurança e de detentora de tecnologia e de arsenal autônomo de equipamento militar de alto poder destrutivo.⁹⁵

⁹⁵ No artigo intitulado "Bush foreign policy: needs improvement", publicado pelo *International Herald Tribune*, edição de 28.03.1992, Leslie H. Gelbes poderou que os EUA não poderiam deixar de prestar certo apoio à China para evitar que Pequim venha a vender tecnologia nuclear e armas perigosas (mísseis) a regimes que mais ameaçam a segurança americana; a RPC ainda teria essa carta estratégica a jogar em suas relações com Washington. Ainda sobre esse tema, veja-se o artigo de Zbigniew Brzezinski intitulado "Washington: les défis du nouvel ordre mondial", *Politique Internationale*, nº 56, verão de 1992, pp. 51-64, bem como as apreciações de Michael Klare em "L'Amérique et les leçons du Golfe", *Le Monde Diplomatique*, abril de 1992, pp. 10-11.

PARTE II

OS GRANDES DESAFIOS

ABRINDO MÃO DE PRINCÍPIOS

Em 31 de março de 1992, a RPC absteve-se da votação no Conselho de Segurança de projeto de resolução sobre a imposição de sanções econômicas contra a Líbia. Conviria traçar um paralelo entre essa postura e a assumida pela China durante a crise no Golfo em 1990, ocasião em que a delegação chinesa também absteve-se de votar resolução, autorizando o uso “de todos os meios necessários” para forçar a saída de tropas iraquianas do Kuwait.

Embora ressaltando sua posição de princípio contra sanções, o argumento central empregado pela China em 1992 referiu-se à sua inutilidade prática para auxiliar o equacionamento da crise com a Líbia. Provavelmente esse ponto de vista tinha um alcance político preciso, dando a entender que a China não se colocava em oposição aos três países ocidentais que promoveram a iniciativa contra o regime de Trípoli — França, Grã-Bretanha e EUA —, mas permanecia cética quanto à serventia das sanções para resolver o contencioso. Além disso, a China enfatizou de forma muito explícita sua oposição básica a atividades terroristas em geral, reclamando julgamento para os responsáveis por ações violentas, segundo as normas de direito em vigor.

Com isso, a diplomacia chinesa pareceu indicar que não se contrapunha às preocupações ocidentais, e em particular às dos EUA, relativas à necessidade de combater e punir infratores terroristas da lei internacional. A China, dessa forma, estaria resguardando sua posição, procurando não se confrontar com o Ocidente quando este se sente ameaçado, evitando atrair novas antipatias, precisamente no momento em que se encontrava em fase de normalização de suas relações com os grandes países desenvolvidos. E a RPC sabia muito bem do que falava a respeito de sanções, por ter sido em 1989 alvo de sérias restrições econômicas em decorrência dos acontecimentos em Tiananmen.

Por outro lado, o representante chinês nas Nações Unidas não deixou de procurar certo respaldo junto a países não-alinhados e árabes, cujas sugestões para o equacionamento da crise considerou judiciosas e dignas de apoio, exortando ainda a Líbia a adotar uma atitude de maior cooperação. Assim, a China estaria buscando firmar uma imagem própria, descartando um alinhamento automático com os ocidentais, como, por exemplo, vem ocorrendo com a Rússia depois do esfacelamento da URSS,

mas não deixando de marcar sua intenção de colaborar em prol da segurança internacional pela condenação do terrorismo.

Da mesma forma, a RPC absteve-se da votação de sanções econômicas contra a Sérvia/Montenegro por ocasião da crise de poder na antiga Iugoslávia.

Essas posições guardam uma certa simetria com a adotada pela RPC em 26 de novembro de 1990, quando da adoção pelo Conselho de Segurança da Resolução 678, que permitiu “usar todos os meios necessários” para implementar decisões anteriores relativas à retirada de tropas iraquianas do Kuwait. Naquela ocasião, a China, ao se abster, também indicou estar buscando firmar uma identidade própria na cena internacional, evitando associar-se inteiramente com o Ocidente, e sobretudo com os EUA, embora condenasse a invasão iraquiana em tom veemente. Na crise no Golfo, quando era flagrante a violação da lei internacional pela invasão de um Estado soberano por outro com objetivo de anexação, Pequim quis fazer valer sua singularidade na cena internacional, em nada prejudicando os interesses das grandes potências ocidentais, e, por isso mesmo, optando pela abstenção e não pelo veto, mas enfatizando uma posição de princípio contra o uso da força. Em 1991 e em 1992, a China, como um dos poucos regimes comunistas no poder, deixou entender que, sem desafiar o resto do mundo, permanecia disposta a sustentar posição singular no plano internacional, resguardando, inclusive, seu próprio sistema institucional contra eventuais manobras futuras desestabilizadoras do regime originadas no exterior.

Em 1990 e em 1992, a China fez tábula rasa de princípios que antes proclamara como basilares de sua ação externa: oposição ao uso da força internacional e repúdio à aplicação de sanções. Relembrou apenas que sua posição era fundamentada em considerações amplas, mas não ousou se valer de seu poder de veto para tentar impor seu ponto de vista. Na crise no Golfo, a questão do uso da força constituía um ponto sensível em vista das lembranças da guerra da Coreia, quando contingentes das Nações Unidas combateram soldados chineses. Mas a agressão iraquiana era tão evidente que Pequim não se furtou de cooperar de fato com o Ocidente, não criando obstáculo à institucionalização da ação armada contra o regime de Bagdá. Em 1992, a China poderia ter usado seu poder de veto para impedir a resolução sobre a imposição de sanções contra a Líbia e contra a nova Iugoslávia (Sérvia/Montenegro), escudando-se em seu princípio de base e angariando certas simpatias menos significativas. Preferiu, contudo, não fugir ao consenso ocidental, e mais particu-

larmente não criar nova área de atrito com os EUA, de cuja cooperação tanto necessita para levar adiante seu programa de reformas econômicas e de modernização tecnológica. Seu interesse nacional falou mais forte e demonstrou não estar fundamentado em princípios genéricos e sim em cálculos pragmáticos e frios de realismo político.

Além disso, naquelas situações pareceu estar subjacente a idéia de que a China reluta em ver implantado um sistema de segurança mundial no qual só teria um papel marginal, sem condições de adotar uma postura mais decisória. Assim, mesmo sem ir frontalmente contra os ocidentais, a RPC tentou assegurar-se uma posição independente e mais autônoma, como aliás tem sido a sua desde os tempos da ruptura com os soviéticos em 1960, quando aprendeu a lição de que alianças de segurança são essencialmente temporâneas e beneficiam, sobretudo, a parte mais forte.

Finalmente, em 3 de dezembro de 1992, a China fez coro com todos os demais membros do Conselho de Segurança, seja os permanentes seja os que ali têm participação rotativa, aprovando uma operação militar em larga escala, liderada por forças americanas, destinada a assegurar a efetiva distribuição de assistência alimentar internacional aos habitantes da Somália. Naquele caso, estava em pauta uma hipótese concreta contemplada no âmbito do chamado “dever humanitário de ingerência” em assuntos internos de um determinado país para salvaguardar a defesa de direitos humanos para um considerável contingente da população. Na Somália, justificou-se a presença de tropas estrangeiras para garantir a distribuição de ajuda alimentar a multidões famintas, que se encontravam à mercê de grupos locais com controle de certas partes do território e que desviavam a assistência externa de suas finalidades precípuas.

O fato representou um acontecimento de marca na postura diplomática da RPC, que endossou, assim, o uso de força internacional mandatada pelas Nações Unidas para executar um missão humanitária, mas violando em substância o sacrossanto princípio de não-intervenção em assuntos internos. A China não teve como fugir ao dilema e optou pelo alinhamento com o restante da comunidade internacional, que se encontrava, de fato, muito chocada com as constrangedoras imagens transmitidas pelas grandes cadeias de televisão sobre a tragédia da epidemia de fome na Somália. O representante chinês no Conselho de Segurança, embaixador Li Daoyu, procurou, contudo, matizar a posição de seu governo, ao apresentar seu voto de apoio à resolução em debate, ressaltando que “a utilização de ações militares poderia provocar efeitos adversos ao papel coletivo das Nações Unidas”. No entanto, apesar das palavras de extrema

cautela, a China não pôde deixar de demonstrar que estava efetivamente abrindo mão de alguns princípios, sobretudo o que se refere à defesa até então intransigente da não-intervenção. Mas, como será discutido a seguir, a diplomacia chinesa continuou, em outras circunstâncias menos candentes e mais afins com seus interesses imediatos, a privilegiar uma retórica bastante incisiva em prol da não-intervenção.

A RPC DIANTE DA IMPLOÇÃO DO MUNDO SOVIÉTICO

Tanto quanto pôde, ou, ao menos, para compor necessidades para seu próprio uso interno, a RPC procurou circunscrever o alcance dos eventos que culminaram com o deslocamento do poder comunista na ex-União Soviética, apresentando-os como assuntos eminentemente domésticos de um país vizinho, sobre o mérito dos quais não assiste a um Estado soberano como a China a faculdade de pronunciar-se.

Essa atitude fria e realista contrastou com as reações iniciais de júbilo mal disfarçado com que a liderança chinesa tomou conhecimento da deflagração de um golpe de Estado em Moscou em 19 de agosto de 1991, tentando reverter o processo de dissolução do regime comunista, já então com características praticamente inexoráveis. A direção comunista da RPC deixou transparecer uma certa satisfação pela possibilidade de um retorno à ordem institucional tradicional na URSS. O fato foi perceptível em comentários publicados na edição do dia 20 de agosto do *Diário do Povo*, jornal que funciona como porta-voz do Comitê Central do PCC, que falavam de uma “segunda revolução de outubro lançada pelo heróico povo soviético”. Entretanto, na medida em que se configurava o fiasco do *putsch*, os líderes chineses mostraram-se cada vez mais circunspectos e reservados.

No dia 30 de agosto, divulgaram-se com grande destaque declarações do secretário-geral do PCC, Jiang Zemin, e do primeiro-ministro Li Peng em defesa intransigente do princípio de não-intervenção em assuntos internos de outros países. Os pronunciamentos foram feitos durante as visitas a Pequim do secretário-geral do Partido de União Nacional do Sri Lanka e do ministro do Exterior do Marrocos, mas naturalmente a mensagem destinava-se a uma audiência mais ampla, procurando marcar a posição da chancelaria chinesa após os acontecimentos de 19 a 21 de agosto em Moscou.

Na primeira quinzena de setembro, o primeiro-ministro Li Peng concedeu entrevista ao semanário italiano *Epoca*, salientando que a China continuaria a seguir uma política de boa vizinhança e de amizade, com base nos cinco princípios de coexistência pacífica, independentemente das mudanças que viessem a ocorrer na União Soviética ou em outra parte qualquer do mundo. Perguntado se as transformações então em curso na URSS afetariam a China de alguma forma, Li Peng respondeu que poderia haver algum impacto, mas não muito grande. Ressaltou que as repúblicas sovié-

ticas na fronteira com a China vinham desfrutando de contatos cordiais e normais no campo do comércio e do turismo com regiões chinesas vizinhas, e que os respectivos povos mantinham boas relações.

Essas reações indicavam que a RPC tencionava resguardar seus vínculos “de Estado a Estado” com o vizinho soviético, relegando a um plano menos importante o aspecto de fundo doutrinário da composição dos respectivos governos, o que constituiria um “assunto interno” por excelência, acobertado pelo princípio de não-intervenção. Assim, a RPC teria condições efetivas de defender seus interesses nacionais específicos, sem maior preocupação de identidade ideológica ou de afinidade de opção política, diante de um país que desde o século XVII, e após sucessivas mudanças de regime, vem constituindo uma presença marcante e, por vezes, aflitiva para os responsáveis chineses (a famosa imagem do urso polar às portas do Império do Meio, segundo expressão consagrada no anedotário popular chinês). Tal princípio já pudera ser detectado desde 1989, quando a visita de Gorbachev a Pequim selou o término da ruptura sino-soviética e deu início ao que os dirigentes da RPC qualificaram como uma relação “baseada em respeito mútuo e em pé de igualdade”.

Foi também em nome dessa objetividade política que Pequim reconheceu com rapidez as três repúblicas bálticas, Estônia, Letônia e Lituânia, que em 1991 deram o sinal de partida para o esfacelamento definitivo do mundo soviético, estabelecendo com elas relações diplomáticas formais em nível de embaixada. Por certo, a preocupação maior da RPC no caso consistiu em não propiciar a Formosa a possibilidade de um trunfo diplomático de marca, que teria representado o estabelecimento pelo regime de Taipé de vínculos oficiais com as três nações independentes. O sentido de necessidade de uma ação rápida ficou ainda mais acentuado por ter Formosa tomado a iniciativa de reconhecer aqueles novos Estados no dia seguinte, 12 de setembro, à proclamação de suas independências da URSS. No episódio, a RPC demonstrou estar fazendo tábula rasa de quaisquer considerações de ordem doutrinária e ideológica, pondo em primeiro lugar seu interesse nacional.¹

¹ No entanto, as relações da RPC com a Letônia foram suspensas em novembro de 1992, por ter o governo daquele país estabelecido relações consulares com Formosa, o que, no entender de Pequim, violou os princípios fixados quando do estabelecimento de vínculos diplomáticos bilaterais, ocasião em que as autoridades letonianas reconheceram a RPC como único governo legal de toda a China, da qual Formosa constitui uma parte integrante.

Da mesma forma, a China guardou a cabeça fria e lúcida, quando ao final de 1991 a URSS foi definitivamente desagregada e surgiu a Comunidade de Estados Independentes. Em pouco tempo, Pequim estabeleceu vínculos diplomáticos formais com todas as repúblicas integrantes da CEI, manifestando ainda desejo de estimular programas de cooperação econômica e de intercâmbio técnico bilaterais. Torna-se sintomático assinalar que no decorrer das inúmeras visitas realizadas à RPC por dignitários das novas repúblicas logo após a proclamação de suas independências, bem como quando da realização de diversas missões chinesas de alto nível aos novos Estados emergentes, os responsáveis da RPC aproveitaram a ocasião para insistir sobre a natureza pragmática e utilitária de seu programa de reformas econômicas e de abertura externa adotado desde 1978, buscando, de certa forma, posicionar-se como um paradigma ou modelo de desenvolvimento original, que poderia ser adotado por aqueles novos Estados, substituindo o padrão dogmático e ultrapassado usado no tempo da antiga experiência soviética.²

No entanto, em que pese o esforço de manter posição realista e objetiva diante do novo mundo resultante da implosão da URSS, Pequim não deixou de ter motivos para inquietar-se, e, em primeiro lugar, em termos de segurança de suas regiões de fronteira. Caso as novas repúblicas ex-soviéticas não consigam estabelecer entre si um *modus vivendi* ordeiro e pacífico, eventuais conflagrações, nos moldes do que sucede na antiga Iugoslávia, trarão preocupações para os responsáveis chineses. Nessa hipótese, não seria inviável imaginar um cenário com problemas, como o aparecimento de vagas de refugiados, a presença de tropas de estado de beligerância muito próximas do território chinês e as perturbações naturais — políticas, materiais e diplomáticas — decorrentes de situações do gênero. Diante de semelhante possibilidade, o governo da RPC buscou desde cedo reforçar os sistemas de defesa na fronteira contígua às Repúblicas da Rússia, Casaquistão, Quirguízia e Tadjiquistão.

As autoridades chinesas também passaram a manter sob vigilância estrita as populações locais turcomanas, a fim de atenuar os riscos de contágio insurrecional provenientes dos povos muçulmanos vizinhos das novas repúblicas islâmicas emergentes da ex-URSS. A fronteira com a Rússia pode igualmente vir a representar um ponto vulnerável. Os limites

² Como ilustração dessa tendência, vejam-se os comentários constantes do artigo "The trend of change in the former Soviet Union and its world impact", de Xu Zhixin, *Foreign Affairs Journal*, nº 23, março de 1992, pp. 56-64.

ainda não foram definitivamente demarcados na região do rio Amour, e o assunto tem um potencial de disputa não-negligenciável, sobretudo se as autoridades russas decidirem por uma atitude menos conciliatória para com a China.

Assim, compreende-se por que, no início de 1992, se deu grande realce a um pronunciamento do secretário-geral Jiang Zemin, exortando as Forças Armadas a estarem preparadas para enfrentar situações de emergência, obedecendo fielmente às diretrizes partidárias. O líder chinês disse ser uma tarefa imperativa estruturar as Forças Armadas do país durante a nova situação. A expressão “nova situação” constituía clara referência aos acontecimentos na ex-URSS e a seu impacto no plano internacional. Destacou ainda que o preparo militar, o estudo da guerra popular aplicada às condições vigentes nos tempos atuais, bem como o desenvolvimento de contingentes de reserva das Forças Armadas deviam ser acelerados, de forma a permitir que se pudesse fazer face a qualquer emergência, salvaguardando a segurança nacional e a estabilidade social.³

Além dessas considerações, a precaução chinesa em estar alerta nestes tempos de incerteza quanto a surpresas decorrentes de acontecimentos novos, e até inusitados, em matéria de segurança ganhou uma justificação extra diante de situações originais decorrentes da possibilidade de uma crise surgida em função do arsenal nuclear existente na Rússia asiática e também devido ao fato de o Casaquistão independente ter-se tornado a quarta potência nuclear mundial, com estoques superiores aos da própria China. Relembre-se que os principais campos de provas nucleares da China situam-se em Lop Nor na região norte-ocidental do país (Xinjiang).

Segundo dados do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, a República da Rússia concentra uma importante quantidade de mísseis de médio alcance armados com carga nuclear (sobretudo os do tipo SS-20), de grande mobilidade e cujo emprego fora idealizado para as chamadas “operações táticas em teatros de guerra com afrontamento direto de beligerantes” (ou seja, não são mísseis intercontinentais — ICBM — de escopo estratégico para ataques a grandes distâncias; representam armas táticas destinadas a abrir posições para tropas combatentes na retaguarda). Em caso de guerra civil na Rússia, ou de desordens

³ Texto publicado pelo jornal *China Daily*, na edição de 4 de janeiro de 1992.

institucionais violentas ou mesmo de atos de banditismo aventureiro, a presença dessas armas passou a constituir um gravíssimo risco para toda a parte norte-oriental da Ásia, em particular para a própria China e também para o Japão e a Coreia do Sul.⁴ Embora as discussões entre Moscou e Washington para redução de arsenais nucleares já tenham, de um modo geral, trazido resultados concretos, ainda persiste uma ameaça latente com relação à parte asiática do território russo conforme anteriormente indicado.

No que se refere ao Casaquistão, seu *status* na Ásia Central e sua vizinhança imediata com a China passaram a constituir uma tema de importância e de grande interesse internacional em virtude do chamado “problema nuclear e sua eventual proliferação”. Na realidade, a Ásia Central adquiriu um maior significado geoestratégico por passar a ser uma região caracterizada como uma “vizinhança nuclear”.⁵ Ali encontram-se presentes países com arsenais nucleares ou em condições de dominar a tecnologia nuclear, inclusive para fins bélicos: a China e a Rússia possuem seus respectivos estoques de armas nucleares, bem como o Casaquistão, que seria a quarto país detentor da maior quantidade de artefatos nucleares, logo após os EUA, a Rússia e a Ucrânia. A Índia e o Paquistão reconhecem ter capacidade nuclear, podendo produzir engenhos dessa natureza.⁶

Não deve ser negligenciado o fato de haver na área um risco sério relativo à proliferação. Uma “vizinhança nuclear” também inclui uma “cultura nuclear”, integrada pelas instalações que produzem os artefatos ou destinadas à sua estocagem, pelas fábricas que operam com linhas de produção de partes avulsas, pelos laboratórios de pesquisas com considerável contingente de pessoal técnico e por uma burocracia civil e mili-

⁴ A respeito, veja-se o livro *L'année stratégique 1991 - Les équilibres militaires*, sob a direção de Pascal Boniface, Paris, Stock, 1991.

⁵ Veja-se a respeito o importante artigo: “Central Asia, where the neighbors have nukes”, de David Howell, publicado em *The Wall Street Journal*, edição de 30.01.1992.

⁶ O Casaquistão já declarou desejar desfazer-se das armas nucleares existentes em seu território. Assinou o acordo de Lisboa, de 23 de maio de 1992, com os EUA e as três outras repúblicas ex-soviéticas detentoras de arsenal nuclear, sobre o desmantelamento de sistemas estratégicos intercontinentais, seguindo os parâmetros fixados nas negociações SALT. No entanto, permanece uma grande dúvida sobre o destino efetivo a ser dado às chamadas armas táticas ou “armas de teatro de guerra”.

tar. Torna-se inviável pensar em desmobilizar todo esse complexo industrial e tecnológico a curto prazo, sendo para tanto necessários muitos anos e vastas somas de financiamento. Por isso mesmo, um dos assuntos mais discutidos hoje em dia diz respeito a uma possível proliferação nuclear “horizontal”, a que dá lugar ao surgimento de novos Estados nucleares, tendo como ponto de origem a Ásia Central.⁷ O eventual fornecimento de material ou de tecnologia nuclear, até com meros objetivos comerciais, representa hoje em dia um assunto de toda prioridade para os negociadores e os analistas de assuntos de estratégia sobre a Ásia Central.⁸

Demonstrando grande sagacidade e agudo senso político, a RPC logo reconheceu as repúblicas islâmicas recém-emancipadas do mundo soviético, estabelecendo de imediato com elas relações diplomáticas formais. No início de 1992, o então ministro das Relações Econômicas e Comerciais Exteriores, Li Lanqing, realizou visita às capitais centro-asiáticas, buscando intensificar o intercâmbio econômico e comercial com aqueles novos Estados.

⁷ Veja-se a respeito a substancial análise do assunto feita pelo ex-primeiro-ministro da França, Jacques Chirac, no artigo “Prolifération, non-prolifération, dissuasion”, publicado na revista *Politique Internationale*, nº 56, verão de 1992, pp. 9-34. Igualmente dignos de nota os artigos “Look after ex-Soviet brains”, de Tyrus W. Cobb, *International Herald Tribune*, de 07.01.1992; e “A CIA worry: sale of Soviet atom expertise”, de Elaine Sciolino, *International Herald Tribune*, de 02.02.1992. Também os chineses preocupam-se com a existência de estoques nucleares na Ásia Central ex-soviética, conforme mencionado no artigo “Disarmament not yet a reality”, divulgado pela agência Nova China em 29 de julho de 1992.

Em entrevista com o autor deste trabalho em março de 1992, o professor Geng Huichang, diretor do Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas da China, prestigiosa entidade acadêmica que também presta assistência a autoridades governamentais chinesas em matéria de planejamento de política externa, declarou que “a possibilidade de proliferação nuclear, tendo como ponto de origem os arsenais pertencentes à ex-URSS”, constituía um dos maiores riscos atuais à segurança da China. Enfatizou ser muito discutida em diversos centros de análise estratégica a hipótese de alguma arma nuclear constante do estoque da ex-URSS vir a “cair em mãos de irresponsáveis”, podendo gerar uma crise internacional de proporções alarmantes e de conseqüências imprevisíveis.

⁸ Sobre o assunto citem-se os artigos: “Nuclear proliferation will no longer be stopped”, de William Pfaff, *International Herald Tribune*, edição de 30.01.1992; “Nonproliferation had better interest you”, de Brian Beedham, *International Herald Tribune*, edição de 16.03.1992.

O objetivo chinês residiria provavelmente em transformar as vizinhas repúblicas independentes em parceiros interessados em programas de cooperação e de desenvolvimento econômico. Dessa forma, a RPC poderia afirmar sua presença na Ásia Central como um protagonista importante, estimulando o intercâmbio global na área, e ainda teria condições de neutralizar eventuais manifestações autonomistas uigurs no Xinjiang emuladas pelo surgimento dos novos Estados na região.

A luz do que precede, entende-se que o desmantelamento do sistema comunista na ex-URSS tenha constituído uma fato sério e digno de toda a atenção para os dirigentes chineses, mas não representou um impacto devastador para a diplomacia da RPC. A China durante muito tempo viveu à margem do sistema de blocos, pois, desde a ruptura com Moscou em 1960, suas relações com os países do Pacto de Varsóvia mantiveram-se no nível de vínculos estatais, sem a cobertura ideológica de uma aliança de fraternidade socialista. Alguns autores, ao fazerem o balanço histórico da bipolaridade, caracterizam o divórcio sino-soviético dos anos 1960 como o início do fim do chamado bloco socialista.⁹ De um modo geral, pode-se dizer que a China já se habituou a viver mais solta no cenário internacional, após o período curto da aliança com Moscou de 1950 a 1960, e passado o isolamento com que se defrontou nos primeiros tempos da Revolução Cultural, a diplomacia chinesa ganhou tempo e experiência para testar sua capacidade de atuação em circunstâncias não de todo favoráveis e ir tecendo uma rede efetiva de contatos com outros países, alguns de todo diferentes do modelo chinês.

Desde 1972, quando ocorreu a visita de Nixon a Pequim, e sobretudo a partir de 1978, com o início da política de reformas econômicas, a China tem agido com desenvoltura na cena internacional, multiplicando contatos oficiais e comerciais em todas as latitudes com agudo senso de defesa de seus interesses. Atualmente, Pequim regularizou seus vínculos com todos os vizinhos e vem insistindo em ampliar o processo de cooperação regional com ênfase no desenvolvimento de uma colaboração econômico-comercial mais acentuada. Exemplo disso encontra-se no esforço feito para ingressar na Conferência sobre Cooperação Econômica na Região da Ásia/ Pacífico (APEC), estabelecida desde 1989 por iniciativa australiana, e entidade à qual a China formalmente aderiu em 1992.

⁹ Como, por exemplo, Paul-Marie de la Gorce no livro *Requiem pour les révolutions*, Paris, Flammarion, 1990.

O fato de o litoral chinês, desde a cidade de Dalian até Cantão, abrigar um grande número de zonas econômicas especiais, que funcionam em estreita simbiose com a assistência estrangeira, registram alto nível de produtividade e de rendimento empresarial e apresentam-se como verdadeiras locomotivas da economia nacional, bem demonstra o anseio das autoridades chinesas de procurar uma maior integração com os grandes centros dinâmicos da região.

Havendo-se transformado agora no único remanescente comunista de envergadura, o governo de Pequim provavelmente constituirá um ponto de referência auxiliar para os poucos Estados que ainda permanecem fiéis à orientação leninista. Ponto de convergência, mas não núcleo aglutinador, porque inexistiria no momento um interesse maior — ou condições materiais efetivas — de a China posicionar-se como baluarte do comunismo ou como inspiradora de uma nova aliança entre os ortodoxos restantes da ordem socialista, todos, aliás, extremamente pobres e necessitando de uma substancial assistência externa para continuar a manter em funcionamento seus respectivos aparelhos de produção. Não seria tampouco coerente com o pragmatismo da República Popular lançar-se a essa altura em aventura internacionalista com a criação de uma matriz doutrinária rígida com amarras militares e institucionais, certamente fadada ao fracasso num mundo dominado pela configuração de poderosos megablocos econômicos e comerciais, e pela redefinição de áreas geoestratégicas de influência.

O PESO ESTRATÉGICO DA CHINA NA ATUAL CONFIGURAÇÃO MUNDIAL DE PODER

Os responsáveis chineses freqüentemente dão a entender que têm clara percepção de que a presente conjuntura mundial de poder representa um momento unipolar de supremacia americana em termos de estratégia militar e de domínio de tecnologias avançadas.¹⁰

Num primeiro exame, poder-se-ia estimar que a RPC saiu perdendo com a aceleração dos acontecimentos mundiais a partir de 1989. De fato, pouco resta hoje em dia do peso estratégico-militar da China, tão decantado na concepção prevalecente na época de Nixon/Kissinger, como integrante de uma composição triangular juntamente com os EUA e a então URSS, sobre a qual repousaria um sistema de equilíbrio de forças na Ásia e que representaria uma das vertentes da multipolaridade mundial. Mesmo contando com um arsenal nuclear autônomo, a China defronta-se com as inexoráveis realidades de seu subdesenvolvimento, de seu atraso tecnológico e de sua absoluta necessidade de modernizar as estruturas produtivas e de defesa para poder manter um perfil externo mais singularizado.

A debilidade da posição da RPC é reconhecida, de forma implícita, pelos próprios dirigentes chineses quando falam da necessidade de combater o hegemonismo exercido por um único país ou por um grupo restrito de governantes, e do perigo representado pela hipótese de as relações internacionais estarem subordinadas aos interesses de um centro decisório muito concentrado. Os chineses declaram auspiciar uma ordem mundial baseada em regras consagradas por princípios como os de autodeterminação, não-intervenção em assuntos internos e igualdade entre Estados.¹¹

Entretanto, se do ponto de vista do esquema estratégico global a China saiu menos engalanada após a derrocada comunista na Europa e na ex-URSS, seu papel estratégico ainda permanece considerável no con-

¹⁰ Nesse sentido, vejam-se os seguintes estudos publicados pela revista *Foreign Affairs Journal*: "A year of final breakup of bipolarity in the world", de Du Gong, nº 23, março de 1992, pp. 13-23, e "Visions of a new world order", de Ye Ru'an, nº 21, setembro de 1991, pp. 18-25.

¹¹ Nesse sentido, veja-se o artigo assinado pelo chanceler Qian Qichen intitulado "China's foreign policy" e publicado no nº 23, de março de 1992, da revista *Foreign Affairs Journal*, pp. 7-12.

texto asiático. No momento, Pequim já não tem condições de posicionar-se, como sempre fora de seu gosto, como “Império do Meio”, cortejado por americanos e russos em busca de equilíbrio. No entanto, considerando sua excepcional situação geoestratégica no coração da Ásia, a liderança chinesa não deve deixar de se sentir reconfortada, sabendo-se um elemento de importância no âmbito regional. O fato de a China adotar presentemente um posição moderada, apresentando-se como um integrante sério da vida internacional, interessado em participar de decisões tomadas por consenso, como na crise no Golfo, sem veleidades revolucionárias, que só colocariam em risco a segurança dos demais atores da cena mundial, atribui um valor adicional à sua atuação externa. A condição de membro permanente do Conselho de Segurança garante-lhe acesso a certas tomadas de decisão que envolvem interesses em áreas onde sua presença diplomática ainda não tem condições de se afirmar de maneira autônoma, e lhe assegura uma projeção de destaque e um papel de realce nas relações internacionais hodiernas.

Assim, ainda que relativizado seu poder individual em termos de equilíbrio de forças, a RPC tem condições de jogar com uma carta importante representada por sua considerável presença política na Ásia, onde a diplomacia chinesa encontra terreno privilegiado para desenvolver uma atuação multiforme e proveitosa diante de vizinhos com os quais Pequim se vem esforçando por tecer laços de cooperação distendidos, como o Japão, as duas Coreias, os países membros da ASEAN, as nações da antiga Indochina, a Índia, o Paquistão, o Afeganistão, sem falar das novas repúblicas emergentes do mundo soviético, em particular a Rússia. Esse papel de interlocutor participante é de particular relevância para a China na região da Ásia/Pacífico, cuja dinâmica econômica e comercial nos últimos anos garantiu àquela área a condição de um dos principais pólos de atividades produtivas no mundo moderno.

Por outro lado, o peso específico da China em termos econômicos já está bem marcado na cena regional e internacional neste final de século. Com um ritmo de crescimento médio previsto de 6% a 7% para os próximos dez anos (12,8% em 1992 e 13% em 1993, segundo estimativas oficiais), com a efetiva captação de cerca de US\$ 43 bilhões de inversões externas globais e com um comércio exterior que monta a US\$ 135 bilhões ao ano, a RPC constitui um parceiro de fôlego, cujo desempenho produtivo está associado a múltiplos interesses materiais de vulto no campo do comércio e das finanças internacionais, ligado por conveniência de transações a um grande número de atividades de poderosas firmas

multinacionais e de consórcios bancários.¹²

Existe, por conseguinte, um valor estratégico da China que não pode ser negligenciado. E tal valor tem condições de ser exponencialmente aumentado na medida em que as autoridades chinesas persistam em reafirmar concretamente, como não se cansam de fazer, sua adesão à política de abertura e de cooperação com o exterior. Ainda que a parte asiática da Rússia venha de futuro a registrar um significativo surto de expansão de atividades, com a atração de um importante fluxo de capitais e tecnologias externas para acelerar seus programas de desenvolvimento, é muito pouco provável que os inúmeros empreendimentos já implantados na China venham a ser abandonados ou que se estanque de forma súbita o volume de investimentos externos aplicados no país.¹³

COMÉRCIO EXTERIOR

	1988	1989	1990	1991
Comércio global (US\$ bilhões)	102.8	111.7	115.4	135.7
Balança comercial (US\$ bilhões)	-7.8	-6.6	8.7	12.4
Taxa de câmbio (yuan por US\$)	3.71	3.71	4.77	5.30
Percentual do comércio com relação ao PNB	27,3	26,1	31,4	36,7
Principais parceiros comerciais (percentual):				
Hong Kong	29,4	30,9	35,4	36,6
Japão	18,4	16,9	14,4	14,9
EUA	9,7	10,9	10,2	10,5

¹² Segundo o State Statistical Bureau of the People's Republic of China e o China Statistical Information & Consultancy Center, até 1991, podem ser citados os seguintes dados:

¹³ Esse ponto de vista favorável à manutenção da importância da China no mundo posterior à guerra fria foi defendido, entre outros, por Henry Kissinger; veja-se a respeito a entrevista que concedeu à revista *Politique Internationale* e publicada sob o título "Réflexions sur un nouvel ordre mondial" no nº 54, inverno de 1991/92, pp. 129-143. Cite-se ainda o estudo "The primacy of economics", de C. Fred Bergsten, *Foreign Policy*, nº 87, verão de 1992, pp. 3-24.

Além disso, a China vem procurando associar-se cada vez mais ao processo de crescimento das atividades produtivas em curso na Ásia Oriental, mediante contínua vinculação com pólos regionais dinâmicos em plena expansão, como é o caso do Japão, Coréia do Sul, Cingapura e mesmo Formosa, dos quais a China recebe capitais e tecnologia indispensáveis para seus programas de desenvolvimento. Sem falar de Hong Kong, cujo valor como centro produtor e como praça financeira de primeiro plano passou a constituir um elemento de destaque para programações econômicas não só da China, como ainda de toda a região do Sudeste Asiático.

Se a perda de valor estratégico da China em termos de defesa pôde ser de alguma medida equilibrada pelo realce de seu peso específico em termos políticos e econômicos, Pequim conta ainda com um considerável elemento de dissuasão para afirmar-se na cena mundial, ou seja, a importância de seu fator demográfico. Com efeito, a impressionante população da ordem de 1.2 bilhões de pessoas constitui algo ponderável e respeitável para os cálculos geopolíticos feitos sobre a RPC. Pequim, por certo, reconhece que tem em mãos um argumento sério quando menciona o assunto (a “bomba demográfica chinesa” citada em estudos de sinólogos categorizados). As contínuas referências dos dirigentes chineses à necessidade de manter a estabilidade do país — e, por inferência, seu sistema social e de governo — não são naturalmente dissociadas do temor que se sabe existir na região quanto à hipótese de que um número incalculável de chineses pudesse vir a se deslocar de forma não sistemática para países vizinhos ou até para áreas mais distantes.

É nesse sentido que devem ser interpretadas as freqüentes declarações dos responsáveis chineses, nas quais enfatizam que a grande contribuição do país para a manutenção de um clima de paz e tranqüilidade regional e internacional reside, sobretudo, em sua capacidade de manter-se estável. Esse ponto de vista foi destacado pelo chanceler Qian Qichen expressamente na XLVI Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, ao insistir em realçar a importância estabilizadora do atual governo chinês no contexto asiático e mundial.

Também ligada a essa argumentação encontra-se a tese sempre repisada pelos líderes chineses em favor do princípio de não-intervenção em assuntos internos, que vem sendo muito usada nos últimos tempos para diluir as lembranças dos acontecimentos em Tiananmen em junho de 1989. Para manter o país ordenado e coeso — ou “estável”, no linguajar oficial —, o regime proclama fidelidade à não-intervenção como forma de res-

guardar-se de críticas e pressões sobre a natureza do próprio sistema social, críticas que Pequim considera descabidas porque citadas fora de uma perspectiva global, não levando em conta o crucial argumento relativo à necessidade de conter uma imensa população em seus limites geográficos estritos e desfrutando de um apreciável nível de desenvolvimento material (no entanto, conforme citado antes, os responsáveis diplomáticos chineses sabem muito bem quando devem abandonar a defesa intransigente da não-intervenção, como ocorreu quando da votação nas Nações Unidas sobre o envio de forças militares à Somália).

Em análises feitas por especialistas e programadores econômicos do Japão, da Coréia do Sul e dos EUA, esse tema aparece como uma preocupação latente e muito significativa, que ganha hoje em dia maior atualidade em vista das inquietações concretas manifestadas em diversos círculos ocidentais com a possibilidade de, nos próximos anos, vir a se fortalecer a já substancial e caudalosa corrente migratória de cidadãos do Leste Europeu em busca de melhores condições de vida em centros mais desenvolvidos ou em expansão dinâmica acelerada. O número desses “refugiados econômicos” do Leste seria incomparavelmente menor ao de um eventual fluxo migratório chinês provocado pelas mesmas causas.

A RPC guarda, por conseguinte, um valor estratégico próprio e ponderável para a composição de sistemas de equilíbrio na Ásia e na região do Pacífico, apesar de haver perdido substância após os acontecimentos de 1989 na Europa Central e com a derrocada do sistema comunista na URSS. Permanece, contudo, uma considerável presença externa chinesa, que deve ser levada em conta para a elaboração de esquemas de atuação de política internacional no âmbito da nova configuração mundial de poder que se esboça.

A diplomacia chinesa nos últimos tempos vem ressaltando a necessidade da manutenção de um clima de boa vizinhança na Ásia, capaz de estimular um mais alentado fluxo produtivo das economias nacionais e contribuir para o estabelecimento de vínculos materiais importantes com base em benefício recíproco. A atuação externa da China busca impulsionar um projeto desenvolvimentista nacional, que precisa de uma retaguarda regional estável e harmoniosa para sua consecução. Assim, com o Vietname estão em curso entendimentos para a retomada das relações em bases normalizadas, já tendo sido superado o problema principal representado pela espinhosa questão do Camboja. Com a Coréia do Sul, os vínculos formais foram oficializados em 1992, embora o intercâmbio bilateral tivesse antecedido as relações políticas (o comércio sino-sul-

coreano montou a cerca de US\$ 3 bilhões em 1990, US\$ 5 bilhões em 1991, aproximadamente US\$ 10 bilhões em 1992). Com a Índia, o clima de distensão vem sendo progressivamente acentuado desde 1988, quando o então primeiro-ministro Rajiv Gandhi visitou Pequim. Com os países-membros da ASEAN, a RPC logrou instituir um fluido e efetivo sistema de relacionamento diplomático, superando, inclusive, tensões mais antigas com governos, como os da Indonésia e da Malásia, antes temerosos de uma presença chinesa mais marcante e de eventuais influências negativas da China em seu equilíbrio institucional interno.¹⁴

Na verdade, a RPC tem procurado manter-se, tanto quanto possível, em sintonia com as novas realidades internacionais. Como exemplo disso, cite-se o abandono progressivo da retórica terceiro-mundista, que tanto marcou a atuação chinesa até uma década atrás. Hoje, o discurso oficial de Pequim praticamente ignora o tema, embora não deixe de qualificar o país como em desenvolvimento e seguidor do socialismo com características chinesas (ou seja, um modelo nacional para uso próprio e exclusivo, não um paradigma para exportação). Outro fato digno de nota refere-se à preocupação chinesa em associar-se a um consenso internacional, como ocorreu na crise no Golfo. A condição de membro permanente do Conselho de Segurança confere vantagens adicionais à China, como assinalado antes, mas lhe impõe em contrapartida a conduta moderada, que vem marcando a atuação externa do país nos últimos anos.

Depreende-se, por conseguinte, que a tessitura das relações internacionais mantidas presentemente pela RPC requer uma postura de cautela e de continuada habilidade diplomática. Essa atitude difere, em substância, de uma posição crispada, ditada por medo intrínseco a um cerco estrangeiro. Os vínculos bilaterais que Pequim estabeleceu com a maior parte dos países, desenvolvidos e em desenvolvimento, a partir de 1975, e que vêm sendo em boa parte paciente e paulatinamente recompostos após os acontecimentos de Tiananmen em 1989, parecem ter amadurecido a percepção da chancelaria chinesa quanto à necessidade de ter de aceitar compromissos e acomodações com o objetivo de salvaguardar o que muitos analistas definem como a verdadeira meta da política exterior

¹⁴ As numerosas e dinâmicas comunidades chinesas no Sudeste Asiático foram encaradas como suspeitas no passado e tidas como uma “quinta coluna” potencial, operando em proveito da RPC. Hoje em dia, já se considera sob outro ângulo o papel da diáspora chinesa na Ásia, sublinhando-se seu papel de pólo propulsor de atividades e exemplo de operosidade laboriosa.

do país, ou seja, ser considerado em condições de igualdade com os principais protagonistas da cena internacional, ou, em outras palavras, uma grande potência.

Se os vínculos da RPC com os demais países, sobretudo os mais ricos, impuseram-lhe moderação, também implicaram ter de se submeter a formas de pressão continuamente renovadas. Para preservar seu intercâmbio com os EUA — fonte vital de tecnologia e investimentos, assim como mercado essencial para a absorção de boa parte de sua produção (35% das exportações) —, a China está sendo forçada a aceitar discutir temas delicados, como a proteção da propriedade intelectual, restrições à transferência de tecnologias sensíveis e, sobretudo, a questão de direitos humanos. Da mesma forma como usou de sagacidade e mesmo de oportunismo para reinserir-se no contexto mundial após as experiências dolorosas da fase de implantação do regime, a RPC vem reagindo relativamente bem às novas formas de pressão a que se vê sujeita em virtude de um maior entrosamento com a maioria dos membros da comunidade internacional. As pressões são aceitas com tranquilidade, procurando os chineses, pelo menos em aparência, diluir seus efeitos ao abrigo do princípio de não-intervenção em assuntos internos.

A intensidade e a importância das relações que a RPC mantém com o Japão, com os membros da ASEAN e com países da União Européia, bem como sua habilidosa tática empregada para desenvolver vínculos originais com os integrantes do antigo bloco comunista europeu e com as repúblicas emergentes da ex-URSS, mostram que a diplomacia chinesa apega-se à dinâmica das relações bilaterais e sabe que teria muito mais a perder do que a lucrar em caso de ruptura ou de intransigência. A arte de manter o que alguns observadores consideraram como “atos de equilíbrio diplomático” parece ter marcado profundamente a política externa da China, e, de certa maneira, preparou o país para enfrentar com fleuma as acelerações, bruscas e radicais, registradas no mundo nos últimos anos.¹⁵

Se a cadência imposta à atividade diplomática chinesa prima atualmente por um ritmo comedido e controlado, muitos observadores, no entanto, preocupam-se com as perspectivas a médio e longo prazo da política exterior da RPC, sobretudo levando em conta as inevitáveis altera-

¹⁵ Sobre o “equilíbrio” externo da China, vejam-se as observações de Paul Kennedy no famoso estudo *The rise and fall of the great powers*, Nova York, Random House, 1987.

ções que ocorrerão no aparelho nacional de poder com a mudança da velha guarda revolucionária ainda remanescente no comando de alguns setores-chaves da vida do país. O desaparecimento de Deng Xiaoping e de sua formidável força de mando no esquema institucional chinês suscita inequívocos sentimentos de dúvidas e mesmo de inquietação quanto ao futuro imediato daquele grande país.

Assim, tal qual o dragão simbólico de sua mitologia nacional, a China de amanhã pode vir a representar um fator positivo de composição harmoniosa de equilíbrio de interesses internacionais variados (seria uma hipótese comparável à imagem benfazeja do dragão tranqüilizado e dispensador de benesses às populações; o dragão imperial típico da China dinástica); mas também poderia ocorrer possibilidade menos edificante, com o cenário de um país em tumulto, dilacerado entre correntes rivais antagônicas, sem um perfil definido em termos de asserção nacional e, por isso mesmo, perigoso fator de desestabilização para seus vizinhos e para todas as demais potências com interesses na Ásia (o dragão excitado e altamente temerário, pela própria capacidade destruidora de sua potência descontrolada). O assunto vem ocupando crescente espaço entre os estudiosos de política internacional, merecendo atenta observação de que são testemunho as centenas de publicações editadas sobre as perspectivas da China de amanhã.

Na seção a seguir procurar-se-á alinhar uma série de temas, que vem despertando maior curiosidade em círculos especializados em assuntos chineses, de forma a poder traçar uma análise prospectiva com fundamento realista sobre a evolução provável da política exterior da RPC, sem os exageros e as inevitáveis distorções engendradas por um mero exercício intelectual de futurologia.

O PRESENTE E O FUTURO

A principal incógnita sobre o que vai ocorrer na China nos próximos anos, principalmente na fase imediatamente posterior a Deng Xiaoping, refere-se à qualidade da liderança que vier a se impor no comando do aparelho nacional de poder. Muito se tem falado sobre hipóteses alarmistas de embates entre grupos no interior do próprio Partido Comunista capazes de minar os fundamentos intrínsecos da República Popular e de criar um clima de caos e de desordem ainda piores e mais graves do que o registrado no início deste século, quando os famosos “senhores da guerra” mantinham controle político e militar sobre determinadas regiões, enfraquecendo o poder do governo central e engendrando situações de extrema instabilidade, que, inclusive, propiciaram avanços de potências estrangeiras no território chinês. Outra previsão menos preocupante faz projeções sobre um futuro governo da China mais concentrado em buscar prioritariamente composições internas entre as diferentes correntes existentes no interior do PCC e ainda entre os grupos de pressão, que já se mostram muito ativos, em defesa de interesses específicos, sobretudo os das províncias costeiras onde é maior o nível de crescimento econômico estimulado pelo programa de reformas.¹⁶

Há ainda antecipações mais sofisticadas, falando da emergência de composições geoeconômicas bastante originais, que iriam influir sobre o poder decisório tradicional do governo central da China. Assim, o renomado professor Robert A. Scalapino mencionou uma concepção doutrinária muito particular, indicando a pujança de “territórios econômicos naturais”, que estariam se impondo com vigor no cenário asiático. Sua menção mais explícita referiu-se às interações hoje existentes entre a província chinesa de Cantão, Hong Kong e Formosa, que já constituiriam um triângulo produtivo integrado efetivamente com base em interesses específicos e bem caracterizados. Esses “territórios naturais” representariam uma efetiva ameaça ao conceito de soberania tradicional, porque sua existência implicaria seguir uma dinâmica particular muito diversa da usualmente adotada em relações formais de Estado a Estado, apresen-

¹⁶ A esse respeito, citem-se as observações de David Backman no estudo “Preparing for the succession” publicado na revista *Current History*, vol. 90, nº 557, setembro de 1991, pp. 251-254.

tando similitude mais acentuada com o intercâmbio existente entre grandes conglomerados multinacionais hoje predominantes na economia mundial.¹⁷

Se o futuro imediato do sistema de poder político na China presta-se a interpretações divergentes e até assustadoras, outras especulações referentes a tendências, que estão se afirmando hoje em dia em política internacional, também podem vir a ter efeitos concretos sobre o perfil básico da estrutura institucional chinesa nos próximos anos. Caberia, por conseguinte, ressaltar que os conceitos teóricos sobre limitação ao princípio da soberania tradicional do Estado, princípio que é particularmente caro aos atuais dirigentes da RPC, conforme anteriormente indicado, vêm-se multiplicando desde o final da guerra fria e da bipolaridade do poder mundial, em particular depois do conflito no Golfo em 1991. Seria conveniente tecer algumas considerações gerais a esse respeito, tendo em vista o apego da liderança da RPC à regra de não-intervenção, que está sendo muito atacada presentemente por correntes influentes do pensamento ocidental mais refinado e com maiores condições de influir em assuntos do interesse de toda comunidade internacional.

Assim, já se discute abertamente sobre a necessidade de restringir a faculdade soberana nacional, por ter o mundo entrado em fase de intensa interação política e de globalização das atividades produtivas, que, segundo esse ponto de vista, imporiam limites precisos e mandatários a um controle limitativo de certos atributos mais tradicionais dos Estados, principalmente no que diz respeito à sua autonomia soberana até em assuntos internos. Além de estudos muito divulgados sobre as restrições adotadas por países plenamente desenvolvidos em suas relações de composição abrangente, como, por exemplo, a Europa Comunitária e a Associação Norte-Americana de Livre Comércio (NAFTA), que implicaram a concreta imposição de regras limitativas do poder soberano e absoluto de seus membros, está igualmente sendo muito publicizada uma extensa literatura sobre a conveniência de retificar princípios de soberania nacional, sobretudo com relação a países em desenvolvimento, cujo irredentismo ou peculiarismos exacerbados poderiam constituir o mais sério risco para uma nova ordem internacional, em que o primado da estabilidade política representaria a condição *sine qua non* para a manutenção do novo equi-

¹⁷ Sobre o pensamento do professor Scalapino, cite-se seu estudo "The US and Asia: future prospects", publicado no vol. 70, nº 5, inverno de 1991/92, da revista *Foreign Affairs*, pp. 18-40.

líbrio global entre as potências mundiais. O próprio conceito de “dever humanitário de ingerência” em assuntos internos de um determinado Estado para fazer prevalecer normas morigeradas sobre respeito a um direito humanitário universal vem-se estendendo e ganhando escopo amplo, desde sua apresentação pela França, para procurar resolver o problema de certos grupos étnicos curdos no Iraque em 1991, até a aprovação, inclusive com o já citado apoio implícito da China quando do voto no Conselho de Segurança sobre a intervenção militar das Nações Unidas na Somália em dezembro de 1992 para fazer respeitar a ajuda assistencial externa prestada às populações locais pela comunidade internacional.¹⁸

Claro está que a China não se encontra na situação do Iraque, após o conflito de 1991, nem na precária condição de verdadeira indignação da Somália ao final de 1992. As concepções doutrinárias sobre restrições ao princípio da soberania nacional e a aplicação do dever de ingerência humanitária esbarram em condicionantes políticas de vulto, só tendo sido até agora adotadas em circunstâncias muito especiais, levando em conta a fragilidade, extrema ou relativa, de um determinado país; em outros casos igualmente graves e perturbadores, principalmente no que se refere a alguns cenários de tensão exacerbada na ex-URSS, evitou-se cautelosamente invocar esses preceitos originais em direito internacional. Com muito mais razão, uma grande cautela e extrema prudência teriam de ser rigorosamente observadas, em se tratando da China e de seu perfil de todo particular no cenário asiático. No entanto, os dirigentes chineses

¹⁸ Dentre os inúmeros trabalhos publicados nos últimos tempos sobre restrições ao conceito de soberania nacional e sobre riscos representados por países em desenvolvimento à estabilidade mundial citem-se: o famoso livro *L'Empire et les nouveaux barbares*, de Jean-Christophe Rufin, Paris, J.C.Lattès, 1991; o trabalho “The G-7 1/2 directorate”, de Flora Lewis, publicado na revista *Foreign Policy*, nº 85, inverno de 1991/92, pp: 25-40, e considerado um guia prático do pensamento de importantes correntes ocidentais sobre como gerir as novas realidades do mundo posterior à guerra fria; o artigo “Redefining world power”, de William Pfaff, publicado na revista *Foreign Affairs*, vol. 70, nº 1, 1991, pp. 34-48; o texto “America as the grand facilitator”, de Alberto R. Coll, publicado na revista *Foreign Policy*, nº 87, verão de 1992, pp. 47-65; bem como o livro *La planète balkanisée*, de Yves-Marie Laulan, Paris, Economica, 1991. Citem-se ainda os trabalhos “Turn the Pentagon to international service”, de David J. Scheffer, *International Herald Tribune*, edição de 9.4.1992, e “Helpful interference: peace is not always served”, de Stephen S. Rosenfeld, *International Herald Tribune*, edição de 3.10.1992.

demonstram muito bem que têm em conta essas novas percepções sobre a condução das atividades internacionais por representantes de grandes potências detentoras do poder econômico, militar e tecnológico no mundo de hoje, e, independentemente das mudanças futuras no comando do país, não deixam de já ir preparando seus próprios esquemas de atuação preventiva diante dessas novas realidades com características tão mutáveis.

Nessas condições, compreende-se que tenham surgido notícias sobre medidas que estariam sendo tomadas, quase que às pressas, pela atual liderança chinesa com vistas a traçar uma diretriz ampla, capaz de ser mantida a médio prazo com ou sem alteração na atual cúpula dirigente. Os responsáveis de Pequim estariam preocupados com o que consideram ser uma nova vaga ocidental de contenção contra a China. Acreditariam que a guerra fria não terminou no que lhes diz respeito. Assim, a guerra fria entre Leste e Oeste pode ter acabado, mas uma outra guerra fria dos países ocidentais contra algumas regiões em desenvolvimento pode ter começado. Nesse contexto, as pressões econômicas ganham maior intensidade.

A diplomacia chinesa deveria presentemente, por um lado, observar o mundo com cabeça fria, consolidar posições, responder com calma aos acontecimentos e evitar tomar iniciativas ousadas; por outro lado, a China necessitaria empenhar-se em fazer algo para neutralizar a atual postura negativa do Ocidente. Teria partido de Deng Xiaoping o lançamento dessa política logo após a liquidação do bloco do Leste na Europa em 1990, notando uma certa hostilidade ocidental com relação à China. Segundo Deng, o Ocidente está usando questões relativas a Hong Kong, Formosa e direitos humanos para bloquear avanços chineses.

A China, ao planejar seu contra-ataque, deveria procurar explorar “contradições” entre os EUA e a Europa, bem como entre os EUA e o Japão, podendo ainda empregar os US\$ 300 bilhões previstos para estimular importações no âmbito do plano quinquenal de 1991-1995 para rebater tendências antichinesas. A China desejaria ainda ter uma certa faculdade de manipular, e de alguma maneira espicaçar, os interesses divergentes do Japão e mesmo da Rússia contra os dos EUA.¹⁹

A evolução das relações da RPC com os EUA e com a ex-URSS foi analisada em seções anteriores deste trabalho, procurando-se mostrar

¹⁹ Artigo “West accused of cold war”, de Willy Wo-Lap Lam, publicado no jornal de Hong Kong *South China Morning Post*, edição de 20.11.1992.

como, quase que por alternância, Washington e Moscou figuraram na ótica chinesa como o grande inimigo e o risco supremo à sua segurança externa. A constante menção feita pelos chineses ao princípio de combate a “hegemonismo” deve ser entendida como uma forma de defesa contra o principal adversário do momento. Assim, nos anos 1950, o uso dessa expressão representava uma referência expressa aos EUA. Nos anos 1960, hegemônicas eram as duas superpotências e os dois grandes rivais, americanos e soviéticos, da China. A partir da distensão com Washington, a ex-URSS passou a merecer a distinção de receber prioritariamente o qualificativo de quintessência do hegemonismo.

O fim da bipolaridade trouxe alterações substanciais a esse esquema de raciocínio estratégico. Agora, a China não se defronta praticamente com nenhum adversário declarado ou com um rival por excelência. No entanto, novas condicionantes e novos fatores de risco surgiram em decorrência da progressão dos esquemas de interesse em composição na cena mundial, fazendo com que a liderança chinesa se depare com situações muito particulares e de todo inauditas, desafiando sua tradicional capacidade de equilíbrio diplomático. Procurar-se-á a seguir examinar as linhas básicas gerais e as condicionantes mais originais do relacionamento da China com seus interlocutores de Moscou, Washington e Tóquio.

AS NOVAS RELAÇÕES COM O VELHO VIZINHO

De um modo geral, estima-se que o colapso soviético aumentou o nível de segurança externa da China. A Rússia de hoje deixou de ser uma ameaça imediata ao poder efetivo da RPC. Dificilmente o atual governo de Moscou, às voltas com gravíssimos problemas de reestruturação econômica e de redefinição dos termos essenciais de sua própria estabilidade interna, estaria em condições de afrontar a China ou de desafiá-la a embates políticos e militares de maior monta. A implosão da ex-URSS representou, em última análise, uma garantia extra para a China sob o ponto de vista de sua precípua segurança exterior.

Da mesma forma, o desengajamento russo de seus esquemas de cooperação estratégica com a Índia e com o Vietname também contribuiu para desafogar preocupações chinesas quanto a essas duas áreas. A aproximação indiana com os dirigentes de Moscou nos anos 1960 fora induzida pela incidência de disputas com a China sobre fronteiras na região do Himalaia; o término do programa de assistência prestada pela ex-URSS à Índia só veio realçar o peso específico da RPC no contexto regional asiático, tornando o papel de Pequim mais imponente diante dos responsáveis de Nova Delhi. Da mesma forma, a suspensão da ajuda estratégica de Moscou aos vietnamitas, e especialmente a retirada da presença russa da base da Cam Ranh muito próxima da costa chinesa, conferiu aos dirigentes de Pequim um elemento de barganha mais substancial em face da liderança de Hanói.²⁰

Se, no entanto, o inimigo de ontem esvaeceu-se, seu lugar ainda não foi ocupado pelo de um novo amigo e muito menos pelo de um aliado. A presença russa continua a representar, como no passado, um fator de grande importância para os cálculos políticos chineses, mesmo que a linha de orientação básica de Moscou para com a China não tenha sido definitivamente consubstanciada por uma ação diplomática mais concreta.

Por outro lado, a Rússia já está competindo objetivamente com a China para a obtenção de vultosos créditos e financiamentos ocidentais,

²⁰ Uma bem documentada análise sobre o novo equilíbrio estratégico entre a RPC e a Rússia encontra-se no estudo "The new relationship with the former Soviet Union", de Guocang Huan, publicado na edição especial consagrada à China pela revista *Current History*, vol. 91, nº 566, setembro de 1992, pp. 253-256.

levando sensível vantagem por dispor de um arsenal estratégico nuclear muito superior ao chinês e por estar mais próxima dos grandes centros desenvolvidos europeus, que forçosamente devem ter em conta sua potência de fato, em termos militares e produtivos, para estimular programas de cooperação, integração e assistência mais abrangentes. A Rússia aproximou-se do Ocidente, está buscando inserção em seu modelo político e econômico, e, dessa forma, uma parceria mais concreta com os interesses das grandes potências do mundo desenvolvido. Por conseguinte, no âmbito de uma análise eminentemente política, a Rússia pode muito bem estar agora trazendo o Ocidente para a fronteira imediata da China. Assim como foi dito que as diversas iniciativas geoestratégicas em curso na Ásia Central estão tendo como consequência colocar a China muito mais perto do Oriente Médio em termos geopolíticos, igualmente a Rússia mais ligada a parceiros desenvolvidos tem condições de carrear influências ocidentais acentuadas para o centro mesmo do mundo chinês.²¹

A RPC parece dar-se muito bem conta disso e vem buscando comportar-se com o novo governo de Moscou de forma bastante objetiva e interessada. O primeiro grande benefício que Pequim procurou assegurar-se referiu-se à maior facilidade atual para a compra de armas sofisticadas, sobretudo aviões Su-27 e sistemas de defesa S-300 (similares aos *Patriots* americanos), e também para a contratação de pessoal técnico russo altamente qualificado para participar de programas avançados da indústria armamentista chinesa. Essas medidas explicaram-se como necessárias para modernizar os arsenais da RPC, garantindo-lhe maior margem de manobra com relação às mudanças criadas com as novas acepções de poder bélico tornadas públicas com o conflito no Golfo em 1991 (os chineses não procuraram dissimular a atenção com que seguiram os esquemas de ação armada usados pela coligação aliada contra o Iraque, muito particularmente no que diz respeito ao emprego de material de alto conteúdo tecnológico, que redefiniram a tática militar neste final de século).²²

²¹ O artigo "Moscou normalise sa politique étrangère", de Amnon Kapeliouk, *Le Monde Diplomatique*, setembro de 1992, p. 3, comentou o alinhamento diplomático russo com o Ocidente, fazendo interessantes comentários sobre o impacto dessa postura, inclusive no que diz respeito à China.

²² O artigo "Gulf war and world military situation", de Sa Benwang, publicado em *Foreign Affairs Journal*, revista editada pelo Instituto do Povo Chinês para Relações Externas, nº 20, junho de 1991, pp. 11-19, é bem ilustrativo dessa preocupação.

Aos russos é conveniente vender armas mais sofisticadas aos chineses porque essas transações, pagas exclusivamente em moeda forte, implicam contratos altamente lucrativos no momento em que Moscou necessita, com urgência, de divisas para implementar suas reformas estruturais. Torna-se igualmente importante assinalar que, mesmo depois dessas transações, a Rússia permanece militarmente muito mais forte do que a China, devido a seu vultoso arsenal convencional ainda em operação.

Também em termos de contratos comerciais regulares, os chineses estão obtendo consideráveis lucros com a Rússia. Em vista da crise de escassez registrada naquele país, o intercâmbio de bens de primeira necessidade e de consumo durável apresenta-se florescente na áreas de fronteira sino-russa. A China está-se tornando um fornecedor importante para o consumidor russo, cujo abastecimento de produtos chineses é assegurado não só por operações ordinárias entre centros de compra e venda tradicionais, como ainda por centenas e centenas de particulares russos que diariamente enchem os mercados das grandes cidades do norte da China, levando consigo verdadeiros comboios de mercadorias para operações diretas em circuito informal de distribuição.²³

Politicamente, a China assumiu um papel regional de destaque mais significativo diante da Rússia, mormente em função de seu intenso programa de intercâmbio com os países asiáticos, com todos os quais já

²³ O comércio entre a China e a ex-URSS passou de US\$ 1.2 bilhão em 1985 para US\$ 6 bilhões em 1991, de acordo com fonte oficial chinesa. No momento em que está sendo finalizada a redação deste trabalho, ainda não foram divulgados dados oficiais sobre o intercâmbio específico entre a RPC e a Rússia depois da desagregação do bloco soviético.

Em Pequim, o autor deste trabalho pôde testemunhar a verdadeira avalanche de compradores russos em mercados e lojas, que vendem artigos de primeira necessidade e gêneros alimentícios. Na estação ferroviária, os trens que partem na rota para a Rússia mais parecem caravanas, com os passageiros transportando quantidades impressionantes de mercadoria (os números cifram-se em toneladas); ao que consta, esses bens são vendidos nas próprias janelas dos comboios durante a viagem e os vendedores nem desembarcam em Moscou, voltando imediatamente à China para novas compras e transações. Existe todo um sistema paralelo de apoio logístico a essas viagens de abastecimento, com cambistas, carregadores, fornecedores, hoteleiros, proprietários de restaurantes e ajudantes improvisados, formando uma parafernália colorida, barulhenta e numerosa em ambiente, por vezes, alucinante e quase surrealista de comércio informal. Os lucros mensais dos operadores chineses são estimados em centenas de milhares de dólares.

normalizou suas relações oficiais, e muito em particular devido a seus importantes vínculos com o Japão. Moscou e Tóquio ainda não conseguiram adotar uma mesma linha de sintonia, permanecendo muito viva a polêmica sobre as ilhas Curilas, cuja recuperação é considerada matéria política fundamental pelas autoridades nipônicas para implementar quaisquer novos projetos de cooperação mais alentados com os russos. Como Pequim já logrou estabelecer um relacionamento muito distendido com o governo de Tóquio, não se torna impossível imaginar que viesse a ser articulada uma fórmula ampla de composição de interesses, onde os bons ofícios chineses teriam serventia para a Rússia e o Japão na busca por um equilíbrio de aspirações na Ásia Norte-Oriental.²⁴

Igualmente na península coreana parece estar havendo condições para uma convergência de interesses entre russos e chineses. Pequim e Moscou acabaram de normalizar suas relações com Seul, estando ambos muito empenhados em atrair capitais e tecnologia sul-coreana para seus respectivos programas de expansão econômica. Tal fato, por certo, desperta uma considerável frustração para os governantes da Coreia do Norte, que vêm seus antigos grandes aliados cortejando sem cerimônia seu inimigo de sempre. Devido à conhecida imprevisibilidade de Pyongyang em assuntos de segurança mais complexos e mesmo a uma certa falta de tato norte-coreano em matéria de política internacional, não se afigura descabido que a RPC e a Rússia venham futuramente a conjugar esforços para pressionar o governo de Kim Il Sung à adoção de posturas mais condizentes com as realidades do mundo de hoje e com o clima geral de distensão posterior à guerra fria. Além disso, Moscou e Pequim têm interesse efetivo em neutralizar a alardeada capacidade nuclear da Coreia do Norte, a fim de abortar a eclosão de uma crise de proporções incalculáveis na península provocada por alguma ação menos avisada da liderança de Pyongyang.

Na Ásia Central, também esboça-se uma coincidência de objetivos russos e chineses, ambos interessados na manutenção de um clima de estabilidade regional para impedir a emergência de focos de tensão mais sérios, alimentados por rivalidades étnicas, religiosas e políticas, muito próximos de seus respectivos territórios nacionais. A Rússia já tem uma

²⁴ Relembre-se que a visita de Gorbachev a Tóquio em 1991 não trouxe os resultados esperados em termos de maior entrosamento econômico devido precisamente à persistência do diferendo a respeito das ilhas Curilas, assunto que iria provocar ainda o cancelamento da viagem de Boris Yeltsin ao Japão em 1992.

presença militar mais tradicional na área e vem sendo chamada a atuar em crises locais como um fator de estabilização, a exemplo do que ocorreu no final de 1992 no Tadjiquistão, quando se verificou luta armada entre facções rivais em disputa pela titularidade do poder. Naturalmente, a RPC deve ver com cautela os exercícios armados russos na região, mas sob um ponto de vista bem objetivo Pequim não teria como desaprovar um envolvimento circunscrito de forças de Moscou para resguardar a estabilidade da área como um todo, fato que representa um elemento importante, inclusive para que os próprios chineses continuem a preservar um ambiente geral de ordem em sua sensível região do Xinjiang.

Finalmente, a China já vem atuando com grande desenvoltura e agressividade no rico pólo dinâmico da Ásia-Pacífico, multiplicando seus contatos políticos e econômicos e procurando firmar-se como um grande parceiro regional naquela área onde a pujança das atividades produtivas tornou-se uma marca registrada na cena mundial. A Rússia ainda está bastante alijada desse fluxo progressista de crescimento, embora tenha, por diversas vezes, manifestado intenção de vir a associar-se aos diversificados e sofisticados esquemas de cooperação e integração desenvolvidos pelos países regionais. A área do Pacífico pode transformar-se em mola propulsora de um processo de efetiva exploração dos numerosos recursos naturais da Sibéria Oriental, acrescentando uma nova vertente dinâmica às atividades em curso e em plena expansão de todo o perímetro que vai do triângulo integrado por Dalian, na costa chinesa, Seul e Tóquio até a Austrália e a Nova Zelândia.²⁵

Os pontos de convergência de interesses russos e chineses acima sumariamente descritos não esgotam a pauta de discussões bilaterais sobre temas importantes. Há outros aspectos significativos a considerar a respeito de certos assuntos em que a RPC e a Rússia podem ter apreciações divergentes. Mencione-se inicialmente o empenho de Moscou em associar-se a projetos americanos para a constituição de um sistema internacional de defesa antimísseis, conjugando recursos materiais e técnicos dos

²⁵ O assunto relativo à eventual integração da Sibéria Oriental no fluxo dinâmico de atividades da área do Pacífico foi abordado em diversas reportagens recentes publicadas pela imprensa internacional, valendo citar: "Russian Far East warms to neighbors" referente a declarações do ministro do Exterior da Rússia, Andrei Kozыrev, *International Herald Tribune*, edição de 27.7.1992; "In Moscow they see many Asias", de Leszek Buszynski, *International Herald Tribune*, edição de 24.10.1992; "As Russia crumbles, its Far East starts to tilt toward Asia", de Margaret Shapiro, *International Herald Tribune*, edição de 24.11.1992.

antigos rivais da época da guerra fria com o objetivo de deter e conter países que disponham de arsenais de mísseis e de estoques nucleares, e que possam vir a ser considerados um risco sério à segurança internacional. A China encontra-se excluída desses projetos e vê na hipótese uma possibilidade de ação externa conjunta contrária a seus interesses específicos.²⁶

Além disso, as seguidas negociações entre Washington e Moscou sobre redução de estoques nucleares apresentam condições de eventualmente transformarem-se em iniciativa conjunta para pressionar a China a também reduzir seus arsenais em nome da manutenção de um clima de maior estabilidade externa. Igualmente a destacar que Moscou pode muito bem vir a adotar em futuro próximo uma postura mais próxima da dos países ocidentais com relação à questão de defesa de direitos humanos, tema que tem constituído a ponta de lança de investidas e de invectivas dos grandes países democráticos contra o atual governo chinês. A Rússia em fase de democratização progressiva tem condições de vir a ser apresentada como um paradigma potencialmente digno de emulação por setores insatisfeitos da sociedade chinesa neste delicado período em que o edifício institucional da RPC defronta-se com pressões e exigências de modernização em decorrência da própria política de reformas econômicas adotada desde 1978 e cujos efeitos, cedo ou tarde, vão se manifestar de forma incisiva.²⁷

De um modo geral, do que foi exposto depreende-se que a agenda de discussões entre a RPC e a nova Rússia já tem um importante número de assuntos de destaque, que merecem consideração especial. Como vão

²⁶ Sobre o assunto, citem-se os interessantes artigos assinados por Joseph Fitchett e publicados pelo *International Herald Tribune* nas edições dos dias 9, 10 e 11 de março de 1992, sob os títulos de "Specter of instant powers haunts post-Soviet world", "Atomic weapons: might security lie in proliferation?" e "Proposed global missile shield can track anything, but lacks political vision". A matéria menciona o projeto denominado "Global protection against limited nuclear strikes" (GPALS), baseado em sistema de detectores convencionais destinados a interceptar mísseis e que representaria uma versão mais modesta do sistema de defesa "Star Wars", objetivando impedir que países instáveis que disponham de armamento nuclear possam usar esses artefatos contra alvos ocidentais e russos.

²⁷ Essa opinião foi defendida pelo ex-presidente Richard Nixon no artigo intitulado "The West will pay if Boris Yeltsin fails", *International Herald Tribune*, edição de 20.11.1992, dizendo que um regime de Moscou integrado plenamente à economia de mercado e funcionando em moldes democráticos servirá de exemplo para a China e outras ditaduras espalhadas pelo mundo.

evoluir as relações bilaterais e como vai se estabelecer um novo equilíbrio entre os dois grandes países vizinhos constituirá, sem dúvida, um ponto de grande interesse para toda a análise de política internacional neste final de século.

Em 17 de dezembro de 1992, Boris Yeltsin desembarcou em Pequim para uma visita oficial de três dias à RPC, a primeira viagem de um presidente da Rússia em território chinês. A missão teve de ser encurtada de um dia, em vista das dificuldades políticas registradas em Moscou para a formação de um novo governo. Na capital chinesa, Yeltsin foi muito festejado pela cúpula dirigente da RPC, mormente porque enfatizou propósitos tendentes a marcar uma nova era nas relações bilaterais. Ao contrário do que aconteceu quando da permanência de Gorbachev na China em 1989, Yeltsin não se defrontou com multidões de manifestantes nem com um clima inusitado de agitação popular. Sua visita caracterizou-se por um estrito sentido protocolar e por grande formalismo.

Na ocasião, foram assinados cerca de 23 acordos de cooperação sobre setores variados, destacando-se, contudo, os relativos à energia nuclear e à colaboração no âmbito militar. Segundo comentários de analistas abalizados, a Rússia teria demonstrado grande interesse em vender à China considerável quantidade de armamento mais sofisticado do tipo que os chineses tiveram dificuldades de adquirir de países ocidentais devido às restrições quanto a fornecimento de material bélico ao regime de Pequim depois dos eventos de 1989. Também foi abordada a questão de fronteiras, ressaltando-se que as discussões sobre o traçado definitivo das áreas lindeiras estavam em fase bastante avançada. O documento mais importante firmado durante a visita referiu-se a uma declaração conjunta, segundo a qual os dois países manifestaram objetivos de desenvolver relações de amizade e de boa vizinhança. Muito menos do que uma aliança e do que um entendimento para ações conjuntas, o texto salientou, contudo, que um clima de maior distensão e de progressiva adoção de medidas de confiança prevaleceria doravante entre as duas capitais. Alguns analistas mais irreverentes chegaram a comparar o documento a um “pacto de não-agressão” transposto para uma linguagem protocolar diluída.²⁸

Ficavam, assim, consagradas as tendências enunciadas desde o perí-

²⁸ Veja-se a respeito o artigo assinado por Lena H. Sun e intitulado “For Moscow, a “new stage” with Beijing”, publicado na primeira página do *International Herald Tribune*, edição de 19.12.1992.

odo da visita de Gorbachev a Pequim no sentido de conferir normalidade institucional às relações entre os dois vizinhos com base “em igualdade de tratamento e em nível de Estado a Estado”, sem qualquer conotação mais particular sobre afinidades ideológicas ou doutrinárias; apenas ênfase sobre convergência de interesses nacionais. Naturalmente, as perspectivas abertas necessitarão ainda de um espaço de tempo conveniente até que resultados mais concretos venham a ser de fato alcançados. Não deixou, contudo, de constituir uma certa ironia histórica que a RPC pudesse apresentar-se diante da Rússia pós-soviética de Boris Yeltsin como um modelo bastante bem-sucedido em termos de reformas econômicas, em postura diametralmente diversa da assumida por Mao Tsé-Tung em Moscou 43 anos antes. E também não passou despercebido que os dois antigos campeões da causa do comunismo internacional estivessem face a face, defendendo modelos de organização econômica e mesmo política, no caso específico da Rússia, inteiramente diversos dos preconizados pela ortodoxia leninista. Mudaram os fundamentos do poder e até o regime de Moscou; permaneceram, contudo, os interesses dos Estados.

A PRESENÇA AMERICANA DE ONTEM E DE SEMPRE

Se as relações com o grande vizinho russo e com o ex-aliado dos tempos da proclamação da República Popular registraram alterações substanciais em decorrência das imposições da evolução política global, o tipo e o nível de contatos mantidos entre a RPC e os EUA também vêm acusando sensíveis modificações. Poucas vezes na história das relações internacionais registrou-se uma forma tão interessante de atração e repulsão sucessivas como a que vem ocorrendo há muitas décadas entre Pequim e Washington. De um lado, a China vê nos EUA, sobretudo na segunda metade deste século, uma imagem muito próxima da que foi essencialmente a sua durante tempos imemoriais, ou seja, a de uma potência de fato, reconhecida como tal e em condições de fazer-se respeitar como grande protagonista mundial, muito ciente de seu valor ponderável único na cena internacional. Os EUA, por sua vez, nunca deixaram de considerar a China sob uma perspectiva muito particular, reconhecendo suas debilidades intrínsecas mas também não escondendo boa dose de admiração por um país cuja história acaba por se confundir com a da própria humanidade. Essa curiosa dicotomia básica bem como o fascínio recíproco mesclado de intensa curiosidade e de igual desconfiança já foram muito bem assinalados por diversos estudiosos da problemática sino-americana, que consideram o fato uma característica essencial da relação de amor e ódio que, por alternância, vem marcando a evolução dos contatos entre os dois países.

Desde os tempos da decadência imperial e das incertezas dos primórdios da era republicana, os EUA manifestaram pela vida chinesa uma atenção particular, muitas vezes eivada com rasgos de acentuado simplismo de interpretação ou até com benévolo, mas por vezes canhestro, desejo de fornecer um exemplo a ser emulado. A impressionante quantidade de trabalhos feitos sobre a China de fontes americanas ilustra perfeitamente o interesse intelectual global que o tema chinês desperta nos EUA. Embora um considerável número de peritos americanos tenha dispendido muito tempo e disposição em busca de soluções para o enigma chinês, vez por outra despontam posturas e posicionamentos que indicam muito bem não terem sido de todo absorvidos os peculiarismos de um povo e de uma civilização habituados a conviver por milênios com

regras específicas de ordenamento político e social radicalmente diversas das prevalentes no resto do mundo. Não raro, essa falta de sintonia chega mesmo às raias do anedótico.

Por outro lado, a China sempre manteve uma atitude de constrangido respeito, também mascarado de certa altivez circunstancial, para com um país que vem refletindo todas as benesses de um comportamento continuamente calcado pela absorção natural de regras de modernidade tão auspiciadas pela mentalidade chinesa, mas cuja adoção efetiva vem-se mostrando tão difícil de materializar. Poucos exemplos estrangeiros impressionaram tanto os chineses quanto o americano, em especial o “American way of life” com seu cintilante pragmatismo objetivo, mas igualmente raros foram os países tão denegridos pela China oficial e apontados como exemplo de venalidade banal e de incoseqüência como os EUA. Conforme já citado antes, a expressão hegemonismo, e a necessidade de combatê-lo, foi por bastante tempo usada pelos chineses com menção expressa aos americanos.²⁹

Exemplo flagrante desse fenômeno pôde ser observado quando a grande cobertura dada pela mídia internacional aos acontecimentos de Tiananmen em 1989 acentuou aspectos negativos sobre a China, que os EUA virtualmente ignoraram, ou fizeram questão de ignorar, durante toda a década de 1980. Muitos americanos redescobriram, então, o aspecto opressor do comunismo num país em que, apressadamente, julgaram estarem sendo realizadas reformas segundo a imagem da América. A essa reação de repúdio dos americanos os chineses opuseram clamores sobre interferência descabida em seus assuntos internos, acusando o Ocidente, e os EUA em particular, de hipocrisia e hegemonismo.

Por isso mesmo, entende-se que em tempos de grandes mutações globais e de redefinições estruturais de equilíbrio de forças, como vem sendo precisamente o caso na última década deste século, as relações sino-americanas estejam refletindo uma fase de certa perplexidade e fluidez quanto a objetivos maiores a longo prazo. Exemplo disso está bem patente em análises sérias e elaboradas feitas recentemente em círculos políticos e intelectuais altamente categorizados dos dois países.

²⁹ A respeito das flutuações no emprego do conceito de potência hegemônica por fontes oficiais da RPC, o livro já mencionado *Problems in international strategy*, de Chen Zhongjing é muito ilustrativo, sobretudo porque a “evolução” do conceito recebeu explicação ou “interpretação dialética” de uma personalidade, como Chen Zhongjing, que representou a fina flor do sistema de poder da China Popular.

Assim, alguns analistas consideram que a China, ao final do período de guerra fria, apresenta-se como um integrante mais independente de um complexo equilíbrio de poder mundial. Os EUA deveriam, em consequência, restringir programas amplos de cooperação militar, já que não mais precisam do apoio tático chinês contra o antigo inimigo soviético, podendo, contudo, estimular um diálogo mais intenso e de alto nível com Pequim sobre assuntos de segurança geral e regional. Caberia ainda chamar a China a cooperar mais ativamente em efetivos programas para conter a proliferação de armas de destruição maciça. A política de segurança dos americanos para com a RPC deveria, segundo essa perspectiva, insistir em controle e limitações de armamentos e não-proliferação nuclear. Devido a vendas de mísseis ao Paquistão, e à Síria, e ao Irã, Washington teria de reconhecer que Pequim já constitui um ator na política do Oriente Médio há mais de trinta anos.³⁰

Outros analistas buscam defender a tese segundo a qual o papel da China no mundo perdeu substância, sobretudo com o fim da bipolaridade e com a mudança do paradigma nas relações internacionais, privilegiando agora temas econômicos sobre assuntos de segurança. Nesse sentido, há quem fale de novo triângulo de poder, integrado pelos EUA, Japão e Europa Comunitária, excluindo a China do esquema. Segundo esse ponto de vista, a RPC com seu vasto mercado e abundante mão-de-obra deve tender a ser parte de uma economia da Ásia — Pacífico dominada pelo Japão e não um centro independente de poder.³¹

Outras interpretações refletem pontos de vista mais imprecisos, destacando que o grande objetivo da política americana para com a RPC deveria simplesmente restringir-se à eliminação do comunismo. No entanto, o futuro da China eventualmente fora do sistema comunista pode vir a ser bem sombrio; o comunismo tenderia a terminar, mas não a curto prazo e talvez mesmo em clima de caos. Nessa conjuntura de desordem, o Japão e a Rússia encontrariam condições, ou mesmo ressentiriam a necessidade, de intervir, o que provocaria uma reação americana, criando

³⁰ Veja-se a esse respeito as minuciosas observações feitas por Harry Harding no livro *A fragile relationship: the United States and China since 1972*, Washington, Brookings, 1992. Também a citar o trabalho “The new nuclear threat”, de John M. Deutch, *Foreign Affairs*, vol. 71, nº 4, outono de 1992, pp. 120-134.

³¹ Essa idéia foi defendida por Lester Thurow no livro *Head to head: the coming economic battle among Japan, Europe and America*, Nova York, William Morrow and Company, 1992.

um clima de acentuada fricção e de rivalidades potenciais importantes.³²

Entretanto, se o comunismo vier a se dissolver, sendo substituído por um sistema mais pragmático, embora autoritário, mas dedicado à modernização econômica, um equilíbrio relativo teria condições de se materializar, não implicando risco grave para os interesses americanos mais imediatos. Assim, a liderança chinesa tenciona, e procurará por todos os meios ao seu alcance, preservar o regime, pressupondo que o comunismo na RPC poderá evitar o destino do comunismo europeu, combinando rigidez política com prosperidade econômica. É nesse sentido que o professor Robert Scalapino fala da emergência de um possível "pluralismo autoritário" no futuro chinês, aliando um sistema político autoritário, não necessariamente de todo comunista, com uma crescente influência de diversos setores da sociedade civil e uma economia com regras de mercado.

Samuel Huntington, de certa forma, seguiu um raciocínio paralelo, considerando que a tomada do poder pelos comunistas nos países do Ocidente foi rápida e brusca, ao passo que no Oriente obedeceu a um processo de paulatina efetivação sustentado por bases revolucionárias mais sólidas e motivadas. A queda do regime poderia seguir parâmetro simétrico: no Ocidente o comunismo morreu por colapso, e no Oriente poderia vir a ser diluído progressivamente pela incorporação de novos elementos ao sistema de poder, sem repudiar de imediato e frontalmente os antigos fatores comunistas.³³

Finalmente, certos autores salientam de forma judiciosa que as relações dos EUA com a China são muito melhores do que Washington e Pequim publicamente aceitam admitir. Demonstrando um grau de realismo sem precedente na longa história das relações sino-americanas, as duas partes vêm periodicamente mantendo no decorrer dos últimos anos discussões francas, se não amistosas, sobre uma variada gama de assuntos. Essa relação estaria dando sinais de grande resiliência.³⁴

Conforme anteriormente assinalado, pensou-se que o fim da guerra fria diminuía a importância do relacionamento sino-americano. Tal fato,

³² Veja-se a respeito o trabalho *China in our time*, de Ross Terrill. Nova York. Simon & Schuster. 1992.

³³ Vejam-se essas observações no livro *Political order in changing societies*. Nova Haven. Yale Univesity Press. 1968.

³⁴ Um dos textos mais interessantes e lúcidos, expondo esse ponto de vista, consta do artigo "China and America: the resilient relationship", de Steven I. Levine, publicado pela revista *Current History*, setembro de 1992, vol. 91, nº 566, pp. 241-246.

contudo, não parece se coadunar com a realidade. Depois da fase de triangulação de poder dos anos 1970, os dois países defrontam-se agora com um novo quadro de imponentes desafios relativos à segurança internacional, proteção do meio ambiente, comércio, desenvolvimento e direitos humanos. Esses assuntos globais não podem ser encaminhados sem a participação chinesa. Seria, portanto, a descartar que se venha a tratar a China como um pária, ou pior, como um ator internacional marginal. E os EUA nem estariam em condições de lutar pelo rebaixamento da China porque seus interesses econômicos em jogo são consideráveis. O intercâmbio comercial sino-americano passou de US\$ 5.4 bilhões em 1981 para US\$ 20 bilhões em 1990; a China manteve um superávit de US\$ 13 bilhões em seu comércio com os EUA em 1991. Os investimentos americanos na China totalizaram US\$ 4.4 bilhões em 1990. O centro de gravidade da relação bilateral, por conseguinte, mudou de um enfoque predominantemente estratégico para um marcadamente econômico.

Nessas condições, haveria necessidade de repensar o relacionamento sino-americano em bases mais concretas e imediatas, levando em conta três fatores essenciais: uma reavaliação estratégica, uma nova ênfase sobre assuntos econômicos e a emergência de uma agenda incluindo temas relativos a direitos humanos. Realisticamente, a China é um país em desenvolvimento, mas em termos geopolíticos trata-se de uma potência regional com capacidade nuclear, cuja influência externa extravasa a área restrita da Ásia.

Apesar do empenho da China em resguardar sua identidade própria e suas tradições nacionais, a cultura americana e do Ocidente em geral já vem fazendo sensíveis avanços no mundo chinês: todos sabem o que é a Coca Cola, e muitos a consomem com prazer; mesmo no país considerado um dos templos sagrados da gastronomia mundial, o McDonald's de Pequim é o maior do mundo, estando sempre cheio, e imaculadamente limpo; lojas da Benetton, discos de Michael Jackson e Madonna, filmes de Fassbinder ou os estrelados por Gérard Depardieu chegam ao público chinês, assim como novelas brasileiras (Lucélia Santos é uma das estrangeiras mais conhecidas na China, e sua *Escrava Isaura* foi vista por cerca de 600 milhões de telespectadores chineses). Os estudantes chineses no exterior tornam-se mais cosmopolitas e mais sofisticados intelectualmente, e, portanto, mais abertos a influências culturais amplas.

Hoje em dia, muitos discutem a delicada equação de como conciliar preocupações americanas por direitos humanos e democratização na China com a consecução de objetivos de política externa. Apesar da retórica

oficial chinesa, tentando fazer passar o assunto como de sua alçada interna exclusiva, a questão dos direitos humanos já entrou de fato na agenda bilateral sino-americana. No mundo tornado progressivamente mais interdependente pelas comunicações e sistemas de informações globais, por redes financeiras e por valores universais, nenhum país poderia mais ficar escondido atrás de fronteiras nacionais herméticas, alegando ser de sua competência única a forma pela qual dispõe de suas relações sociais.

Pressionado por congressistas a condicionar a concessão de tratamento tarifário preferencial a produtos chineses em troca de maior respeito por regras de direitos humanos, o ex-presidente Bush alegava que a suspensão do benefício aduaneiro iria, na prática, prejudicar o setor não-estatal da economia da China e os investimentos americanos no país, sem fazer com que Pequim aceitasse as condicionantes impostas. O grupo ativista “Asia Watch” sugeriu que os EUA escolhessem cuidadosamente seus alvos na campanha em prol de direitos humanos, penalizando com taxa extra as importações da China procedentes de setores estatais. Esse ponto de vista foi parcialmente adotado pelo presidente Bill Clinton quando de sua posse em Washington. Entretanto, em maio de 1992, a administração Clinton prorrogou por mais um ano a concessão do benefício alfandegário mais favorecido às vendas chinesas no mercado americano, alegando, como outrora fizera Bush, a necessidade de manter um nível de equilíbrio na produção corrente da RPC e de não estremecer ainda mais os vínculos de Pequim com os grandes centros defensores de valores de direitos humanos.

Os chineses, por sua vez, manifestam receio e inquietação pelas influências ocidentais por meio de campanhas contra “o liberalismo burguês” e contra os riscos de uma “evolução pacífica” desfavorável ao regime comunista.³⁵ Nesse sentido, em fevereiro de 1991, circularam notícias

³⁵ Os chineses consideram “evolução pacífica” uma tática particular e sub-reptícia empregada pelo Ocidente para desestabilizar e subverter regimes comunistas, infiltrando naquelas sociedades a ideologia política liberal e padrões de costumes avançados. Dessa forma, viria a ser semeado o descontentamento social, o desafio à autoridade incontestável do Partido Comunista e à liderança política tradicional. O sistema comunista estaria, assim, em condições de ser transformado “de dentro”, minado por forças internas em ebulição, que contariam com o contínuo apoio externo do Ocidente. Na ótica chinesa, o que ocorreu na Europa de Leste e na ex-URSS representaria a própria definição do *modus operandi* da “evolução pacífica. Sobre esse tema, cite-se ainda o ilustrativo artigo de David Scheffer “Chinese leaders’ view of the world needs adjusting”, publicado no *International Herald Tribune*, edição de 12.12.1991.

sobre um relatório preparado pelos serviços estratégicos chineses, alertando que, depois da guerra no Golfo, os EUA estariam muito empenhados em levar adiante um projeto de supremacia mundial. Já tendo descartado de vez a concorrência do antigo rival soviético, os americanos procurariam confirmar sua ascendência sobre assuntos estratégicos internacionais, buscando, em particular, neutralizar o poder de reação da China. A melhor forma para tornar inócuo o regime comunista da RPC consistiria em forçá-lo a uma considerável abertura política e a uma grande democratização, com o que viria a ser liquidada a ascendência do PCC sobre a vida institucional chinesa, abrindo as portas para uma alternativa ocidentalizante, que englobaria toda a China.³⁶

No entanto, apesar dessas precauções, verdadeiras ou supostas, nenhum responsável chinês procura minimizar a importância do relacionamento bilateral sino-americano. Muito pelo contrário, freqüentemente a liderança chinesa insiste sobre a necessidade de desenvolver e aprimorar os vínculos políticos, econômicos e estratégicos com os EUA, ressaltando propósitos expressos de obrar nesse sentido. São igualmente comuns conferências e seminários especiais realizados para aquilatar o grau de evolução do relacionamento bilateral sino-americano, cuja importância nunca deixa de ser sublinhada, às vezes de forma até redundante.³⁷

³⁶ Essas diretivas teriam sido apresentadas por He Xin, um dos principais assessores do primeiro-ministro chinês, e circularam entre altos dirigentes da RPC durante a fase de conflito no Golfo, segundo notícia comentada na edição de 27.2.1991 do *Foreign Broadcast Information Service, China: Daily Report*. O *International Herald Tribune* e o jornal de Hong Kong *South China Morning Post* igualmente divulgaram em suas edições de 28.10.1991 matérias a respeito, sob o título, respectivamente, de "Chinese leaders, in secret study, agree to maintain one-party rule" e "Iron wall urged to keep out West". Em 28.9.1991, o secretário-geral do PCC, Jiang Zemin, em discurso, que foi divulgado por toda a mídia chinesa, durante cerimônia comemorativa dos cem anos de nascimento do grande escritor Lu Xun, também mencionou expressamente que "forças internacionais hostis não sustaram tentativas de fazer avançar a evolução pacífica; essas forças representam uma ameaça direta à nossa independência, soberania e política de reformas". Ainda sobre o tema, veja-se a substancial análise feita no artigo "Chinese foreign policy: the diplomacy of damage control", de John W. Garver, *Current History*, vol. 90, nº 557, setembro de 1991, pp. 241-246.

³⁷ Em junho de 1992, a prestigiosa Academia de Ciências Sociais, grande centro político e acadêmico da RPC, organizou um simpósio especial para analisar o papel dos EUA no mundo ao término da guerra fria e para examinar como as relações sino-americanas estariam enquadradas no novo contexto geoestratégico e geoeconômico internacional. Diversos expositores ressaltaram a necessidade de

É natural que os chineses procurem compor um esquema de cooperação mais distendido com os americanos. Os EUA têm sido o principal motor do crescimento econômico na Ásia Oriental nas últimas duas décadas, devido a seu papel de mais importante mercado para as exportações de quase todos os países da área, inclusive a China, cujo superávit comercial com os americanos montou a nada menos do que US\$ 13 bilhões em 1991. Além disso, torna-se fundamental para a liderança de Pequim contar com a boa vontade de Washington no encaminhamento das negociações tendentes a fazer a RPC retomar um assento no GATT.

No mundo cada vez mais marcado pelo papel de relevo das composições econômicas de grande vulto, a China só teria a perder, caso viesse a se encontrar em posição marginalizada ou hostilizada abertamente pelos EUA. As resoluções adotadas durante o 14º Congresso do PCC, realizado em outubro de 1992, preconizando uma aceleração substancial do programa de reformas econômicas e de abertura externa, podem ser interpretadas nesse sentido, da mesma forma que as previsões de dispêndio de aproximadamente US\$ 300 bilhões com importações no período do plano quinquenal de 1991/95 parecem igualmente confirmar o propósito chinês de buscar um contínuo entrosamento em termos de composições econômico-comerciais com o Ocidente, e com os EUA em particular.

Aliás, ao discursar no Seminário de Davos, no início de 1992, diante da *crème de la crème* da alta finança e do *big business* internacional, o primeiro-ministro Li Peng não procurou ser elíptico nem reticente quanto ao desejo da China de estar continuamente em associação com os grandes tenores da economia mundial.³⁸

Os EUA, por sua vez, também reconhecem a importância da China e, apesar das diatribes oficiais de quando em vez registradas, sabem dar o

um diálogo contínuo com o interlocutor americano. sendo a destacar a intervenção do professor Zhou Jirong, que, com muita lucidez, esclareceu que as relações bilaterais talvez não mais possam voltar aos níveis existentes antes de 1989, mas que não haveria razão para um pessimismo exagerado, já que uma parceria sino-americana ainda seria necessária em termos de resolução de conflitos regionais, proteção ambiental e atuação conjunta nas Nações Unidas.

³⁸ Os responsáveis chineses possuem uma percepção muito aguda do predomínio que as relações econômicas passaram a ter em termos de exercício e afirmação de poder na cena mundial. Pode-se facilmente detectar esse sentimento pela leitura do trabalho "The historical transition of the world economic and political pattern", de Wei Lin, publicado pelo *Foreign Affairs Journal*, revista editada pelo Instituto do Povo Chinês para Relações Externas, nº 23, março de 1992, pp. 24-35.

devido valor à presença chinesa nos momentos oportunos. Assim, apesar de todas as críticas acumuladas desde a crise de Tiananmen e das atitudes de distanciamento protocolar altaneiro dos dirigentes de Washington para com a liderança de Pequim desde então, o presidente Clinton não se furtou a gestos de grande deferência ao receber Jiang Zemin como presidente da RPC e chefe da delegação chinesa à reunião de cúpula dos países-membros da APEC, realizada em Seattle, em novembro de 1993. Comentou-se que aquela oportunidade servira para que os responsáveis americanos, que se encontravam em sérias divergências com os europeus, sobretudo com os franceses, a respeito das negociações finais da Rodada Uruguai do GATT, mostrassem que poderiam contar com um grupo de países com economias dinâmicas e em expansão para assegurar a progressão de seu intercâmbio global, independentemente da boa vontade de certos europeus mais recalcitrantes. O gesto dos americanos não passou despercebido à maior parte dos analistas internacionais, que ressaltaram como a China pôde ser tão bem e facilmente encaixada em esquema amplo do interesse de Washington.^{38A}

Os chineses não desconhecem igualmente que o mundo posterior à guerra fria está-se caracterizando por acentuada instabilidade e fluidez. Uma noção fundamental, que ainda parece meio nebulosa, é a de quem é o adversário agora, quem é o inimigo, a ameaça, o perigo. O alvo adverso principal no momento deixou de ser unívoco; trata-se presenteiramente de um monstro com múltiplos aspectos, que podem, vez por outra, assumir a forma da bomba demográfica, da droga, da proliferação nuclear, dos fanatismos étnicos, de AIDS, do integrismo islâmico, das grandes migrações, dos incêndios de florestas, etc.³⁹

Nessas circunstâncias, a China não pode vir a ficar correndo o risco de, subitamente, passar a representar um alvo prioritário ou um novo adversário encontrado pela coalizão de grandes interesses, que controlam de fato as relações internacionais hodiernas. Fora de um esquema de consenso e de cooperação, a China encontrar-se-ia não apenas naturalmente isolada, mas, sobretudo, perderia qualquer poder de influir até mesmo

^{38A} Os artigos "America's relations with China are looking up", de Don Obendorfer, e "At his Asia-Pacific party, Clinton will need to be a gentle host", de Richard W. Baker, publicados no *International Herald Tribune*, edições, respectivamente, de 9 e 16 de novembro de 1993, são ilustrativos dessa tendência.

³⁹ Veja-se a respeito o lúcido trabalho de Ignacio Ramonet "Un monde à reconstruire", publicado em *Le Monde Diplomatique*, maio de 1992, pp. 13 e 20.

sobre assuntos de importância em sua vizinhança imediata; estaria, assim, concretizada uma hipótese de todo temida pela direção chinesa, ou seja, a de não ter um papel de realce a desempenhar no mundo, perdendo o apanágio de poder que lhe é tão caro. Um mundo hostil efetivaria seu cerco contra a China e obstaculizaria seus projetos nacionais de grandeza e poder.⁴⁰ Conceitos novos como os relativos a “conflitos de média e baixa intensidade”, desenvolvidos principalmente por americanos, que vieram a figurar com destaque em programas de planejamento estratégico posteriores à bipolaridade, aguçam a atenção dos dirigentes chineses, que freqüentemente procuram ressaltar a especificidade do país em termos de poder regional, justamente para tentar contrabalançar iniciativas desse gênero, consideradas um sério risco para a segurança nacional.

Finalmente, um ponto nevrálgico que constitui uma condicionante crucial nas relações sino-americanas diz respeito à Formosa. Devido à sua especial importância, o assunto merece considerações mais amentadas.

Da década de 1950, iniciativas americanas inibiram o pressentido assalto final de forças comunistas contra os nacionalistas acudados na ilha. A partir de então, a linha demarcatória dos limites do período da guerra fria englobou o estreito de Formosa. Apesar da normalização das relações sino-americanas, permaneceu a divisão entre os dois lados chineses, inclusive com uma certa garantia de Washington no que tange à manutenção de um equilíbrio de armamento de cada parte. Mas Formosa hoje em dia já constitui uma realidade geoeconômica bem diversa dos tempos de tensão latente com o continente e mesmo da época em que ainda necessitava de proteção americana.⁴¹

⁴⁰ É muito sintomático que tenha causado apreensão na China notícia divulgada por James Adams no jornal inglês *The Sunday Times* em 09.02.92, segundo a qual países do Terceiro Mundo, como a RPC, Líbia e Paquistão, poderiam transformar-se em alvos de mísseis nucleares estratégicos americanos, segundo planos secretos traçados pelo Pentágono. Tal proposta seria parte de um projeto para selecionar novos alvos após o colapso da URSS. Outros países, que buscam desenvolver capacidade nuclear e sistemas de mísseis, também poderiam ser visados, como, por exemplo, a Índia, Irã e Síria. Israel, que já é um Estado nuclear, estaria igualmente incluído como alvo nesse esquema.

⁴¹ Sobre a atual situação de Formosa e seu perfil internacional, político e econômico, veja-se os seguintes trabalhos: “A view from Taipei”, de Frederic F. Chien, *Foreign Affairs*, vol. 70, nº 5, inverno de 1991/92, pp. 93-103, bem como o suplemento especial ao nº 52, do verão de 1991, editado pela revista *Politique Internationale* sob o título “Taiwan”.

Formosa ocupa o 15º lugar na escala comercial mundial e seu PBN monta a mais de um terço do da RPC; seu PNB *per capita* ultrapassou 10 mil dólares ao final de 1992.⁴² Suas reservas em divisas são orçadas em US\$ 85 bilhões, parte dos quais vem sendo aplicado em bolsas de valores internacionais, representando um objetivo muito cobiçado por grandes investidores institucionais em busca de substanciais montantes para inversões variadas. As autoridades de Taipé constituíram em 1988 um fundo para a cooperação e o desenvolvimento internacionais, que dispõe de US\$ 1.2 bilhão para prestar assistência a projetos de expansão econômica em países em desenvolvimento.

A liberalização política adotada pelo governo de Taipé desde 1986 incluiu a suspensão da lei marcial e a permissão para funcionamento de um sistema pluripartidário de agremiações políticas, inclusive o Partido Democrático Progressista, que congrega elementos, advogando uma declaração unilateral de independência. A diplomacia “pragmática” ou “elástica” seguida pelos formosinos visou compor a situação decorrente de seu baixo perfil internacional (Taipé mantém relações diplomáticas com apenas 29 capitais, embora tenha 79 escritórios de representação em 51 outros Estados) com as realidades de uma nova ordem mundial emergente. Assim, em 1988, pela primeira vez a RPC e Formosa participaram de uma mesma reunião internacional (a do Banco Asiático de Desenvolvimento, em Manila) com o regime formosino ostentando a designação “Taipei, China”. Um dos exemplos mais recentes e marcantes da repetição do fato referiu-se ao ingresso tanto da RPC quanto de Formosa na APEC em 1991.

Até 1987, vigorou a chamada política “dos três não” seguida por Taipé: não a contatos, compromissos e negociações com a RPC. A partir de novembro daquele ano, foram autorizadas visitas de familiares de formosinos ao continente. Desde então, tornou-se comum encontrar expressivos contingentes de cidadãos de Formosa nas grandes cidades chinesas em viagens de recreio ou de negócios. Em 1991, a liderança de

⁴² Segundo declaração formal de Chiang Ping-kun, vice-ministro da Economia, ao jornal de Taipé *Central Daily News* em 28.12.1992, o PNB *per capita* passou de US\$ 8,788 em 1991 para US\$ 10,196 em 1992. O perfil econômico formosino teria sido profundamente alterado nos últimos seis anos, baseando-se agora, sobretudo, em produção lastreada em emprego intensivo de capital e de tecnologia sofisticada. A notícia foi divulgada pela agência Reuters em toda a grande imprensa internacional em 30.12.1992.

Taipé suspendeu o “estado de rebelião insurrecional”, que adotara para combater as forças comunistas estabelecidas na RPC. Os contatos bilaterais progrediram consideravelmente, estabelecendo-se um concreto e vultoso intercâmbio entre os dois lados do estreito. Por motivos óbvios, a liderança da RPC repisa que as tratativas com Taipé não constituem negociações governamentais, e sim de partido a partido, buscando, dessa forma, resguardar a imagem da soberania única e intransferível. Pequim permaneceu advogando a fórmula “um país dois sistemas”, a exemplo do que ocorreu com Hong Kong, para impulsionar a reunificação, embora o Kuomintang venha insistindo pelo moto “um país dois governos”, procurando marcar a singularidade formosina em termos mais amplos do que os simplesmente econômicos.

O intercâmbio com o continente passou a constituir uma vertente importante para as duas partes, representando um corolário da política de reformas econômicas e de abertura externa adotada pela RPC. Embora feito indiretamente, em geral via Hong Kong, o volume de trocas é considerável, tendo montado a US\$ 4.04 bilhões em 1990; os investimentos formosinos na RPC naquele ano totalizaram US\$ 2 bilhões. Boa parte das inversões de Formosa no continente concentra-se na província de Fujian, situada bem em frente à ilha. Nos hotéis das grandes cidades daquela província, sobretudo em Fuzhou e Xiamen, a moeda formosina tem cotação oficial, sendo facilmente convertida ou mesmo aceita como pagamento para qualquer tipo de compra. A televisão local capta filmes e noticiários de Formosa, da mesma forma que podem ser ouvidos em toda parte canções populares interpretadas por artistas formosinos de sucesso. O empresário Wang Yung-ching, proprietário da firma Formosa Plastics e cognominado “o rei do plástico” em seu país, mantém um projeto para investir diretamente US\$ 7 bilhões para a construção de um complexo industrial para a produção de PVC (policlorico de vinil) nas imediações de Xiamen; o programa precisa ser respaldado por inversões oficiais da RPC em obras de infra-estrutura, que montariam a outros US\$ 7 bilhões. Trata-se de um dos mais ambiciosos projetos desenvolvimentistas na China Meridional, e os respectivos estudos encontram-se em andamento; suas implicações políticas não deixarão de constituir uma condicionante de particular destaque para a composição de um quadro global de relacionamento distendido entre Pequim e Taipé. De um modo geral, muitos observadores consideram que a integração econômica nos dois lados do estreito vai seguindo em frente, ignorando, ou mesmo aplainando, os irritantes institucionais entre as duas partes.

Apesar dos contatos econômicos fluidos, a clivagem política e estratégica herdada dos tempos da guerra fria ainda permanece bastante viva no estreito de Formosa. Taipé mantém abertos seus canais de comunicação com Pequim, mas ao mesmo tempo procura salvaguardar-se, modernizando seu dispositivo de defesa.⁴³ A liderança da RPC clama que os arsenais militares formosinos são excessivos, denotando, segundo sua interpretação, propósitos agressivos e de todo incompatíveis com os ideais de uma reunificação pacífica, representando ainda um fator de instabilidade sério para toda a região da Ásia Oriental.

Esse clima latente de incerteza foi bastante realçado em outubro de 1992, quando os EUA decidiram vender aviões de caça F-16 a Formosa, o que de imediato provocou reação da China, alegando que a operação violava os termos da declaração conjunta sino-americana de 1982 relativa ao congelamento do equilíbrio militar existente entre a RPC e Formosa. Pequim argumentou que, por ser Formosa parte integrante de seu território nos termos de declarações aceitas por praticamente todos os países com os quais mantém relações, a operação de venda representava uma interferência indevida em seus assuntos internos, violando princípios de direito internacional normalmente acatados. Washington, por sua vez, retrucou que a venda dos F-16 representava uma adequação do acordo de 1982 às realidades atuais, sobretudo depois de ter a RPC aumentado seu orçamento militar em quase 50% e estar ativamente buscando modernização de seus estoques bélicos. As discussões alongaram-se por várias semanas, chegando-se, enfim, a um acordo mais amplo de composição, pelo qual os EUA manteriam o fornecimento dos novos aviões a Formosa, pondo fim, contudo, às sanções militares ainda vigentes contra a RPC em decorrência da crise de 1989.⁴⁴

Essas reviravoltas diplomáticas tendem a indicar que a questão de Formosa continua a figurar como um fator de grande importância no

⁴³ Cite-se a respeito o interessante artigo de Philip Bowring "Taiwan: opening up and arming at the same time", publicado no *International Herald Tribune*, edição de 24.11.1992.

⁴⁴ Observe-se que paralelamente ocorreu um momento de fricção entre a RPC e a França a respeito de venda de armas a Formosa. Anunciou-se em outubro de 1992 que os franceses iriam vender sessenta aviões Mirage 2000 às autoridades de Taipé, o que despertou vivas reações de indignação de Pequim. Ao ser confirmada a notícia, os chineses decidiram, em represália, ordenar o fechamento do Consulado-Geral da França em Cantão em 23.12.1992.

planejamento político e estratégico da RPC. A liderança de Pequim utiliza uma retórica incisiva com relação ao problema formosino, enfatizando que empregará “todos os meios” (e implicitamente, também o eventual uso da força) para implementar a consecução do ideal de reunificação nacional. Muitos analistas chineses conceituados falam de forma expressa que Formosa ainda representa um dos mais sérios riscos para a segurança da RPC e que, enquanto não for definitivamente equacionada a problemática da reunificação, a “carta formosina” poderá vir a representar um elemento de desequilíbrio e de foco de fricção nas relações internacionais da China, mormente no que se refere aos vínculos com os EUA, onde representantes de autoridades de Taipé sempre estiveram muito ativos, agindo como grupo de pressão de grande eficácia e poder de influência. Existe, portanto, uma componente formosina de realce a ser levada em conta no perfil global das relações sino-americanas.

AS NOVAS CONDICIONANTES DA *ENTENTE* SINO-JAPONESA

A grande aceleração histórica registrada com o fim da guerra fria, a desagregação do bloco socialista e a implosão da própria URSS fizeram com que as relações sino-japonesas entrassem em fase caracterizada por grande originalidade e sentido inovador. Pela primeira vez neste século, Pequim e Tóquio mantêm um intercâmbio vultoso e ponderável, sem o ônus de uma política de agressão militarista, como ocorrera nos anos 1930 e 1940, nem subordinados a esquemas de poder mais amplos e condicionados a objetivos internacionais de caráter multilateral, a exemplo do que se passara nas décadas de 1970 e 1980. A RPC e o Japão defrontam-se agora com novas realidades, podendo ordenar seu relacionamento por meio de vertentes ainda não de todo exploradas desde a normalização diplomática de 1972.

Desde 1991, a RPC tornou-se o segundo parceiro comercial do Japão, constituindo mesmo um dos pouquíssimos países que mantêm um intercâmbio excedentário com os nipônicos. A China vem ainda sendo muito favorecida pela repartição dos recursos japoneses destinados a investimentos externos. As províncias chinesas do Norte e do Nordeste, curiosamente onde os nipônicos concentraram sua atenção na década de 1930, estão recebendo hoje em dia mais de 40% das inversões globais externas japonesas. Pequim, contudo, volta e meia deixa patente seu desejo de contar com um volume ainda maior de capitais japoneses para financiar seu programa desenvolvimentista, bem como reclama do reduzido nível de transferência de tecnologia registrado pelos empreendimentos japoneses no país.

Em 23 de outubro de 1992, o imperador japonês Akihito realizou uma visita formal à RPC, que representou a primeira missão oficial de um dirigente imperial nipônico à China. O evento destinou-se a marcar uma nova etapa no relacionamento sino-japonês, como que a assinalar um tipo de vínculo especial, ligando os dois vizinhos. No decorrer de uma das funções protocolares em Pequim, o imperador mencionou lembranças do período da Segunda Guerra Mundial, embora não oferecesse desculpas formais em nome do Japão nem solicitasse o perdão dos chineses. O episódio constituiu um delicado problema diplomático, cuja

composição demonstrou a sutileza e o sentido especial dos vínculos bilaterais atuais. O imperador ressaltou que “na longa história das relações entre nossas duas nações ocorreu um período inglório em que meu país infligiu grande sofrimento ao povo da China; deploro profundamente o acontecido”.⁴⁵

O cenário político, econômico e estratégico da Ásia encontra-se em momento de redefinição, propiciando tanto aos chineses como aos japoneses uma oportunidade única de encontrar um *modus vivendi* qualitativamente diverso, e provavelmente mais rico e diversificado, do que em épocas anteriores. De forma esquemática, poder-se-ia traçar a seguinte agenda de pontos importantes no atual relacionamento sino-nipônico:

a) *Presença em grandes diretórios mundiais de poder* – A China é membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, desfrutando, por conseguinte, do poder de opinar e intervir em assuntos e temas, que, de outra forma, escapariam ao alcance de sua ação diplomática. Pelo Conselho de Segurança, a política exterior da RPC ganhou uma dimensão quase que universal e um poder de barganha mais incisivo e útil para a consecução de seus interesses nacionais específicos. O Japão encontra-se excluído desse diretório, embora tenha manifestado empenho em ali fazer-se representar em igualdade de condições com as demais grandes potências.

A ampliação da estrutura do Conselho de Segurança, de forma a comportar um número maior de membros, representa um tema que a diplomacia chinesa vem manejando com grande cautela. Sem dizer formalmente não à iniciativa, Pequim resguarda-se, preferindo fórmulas vagas de apoio em tese, mas sem apresentar propostas concretas ou assumir uma postura mais franca a respeito.

⁴⁵ O imperador Akihito foi o primeiro chefe de Estado de um grande país desenvolvido a visitar a China depois dos acontecimentos de 1989. Com a normalização dos laços de cooperação de Pequim com as principais capitais do Ocidente após a crise no Golfo, primeiros-ministros e ministros do Exterior das grandes potências não deixaram de fazer viagens protocolares à liderança chinesa, embora nem o presidente Bush nem o presidente Mitterand nem a rainha da Inglaterra programassem visitas à China. Da mesma forma como em 1990 Tóquio tomara a iniciativa de romper com o isolamento econômico imposto à RPC, em 1992 coube igualmente aos nipônicos inovar no que se refere a contatos políticos e diplomáticos do mais alto nível com o vizinho chinês. O expressivo significado do gesto não passou despercebido a qualquer observador de política internacional.

Provavelmente, não escaparia aos responsáveis chineses a utilidade, sob um ponto de vista imediatista, de adiar o mais possível a reforma do Conselho e dar prioridade a problemas já objeto de virtual consenso, como a eliminação da Carta das Nações Unidas de menções a “países inimigos” remanescentes do pós-guerra. No entanto, não seria de excluir que um perfil de composição de interesses viesse a emergir entre chineses e japoneses, tendo em vista que Tóquio, por sua vez, participa ativamente do G-7, ao qual Pequim não tem acesso.

Como o Conselho de Segurança e o G-7 constituem os dois colegiados mundiais com maiores e melhores condições de assumir a responsabilidade pelo gerenciamento de crises importantes na fase posterior à guerra fria, poderá vir a ocorrer no futuro uma contínua e progressiva interação diplomática entre a RPC e o Japão, coordenando posições de interesse comum ou defendendo temas mais favoráveis a uma das partes, em processo de barganha de alto nível que não deverá excluir um certo alinhamento com referência à percepção de assuntos de maior destaque.

O ex-primeiro-ministro Yasuhiro Nakasone, por sua vez, preconizou que o Japão não deve se preocupar com ingresso no Conselho de Segurança, órgão que não reuniria, a seu ver, condições de efetivo poder decisório para determinar as grandes linhas a serem observadas pelas principais potências mundiais. Segundo seu ponto de vista, Tóquio deveria batalhar para fazer do G-7 o grande centro de formulação de diretrizes para a política internacional hodierna, já que ali estão reunidos os países que verdadeiramente contam na cena mundial; a iniciativa original que os japoneses poderiam adotar naquele foro diria respeito à inclusão da Rússia e da RPC no colegiado, de forma a adequá-lo à concreta realidade atual de poder no mundo.⁴⁶

b) *Segurança* – A RPC é um país dotado de capacidade nuclear efetiva, com contingentes armados próprios que representam um dos elementos de peso para cálculos sobre o equilíbrio de poder na Ásia Oriental. Militarmente, a China hoje em dia conta mais do que o Japão, em virtude de seu dispositivo armado já constituído e com plena capacidade operativa. Os japoneses dispõem de capitais e tecnologia suficientes para dotar-se de um imponente complexo defensivo; seus gastos

⁴⁶ Veja-se a respeito a entrevista concedida por Nakasone a François Joyaux e publicada sob o título “Tokyo: une nouvelle politique étrangère?” pela revista *Politique Internationale*, nº 56, verão de 1992, suplemento especial sobre o Japão, pp. 77-81.

com despesas militares já são mais do que significativos (quinto orçamento de defesa do mundo), embora sua autonomia de ação apresente-se, por certo, limitada.

Durante anos, o Japão pôde contar com a proteção americana, inclusive com a dissuasão nuclear, resguardando-se em termos de defesa e concentrando seus esforços em tarefas de caráter econômico mais gerais e produtivas. No entanto, o desengajamento americano na Ásia parece representar um fenômeno inevitável a médio prazo, podendo vir a significar que o Japão venha a adquirir uma presença militar própria, autônoma e mais incisiva.⁴⁷

Tal fato vem preocupando os países da região, ainda receosos do passado militarista nipônico. A China não faz exceção à regra, já se tendo manifestado por diversas vezes a respeito com expressões formais de cautela e comedimento. Alguns analistas consideram que a China estaria adotando uma atitude interesseira, jogando com habilidade a carta relativa ao temor despertado no resto da Ásia pelo passado imperialista do Japão, e procurando com isso um elemento de barganha importante em suas relações com Tóquio e com as demais capitais do Sudeste Asiático.

A recente legislação japonesa que autorizou o envio de contingentes militares no âmbito de operações multilaterais sob os auspícios das Nações Unidas despertou reações de preocupação em toda a Ásia. Pequim salientou esperar que Tóquio venha a encaminhar a matéria com sensibilidade e prudência. Os japoneses, por sua vez, não deixam de assinalar a seus vizinhos que a China talvez não tenha arquivado pretensões de hegemonia regional, procurando reconstituir sua grande influência na área na época de seu esplendor imperial e de senhora absoluta dos mares meridionais da Ásia de Sudeste. Embora este assunto venha a representar, com muita probabilidade, um dos grandes temas

⁴⁷ Kenneth S. Curtis, professor das Universidades de Keio e Tóquio e primeiro vice-presidente do Deutsche Bank na Ásia, em entrevista concedida a Pierre-Antoine Donnet, publicada sob o título de "Le modèle japonais" no suplemento especial sobre o Japão da revista *Politique Internationale*, nº 56, verão de 1992, p. 43, disse que Tóquio deverá considerar suas relações com Washington prioritárias, se quiser evitar uma militarização futura; essa militarização seria inevitável, caso os EUA se afastassem da Ásia, "deixando o Japão sozinho diante de três potências nucleares: China, Rússia e Coréia". Sobre esse tema, veja-se ainda o estudo "The United States and Asia", de Stephen W. Bosworth, *Foreign Affairs*, vol. 71, nº 1, 1992, pp. 113-129, que fala do desengajamento militar americano provável e da alteração nas alianças bilaterais de segurança de Washington na Ásia!

de discussão no relacionamento bilateral no futuro imediato, as condicionantes globais do problema ultrapassam claramente os interesses específicos dos dois países. Na verdade, todo o equilíbrio das relações na área do Pacífico pode depender das composições que forem encontradas para equacionar a difícil e complexa questão relativa a um acréscimo significativo do potencial de defesa regional representado por um Japão com perfil militar mais incisivo.

A China manifestou-se contra a instituição de um organismo nos moldes da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) para a Ásia, alegando não ter chegado ainda o momento para a criação de um foro daquela natureza. Essa postura, entretanto, poderá evoluir em vista da atual fluidez da conjuntura regional, sobretudo no que diz respeito à situação da Rússia e de seus propósitos futuros no continente, bem como em relação à Ásia Central, onde o Casaquistão abriga instalações nucleares importantes e que necessitarão ainda de bastante tempo até serem definitivamente desmanteladas.

De um modo geral, a China diz-se favorável ao estabelecimento de áreas desnuclearizadas em todo o continente, seja na Ásia Meridional, para conter a Índia e o Paquistão, seja no Sudeste Asiático, em apoio à idéia de uma ZOPFAN sob os auspícios da ASEAN. Com muito mais razão, Pequim veria com agrado a criação de uma área com poder nuclear “congelado”, preservando seu próprio potencial, na Ásia Norte-Oriental, com o que poderia neutralizar o Japão e eventualmente a Coreia do Norte, que teria condições, ao que se comenta, de fabricar artefatos nucleares a curto prazo.

c) *Cooperação econômica regional* – A China vem participando ativamente de foros multilaterais destinados a implementar a cooperação econômica em toda a região da Ásia Oriental e do Pacífico. Aderiu à Conferência Econômica para a região da Ásia/Pacífico (APEC) e integra diversos organismos destinados a promover o intercâmbio na área. Pequim tem insistido na necessidade de manter o multilateralismo nas relações econômicas e comerciais, estando empenhado em retomar seu assento no GATT.

O Japão, por sua vez, tem na Ásia Oriental um verdadeiro centro de influência próprio, devido aos vultosos investimentos ali realizados e à força de atração que seu dinâmico modelo exerce sobre as economias em expansão em diversos países da área. Na realidade, já se fala de uma “zona do iene” na Ásia Oriental, onde a presença financeira e tecnológica

nipônica estaria bem sedimentada. Essa “zona”, contudo, existiria como referência teórica, não constituindo, pelo menos de imediato, um indicativo de gestação de um megabloco exclusivista e protecionista.⁴⁸

Tanto a China quanto o Japão manifestam-se em favor da continuação das negociações da Rodada Uruguai no âmbito do GATT, como forma de evitar a formação de blocos regionais poderosos, que criariam áreas de influência mais precisas. No caso da China, a institucionalização de um megabloco sob o comando do Japão representaria um fator de enfraquecimento de seu poder específico, que ficaria diluído diante da magnitude da potência econômica, comercial e tecnológica nipônica. Por isso mesmo, a RPC acolheu com certa reserva a iniciativa da Malásia em favor de um bloco da Ásia de Leste, excluindo os EUA e consagrando, de forma implícita, a preponderância japonesa na região. Pequim vem insistindo sobre a necessidade de promover o intercâmbio regional de forma abrangente e não excludente nem protecionista, com o que parece indicar seu anseio por maior desenvoltura em face de um Japão economicamente muito mais forte.

d) *Composições de política regional* – A China já normalizou suas relações com todos os seus vizinhos. Em agosto de 1992, o estabelecimento de relações diplomáticas com o regime de Seul marcou uma etapa importante na evolução de uma linha distendida de ação diplomática chinesa na Ásia. Tóquio, por sua vez, só não tem vínculos formais com a Coreia do Norte, embora o assunto venha sendo discutido em diversas rodadas de negociações mais recentes.

Assim, à parte a península coreana, Pequim e Tóquio encontram-se em boa situação para pleitear participação dinâmica em assuntos regionais. Tóquio conta com a vantagem de sua “diplomacia do talão de cheques”, que lhe permite oferecer financiamentos a diversos projetos de desenvolvimento em países da área, abrindo-lhes novas possibilidades de composição política. Em contrapartida, Pequim dispõe de um trunfo considerável por ser encarado como uma espécie de contrapeso ao poderio japonês, que ainda provoca lembranças amargas dos tempos da guerra. Muitos parceiros regionais manifestam claramente desejo de ver um

⁴⁸ Vejam-se a respeito as declarações do ex-primeiro-ministro Kiichi Miyazawa na entrevista concedida a Pierre-Antoine Donnet e publicada sob o título “Du monde en général et du Japon en particulier” na revista *Politique Internationale*, nº 56, verão de 1992, suplemento especial sobre o Japão, pp. 5-14.

certo equilíbrio entre os dois gigantes da área para evitar tentações hegemônicas de um deles. Há mesmo observadores que falam da possibilidade de confluência de interesses econômicos chineses e japoneses, levando a uma forma de parceira como a estabelecida entre a França e a Alemanha na Europa desde a década de 1960. Os dois gigantes asiáticos estariam, segundo esse ponto de vista, fadados a um entendimento amplo sobre suas respectivas esferas de atuação no continente, esferas que não seriam excludentes, mas complementares e mutuamente equilibradas.⁴⁹

A China nega com veemência que pleiteie preencher um vácuo de poder criado na Ásia com o fim da guerra fria, preferindo falar de um “cerco amistoso” a que estaria agora sujeita, diante de vizinhos com os quais mantém um relacionamento distendido e proveitoso. O problema do Camboja teria servido de exemplo de como a RPC e o Japão podem cooperar para resolver uma delicada crise no âmbito regional: Tóquio teria tido, segundo comentários de analistas categorizados, um papel extremamente atuante na questão cambojana, embora primasse por grande reserva e discrição, ao passo que Pequim participou de maneira ostensiva e explícita das negociações tendentes a equacionar as grandes linhas do processo de paz. O fato de o Japão ter abrigado uma recente conferência destinada a examinar formas de participação externa na reconstrução cambojana indicaria como a diplomacia nipônica esteve envolvida na resolução daquele problema e de como a China, grande entusiasta da realização da conferência, emprestara seu apoio à iniciativa.

De um modo geral, estima-se que o papel da RPC e do Japão na Ásia Oriental venha a ser bastante realçado nos próximos anos, sobretudo porque vão sendo diluídos os vínculos de segurança coletiva antes mantidos pelos EUA com países da área, o que poderá propiciar a oportunidade para novas iniciativas singulares de chineses e japoneses, e talvez até de composição conjunta em certos casos. O Japão está bem implantado nos mecanismos de consulta política regionais, em particular na ASEAN, da qual constitui um *dialogue partner*, enquanto a China desfruta apenas do *status* de observador na organização. No Vietname, o Japão já consti-

⁴⁹ Veja-se a esse respeito o artigo “Japan and the new world order”, de Yoichi Funabashi, *Foreign Affairs*, vol. 70, nº 5, inverno de 1991/92, pp. 58-74. O texto diz que a ameaça comunista, soviética e chinesa, constituiu o cimento da aliança nipo-americana dos anos 1950; presentemente, com maior desenvoltura de Tóquio diante de Washington, seria possível que os japoneses procurassem agora introduzir a China e eventualmente também a Rússia em esquema amplo de cooperação asiática.

tui o principal fornecedor de capitais, estimulando o processo de abertura externa levado a cabo por Hanói; a China também enfatiza propósitos de cooperação com os vietnamitas, se bem que persista um irritante maior relativo à disputa por soberania nas ilhas Spratly e Paracels, cuja titularidade internacional também é reclamada por Brunei, Filipinas, Formosa, Malásia e Vietname. Existe ainda um contencioso territorial sino-japonês com relação às ilhas Diaoyu (Senkeku para os japoneses), embora, como de praxe, a diplomacia chinesa prefira reivindicar jurisdição sobre determinadas áreas e deixar para futuras discussões uma eventual solução definitiva para contenciosos do gênero.

Finalmente, a questão de Formosa encontra-se no momento em estado menos crítico: a RPC continua a reclamar sua autoridade sobre a ilha, incentivando medidas de reunificação, mas não se opõe, nem teria condições de fazê-lo, ao expressivo intercâmbio econômico-financeiro que o governo de Taipé mantém com praticamente todos os países da área; o escrupuloso respeito por Tóquio do princípio de “uma só China” é por certo muito apreciado em Pequim. Para estudiosos conceituados, a questão formosina como foco de tensão ou de inquietação regional só ressurgiria, se o processo de reunificação fosse tumultuado ou prevalecesse um sentimento de maior autonomia ou de independência na ilha, o que poderia despertar reações bruscas de Pequim.

OS GRANDES ESQUEMAS DE EQUILÍBRIO DO FUTURO

Um elemento importante, que deve ser levado em consideração na análise do atual perfil da política exterior da RPC, refere-se à sua dimensão prospectiva a médio prazo, em particular no momento em que muito se fala em redefinir as grandes linhas estratégicas relativas à Ásia Oriental. O assunto vem despertando considerável interesse e comentários elucidativos de observadores qualificados, merecendo menção especial.⁵⁰

Alguns vizinhos da China vêm demonstrando inquietação com certos aspectos mais recentes da política externa e de defesa seguida por Pequim. A lei que definiu os limites das águas territoriais chinesas causou impacto regional bastante negativo.⁵¹ As compras de armas da Rússia também levantaram suspeitas, embora o equilíbrio militar regional ainda não tenha sido substancialmente alterado. No entanto, o fato provocou repercussões mais sérias e foi apontado como uma das causas do aumento dos gastos com armamento na Ásia Oriental.

Muitos países da região da Ásia-Pacífico entraram em processo acelerado de compra de armas no momento em que as encomendas norte-americanas e européias por artefatos militares decresceram em conseqüência do fim da guerra fria. Esse fenômeno regional parece estar sendo estimulado pelo crescimento das economias locais, pela persistência de conflitos de fronteiras e por ansiedade, em virtude da redução

⁵⁰ De fonte chinesa, mencione-se em particular o artigo "Northeast Asia in Asia-Pacific context: changes versus challenges", de Wan Guang, publicado pelo *Foreign Affairs Journal*, revista editada pelo Instituto do Povo Chinês para Relações Externas, nº 21, setembro de 1991, pp. 49-54.

⁵¹ A Lei sobre Águas Territoriais da RPC e Áreas Contíguas foi adotada pela 24ª Sessão do Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo (Parlamento) em 25 de fevereiro de 1992, definindo como pertencentes à esfera soberana chinesa alguns arquipélagos contestados por outros países da região do mar da China do Sul, como, por exemplo, as ilhas Diaoyu (Senkeku para os japoneses) reivindicadas por Tóquio, e sobretudo as ilhas Spratly (Nansha) e Paracels (Xisha), também reclamadas por Brunei, Filipinas, Formosa, Malásia e Vietname. Diversos governos protestaram contra a adoção da lei pela RPC, considerando-a indicativo de objetivos expansionistas de Pequim na Ásia de Sudeste, tentando recriar uma área de influência sinocêntrica como a existente séculos atrás.

da presença militar americana na área.⁵²

Em 1991, segundo dados provisórios do Instituto Internacional de Estocolmo para Pesquisas sobre a Paz, a Ásia foi responsável por 35% das importações mundiais de armamento, incluindo-se aí carros armados, aeronaves de combate e navios de guerra, ao passo que o Oriente Médio e a Comunidade Européia importaram 22% das armas colocadas à venda no mercado mundial. Como o clima de insegurança responsável por esse aumento da demanda asiática por armamento é muito menor do que em outras regiões, começou-se a falar na possibilidade de montar um esquema tentativo para controlar uma escalada de aquisições futuras. Uma das hipóteses aventadas sugere que o Conselho de Segurança venha a instituir limites para vendas de armas na região; a idéia talvez perca impacto devido à posição da RPC como membro permanente do Conselho de Segurança, onde dispõe de direito de veto, e também porque a China ocupa a quarta posição como maior exportador mundial de armas, sendo ainda o terceiro maior fornecedor para países em desenvolvimento, além de representar um comprador muito interessado em armamentos modernos. Outra probabilidade menciona que países envolvidos em disputas regionais ou situados em focos mais agudos de tensão procurem instituir medidas de confiança por meio de um foro multilateral de consultas e debates para evitar um aumento perigoso do nível de armamentos. Possivelmente, a implementação de uma iniciativa do gênero só poderia vir a ser concretizada em período de tempo mais dilatado, devido à própria configuração imprecisa do ordenamento externo atual na Ásia de Sudeste.⁵³

⁵² Os principais compradores são: Brunei, Cingapura, Formosa, Indonésia, Malásia e Tailândia; também o Japão, a Coréia do Sul e Burma registraram substanciais aquisições de armas. Os principais fornecedores são firmas americanas e européias, que procuram recompor suas exportações afetadas pela diminuição de tensões em outros focos outrora mais cheios de risco em termos de segurança.

⁵³ Sobre o assunto, veja-se o esclarecedor artigo "Curbing the arms race: Asians should lend a hand", de Gerald Segal, que integra o prestigioso Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres, publicado no *International Herald Tribune*, edição de 10.03.92.

Vejam-se ainda os comentários de Michel Richardson e Steven Brull em "Asia's postelection headache: uncertainty about Clinton's trade policies", *International Herald Tribune*, de 4.11.92, citando Ali Alatas, ministro do Exterior da Indonésia, que julga essencial uma continuada presença militar dos EUA na Ásia Oriental e no Pacífico Ocidental para manter um equilíbrio posterior à guerra fria entre as quatro maiores potências da região: China, Japão, Rússia e os próprios EUA; as-

Ronald F. Lehman, diretor do US Arms Control and Disarmament Agency, declarou que os EUA estão observando cuidadosamente a Ásia de Sudeste, que se transformou no maior comprador mundial de armas. Uma das razões aventadas para explicar esse interesse por aquisição de armamento diria respeito ao aumento da competição para a exploração de áreas marítimas na região, bem como o fato de a posse de armas sofisticadas aumentar o prestígio internacional do país que as detém. No entanto, subjacente ao fato encontra-se o perceptível receio de criação de um “vácuo de poder” regional com a retirada da presença militar americana do Japão, da Coreia do Sul e das Filipinas. O temor de atos irredentistas da China, tanto com relação a Formosa quanto com relação às ilhas Spratly e Paracels, pode agravar as incertezas estratégicas japonesas quanto à Ásia de Sudeste.⁵⁴

Além desse aspecto importante referente ao aumento da demanda por armas na Ásia Oriental, assinala-se que novas formas de composição de poder estão ali emergindo em decorrência do fim da guerra fria e do período de bipolaridade, com a China representando um fator de realce nesses esquemas embrionários sobre equilíbrio de forças. Assim, observa-se a existência de uma crescente tendência no sentido de que muitos países regionais adotem políticas independentes dos EUA. Por tal motivo, já há numerosas especulações sobre uma nova triangulação de poder na Ásia Oriental, desta feita envolvendo interesses da RPC, dos EUA e

sim, os americanos devem reajustar sua política e talvez até sua presença numérica, mas sua presença militar deve permanecer como um componente vital do equilíbrio quadrilateral.

⁵⁴ Por isso mesmo, compreende-se o sentido de declarações feitas por Yeo Ning Hong, ministro da Defesa de Cingapura, de que nenhum país do Sudeste Asiático estaria satisfeito com a redução da presença militar americana, por não se ter materializado um dividendo de paz em decorrência do fato; ao contrário, nenhum país regional teve condições de reduzir seus gastos com defesa. O ministro acrescentou que poderá haver maior presença militar do Japão na Ásia nos próximos anos, seja em resposta a ameaças da Coreia do Norte, seja para “salvaguardar rotas comerciais” além dos limites de mil milhas náuticas (1.600 km) estabelecidos após a Segunda Guerra Mundial. O responsável de Cingapura acrescentou ainda que, embora os japoneses neguem o fato, existe um sentimento geral de que Tóquio se preocuparia com a possibilidade de a China e os coreanos não terem esquecidos atrocidades sofridas no passado e aumentarem seu nível de armamento para contrabalançar um Japão mais aguerrido. Vejam-se a respeito o artigo “Armament fever spreads in Asia as it ebbs in Europe”, de R. Jeffrey Smith, *International Herald Tribune*, edição de 10.03.92, primeira página.

do Japão. Uma relação sino-japonesa mais intensa prejudicaria os americanos, se esses fossem encarados como sem sintonia com os rumos da diplomacia regional. Talvez, valendo-se de sucessos diplomáticos mais recentes junto a seus vizinhos no continente, Pequim procure uma forma mais intensa de associação com Tóquio, buscando, assim, compensar seus problemas com os EUA. A China, por certo, continua a interessar-se pelo comércio, capitais e tecnologia do Japão. Os líderes chineses reconhecem, contudo, uma oportunidade de obter uma associação mais especial com os EUA, na medida em que aumentem as fricções nipo-americanas. A habilidade da China em estruturar um novo triângulo de atuação política e estratégica dependeria muito da resposta a ser dada pelos japoneses. O Japão, por sua vez, poderia assegurar-se vantagens extras na China, se os americanos negarem o benefício de “nação mais favorecida” à RPC. Em princípio, o Japão prefere um triângulo onde a China e os EUA mantenham boas relações entre si e com o próprio Japão. Mas Tóquio guarda incertezas sobre as futuras ações americanas na Ásia e talvez adote uma política especial com relação a vizinhos que defendam seus objetivos nacionais de forma mais autônoma. Os países da ASEAN, a Austrália, a Nova Zelândia, a Coreia do Sul, Formosa e Hong Kong têm grande interesse na evolução da equação entre os EUA, China e Japão.⁵⁵

Outra hipótese muito comentada hoje em dia fala de uma possível composição quadrangular de poder na Ásia de Leste, envolvendo a China, os EUA, a Rússia e o Japão em esquema mais complexo de equilíbrio multipolar. Nem os EUA nem a Rússia teriam interesse em sacramentar o tão falado “vácuo de poder”, deixando o campo livre para ser ocupado por potências regionais, e tanto Washington quanto Moscou encontrariam preparados para contemplar confrontos maiores com os principais países da área. A Rússia está vendendo armas para a China, mas, ao mesmo tempo, cultiva vínculos mais intensos com os EUA, que, por sua vez, se mostram continuamente incomodados em suas diatribes econômicas com o Japão. No entanto, os EUA, por razões de estratégia global, até mesmo pela incidência do fator nuclear e de sua eventual proliferação, tenderiam mais a pressionar a China, que necessita da cooperação do Japão. A China, contudo, poderia encontrar dificuldades em manter

⁵⁵ A respeito, cumpre mencionar o artigo “The Japan-China-America triangle needs tending”, de Charles E. Morrison e Michel Oksenberg, *International Herald Tribune*, edição de 26.10.1992.

uma aproximação mais exclusiva com o Japão, que, de sua parte, achará cada vez mais difícil lidar com a China indisposta com os EUA. Passaria, portanto, a configurar-se um paradoxo interessante que residiria em que, na medida em que a interdependência econômica aumenta na Ásia Oriental, crescem as suspeitas entre as grandes potências regionais. Tal fato constitui uma surpresa para os que acreditavam que a integração econômica levaria a um clima de maior paz e estabilidade.

Outro elemento a ser levado em consideração diz respeito a que uma eventual deterioração de relações na Ásia Oriental não teria apenas importância regional. Em primeiro lugar, as relações sino-americanas acusaram de imediato o impacto da venda de aviões F-16 a Formosa, o que levou a China a retirar-se, em outubro, das conversações sobre controle de armamentos no Oriente Médio mantidas entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, e podendo ainda fazer a diplomacia chinesa mais refratária à imposição de sanções adicionais contra a Sérvia, Líbia ou Iraque. O fato indica que uma mudança da política americana com relação à China comporta riscos não apenas regionais, envolvendo ainda interesses vultosos em outros quadrantes. Há quem estime que a venda americana de armas a Formosa tenha visado sublinhar perante a liderança de Pequim que, mesmo em fase de redefinição de poder na região, a China não poderá vir a tomar ações unilaterais de grande impacto, como um ataque surpresa contra o governo de Taipé ou uma ação brusca, visando assenhorear-se de arquipélagos no mar da China do Sul, devido aos elevados custos políticos e militares de iniciativas do gênero. Pequim deveria, portanto, ter em conta que, apesar de suas proporções e de sua tradição histórica, não deve implementar uma política com objetivos irredentistas.

Por outro lado, um relacionamento nipo-russo deteriorado tornaria mais árduo para o G-7 estruturar uma maciça ajuda a Moscou. As exigências japonesas por uma total capitulação russa na disputa territorial sobre as ilhas Curilas constituíram uma ameaça de humilhação desnecessária para um regime russo bastante vulnerável na atual fase de reforma. Como que indicando seu interesse pela área, Boris Yeltsin cancelou sua projetada viagem a Tóquio em 1992, mas não deixou de efetuar as visitas programadas à Coreia do Sul e à China, mostrando que a Rússia está empenhada em promover esquemas amplos de cooperação com a Ásia Oriental.

Para muitos observadores, os EUA e a Rússia teriam interesse comum em fazer com que a RPC e o Japão estejam bem atentos aos limites

de suas respectivas potências e de suas aspirações. Washington e Moscou não desconhecem que Pequim e Tóquio pressentem muito bem sua progressiva importância na Ásia Oriental, mas suas iniciativas diplomáticas deveriam estar pautadas por prudência, excluídas pretensões maximalistas capazes de afetar composições abrangentes dos demais grandes parceiros na cena internacional.⁵⁶

Um último tema de ordem global que desperta grande curiosidade junto a analistas da vida institucional chinesa refere-se à questão de definir quem comanda a política exterior da China Popular. Durante a fase maoísta, a diplomacia da RPC permaneceu bastante identificada com a figura de Chu En-Lai, primeiro-ministro desde a criação da República Popular em 1949 até seu falecimento em 1976; também esteve à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1949 a 1958, embora nunca tivesse deixado de participar de todas as grandes articulações e negociações internacionais da RPC. No entanto, as linhas mestras da estratégia de política externa eram traçadas por Mao Tsé-Tung, que utilizava com frequência assessores qualificados do Ministério do Exterior e do Departamento de Relações Internacionais do PCC, bem como do Estado-Maior do Exército de Libertação do Povo. A partir de 1958, ocorreu a oficialização da Comissão de Assuntos Militares do Comitê Central do PCC, órgão apontado, a partir daquela data, como grande fonte de apoio de que se serviu Mao para a elaboração de orientações estratégicas básicas da RPC.

Com o falecimento de Chu En-Lai e de Mao Tsé-Tung em 1976, registrou-se uma fase de certa fluidez, já que o secretário-geral Hua Guofeng não conseguiu manter efetivo controle sobre a referida comissão, acabando por perder o comando do próprio aparelho de poder partidário, em face da irresistível ascensão de Deng Xiaoping. Este, desde 1978, não só ocupou toda a cena política, interna e externa, da República Popular, como concentrou o poder decisório sobre política exterior, sobretudo depois de chegar formalmente à presidência da Comissão de Assuntos Militares em 1980 (de 1978 a 1980, Deng ocupou os cargos de vice-primeiro-ministro e de vice-presidente da Comissão de Assuntos Mi-

⁵⁶ Vejam-se a esse respeito os interessantes comentários de Gerald Segal no artigo "East Asia: shift toward a new balance of power", publicado no *International Herald Tribune*, edição de 23.9.1992. Também a mencionar as observações de Michael Richardson em "A call to control arms race in Asia", *International Herald Tribune*, edição de 29.10.1992.

litares). Continuou assessorado, como Mao Tsé-Tung, por peritos da Chancelaria e do Departamento Internacional do Partido.

Na medida em que ia evoluindo a política de reformas econômicas e de abertura externa característica de época denguista, as atividades internacionais ganharam complexidade e importância crescentes. Desde 1984, um grupo restrito de altos responsáveis do Comitê Central do PCC também arcou com a responsabilidade do planejamento estratégico da política externa chinesa. Em dezembro de 1987, o primeiro-ministro Li Peng congregou representantes de alto nível da chancelaria, do Departamento Internacional do Partido, do Ministério das Relações Econômicas e Comerciais Exteriores (MOFERT) e também de ministérios mais sensíveis, que dispõem de assessorias internacionais especializadas, para formular as principais diretrizes para a atuação externa da China. Esse núcleo juntamente com os altos responsáveis da Comissão de Assuntos Militares constituem até hoje os grandes centros decisórios da política exterior da RPC, embora Deng Xiaoping sempre conservasse a última palavra sobre as decisões mais importantes e de maior ressonância. Muito tem sido, até o momento, comentado sobre eventuais divergências e rivalidades entre os dois grupos (o civil e o militar), que refletiriam as grandes tendências para orientar a atividade internacional chinesa.⁵⁷

⁵⁷ Um excelente e bem documentado estudo a respeito do verdadeiro poder de decisão sobre a política exterior da RPC encontra-se no trabalho de Jean-Pierre Cabestan intitulado “Qui dirige la politique étrangère?”, constante do livro *L'état de la Chine et de ses habitants*, sob a direção de Pierre Gentelle, Paris, La Découverte, 1989, obra da maior utilidade para informações pormenorizadas sobre a República Popular e que foi empregada como uma das referências básicas para a elaboração do presente texto.

Ainda a respeito da formulação das grandes linhas da política exterior chinesa, o autor deste trabalho teve a oportunidade de entrevistar-se com diversos representantes de acatados centros de estudos internacionais chineses, que também prestam assessoria direta aos responsáveis governamentais de Pequim. Funcionando como *think tanks* de alto gabarito, tais peritos exercem uma influência não negligenciável sobre a articulação das diretrizes essenciais da política externa da China.

O BRASIL E A CHINA

O Brasil não reconheceu de imediato a República Popular, quando de sua proclamação em 1949, continuando a manter relações diplomáticas com o governo de Formosa como representante legal de toda a China. Vigorava na época o clima incipiente de guerra fria, e os dirigentes brasileiros tinham feito claras opções pelo sistema e pelos padrões de valores do Ocidente, consagrando, inclusive, tais princípios na Constituição de 1946. A adesão do Brasil ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, de 1947, sedimentou essa orientação, incluindo o país em esquema defensivo de nítida inspiração pró-americana e pró-ocidental. A chancelaria brasileira optou pela não manutenção de vínculos com países de regime comunista em geral. O rompimento com a URSS, em 1946, marcara um precedente, que funcionou durante algumas décadas como fundamento político-ideológico para a ação diplomática do Brasil com relação ao chamado “bloco socialista”. A normalização de nossas relações com o regime de Pequim iria aguardar o ano de 1974.⁵⁸

Entenda-se que, em meados da década de 1940 e ainda na década de 1950, a ação diplomática brasileira tinha escopo bastante restrito e limitado. A economia do país sedimentava as experiências em prol da industrialização acelerada do aparelho produtivo, passando a seguir o famoso modelo de substituição de importações, preconizado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e que ficou muito identificado com o nome do principal articulador daquele órgão, o argentino Raúl Prebisch.⁵⁹ A política externa brasileira concentrava-se em quadrantes

⁵⁸ Um cuidadoso trabalho sobre publicações referentes à política exterior do Brasil, em particular nas quatro últimas décadas, encontra-se na obra de Maria Regina Soares de Lima e Zairo Borges Chaibub, *Relações internacionais e política externa brasileira: debate intelectual e produção acadêmica*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1983. O livro *Order and progress: a political history of Brazil*, de Ronald M. Schneider, Boulder, Colorado, Westview Press, 1991, também apresenta comentários interessantes e objetivos sobre o tema, naturalmente sob um ponto de vista mais crítico de um analista não-brasileiro.

⁵⁹ O pensamento de Prebisch encontra-se bem explicado em seu livro *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964. O grande defensor das idéias de Prebisch no Brasil foi o professor Celso Furtado, cujos trabalhos influenciaram mais de uma geração de brasileiros.

específicos, sobretudo no continente americano e na Europa Ocidental, e mantinha um perfil delimitado em função das exigências precisas de seu aparelho institucional interno em termos de intercâmbio, assistência e cooperação do estrangeiro. Quando, algumas vezes, fala-se do paroquialismo da política exterior brasileira daquela época, é preciso dimensionar os fatos em sua perspectiva histórica, e ter em conta as condicionantes reais que incidiam sobre nossa postura internacional, que de fato era, então, bem menos incisiva e muito menos integrada às grandes correntes de intercâmbio mundial. Naquele contexto preciso, o continente asiático não se afirmava como um pólo catalisador de atenção específica para o interesse nacional brasileiro, exceto no caso muito particular do Japão, que se distinguiu como o grande e único interlocutor de importância para o Brasil em toda a área, em função dos programas econômicos bilaterais desenvolvidos em progressão acentuada. A China ainda permanecia fora de alvos brasileiros mais alentados.⁶⁰

No entanto, apesar da inexistência de vínculos oficiais, registrou-se um certo intercâmbio de pessoas dos dois países, na maioria visitantes e personalidades em missões específicas, sobretudo de natureza cultural. Tais contatos primaram pela intermitência e caráter aleatório, não configurando uma situação de fluxo contínuo e regular.

Em 1960, por ocasião da eleição do presidente Jânio Quadros, foi bastante aventada a possibilidade de o Brasil reconhecer a RPC no âmbito de uma política externa caracterizada como independente e pragmática. O envio da chamada “missão do embaixador João Dantas” a diversas capitais do Leste Europeu para estimular maior intercâmbio comercial já indicava uma mudança de orientação com respeito aos países de regime socialista. No ano 1961, o então vice-presidente João Goulart chegou a realizar uma visita à China, sendo recebido por altos dignitários, inclusive Mao Tsé-Tung. Em 1962/1963, já no período do governo Goulart, circularam inúmeras informações sobre o estabelecimento de relações diplomáticas com o regime de Pequim, o que só se concretizaria uma década depois, embora as relações com a URSS e com países socialistas da Europa do Leste fossem normalizadas naquele período.

Em 1964, quando da queda do governo Goulart, um certo número de

⁶⁰ Vejam-se a respeito as lúcidas observações do embaixador Luiz Felipe de Seixas Correa no trabalho “As relações internacionais do Brasil em direção ao ano 2000”, publicado no volume “Temas de política externa brasileira”, editado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília, 1989, pp. 219-254.

cidadãos chineses encontrava-se no Brasil em missão do Conselho para a Promoção do Comércio Exterior e da agência noticiosa Nova China (Xinhua). Nove desses chineses foram detidos por autoridades policiais brasileiras, o que provocou protestos da RPC. No ano seguinte, os referidos chineses foram autorizados a deixar o Brasil, chegando a Pequim no dia 21 de abril de 1965. A comissão oficial que os acolheu no aeroporto foi chefiada pelo então vice-primeiro-ministro Li Xianninan, que mais tarde desempenharia as funções de presidente da República.

O clima de críspação bilateral esteve mais aguçado durante o período da Revolução Cultural chinesa, a partir de 1966, quando o proselitismo irredentista da liderança de Pequim em defesa de levantes insurreccionais mais ou menos indiscriminados provocou apreensões em responsáveis brasileiros. Naquela época, o conflito ideológico sino-soviético encontrava-se em fase aguda, sendo muito freqüentes dissensões no âmbito de movimentos revolucionários, sobretudo, mas não apenas, de países em desenvolvimento, entre as chamadas “linhas de Moscou e de Pequim”. No Brasil, também registrou-se a cisão entre maoístas e comunistas tradicionais, em particular durante o período em que ocorreu luta armada em algumas regiões do país.⁶¹

No início da década de 1970, a situação geral começou a mudar em virtude das alterações que se faziam sentir em toda a conjuntura mundial com o início da época da *détente* entre americanos e soviéticos, diluindo, de certa forma, as tensões mais exacerbadas do período bipolar. O Brasil daquela época também já acusava profundas modificações em sua postura externa, lançando-se com muito maior desenvoltura à conquista de novas parcerias internacionais, mormente em vista da expansão das atividades do setor exportador da economia. Na busca por uma atuação mais incisiva em diversos quadrantes, a política externa brasileira ia ganhando uma dimensão verdadeiramente universal, conjugando interesses variados e progressivamente mais complexos, o que impunha um

⁶¹ O livro de Jacob Gorender *Combate nas trevas*, São Paulo, Editora Ática, 1987, ilustra bem o clima de dissensão prevalente entre diversas facções de esquerda no Brasil, algumas reclamando-se abertamente da inspiração maoísta.

⁶² Uma clara análise do interesse brasileiro naquele momento preciso foi dada na palestra “A visão brasileira de um mundo em mudança” proferida, em 17 de novembro de 1973, pelo embaixador João Augusto de Araújo Castro na Segunda Conferência anual sobre a América Latina promovida pelo programa de estudos interamericanos da Temple University e do St. Joseph’s College, e cujo texto integral figura no livro *Araújo Castro*, organização e notas de Rodrigo Amado, Editora

redimensionamento de objetivos diplomáticos e de áreas de ação.⁶²

Com o reingresso da RPC nas Nações Unidas em 1971 e com a retomada de seu assento como membro permanente do Conselho de Segurança, ficava faltando uma linha séria e objetiva de diálogo político entre Brasília e Pequim. Os dois grandes países, um na América Latina e o outro na Ásia, não tinham mais condições de manter uma atitude de distanciamento recíproco e de alheamento diplomático. A China deixara para trás suas veleidades irredentistas e cada vez mais tentava posicionar-se na cena internacional como um país moderado, respeitador das normas de convivência externa e desejoso de entabular relações de equilíbrio com os demais governos, independentemente de conotações ideológicas ou doutrinárias. Era, portanto, da ordem natural das coisas que o Brasil e a RPC procurassem uma forma de entendimento, sobretudo porque ambos buscavam afirmar suas respectivas presenças em política exterior como um todo e precisavam alargar seus horizontes em termos de parcerias variadas.⁶³

Em 15 de agosto de 1974, o Brasil e a RPC estabeleceram relações diplomáticas formais em nível de embaixada. Na cerimônia realizada na ocasião em Brasília, firmou-se o comunicado conjunto, celebrando o evento. Em 7 de janeiro de 1978, quando da visita do então ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, a Pequim, foi assinado o primeiro acordo bilateral entre o Brasil e a República Popular, versando sobre comércio.

A partir de então, registrou-se um apreciável intercâmbio bilateral sino-brasileiro, tanto em termos de visitas e de contatos políticos de alto nível, quanto em termos de comércio. Tornaram-se freqüentes e vultosas as missões de ambos os países em viagens de trabalho e em rodadas de negociações variadas.

De 27 a 30 de maio de 1984, o presidente João Figueiredo realizou a primeira viagem oficial à RPC de um chefe de Estado do Brasil. Desde o estabelecimento de relações diplomáticas em 1974, tinham sido celebrados um Acordo Comercial (1978), um Convênio sobre Transporte Marí-

Universidade de Brasília, 1982, pp. 91-98. O livro do professor Hélio Jaguaribe *Novo cenário internacional*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1984, também abordou o assunto de forma bastante objetiva.

⁶³ Vejam-se a respeito as interessantes observações constantes do livro *The political economy of Brazil: public policies in an era of transition*, de Lawrence S. Graham e Robert H. Wilson (editores), Austin, University of Texas Press, 1991.

timo (1979) e um Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (1982). Durante a visita do presidente Figueiredo, como demonstração de como ia evoluindo satisfatoriamente o relacionamento bilateral, foram assinados seis documentos importantes: um Protocolo Adicional ao Acordo de 1982 sobre cooperação científica e tecnológica, estabelecendo as bases de um programa de intercâmbio entre o CNPq brasileiro e a Comissão Estatal da China para Ciência e Tecnologia; um Acordo de Cooperação no campo da ciência pura e aplicada entre o CNPq e a supramencionada Comissão Estatal chinesa; um Protocolo Adicional ao Acordo Comercial de 1978; um Acordo para a Utilização Pacífica da Energia Nuclear; um Acordo para a criação de um consulado da RPC em São Paulo e de um consulado do Brasil em Xangai; e um Acordo para o Estabelecimento de Adidâncias Militares nas respectivas embaixadas.

Em 1985, já no período de governo do presidente José Sarney, o então primeiro-ministro Zhao Ziyang retribuiu a visita oficial do presidente Figueiredo, permanecendo no Brasil de 30 de outubro a 5 de novembro. Na ocasião, foram firmados um *Memorandum* de Entendimento relativo a consultas sobre assuntos de interesse comum aos dois governos, um Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, um Protocolo de Cooperação em matéria de siderurgia e um Protocolo de Cooperação em matéria de geociência.

As relações de cooperação sino-brasileiras inscrevem-se no âmbito do modelo tendente a efetivar programas de intercâmbio Sul-Sul. Trata-se de uma vertente importante no relacionamento bilateral porque permite uma certa complementação recíproca no campo da assistência tecnológica. A China tem muito a oferecer nesse domínio, em particular devido a consideráveis progressos realizados por seu corpo de cientistas e pessoal técnico especializado. No entanto, ressalte-se que, por isso mesmo, ao prestar assistência externa, a RPC atém-se estritamente às severas e limitativas regras empregadas por países ocidentais e desenvolvidos sobre transferência de tecnologia.

Em julho de 1988, o presidente do Brasil, José Sarney, efetuou uma visita oficial de seis dias à China. No dia 5 daquele mês, o chefe de Estado brasileiro entrevistou-se com Deng Xiaoping. Durante a visita foram assinados novos instrumentos para a promoção do intercâmbio bilateral: um acordo sobre pesquisa e produção conjunta de satélite sino-brasileiro de sensoriamento remoto, um convênio de cooperação científica e tecnológica em matéria de energia elétrica, um protocolo de cooperação na área de tecnologia industrial, um convênio de coopera-

ção na área de fármacos destinados ao combate de grandes endemias, e um *memorandum* de entendimento sobre o setor madeireiro entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e o Ministério da Silvicultura da RPC.

O ano 1993 marcou uma fase importante para o desenvolvimento das relações bilaterais sino-brasileiras. No mês de março, o chanceler Qian Qichen visitou Brasília, ocasião em que ficou acordado um aumento do intercâmbio tecnológico nas áreas espacial e energética. Foi programado o lançamento, até outubro de 1996, do primeiro satélite sino-brasileiro. Em junho, o vice-primeiro-ministro Zhu Rongji, principal responsável pela condução da economia chinesa, esteve em Manaus, Itaipu e Carajás, inspecionando os grandes projetos desenvolvimentistas brasileiros e declarando-se profundamente impressionado com o porte e o significado das obras que visitou. Da parte brasileira, registraram-se missões a Pequim dos ministros da Educação, professor Murílio Hingel, e das Comunicações, senador Hugo Napoleão.

Finalmente, em novembro de 1993, Jiang Zemin visitou oficialmente o Brasil na qualidade de presidente da República Popular. Foram firmados então significativos documentos, versando sobre a cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior e sobre o incremento do comércio bilateral de minério de ferro e a promoção da exploração conjunta de reservas de minério. As declarações oficiais divulgadas falaram do estabelecimento de uma “parceria estratégica” entre os dois países, indicando que o processo de aproximação e complementação de atividades já atingira um elevado patamar operacional, fazendo com que os responsáveis brasileiros e chineses considerassem com especial atenção seus programas conjuntos de intercâmbio e cooperação.^{63-A}

O intercâmbio comercial sino-brasileiro evoluiu consideravelmente desde a década de 1970, embora acusasse sensíveis oscilações em vista das condições da conjuntura econômica dos dois países. No entanto, o Brasil continua a representar o principal parceiro da RPC na América Latina em termos de comércio. O quadro a seguir, elaborado com base em dados da DECEX, apresenta a evolução das trocas mercantis de 1978 a 1991:

^{63-A}O noticiário da imprensa brasileira sobre a visita do presidente Jiang Zemin foi bastante amplo e abrangente. Uma boa reportagem, assinalando as possibilidades de concreto aumento do intercâmbio bilateral, foi publicada no jornal *Correio Braziliense*, edição de 5 de dezembro de 1993, sob o título “Exportar para a China já é um bom negócio”, matéria assinada por Renato Ferraz.

COMÉRCIO BRASIL-RPC (EM MILHÕES DE US\$)

Ano	Exportações do Brasil	Exportações da RPC	Saldo para o Brasil
1978	129.237	3.968	125.269
1979	118.334	88.333	29.353
1980	73.226	244.142	-170.916
1981	104.938	349.798	-244.860
1982	92.074	312.186	-220.112
1983	270.321	505.463	-235.142
1984	453.111	365.315	87.796
1985	817.584	413.564	404.020
1986	517.306	289.037	228.269
1987	361.533	297.502	64.031
1988	718.485	82.915	635.570
1989	628.341	96.529	531.812
1990	381.804	119.803	262.001
1991	227.540	59.000	168.540

Obs.: Dados provisórios divulgados em novembro de 1993 indicaram que no período de janeiro a outubro de 1993 as exportações brasileiras para a RPC registraram considerável aumento, atingindo o montante de US\$ 714 milhões.

Os principais itens que integram a pauta de exportação brasileira para a RPC têm sido: minério de ferro, produtos siderúrgicos, plásticos, produtos alimentícios, maquinária leve, alumínio, hematita, óleo de soja, uréia, pasta química de madeira e artigos elétricos. Os chineses vendem ao Brasil petróleo bruto, carvão, óleos essenciais, têxteis, produtos químicos e artigos de indústria leve.

Registre-se ainda que uma parte das vendas brasileiras para a China é feita por importadores de Hong Kong, que adquirem produtos do estrangeiro para fornecimento a determinadas empresas e complexos industriais na RPC por meio de sistemas de agenciamento prévio. Assim, os números acima indicados não correspondem, na prática, ao efetivo comércio bilateral, já que existe uma outra parcela, por vezes bastante significativa, de vendas brasileiras, que se destinam ao mercado da Chi-

na Popular, transitando antes por Hong Kong.

Outro elemento importante a destacar no que se refere a comércio diz respeito às possibilidades criadas para as exportações brasileiras pela política de reformas econômicas e de abertura externa adotada pela China. Na medida em que um maior número de operadores econômicos chineses passa a dispor de margem de manobra mais ampla e com facilidade de escolha de fornecedores, a colocação de certas linhas de artigos brasileiros naquele mercado ganha melhores condições de ser efetivada, constituindo, por conseguinte, um fator de estímulo para a diversificação do intercâmbio.⁶⁴

As perspectivas de maiores negócios entre operadores sino-brasileiros ficaram bem acentuadas com a assinatura em novembro de 1993 de um protocolo bilateral sobre a constituição de projetos conjuntos (*joint-ventures*) na área da exploração do minério de ferro no Brasil. A participação de responsáveis chineses em empreendimentos do gênero tem sido apontada como um dos resultados concretos da política de reforma e de abertura econômica seguida pelo governo de Pequim desde 1978.

Do que foi exposto, depreende-se existir um quadro jurídico-institucional formado para orientar a evolução regular do relacionamento sino-brasileiro em diversos setores. Os instrumentos formais básicos para estimular o intercâmbio já se encontram estruturados, cabendo alterações ou novas iniciativas particulares, na medida em que as relações bilaterais forem ganhando maior complexidade e dinâmica.

Deve-se registrar existir um interesse concreto da parte chinesa pelo que se passa no Brasil. O autor deste trabalho pôde constatar pessoalmente o grande número de estudos e de avaliações críticas sobre a realidade brasileira elaboradas em diversas instituições de planejamento político da RPC. Fiéis ao princípio de que se torna imprescindível atentar para países com efetivo potencial político e econômico, os chineses dispõem de uma vasta gama de informações sobre o Brasil, mostrando-se atualizados a respeito de acontecimentos de significado, sobre os quais não escondem grande curiosidade e desejo de aprofundar análises de maior substância.

Em vista do exposto, caberia procurar definir qual o papel da China no esquema diplomático brasileiro global. Embora situada em contexto

⁶⁴ O assunto foi abordado na reportagem da jornalista Cynthia Malta intitulada "China, mais aberta, compra mais do Brasil", publicada na *Gazeta Mercantil*, edição de 18.12.1992.

geoestratégico e mesmo geoeconômico muito diverso do brasileiro, a China possui um peso internacional específico que não deve ser negligenciado. Conforme assinalado em seções anteriores, a importância da atuação política externa chinesa, em particular no continente asiático e também em decorrência de sua posição como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, representa um elemento ponderável a ser levado em consideração para um planejamento diplomático amplo do Brasil. Além disso, por ser a China o que é, com sua imensa e imponente população, com seus recursos naturais variados, com seu aparelho produtivo em plena expansão e com seu potencial estratégico defensivo de envergadura, justifica-se atribuir-lhe um lugar particular na ação exterior brasileira.

Naturalmente, as prioridades políticas conjunturais estão influenciadas por circunstâncias precisas e pelas exigências de certos momentos. O próprio fator geográfico impõe igualmente algumas condicionantes à definição de áreas preferenciais de atuação. No entanto, um dos motivos mais invocados para assegurar o interesse brasileiro pela China reside em que, na medida em que a chamada “área do Pacífico” vai se confirmando como um dos pólos mais dinâmicos da economia mundial, e com a presença chinesa ali em contínuo destaque, torna-se mister levar em conta as possibilidades existentes em termos de maior intercâmbio com aquela região.

Nesse sentido, lembre-se que as mais conceituadas análises de observadores internacionais já apontam a RPC como séria candidata a um lugar de grande proeminência na economia mundial nos próximos quinze anos. O crescimento exponencial do aparelho produtivo chinês não tem deixado indiferentes os principais operadores dos grandes centros comerciais e financeiros. Trata-se de um elemento importante a ser tido em consideração também pelo Brasil.

Aliás, a RPC mostra-se muito empenhada em desenvolver seus vínculos com alguns países latino-americanos da costa do Pacífico, em especial com o Chile, o Peru e o México. O Brasil já possui uma tradicional presença naqueles países vizinhos, podendo ainda vir eventualmente a explorar novas possibilidade de interação proveitosa, tendo em vista formas de transações conjuntas no mercado chinês com parceiros latino-americanos, ou então em associação com operadores chineses interessados na América Latina em geral.

Além de interesses materiais mais concretos, que podem e devem ser devidamente aquilatados e estimulados, destaque-se ainda que o Brasil e

a China apresentam um traço comum importante em matéria de política exterior. Ambos os países buscam uma reavaliação de seu *status* na cena internacional, procurando, por formas diversas e por métodos singulares, romper com o que foi qualificado pelo embaixador Araújo Castro como “um congelamento do poder mundial”, em detrimento de Estados e governos ainda não incluídos em esferas decisórias da mais alta ressonância. A China já conta com o trunfo de participar do Conselho de Segurança na condição de membro permanente, embora esteja, até o momento, excluída de outro diretório de inegável significado representado pelo G-7. O Brasil ainda não integra nenhum daqueles foros, onde vêm sendo encaminhados os principais temas da vida diplomática e econômica mundial nos últimos tempos. Naturalmente os interesses nacionais globais dos brasileiros e dos chineses são distintos e particulares, não se afigurando uma hipótese viável de conagração solidário para participação nos diretórios de poder acima indicados. No entanto, existe uma certa sintonia de aspirações que, em determinadas circunstâncias precisas, poderia ser acentuada para satisfazer objetivos concretos e coincidentes entre os dois países.

CONCLUSÃO

A RPC poderia ser considerada hoje em dia uma grande potência mundial? Ao procurar responder à pergunta, seria preferível tentar estabelecer um critério objetivo para definir o próprio significado da expressão grande potência. Segundo a doutrina clássica de política internacional, uma grande potência distingue-se dos demais Estados pela imponência de sua população, por sua extensão territorial, por seus recursos industriais e tecnológicos, por sua organização social coesa, por sua tradição histórica, e, muito principalmente, por uma aspiração manifesta e palpável a ser reconhecida como um expoente de indubitável grandeza na cena internacional.⁶⁵

Nesse sentido, a China encontrou suficiente justificação para aspirar a ser tida como uma grande potência. Suas características geopolíticas específicas apresentavam elementos bastantes para satisfazer quase todos os requisitos estabelecidos para a admissão da presença chinesa entre as principais nações detentoras de poder decisório amplo no mundo. Além disso, nas relações internacionais a percepção de poder importa tanto quanto a efetiva realidade de potência. No caso particular da China, devido a seu peso demográfico, ao esplendor de sua civilização e à sua longa e brilhante tradição histórica, muitos acreditaram, sobretudo os próprios chineses, em seu direito inalienável e natural de ser uma grande potência.

O fim do sistema bipolar instaurado depois da Segunda Guerra Mundial e a extensiva redefinição geoestratégica em curso nas relações in-

⁶⁵ A respeito do problema relativo à definição do conceito de grande potência, podem ser citados os seguintes estudos considerados clássicos de teoria política internacional: *Power politics*, de Martin Wight, Londres, Penguin Books, Royal Institute of International Affairs, 1978; *Global reach*, de R. Barnet, Nova York, Pantheon Books, 1974; *An introduction to contemporary history*, de Geoffrey Barraclough, Londres, Penguin Books, 1977 (sobretudo o capítulo IV "From the European balance of power to the age of world politics"); *International politics: conflict and harmony*, de Joseph Frankel, Londres, Pelican Books, 1976; *Théorie des relations internationales*, de Philippe Braillard, Paris, Presses Universitaires de France, 1977; *La révolution technétronique*, de Zbigniew Brzezinski, Paris, Calmann-Lévy, 1971; e *La politique internationale des années 1980*, de François Puaux, Paris, Presses Universitaires de France, 1989.

ternacionais trouxeram elementos novos para uma interpretação mais abrangente e original do conceito de grande potência no final deste século. Buscando raciocinar com exemplos concretos, poder-se-a dizer que, sem dúvida, os EUA guardam no momento uma posição de inegável preponderância no mundo, graças a seu poderio militar, tecnológico, econômico e cultural; no entanto, sua faculdade de decisão unilateral encontra-se bastante condicionada e dependente de consenso mais amplo a ser obtido junto a seus principais parceiros e interlocutores na cena mundial; a liderança americana mantém-se viva, mas seu poder unívoco de indução de manobras e iniciativas sofreu alterações, e passou a depender de composições mais amplas e do assentimento de outros países, que antes apenas endossavam estratégias de Washington, mas que agora contam com um poder de aprovação mais estrito. A França e a Grã-Bretanha guardam suas posições de países com interesses globais e precisos, e com a faculdade de atuar efetivamente em certas situações regionais, onde sua influência ainda é considerável. Ambos os países teriam, por conseguinte, condições de assegurar suas presenças nos principais diretórios onde se decidem as grandes linhas da política internacional contemporânea. A Rússia encontra-se em posição particular: está dotada de um formidável arsenal nuclear e convencional, lastreado por alguns setores tecnológicos altamente desenvolvidos e sofisticados; dispõe de um vasto espaço geográfico, onde se concentram substanciais reservas de recursos naturais, mas sua presente fragilidade econômica e institucional inquieta e provoca apreensões, que se vêm materializando sob a forma de vultosa assistência ocidental prestada quase que em caráter de emergência estratégica, para evitar um colapso nacional de proporções incalculáveis. A potência russa tenderia a ser preservada, e até amparada, com o objetivo de evitar que sua desestruturação viesse a representar uma catástrofe de implicações universais. Usando as palavras de alguns diplomatas russos mais irreverentes, a situação poderia ser descrita como aquela em que a fraqueza acaba por constituir a maior força de um país. Resta examinar como se situa a China nesse contexto.

O conceito chinês de poder é amplo, dinâmico e variável, alimentado por forte dose de tradições históricas. Há uma nova escola doutrinária que fala em “força nacional abrangente” baseada no significado dos fatores relativos à população, assuntos militares, cultura, educação e diplomacia. Dessa lista, a China careceria de maior assertiva na parte referente à educação, sobretudo no que se refere à ciência e tecnologia, o que explica o ímpeto com que a liderança da RPC lançou-se nessa direção,

procurando dotar-se de modernidade e do *status* de “cidadania global”, que lhe asseguraria o papel de grande potência. Cumpre ainda destacar que, segundo a estratégia chinesa tradicional, sem poder militar efetivo, tornar-se-á impossível conservar ou implementar a condição de um país como potência mundial ou credenciá-lo a desempenhar um papel importante em política global.⁶⁶

Assim, o fim da guerra fria abalou a ilusão de um consenso sobre o que seria uma superpotência, fato patenteado pela situação do Japão, que se tornou uma potência global em sentido novo e original (uma potência global unidimensional, segundo certas definições); pela “terceiro-mundialização” da ex-URSS e pelo contínuo, mas ineficiente, esforço dos EUA de exercer uma liderança global, sem condições, contudo, de assumir os respectivos custos financeiros e todas as responsabilidades políticas decorrentes. A RPC, por sua vez, não demonstraria estar de todo segura de seu lugar no mundo, que deixou de ser dominado pela rivalidade entre superpotências, e, concomitantemente, a liderança chinesa vê-se às voltas com uma crise sem precedente sobre sua legitimidade e identidade. A política externa chinesa permanece ancorada nos sacrosantos princípios de soberania, manutenção de prestígio e defesa da segurança do Estado. Depois da crise de Tiananmen, em 1989, a busca por

⁶⁶ Essa orientação doutrinária chinesa tem raízes milenares e pode ser muito bem ilustrada na famosa obra de Sun Tzu *A arte da estratégia*, também conhecida como *A arte da guerra* ou *Os treze capítulos de Sun Tzu*. A obra data do período conhecido na história chinesa como “a era dos reinos combatentes” (480-221 A.C.), quando também surgiram os ensinamentos de Confúcio e Lao Tsé (fundador do taoísmo); essa época coincidiu com o aparecimento no Ocidente dos trabalhos de Sócrates, Platão e Aristóteles, e com o início das campanhas de Alexandre, o Grande, bem como com o surgimento do budismo na Índia e com as pregações de Zoroastro na Pérsia. O pensamento de Sun Tzu é considerado um dos textos mais importantes para conhecer o substrato intelectual chinês; sua influência nunca deixou de ser avassaladora na China; Chiang Kai-shek, Mao Tsé-Tung e Deng Xiaoping freqüentemente fizeram alusão à obra como fonte de inspiração para suas respectivas manobras estratégicas militares e diplomáticas. A versão usada como referência neste estudo é a tradução feita por R.L. Wing, publicada em Londres sob o título *The art of strategy*, Dolphin Book, Doubleday, 1988. A comunidade chinesa de Hong Kong, sempre atenta ao mundo dos negócios e às oportunidades de lucros empresariais, financiou um interessante trabalho intitulado *Sun Tsu's art of war and the art of business management*, de Li Shijun, Yang Xianju e Qin Jiarui, Hong Kong, Hai Feng Publishing Co.Ltd., 1990.

uma identidade nacional chinesa conjugada com o propósito de unificação pode ter sofrido um golpe muito sério.⁶⁷

Dessa forma, segundo certos pontos de vista, a diminuição do *status* global da China depois da guerra fria teria retirado da liderança de Pequim seu último trunfo e fonte de legitimidade relativos à restauração do papel da China, nas roupagens da RPC, como grande potência. No mundo em rápida transição, até conceitos como potência regional ou potência global estão sujeitos a redefinições e reavaliações. Entretanto, muitos autores estimam que, de um modo geral, a China ainda teria condições de ser incluída entre as cinco grandes potências mundiais.⁶⁸

Recentemente, a importância da China em termos econômicos e produtivos passou a consistir em um alentado tema de discussões e debates, falando-se com frequência na possibilidade muito real de até o ano 2000 a RPC estar em condições de reivindicar um lugar privilegiado entre as grandes nações responsáveis pela criação da riqueza mundial. A revista *The Economist* organizou, ao final de 1993, um painel de debates com estudiosos, políticos e homens de negócio, concluindo pela efetiva viabilidade de a China encontrar-se no limiar de uma fase de grande significado para sua própria história e também para a composição de equilíbrio de poder mundial no próximo século. Devido ao grande dinamismo e inegável crescimento da economia chinesa nos últimos 15 anos, bem como à assertiva projeção de poder político e militar que a RPC vem concretamente disseminando em sua vizinhança geográfica imediata, há um bom número de observadores que estimam quase que como inevitável a presença chinesa como grande potência de fato já no início do século XXI.

Destaque-se que, em termos de PNB, a RPC coloca-se hoje em nono

⁶⁷ No erudito e objetivo trabalho "China as a regional power", publicado na revista *Current History*, vol. 91, nº 566, setembro de 1992, pp. 247-252, Samuel S. Kim salientou que na RPC os eventos externos são apreciados sobretudo pelo potencial em afetar a estabilidade interna do Estado. Frisou que, apegando-se à soberania em sentido tradicional, Pequim esquece que o centro não mais controla completamente toda sua periferia provincial; a soberania de Estado estaria, assim, já bastante carcomida. A revolução da informação também contribuiu para fragilizar o poder absoluto do centro. Na linguagem por vezes irreverente do autor, a soberania, tal qual os chineses ainda a concebem, seria "um tigre de papel".

⁶⁸ A esse respeito, cite-se o estudo comparativo *China in and out the changing world order*, de Samuel S. Kim, Center of International Studies, Princeton University, 1991, pp. 69-74, sobretudo porque o autor, anteriormente mencionado, está longe de nutrir sentimentos de simpatia e apreço pelo sistema de poder vigente na China.

lugar na escala internacional. Também deve-se levar em conta observações segundo as quais a China pós-maoísta só pôde figurar como um pólo econômico dinâmico e em expansão por ter-se constituído em fonte de mão-de-obra barata, por ter aceito contratos para abrigar detritos tóxicos de outros países e por manter um setor industrial funcionando em grande parte com padrões altamente poluidores.

Mas igualmente deve ser ressaltado que em diversas análises abalizadas já está sendo empregada a expressão “Grande China” para caracterizar o pólo econômico-produtivo, congregando a própria RPC e mais Formosa e Hong Kong em conglomerado distinto capaz de vir a operar no ano 2002 com uma capacidade de US\$ 639 bilhões, no que tange a importações, e com uma projeção de produto interno bruto da ordem de US\$ 9,8 trilhões.^{68A}

Se há tantas previsões otimistas para o futuro do desenvolvimento econômico da China, também freqüentes são os comentários a respeito da necessidade de um contínuo e alentado progresso no que diz respeito ao aprimoramento do setor de tecnologia avançada para assegurar a viabilidade do sucesso produtivo chinês, operando com padrões de produtividade maximizados e em intensa interação e sintonia técnica com o sistema econômico globalizado. A RPC está consciente da importância da modernização tecnológica, insistindo nesse tema porque sabe qual o papel de absoluta relevância do fator referente a recursos cerebrais (*brainpower*) no mundo tecnocrônico de hoje.⁶⁹

Se há campo para discussões variadas e acaloradas a respeito da situação da China como potência de alcance mundial, seria, no entanto, frívolo negar-lhe a condição de potência regional de importância na Ásia Oriental. Reconheça-se, contudo, que nos últimos quarenta anos a

^{68A} As referidas projeções foram feitas pelo Banco Mundial e são citadas no excelente trabalho de Nicholas D. Kristof intitulado “The rise of China” publicado na revista *Foreign Affairs*, vol. 72, nº 5, novembro-dezembro de 1993, pp. 59-74.

⁶⁹ Nesse sentido, cumpre destacar a notícia divulgada oficialmente em Pequim em 15.12.1992, segundo a qual 140 mil peritos estrangeiros seriam contratados por universidades, centros de ensino técnico e empresas operando com tecnologia apurada, objetivando, assim, estimular a implantação de um parque científico-tecnológico de gabarito até 1995. Também a assinalar a informação divulgada em novembro de 1992 relativa ao chamado “Projeto 211”, pelo qual as autoridades chinesas esperam, nos próximos dez anos, elevar cem de suas melhores universidades em níveis de pesquisa científica equivalentes aos dos grandes “centros de excelência” do mundo desenvolvido.

política externa chinesa em sua área de influência específica e em sua vizinhança imediata acusou modificações bruscas e substanciais, o que acabou por lhe conferir um certo caráter errático ou de imprecisão de objetivos.

A identidade regional da RPC esteve bastante abalada pela inabilidade de manter uma amizade duradoura e profunda com qualquer país da Ásia (o caso da Coreia do Norte representaria muito mais um exemplo de indefinição do que a exceção à regra), o que equivale a reconhecer que, desde o colapso da ordem mundial sinocêntrica que durou até meados do século XIX, o orgulhoso gigante asiático tem tido grande dificuldade em encontrar um lugar confortável como membro da família de Estados-nações. É por tal motivo que a ameaça chinesa, imagem de um dragão exaltado, prevalece ainda hoje nos cálculos de segurança de muitos Estados asiáticos.

Para certos analistas, a China não poderia ser considerada um Estado satisfeito com o *status quo* regional. Relembrem, nesse sentido, que a China tem mais disputas territoriais com seus vizinhos do que qualquer outra potência, grande ou média, no mundo.⁷⁰ Nesse sentido, são divulgadas em diversas capitais regionais, com sensível conotação de desassossego, notícias sobre projetos de Pequim para ampliar sua força naval e aérea no mar da China do Sul, onde a RPC mantém pendências sobre soberania a respeito de diversos arquipélagos, pressentindo-se no fato uma hipótese de a RPC estar objetivando uma estratégia global para dominar o Sudeste Asiático.

Também não deixou de causar espécie quando, desde meados de 1985, a Comissão Militar Central reorientou sua orientação estratégica de base, deixando de lado possibilidades de uma guerra nuclear geral com a então URSS para concentrar-se no preparo de eventuais ações locais e regionais na periferia da China. A partir de então, a RPC estaria buscando um processo gradual de singularização de situações de crise em áreas mais próximas de seu território, objetivando, sobretudo, que outras potências extra-regionais viessem a imiscuir-se na resolução dessas pendências. O Exército de Libertação do Povo, ao adotar essa nova concepção, estaria

⁷⁰ Os chineses refutam a alegação dizendo que suas disputas territoriais constituem "resíduos da história" causados pela imposição de "tratados desiguais" ao Império agonizante por potências imperialistas, interessadas em políticas de agressão contra a China. Veja-se a respeito o trabalho já citado de Hu Shen *Imperialism and Chinese politics*.

desviando-se da teoria maoísta tradicional, que preconizava longas guerras de usura baseadas em vultosos contingentes armados, passando a privilegiar, doravante, hipóteses de ações pontuais limitadas, com previsão de vitória militar a ser obtida em dias com emprego de armas de alta tecnologia. Tal fato explica o atual empenho da RPC em adquirir material bélico da Rússia e de aceitar a venda de aviões F-16 pelos americanos a Formosa em troca da suspensão de sanções militares.⁷¹

A liderança chinesa empenha-se em ressaltar seus objetivos de paz na região da Ásia-Oriental e em todo o mundo. A própria diplomacia nacional recebeu a qualificação como "tendente a privilegiar propósitos de paz". São freqüentes as menções à necessidade de manter um clima geral de distensão e estabilidade como corolário do programa de desenvolvimento econômico seguido pelo país. Há inclusive observadores insuspeitos que descartam finalidades belicosas ou expansionistas da China com relação à sua vizinhança imediata.⁷²

Por outro lado, Pequim recusou propostas da Austrália, do Canadá e do Japão para uma conferência multilateral sobre a segurança na Ásia-Pacífico. Li Luye, diretor-geral do Centro para Estudos Internacionais da China disse a respeito que qualquer tentativa de copiar o modelo europeu de segurança coletiva ou repetir o paradigma da reunificação da Alemanha na Ásia Norte-Oriental não se apresentaria como realista, e de forma alguma traria paz e estabilidade à região.⁷³ A China também refuta a idéia de um regime multilateral para resolver as disputas territoriais na região e diz temer que outras potências, Japão, EUA e também eventualmente a Rússia, que não nada têm a ver com certos diferendos, aproveitem a ocasião para interferir com esses temas. Continuamente, a diplomacia chinesa insiste sobre a necessidade e a conveniência de negociações exclusivamente bilaterais entre as partes interessadas para tentar compor problemas de fronteiras.

⁷¹ Sobre esse assunto, há abalizadas considerações no livro *Modern Chinese defense strategy*, de Rosita Dellios, Nova York, St. Martin's Press, 1990.

⁷² Em entrevista concedida à revista *Politique Internationale* e que foi publicada sob o título "La Maison Blanche vue de la CIA", no nº 57, outono de 1992, pp. 49-64, William Colby, ex-diretor da CIA, disse não se preocupar com o aumento do potencial militar da RPC, porque os chineses "não têm ambições expansionistas, contentando-se com seu reino central e persuadidos de ocupar o centro do mundo; o resto nunca teve grande interesse para eles".

⁷³ "The current situation in Northeast Asia: a Chinese view", *Journal of Northeast Asian Studies*, vol. 10, nº 1, primavera de 1991, pp. 78-81.

A China permanece passiva com relação a discussões sobre desarmamento e controle regional de armas, embora demonstre grande empenho em temas idênticos de escopo global. De um modo geral, quanto a desarmamento em si, a China defende a idéia de que os principais países detentores de arsenais nucleares e convencionais devem tomar preliminarmente iniciativas para reduzir seus respectivos estoques, e que só depois de efetivada uma sensível diminuição dessas armas caberia qualquer decisão chinesa mais significativa a respeito. A atitude chinesa nesses dois assuntos parece seguir um princípio ambivalente: maximizando interesses de segurança e minimizando custos normativos, e buscando sempre projetar a China como parte de uma solução global.

A crise de 1989 deixou a RPC marcada como uma “potência negativa” nas principais capitais do Ocidente. Hoje em dia, interpreta-se a ofensiva diplomática desencadeada por Pequim na Ásia a partir daquela época como uma tentativa de neutralizar os efeitos contraproducentes da censura ocidental. Escudando-se no apoio político que ia recebendo de países que abrigam sociedades tradicionalmente marcadas por valores confucianos e mais propensas a aceitar normas tendentes a fazer prevalecer o respeito pela lei e pela ordem a qualquer custo, a liderança chinesa obteve um sucesso não negligenciável, normalizando seus vínculos com praticamente todos os Estados da Ásia de Sudeste no período de 1990-1991. O Japão, sintomaticamente, como já foi antes assinalado, prestou um auxílio inestimável, retomando desde julho de 1990 seu programa de colaboração com a China; seguiram-se a normalização dos laços com países da ASEAN, com o Vietname e finalmente em 1992 com a Coréia do Sul. No entanto, malgrado desses dividendos regionais, a RPC só obteve a grande oportunidade de voltar ao primeiro plano da cena mundial por ter colaborado com o Ocidente a partir da crise no Golfo em 1990-1991.

As sanções anteriormente impostas acabaram por perder sua razão de ser e a China reencontrou um lugar de certo destaque em composições amplas de política internacional. No entanto, a marca de 1989 ainda per-

⁷⁴ Quando visitou Pequim em 1991, o então secretário de Estado James Baker fez questão de não ser fotografado apertando as mãos de dirigentes locais, embora seus encontros com a cúpula chinesa fossem extensivamente relatados pela mídia internacional. Em janeiro de 1992, o presidente Bush recebeu o primeiro-ministro Li Peng para uma entrevista, no decorrer de uma reunião de altos dignitários dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. O encontro, contudo, rea-

manece muito visível.⁷⁴ As relações com Formosa, por exemplo, ganharam complexidade e escopo mais abrangente; entretanto, Taipé obteve um tipo de alento e maior desenvoltura externa, conseguindo convencer interlocutores importantes, como os EUA e a França, a vender-lhes armas modernas, que seriam necessárias para contrabalançar a impetuosidade mal controlada de um regime em profunda crise de identidade e sujeito a ações impulsivas. Tem sido sob essa ótica que se interpretam as decisões do Ocidente de fortalecer o potencial defensivo formosino, justamente no momento em que a liderança de Pequim mais clama por cooperação externa para levar adiante seus projetos de modernização e de desenvolvimento.

O fato pode ser indicativo de uma fragilidade mais acentuada do perfil exterior da RPC. A causa da reunificação, tão querida ao sistema comunista chinês, e mesmo indispensável instrumento de sua legitimação institucional, ficou mais distante e problemática. Da mesma forma, a questão da reinserção de Hong Kong à soberania chinesa apresentou-se mais conturbada a partir de outubro de 1992, quando o governador Chris Patten, que deve ser o último representante da Coroa Britânica na colônia, anunciou reformas políticas tendentes a consagrar regras para maior democratização na ilha, resguardando e garantindo certas liberdades essenciais após 1997 e a volta do poder chinês naquela área. Pequim ressentiu-se e manifestou total oposição à iniciativa, insistindo pelo escrupuloso respeito aos princípios subscritos em 1984 e tão-somente a esses princípios, sem qualquer adendo liberalizante ou acautelatório. Mas, no fundo, ficara bem claro haver na comunidade internacional, em particular junto às grandes potências, das quais a China Popular sempre esperou e vem obrando por receber um tratamento em pé de igualdade, um nítido sentimento de receio e desconfiança quanto a gestos impulsivos e imaturos da velha China, que, apesar dos pesares, ainda não conseguira absorver completamente o código de conduta, que se espera ver respeitado por um grande e verdadeiro tenor da cena mundial. O gesto pode equivaler a uma bofetada aplicada em público aos brios chineses.

lizou-se em hotel em Nova York e não na sede da representação oficial americana, ao contrário do que ocorreu com as entrevistas de Bush com Mitterand, John Major e Boris Yeltsin. Em julho de 1992, ao visitar oficialmente o Japão, o secretário-geral do PCC, Jiang Zemin, teve de interromper um discurso em cerimônia formal, devido a protestos de manifestantes que relembavam os acontecimentos de 1989 em Tiananmen.

Os esforços ingentes da RPC em reocupar o lugar de realce que pertenceu à China do passado tornam-se meritórios e louváveis como objetivo maior de uma ação externa conseqüente, objetivo que nenhum outro país descartaria de sua própria agenda de prioridades. No entanto, a China de ontem situava-se em contexto histórico, geopolítico e geoestratégico inteiramente diverso do atual. Se a geografia continua a mesma, as condicionantes do poder regional e das influências externas mudaram radicalmente em substância. A Ásia Oriental já não é a mesma de há dez séculos, quando a presença chinesa na região foi incontrastável e quase indisputada. Hoje em dia, além dos próprios asiáticos que emergiram com personalidade nacional, objetivos e interesses autônomos, há outros atores na cena regional que também ali impõem sua presença com vigor. Nem os EUA nem a Rússia constituíam fatores de composição na época de esplendor da dinastia Tang. Agora, ambos representam não só parceiros essenciais, como também protagonistas de fôlego na área. É com esse novo mundo, com essas novas realidades e com essas composições de força tão originais e inusitadas que a diplomacia chinesa teve dificuldades em fazer-se ouvir e acatar. O desenrolar futuro da interação chinesa com o resto do mundo, e com seus parceiros regionais em especial, não deixará de constituir um cenário fascinante para o observador interessado em política internacional.

Ao testemunhar o esforço chinês para superar fases de menor relevância e mesmo de domínio externo, tentando fazer valer sua singularidade nacional e seu indômito desejo por independência, poder-se-ia ponderar, lembrando palavras do chanceler Oswaldo Aranha, quando presidente da Assembléia-Geral das Nações Unidas em 1947, segundo as quais, “na realidade, a vida é uma contínua seqüência de dominações”.

Neste trabalho procurou-se mostrar como a República Popular evoluiu em suas relações internacionais, desde os tempos difíceis de sua proclamação em 1949 até a fase atual de incerteza e fluidez características do final da guerra fria e do mundo bipolar. Para o leitor brasileiro, talvez o fato mais marcante tenha-se referido aos esforços desenvolvidos sem interrupção pela RPC por se ver reconhecida em posição de destaque, se não idêntica, pelo menos semelhante à que desfrutara no passado. Trata-se de um curioso fenômeno bem próprio de uma civilização mais antiga e cujos fundamentos escapam, na maior parte dos casos, à sensibilidade de cidadãos de países jovens, recentemente constituídos e que buscam sua afirmação externa de forma menos angustiada e circunspecta.

Talvez seja essa a grande diferença entre a postura externa do Brasil

e da China: a inexistência de ansiedades sobre um passado glorioso e longínquo para o brasileiro e a quase obsessão do chinês em recuperar o prestígio perdido de um lustro milenar. Ambos os países buscam independência e maior presença nos assuntos do mundo. O Brasil procura traçar sua rota original, sem estar sujeito a modelos pretéritos de grandeza esvaecida, mais descontraído em sua trajetória calcada em projeções com vistas ao futuro e saudando inovações de bom grado. A China, por sua vez, enfrenta o mundo com uma carga de vivência histórica única e admirável, mas não menos árdua e pesada, como que em luta com as condicionantes naturais do poder em equilíbrio sempre instável.

Sobre essa procura de rumos, de metas e de caminhos de afirmação nacional para a esperança do futuro, poder-se-ia finalizar, lembrando um conceito do grande escritor chinês Lu Xun, considerado uma das glórias intelectuais da China moderna, e que salientou que

a esperança não constitui uma realidade nem uma quimera, apresenta-se como os caminhos do mundo: no início, não havia caminho nenhum; depois foram surgindo veredas na marca dos passos de transeuntes cada vez mais numerosos, até que esses atalhos fossem sendo paulatinamente transformados em grandes e amplos caminhos.

CRONOLOGIA DE EVENTOS

1949

- 1.10 - proclamação da República Popular da China;
- 2.10 - reconhecimento da RPC pela URSS;

1950

- janeiro - definição por Washington de áreas de seu interesse estratégico na Ásia Oriental, com exclusão de Formosa desse perímetro de segurança;
- 14.2 - Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua com a URSS;
- 25.6 - incursão de tropas da Coréia do Norte em território da Coréia do Sul - início do conflito coreano;
- 27.6 - declaração do presidente Truman de que tropas americanas iriam intervir na Coréia e que a eventual ocupação de Formosa pelos comunistas constituiria uma ameaça para a segurança do Extremo Oriente; a VII Frota interpõe-se no estreito de Formosa;
- 15.10 - início da intervenção chinesa na guerra da Coréia;
- outubro - início da ocupação do Tibet, que seria finalizada no início de 1951;

1953

- 27.7- armistício na Coréia;

1954

- 7.5 - derrota francesa em Dien Bien Phu diante dos rebeldes vietnamitas *vietminh* apoiados pela China;
- 8.5 - Conferência de Genebra sobre a Coréia e a Indochina: participação da RPC;
- maio: início de contatos sino-americanos em nível consular em Genebra;

1956

- fevereiro – XX Congresso do PCUS – Krushev inicia críticas à política estalinista;

1958

- 24.4 – Conferência de Bandung;

– maio – lançamento do Grande Salto para a Frente;

1960

– julho – conflito ideológico com a URSS; retirada dos peritos soviéticos da China e suspensão dos programas de cooperação bilateral;

1962

– 20.10 a 21.11 – conflito com a Índia sobre fronteiras no Himalaia;

1964

– 27.1 – estabelecimento de relações diplomáticas com a França;

– 16.10 – primeiro teste atômico chinês;

1966

– maio – início da Revolução Cultural;

1967

– 17.6 – primeira explosão nuclear chinesa;

– outubro – artigo de Nixon na revista *Foreign Affairs*, enfatizando que a China não deveria ser considerada pária pela comunidade internacional;

1969

– março – conflito de fronteira com a URSS;

1971

– 10 a 17.4 – viagem de uma delegação americana de jogadores de pingue-pongue à RPC;

– 9 a 11.7 – primeira visita secreta de Kissinger à China;

– 25.10 – reingresso da RPC nas Nações Unidas;

1972

– 21.2 – início da visita não-oficial de Nixon à China;

– 28.2 – primeiro comunicado sino-americano assinado em Xangai;

– 29.9 – estabelecimento de relações diplomáticas com o Japão e início de negociações para a conclusão de um Tratado de Paz e Amizade;

1974

– abril – Deng Xiaoping enuncia no plenário das Nações Unidas a teoria

dos “três mundos”;

- 15.8 – estabelecimento de relações diplomáticas com o Brasil;

1975

- fim da intervenção militar americana no Vietname;

1976

- 8.1 – morte de Chu En-Lai;
- 9.9 – morte de Mao Tsé-Tung;
- 6.10 – liquidação do “bando dos quatro”;

1978

- 7.1 – assinatura do primeiro acordo bilateral sino-brasileiro sobre comércio;
- 12.8 – assinatura do Acordo de Paz e Amizade com o Japão ;
- 22.10 – visita de Deng Xiaoping a Tóquio e troca dos instrumentos de ratificação do Acordo de Paz assinado em agosto;
- 12 a 18.12 – Terceira Reunião Plenária do XI Comitê Central do PCC: início do programa de reformas econômicas de Deng Xiaoping;
- dezembro – intervenção do Vietname no Camboja;

1979

- 1.1 – estabelecimento de relações diplomáticas entre a RPC e os EUA; assinatura do segundo comunicado conjunto sino-americano em Washington;
- 29.1 a 5.2 – visita de Deng Xiaoping aos EUA;
- 17.2 – intervenção chinesa no Vietname;
- março – adoção pelo Congresso americano do “Taiwan Relations Act”, assinado pelo presidente Carter em 10 de abril;
- dezembro – intervenção soviética no Afeganistão;

1982

- 17.8 – assinatura do terceiro comunicado conjunto sino-americano sobre vendas de armas a Formosa;

1984

- 27 a 30.5 – visita do presidente do Brasil, João Figueiredo, à RPC;
- 26.9 – comunicado conjunto sino-britânico sobre Hong Kong;

1985

- 30.10 - 5.11 – visita do primeiro-ministro Zhao Ziyang ao Brasil;

1988

- julho – visita do presidente do Brasil, José Sarney, à RPC;

1989

- 15-18.5 – visita de Gorbachev à RPC;
- 3-4.6 – repressão militar às manifestações populares de protesto iniciadas em abril na praça Tiananmen;
- junho – imposição de sanções econômicas contra a RPC pelos principais países ocidentais;
- novembro – derrubada do muro de Berlim e fim da guerra fria;

1990

- julho – o Japão anuncia durante a reunião do G-7 em Houston que vai retomar seu programa de cooperação com a RPC;
- 2/8 – invasão do Kuwait pelo Iraque;
- 29/11 – o Conselho de Segurança das Nações Unidas adota a Resolução nº 678, autorizando o emprego de todos os meios necessários, inclusive o da força, para fazer o Iraque retirar-se do Kuwait; a China abstém-se, permitindo a adoção da resolução; início do processo de normalização dos vínculos de Pequim com os grandes países ocidentais;

1991

- 16.1 a 27.2 – guerra no Golfo: operação “Tempestade no deserto” e derrota militar do Iraque;
- fim das sanções econômicas contra a China;
- agosto – tentativa de golpe de Estado na URSS;
- 31.12 – desagregação final da URSS e surgimento da Comunidade de Estados Independentes;

1992

- 23 a 28.10 – visita oficial à RPC do imperador Akihito do Japão; primeira viagem de um chefe de Estado nipônico à China;
- 17 e 18.12 – visita de Boris Yeltsin à RPC; assinatura de 23 acordos de cooperação e de uma declaração conjunta sobre objetivos de paz entre a China e a Rússia;

- 23.12 – os EUA suspendem as sanções militares impostas à RPC e confirmam a venda de aviões de caça F-16 a Formosa; em represália pela venda de sessenta aviões franceses Mirage 2000 às autoridades de Taipé, o governo de Pequim ordena o fechamento do Consulado-Geral da França em Cantão;

1993

- maio – eleição de Jiang Zemin para a presidência da RPC;
- novembro - reunião da APEC em Seattle; Jiang Zemin é recebido formalmente pelo presidente Clinton;
- importantes visitas chinesas ao Brasil, culminando com a viagem do presidente da RPC a Brasília em novembro.

BIBLIOGRAFIA

Obs.: serão indicados apenas os títulos mais relevantes que serviram de fonte principal para a elaboração do texto e que constituem as principais referências para estudos de pesquisa geral sobre a política externa da China; outras fontes auxiliares mencionadas constam das anotações esparsas citadas no trabalho.

- BAI SHOUYI (editor). *An outline history of China*. Pequim, Foreign Languages Press, 1982.
- BARNETT, A. DOAK. *Communist China: the early years, 1949-1955*. Nova York, Praeger, 1968.
- _____. *The making of foreign policy in China*. Boulder, Colorado, Westview Press, 1985.
- BARRACLOUGH, GEOFFREY. *An introduction to contemporary history*. Londres, Penguin Books, 1977.
- BATTATI, MARIO. *Le conflit sino-soviétique*. Paris, Éditions Armand Colin, 1971.
- BEAUREGARD, PHILIPPE DE E OUTROS. *La Chine face au monde; la stratégie chinoise: constantes et évolutions*. Paris, Robert Laffont, 1983.
- BEAUREGARD, PHILIPPE DE. *La politique asiatique de la Chine*. Paris, Fondations pour les Études de la Défense Nationale, 1986.
- BERGÈRE, MAIRE-CLAIRE, LUCIEN BIANCO E JÜRGEN DOMES. *La Chine au XXe siècle: de 1949 à aujourd'hui*. Paris, Fayard, 1990;
- CARRÈRE D'ENCAUSSE, HÉLÈNE E S.R. SCHRAM. *L'URSS et la Chine devant les révolutions dans les sociétés préindustrielles*. Paris, Éditions Armand Colin, 1970.
- CHEN ZHONGJING. *Problems in international strategy*. Hong Kong, Man Hai Language Publication, 1989.
- China's foreign relations: a chronology of events (1949-1988)*. Pequim, Foreign Languages Press, 1989.
- CONTE, A. *Bandoung, tournant de l'histoire*. Paris, Laffont, 1965.
- DEACON, RICHARD. *The Chinese secret service*. Londres, Grafton Books, 1989.
- DELIOS, ROSITA. *Modern Chinese defense strategy*. Nova York, St. Martin's Press, 1990.
- DELMAS, CLAUDE. *La stratégie nucléaire*. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.

- DOMENACH, JEAN-LUC E PHILIPPE RICHER. *La Chine, 1949-1985*. Paris, Imprimerie Nationale, 1987.
- EPSTEIN, ISRAEL. *From Opium War to Liberation*. Pequim, New World Press, 1956.
- FAIRBANK, JOHN K. *La grande révolution chinoise, 1800-1989*. Paris, Flammarion, 1989.
- FEJTÓ, FRANÇOIS. *Chine-URSS, la fin d'une hégémonie: les origines du grand conflit communiste, 1950-1957*. Paris, Plon, 1964.
- FONTAINE, ANDRÉ. *Histoire de la guerre froide*. Paris, Fayard, 1983.
- GENTELLE, PIERRE (COORDENADOR). *L'état de la Chine et de ses habitants*. Paris, Éditions La Découverte, 1989.
- GRIFFITH, WILLIAM E. *Sino-Soviet rift*. Cambridge, M.I.T. Press, 1964.
- GUILLERMAZ, JACQUES. *La Chine Populaire*. Paris, Presses Universitaires de France, 1988.
- HALLIDAY, JON E BRUCE CUMINGS. *Korea: the unknown war*. Nova York, Pantheon Books, 1988.
- HAN NIANLONG (EDITOR). *Diplomacy of contemporary China*. Hong Kong, New Horizon Press, 1990.
- HINTON, H.C. *Communist China and world politics*. Boston, Houghton Mifflin Company, 1966.
- History of the Chinese Communist Party: a chronology of events (1919-1990)*. Pequim, Foreign Languages Press, 1991.
- HSIUNG, JAMES CHICH. *Law and policy in China's foreign relations: a study of attitudes and practice*. Nova York, Columbia University Press, 1972.
- HSÜ, IMMANUEL C.Y. *The rise of modern China*. Oxford University Press, 1990.
- HU SHENG. *Imperialism and Chinese politics*. Pequim, Foreign Languages Press, 1985.
- _____. *From the Opium War to the May Fourth movement*. Pequim, Foreign Languages Press, 1991.
- JOYAUX, FRANÇOIS. *La Chine et le règlement du premier conflit d'Indochine: Genève 1954*. Paris, Publications de la Sorbonne, 1979.
- _____. *La politique extérieure de la Chine Populaire*. Paris, Presses Universitaires de France, 1983.
- _____. *Géopolitique de l'Extrême Orient*. Bruxelles, Éditions Complexe, 1991.
- _____. *La nouvelle question d'Extrême Orient*. Paris, Payot, 1988; tome I: L'ère de la guerre froide, 1945-1959; tome II: L'ère du conflit

sino-soviétique: 1959-1978; tome III: L'ère de l'ouverture chinoise, 1979-1989".

- KENNEDY, PAUL. *The rise and fall of the great powers*. Nova York, Random House, 1987.
- KIM, SAMUEL D. *China in and out of the changing world order*. Center of International Studies, Princeton University, 1991.
- KISSINGER, HENRY. *The White House years*. Londres, George Weidenfeld & Nicolson & Michel Joseph, 1979.
- LAUER, JACQUES E OUTROS. *In search of security. The defence policies of China, France, Japan and India*. Genebra, Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais, 1985.
- LÉVESQUE, JACQUES. *Le conflit sino-soviétique*. Paris, Presses Universitaires de France, 1979.
- LEWIS, JOHN WILSON E XUE LITAI. *China builds the bomb*. Stanford University Press, 1988.
- LOMBARD, DENYS. *La Chine Impériale*. Paris, Presses Universitaires de France, 1987.
- MACFARQUHAR, RODERICK E FAIRBANK, JONH K. The peoples's republic, parte 1, "The emergenc of revolutionary China, 1949-1965". *The Cambridge history of China*, vol. 14. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- _____. *Major documents of the People's Republic of China*. Pequim, Foreign Languages Press, 1991.
- FOREIGN LANGUAGES PRESS. *Major documents of the People's Republic of China*. Pequim, 1991.
- MARTIN, E.W. *Southeast Asia and China: the end of containment*. Boulder, Colorado, Westview Press, 1977.
- MORLEY, JAMES (EDITOR). *The China quagmire: Japan's expansion on the Asian continent, 1933-1941*. Nova York, Columbia University Press, 1983.
- OKSENBERG, MICHEL. *Dragon and eagle: US-China relations past and present*. Nova York, Columbia University Press, 1978.
- PACTEAU, SÉVERINE E FRANÇOIS-CHARLES MOUGEL. *Histoire des relations internationales (1815-1987)*. Paris, Presses Universitaires de France, 1988.
- PEYREFITTE, ALAIN. *L'Empire immobile ou Le Choc des mondes*. Paris, Fayard, 1989.
- _____. *La tragédie chinoise*. Paris, Fayard, 1991.
- _____. *Un choc de cultures - La vision des chinois*. Paris, Fayard, 1991.

- RICHER, PHILIPPE. *La Chine et le Tiers Monde*. Paris, Payot, 1971.
- ROUX, ALAIN. *La Chine Populaire*. Paris, Éditions Populaires, 1984, tome I: Les fondations du socialisme chinois, 1949-1966, tome II: Du chaos à la voie chinoise vers le socialisme, 1966-1984.
- SEGAL, GERALD. *The great power triangle*. Londres, MacMillan, 1982;
- SEGAL, GERALD. *The China factor: Peking and the superpowers*. Londres, Croom, Helms, 1983.
- SNOW, EDGAR. *Red star over China*. Nova York, Grove Press, 1973;
- SPENCE, JONATHAN D. *The search for modern China*. Nova York, W.W. Norton and Company, Inc., 1990.
- VAN NESS, PETER. *Revolution and Chinese foreign policy: Peking's support of wars of national liberation*. Berkeley, University of California Press, 1971.
- VIÉ, MICHEL. *Le Japon contemporain*. Paris, Presses Universitaires de France, 1987.
- WIGHT, MARTIN. *Power politics*. Londres, Royal Institute of International Affairs, Penguin Books, 1979.
- WU XIUQUAN. *Eight years in the Ministry of Foreign Affairs (January 1950-October 1958) - Memoirs of a diplomat*. Pequim, New World Press, 1985.
- YAHUDA, MICHEL. *Towards the end of isolationism: China's foreign policy after Mao*. Londres, Macmillan Press, 1983.
- ZAGORIA, DONALD S. *The Sino-Soviet conflict*. Princeton University Press, 1962.
- ZHANG DEYI. *Diary of a Chinese diplomat*. Pequim, Panda Books, 1989.
- ZORGBIBE, CHARLES. *Le monde depuis 1945*. Paris, Presses Universitaires de France, 1989.
- ZORGBIBE, CHARLES. *Les politiques étrangères des grandes puissances*. Paris, Presses Universitaires de France, 1984.



*Gráfica e Editora
Qualidade Ltda.*

Fone: PABX (061) 386-5199
Fax: (061) 386-4200

**Coleção *Relações
Internacionais:***

DIRIGIDA POR
AMADO LUIZ CERVO

O desafio internacional:
a política externa do
Brasil de 1930
a nossos dias
Amado Luiz Cervo (org.)

Estado nacional e
política internacional
na América Latina:
o Continente
nas relações
Argentina - Brasil
(1930 - 1992)
Moniz Bandeira

O expansionismo
brasileiro e a formação
dos Estados na
Bacia do Prata
Moniz Bandeira

A potência do dragão: a
estratégia diplomática
da China
Sergio Caldas Mercador
Abi-sad

O lugar da África: a
dimensão atlântica da
política externa brasileira
(de 1946 a nossos dias)
José Flávio Sombra
Saraiva

A Potência do DRAGÃO

O cenário mundial das megapotências está presenciando o ressurgimento do "Grande Dragão". Com uma política ao mesmo tempo aberta ao capitalismo e repressora internamente, a República Popular da China tem passado por uma grande reviravolta nos últimos quinze anos. Em 1997, com a devolução de Hong Kong pela Inglaterra, ocupará a quarta posição entre as nações com maior comércio internacional, à frente da França e da própria Inglaterra, e ameaçando a soberania japonesa.

Essa mudança, que se deve em grande parte ao líder Deng Xiaoping, já vem porém sendo traçada do longo de séculos.

Em *A potência do dragão — a estratégia diplomática da China*, Sergio Caldas Mercador Abi-sad traça o perfil desse país extremamente tradicionalista, que ao longo dos séculos procurou proteger sua cultura da influência estrangeira. O autor analisa a história da China e suas estratégias diplomáticas, fazendo um paralelo com a realidade brasileira: dois países tão distantes geográfica e culturalmente, que têm em comum a busca de independência e de uma posição de destaque entre os grandes.

ISBN
85-230-0401-7
COD. EDU: 18015